



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS
EM ADMINISTRAÇÃO**

cepead
centro de pós graduação e
pesquisas em administração

EDUARDO JOSÉ ZANOTELI

**ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA PARA O
SEU RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Belo Horizonte-MG

2015

EDUARDO JOSÉ ZANOTELI

**ATIVOS INTANGÍVEIS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA PARA O
SEU RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Tese apresentada ao Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: *Prof. D.Sc. Hudson Fernandes Amaral.*

Coorientador: *Prof. Ph.D. Antônio Artur de Souza*

Belo Horizonte-MG

2015

Ficha Catalográfica

Z87a
2015 Zanuteli, Eduardo José.
Ativos intangíveis [manuscrito] : uma perspectiva teórica para o seu reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis / Eduardo José Zanuteli. – 2015.
288 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientador: Hudson Fernandes Amaral.
Coorientador: Antônio Artur de Souza.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 265-283) e anexo.

1. Ativos (contabilidade) – Teses. 2. Contabilidade – Teses.
I. Amaral, Hudson Fernandes. II. Souza, Antônio Artur de.
III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 657



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **EDUARDO JOSÉ ZANOTELI**, REGISTRO N° 141/2015. No dia 21 de maio de 2015, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 17 de março de 2015, para julgar o trabalho final intitulado "Ativos intangíveis: uma perspectiva teórica para o seu reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis", requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, linha de pesquisa: **Finanças**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Hudson Fernandes Amaral, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA

FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 21 de maio de 2015.

NOMES

Prof. Dr. Hudson Fernandes Amaral
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Antônio Artur de Souza
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Dirceu da Silva
(Universidade Nove de Julho/SP)

Prof. Dr. Eliseu Martins
(Universidade de São Paulo)

Prof^a. Dr^a. Laise Ferraz Correia
(CEFET/MG)

Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho
(Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Cunha
(Faculdade Novos Horizontes / MG)

ASSINATURAS

À *Lene*, minha esposa, *Pedro Henrique*
e *Maria Eduarda*, meus filhos, pelo
amor, cumplicidade, paciência e compreensão.
Somente agradecer-lhes seria injusto,
por isso dedico a vocês todo o meu amor
e toda a minha vida.

À minha mãe *Almerinda*, meu pai *Pedro*
e meus irmãos *Fred* e *Cheila*,
aos quais sou eternamente grato,
pelas presenças ativas e inspiradoras
em todos os momentos da minha vida.
Por todo amor, carinho, respeito e
admiração que sinto por vocês,
o meu muito obrigado ainda é pouco.

Homenageando minha filha poeta,

*O mundo é uma beleza
mas eu vi uma cachoeira de tristeza
porque ele está sendo poluído
por um motivo sem sentido.*

*Devemos ajudá-lo
por um agrado
porque sem ele não teríamos vida
e, por isso, muita alegria!*

MARIA EDUARDA MARTIM ZANOTELI

AGRADECIMENTO

A gratidão não nos tira nada, ela é dom em troca, mas sem perda e quase sem objeto. A gratidão nada tem a dar, além do prazer de ter recebido.

ANDRÉ COMTE-SPONVILLE

Prof. Dr. Hudson Fernandes Amaral, meu orientador, mentor e amigo, acima de tudo, pelo exemplo, pois não vejo maneira melhor de ensinar e compartilhar experiências, e pela liberdade de trabalhar as minhas ideias e pensamentos, pela habilidade em corrigir os meus erros e desvios, pela paciência e dedicação em suas orientações. Muito Obrigado!

Prof. Ph.D. Antônio Artur de Souza, um amigo que tem acompanhado a minha formação *stricto sensu*, meu orientador no mestrado e coorientador no doutorado, pelo exemplo e dedicação e por partilhar, sem medida, todo o seu conhecimento, e por estar ao meu lado mais uma vez. Muito Obrigado!

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri e *Profa. Ph.D. Ester Vaisman*, pelos ensinamentos proporcionados no estudo das disciplinas “Teoria das Organizações” e “Filosofia da Ciência”, respectivamente, que ampliaram o meu horizonte de visão e pensamento e a minha maneira de ver o mundo, de tal forma, que este trabalho não teria sido possível sem a interferência de vocês. Muito Obrigado!

Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, ou simplesmente Zé como ele prefere, amigo irmão e colega de departamento, pelas reflexões, “puxões de orelha”, partilha de experiências e ensinamentos, companheirismo e, em especial, pelo exemplo de humildade presente somente naqueles que são grandes.

Prof. Ms. Luiz Cláudio Louzada, grande amigo e colega de departamento, cuja visão da teoria da Contabilidade e de Finanças muito contribuiu para as minhas próprias reflexões, pelo companheirismo e participação em grande parte dos desafios de mais uma etapa da minha vida.

Colegas do Doutorado, que partilharam comigo seus conhecimentos, pela companhia no desenvolvimento dos nossos estudos, em especial à *Grande Família*, Rogério, nosso *Guru*, Carol, Lélis e Evandro, que muito além de dividir um apartamento e participar de um grupo de estudo, compartilharam suas experiências de vida e o seu aprendizado, o que muito contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Esta convivência jamais será esquecida.

Colegas Helton e Luiz Renato que, juntamente *ao Lélis e Evandro* formaram comigo o grupo de estudo da Linha de Pesquisa em Finanças, pelos momentos de trabalho, noites sem dormir e discussões sobre Markowitz, Sharpe, Lintner, Mossin, Ross e tantos outros grandes autores, e pelas brincadeiras e refeições improvisadas que estarão gravadas na minha memória.

Funcionários e colaboradores do CEPEAD/UFMG, pela presença receptiva, em especial *Érika Martins Lage*.

Colegas do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em especial os professores *Cláudio Simões Salim, Alfredo Sarlo Neto, André Luis Milagres Fernandes, Annor da Silva Junior, Carlos Roberto Valim, Gabriel Moreira Campos, Janyluce Rezende Gama, Leonardo de Resende Dutra, Patrícia Maria Bortolon, Rafael de Lacerda Moreira e Tereza Cecília Bruneli*.

Especialistas em Avaliação de Ativos, por interromperem suas atividades para avaliar os elementos da tese proposta, enquanto poderiam estar tomando decisões importantes em suas empresas.

Profissionais da Apsis Consultoria, por permitir o acesso aos dados necessários para a realização do estudo multicaso, em especial a *Luiz Paulo e Ana Cristina*, pela receptividade, amizade e profissionalismo.

Profa. Leila Brito, escritora e poeta, pela assessoria de revisão, normalização técnica e programação visual desta tese, avaliando e corrigindo muito além das falhas gramaticais.

Deus, a quem agradeço pela companhia, proteção, inspiração e por ter nos dado seu Filho Jesus Cristo, meu ídolo, nosso Salvador, demonstrando assim o seu imenso amor por nós.

O sábio pode mudar de opinião. O ignorante, nunca.

IMMANUEL KANT

RESUMO

As mudanças sociais, econômicas e produtivas vivenciadas a partir do Século XX, que se estendem até, e talvez para além, do Século XXI, conduziram a Humanidade à Era da Informação, gerando na Ciência Contábil uma anomalia grave provocada pelo não reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, considerados os bens mais valiosos dessa nova era. A não observação dessa anomalia seja pela Pesquisa Normativa seja pela Pesquisa Positiva em Contabilidade, conduziu à instauração de uma crise de representação das demonstrações contábeis, que corroeu o seu poder explicativo e reduziu a sua utilidade tanto para os usuários externos quanto para os usuários internos. A tese defendida neste estudo constitui uma das primeiras tentativas de se combater essa crise a partir de suas causas e não a partir de seus efeitos, o que interpõe questões filosóficas e teóricas muito pouco debatidas no meio contábil, em consequência do paradigma dominante, notadamente, o positivismo no âmbito científico e o custo histórico no âmbito da prática profissional. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é propor uma perspectiva teórica para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, o que só se mostrou possível a partir de uma ampla revisão e mediação das bases filosóficas e teóricas dos paradigmas da Contabilidade. Assim, com base em extensa revisão da literatura, objetivando obter uma adequada fundamentação filosófica e teórica devidamente integrada à pesquisa de campo, ou seja, a partir da integração da razão com a experiência, abriu-se os caminhos para uma nova perspectiva teórica, essência da tese proposta. Desta forma, a partir de um estudo multicaso e de uma triangulação de especialistas, alinhadas à fundamentação filosófica e teórica, apresentou-se uma perspectiva teórica que, por fim, foi submetida a uma aplicação empírica por meio de análises estatísticas limitadas à amostra do estudo multicaso. Em essência, a perspectiva teórica proposta confirmou os seguintes pressupostos: o reconhecimento das anomalias e da crise contábil; a abertura para a comensurabilidade entre os paradigmas da ciência e da prática profissional contábil; o realinhamento do conceito objetividade-confiabilidade; a redução do excesso de conservadorismo contábil; o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis no balanço patrimonial; melhor *disclosure* das informações contábeis que extrapole os limites e as fronteiras das demonstrações contábeis; e uma aplicação integrada das funções contábeis de avaliação, controle e de caráter legal. Ao final deste estudo, conclui-se que a perspectiva teórica proposta coloca os pesquisadores e os praticantes da Contabilidade diante de uma mudança de paradigma que exigirá muito tempo e persuasão, pois como ensinou Kuhn (2011 [1962]), esta não se realiza por meio de um homem só e nunca numa noite.

Palavras-chave: ativos intangíveis, crise de representação contábil, demonstrações contábeis, pesquisa normativa, pesquisa positiva.

ABSTRACT

Social, economic and production changes experienced from the twentieth century on, which extend up to and perhaps beyond the twenty-first century, led humanity to the Information Age, resulting in a serious anomaly on the Accounting Science caused by not recognizing and measuring intangible assets, considered the most valuable assets of this new era. Because this anomaly was not discussed neither in Normative nor in Positive Accounting Researches, the result was a representation crisis of financial statements, which eroded their explanatory power and reduced their usefulness for both external and internal users. This thesis is one of the first attempts to address this crisis, trying to deal with its causes and not its effects, which presents philosophical and theoretical questions rarely discussed in accounting, as a result of the dominant paradigm, namely, positivism among the scientific community and historical cost among the professional community. In this regard, the general objective of this research is to propose a theoretical perspective for recognizing and measuring intangible assets in accounting statements, which proved possible only by a comprehensive review and mediation of the philosophical and theoretical bases of Accounting paradigms. Therefore, an extensive literature review aiming to get a proper philosophical and theoretical framework which is properly integrated with field research (i.e. integrating reason with experience) allowed for a new theoretical perspective, which is the essence this thesis. Thus, a multi-case study along with the triangulation by experts, both aligned to the philosophical and theoretical framework, were carried out, resulting in a theoretical perspective that was finally subjected to an empirical application by analysing statistically the sample of the multi-case study. In essence, the theoretical perspective proposed in this thesis has confirmed the following assumptions: the recognition of both anomalies and the accounting crisis; the opening to the commensurability between the paradigms of science and the accounting professional practice; the realignment of the concept objectivity-reliability; the reduction of the excess of accounting conservatism; the recognition and measurement of intangible assets in the balance sheet; better disclosure of accounting information that extends beyond the limits and boundaries of the financial statements; and an integrated application of the evaluating, controlling and legal accounting functions. At the end of this study, it is concluded that the proposed theoretical perspective presents Accounting researchers and practitioners with a paradigm shift that will require much time and persuasion; because, as taught Kuhn (2011 [1962]), this is not done by a single man and never overnight.

Keywords: intangible assets, accounting representation crisis, financial statements, normative research, positive research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Metodologia textual	36
Figura 2	A revolução copernicana de Kant na filosofia	47
Figura 3	O processo de orientação da pesquisa científica	51
Figura 4	Visão geral do pensamento teórico e metodológico	69
Figura 5	O ciclo das ciências segundo Kuhn, 2011, 1962	78
Figura 6	O modelo de Burrell e Morgan (1979) para análise da teoria social	83
Figura 7	Taxonomia da pesquisa contábil segundo Hopper e Powell (1985)	88
Figura 8	Das atividades de negócio às demonstrações contábeis	120
Figura 9	Linha do tempo da pesquisa científica em Contabilidade	134
Figura 10	Ilustração da relação/interação de elementos tangíveis e intangíveis no mercado de automóveis e de linhas aéreas	147
Figura 11	Grau de intangibilidade dos ativos intangíveis	156
Figura 12	Grau de intangibilidade dos passivos intangíveis	158
Figura 13	Modelos de avaliação de ativos	162
Figura 14	Fluxograma da avaliação dos ativos intangíveis	165
Figura 15	O modelo de fluxo de caixa descontado	167
Figura 16	Organização da pesquisa de campo	179
Figura 17	Processo da análise de conteúdo	189
Figura 18	Estrutura da tese	197
Figura 19	Esquema teórico da tese	199
Figura 20	Balanco patrimonial do Caso 1	205
Figura 21	Balanco patrimonial do Caso 2	206
Figura 22	Balanco patrimonial do Caso 3	208
Figura 23	Balanco patrimonial do Caso 4	210

Figura 24	Balanço patrimonial do Caso 5-A	211
Figura 25	Balanço patrimonial do Caso 5-B	212
Figura 26	Balanço patrimonial do Caso 6	214
Figura 27	Balanço patrimonial do Caso 7	215
Figura 28	Balanço patrimonial do Caso 8	216
Figura 29	Bases filosóficas da tese (ontologia e epistemologia)	232
Figura 30	Ambiente da contabilidade financeira	236
Figura 31	Processo de geração de valor do IIRC (2013)	248

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Média do índice <i>Price-to-Book</i> das companhias listadas na S&P 500 dos EUA	30
Gráfico 2	Evolução do R2 de Collins <i>et al</i> (1997)	31
Gráfico 3	Evolução do R2 de Sarlo Neto <i>et al</i> (2012)	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação entre patrimônio líquido ou ativo permanente e valor de mercado	29
Tabela 2	Valores dos ativos avaliados no Caso 1	204
Tabela 3	Valores dos ativos avaliados no Caso 2	206
Tabela 4	Valores dos ativos avaliados no Caso 3	208
Tabela 5	Valores dos ativos avaliados no Caso 4	209
Tabela 6	Valores dos ativos avaliados no Caso 5	211
Tabela 7	Valores dos ativos avaliados no Caso 6	213
Tabela 8	Valores dos ativos avaliados no Caso 7	214
Tabela 9	Valores dos ativos avaliados no Caso 8	215
Tabela 10	Resumo comparativo do estudo multicaso	217
Tabela 11	Tabulação sintética dos dados	253
Tabela 12	Estatística descritiva	253
Tabela 13	Indicadores financeiros Casos 1 a 8	254
Tabela 14	Teste t de Student	254
Tabela 15	Teste de Wilcoxon	255

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Questões quanto aos achados epistemológicos (parte 1)	44
Quadro 1	Questões quanto aos achados epistemológicos (parte 2)	45
Quadro 2	Posicionamento ontológico, epistemológico e metodológico dos principais paradigmas científicos	52
Quadro 3	Os conceitos-chave das abordagens subjetivista e objetivista	87
Quadro 4	Métodos de mensuração inicial e subsequente	125
Quadro 5	Classificação dos ativos intangíveis segundo Damodaran (2007)	148
Quadro 6	Taxonomia dos ativos intangíveis segundo Amaral (2012)	149
Quadro 7	Métodos de mensuração dos ativos intangíveis	152
Quadro 8	Roteiro das entrevistas semiestruturadas	186
Quadro 9	Protocolo de sequência de atividades	191
Quadro 10	Protocolo de instrumentos de coleta de dados	192
Quadro 11	Dificuldades encontradas e ações proativas	194
Quadro 12	Roteiro das entrevistas semiestruturadas com os especialistas	195
Quadro 13	MPEEM – Ativos contribuintes e metodologia de avaliação	203
Quadro 14	Relação de especialistas	219
Quadro 15	Questões orientadoras de pesquisa e seções correspondentes	261
Quadro 16	Objetivos específicos e seções correspondentes	261

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	<i>American Accounting Association</i>
AEG	<i>Abnormal Earnings Growth</i>
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
AP	Ativos Permanentes
APT	<i>Arbitrage Pricing Theory</i>
APIMEC	Associação de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASOBAT	<i>A Statement of Basic Accounting Theory</i>
BSC	Balanced Scorecard
CAC	<i>Contributory Asset Charge</i>
CAPM	Modelo de Equilíbrio de Ativos Financeiros
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIBV	<i>Canadian Institute of Chartered Business Valuators</i>
CoCoA	<i>Continuously Contemporary Accounting</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DPF	Demonstração da Posição Financeira
DRA	Demonstração do Resultado Abrangente
DRE	Demonstração do Resultado
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EPR	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUA	Estados Unidos da América

EVA [®]	<i>Economic Value Added</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
HME	Hipótese de Mercado Eficiente
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IACVA	<i>International Association of Consultants, Valuators e Analysts</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
IR	<i>Integrated Reporting</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
IVCS	<i>International Venture Capital Summit</i>
IVSC	<i>International Valuation Standards Council</i>
MPEEM	<i>Multi-period Excess Earnings Method</i>
MVA [®]	<i>Market Value Added</i>
OPA	Oferta Pública de Aquisição
PCB	Pesquisa Contábil Brasileira
PL	Patrimônio Líquido
PPM	<i>Premium Profits Method</i>
RFRM	<i>Relief from Royalties Method</i>
RH	Recursos Humanos
RIV	<i>Residual Income Valuation</i>
ROA	<i>Return on Assets</i>
ROE	<i>Return on Equity</i>
ROI	<i>Return on Investment</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SIC	Sistemas de Informações Contábeis

SIG	Sistemas Integrados de Gestão
TIR	Taxa Interna de Retorno
VM	Valor de Mercado
WACC	<i>Weighted Average Cost of Capital</i>
WARA	<i>Weighted Average Rate of Return on Assets</i>
W&WM	<i>With and Without Method</i>

SUMÁRIO

PREÂMBULO	20
1 INTRODUÇÃO	25
1.1 Contextualização temática	25
1.2 Problema e questões da pesquisa	34
1.3 Objetivos	35
1.4 Metodologia textual	35
2 FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA	38
2.1 Introdução	38
2.2 Filosofia e racionalidade	38
2.3 Teoria do conhecimento: achados epistemológicos	43
2.4 Visão de mundo: ontologia e epistemologia	49
2.5 Ciência	52
2.5.1 Ciência moderna	54
2.5.2 Empirismo e positivismo	60
2.5.3 Ciência contemporânea	68
2.6 Paradigmas científicos	72
2.7 Paradigmas nas ciências sociais	83
2.8 Paradigmas na ciência contábil	88
2.9 Posicionamento filosófico	92
2.10 Considerações finais	98
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	99
3.1 Introdução	99
3.2 Teoria da contabilidade	99
3.2.1 Análise da produção científica da contabilidade	99
3.2.2 O dilema normativo-positivo	110
3.2.3 Demonstrações contábeis <i>versus</i> mercado financeiro e de capitais	116
3.2.4 Críticas ao processo contábil: uma crise anunciada	122
3.3 O paradigma da ciência contábil e o paradigma da contabilidade	129
3.4 Inatingíveis	141
3.4.1 Conceito e caracterização	141
3.4.2 Ativos	143
3.4.2.1 Tratamento contábil	150
3.4.2.2 Grau de intangibilidade	156
3.4.3 Passivos	157
3.5 Avaliação de ativos	159
3.5.1 Abordagem do fluxo de caixa descontado	166
3.5.2 Abordagem de mercado (avaliação relativa)	170
3.5.3 Abordagem de custo	171
3.5.4 Abordagem de precificação de opções	171
3.6 Posicionamento teórico	171
3.7 Considerações finais	177

4	METODOLOGIA	178
4.1	Introdução	178
4.2	Estratégia de pesquisa	178
4.3	Estudo multicaso	180
4.3.1	Unidade de análise	181
4.3.2	Definição e seleção dos casos	181
4.3.3	Dados: tipos, coleta e análise	182
4.3.3.1	Tipos de dados	182
4.3.3.2	Coleta de dados	183
4.3.3.3	Análise de dados	187
4.3.4	Protocolo para realização do estudo multicaso	190
4.3.5	Delimitação da pesquisa	191
4.4	Triangulação de especialistas.....	194
4.5	Aplicação empírica	196
4.6	Estrutura da tese	196
4.7	Síntese da tese.....	199
4.8	Considerações finais	200
5	ESTUDO MULTICASO E TRIANGULAÇÃO DE ESPECIALISTAS	201
5.1	Introdução	201
5.2	Apresentação do estudo multicaso	201
5.2.1	Caso 1	202
5.2.2	Caso 2	205
5.2.3	Caso 3	206
5.2.4	Caso 4	209
5.2.5	Caso 5	210
5.2.6	Caso 6	212
5.2.7	Caso 7	214
5.2.8	Caso 8	215
5.3	Análise do estudo multicaso e da triangulação de especialistas ..	217
5.4	Considerações finais	224
6	PERSPECTIVA TEÓRICA	225
6.1	Introdução	225
6.2	Pressupostos para uma nova perspectiva teórica	226
6.2.1	Reconhecimento das anomalias e da crise	226
6.2.2	Abertura para a comensurabilidade entre os paradigmas	229
6.2.3	Realinhamento do conceito objetividade-confiabilidade	233
6.2.4	Redução do conservadorismo contábil	237
6.2.5	Tratamento, reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis	240
6.2.7	Melhor <i>disclosure</i> contábil	246
6.2.7	Aplicação integrada das funções contábeis	249
6.3	Aplicação empírica	251
6.4	Considerações finais	256

7	CONCLUSÃO	257
7.1	Introdução	257
7.2	Quanto à fundamentação filosófica	257
7.3	Quanto à fundamentação teórica	258
7.4	Quanto à perspectiva teórica proposta	259
7.5	Quanto à metodologia	262
7.6	Perspectivas para pesquisas futuras	263
7.7	Considerações finais	264
	REFERÊNCIAS	265
	APÊNDICES	
	Apêndice 1: Balanços patrimoniais sintéticos dos casos 1 a 4	285
	Apêndice 2: Balanços patrimoniais sintéticos dos casos 5 a 8	286
	ANEXOS	
	Anexo 1: Check list de identificação de ativos intangíveis	288

PREÂMBULO

Uma pesquisa científica surge, quase sempre, da necessidade de satisfazer a demanda de algo que nos incomoda, que não atende às nossas expectativas e necessidades, algo que se apresenta pelo menos, à primeira vista, como incompleto ou até mesmo incorreto, algo que acaba por nos instigar, por nos motivar e nos impelir a sair da nossa zona de conforto e partir em busca de uma resposta, uma solução, mesmo que provisória, para a lacuna ou problema identificado. Este preâmbulo, pouco utilizado¹ em trabalhos acadêmicos nas áreas de Economia, Finanças e Contabilidade, se impôs como um espaço necessário à apresentação da minha inquietude diante de um tema essencial a qualquer modelo contábil, em especial, pela sua consolidação ao redor do mundo, ocorrida nas últimas décadas, sob o jargão de Normas Internacionais de Contabilidade, a saber, a avaliação dos ativos, com destaque para os ativos intangíveis.

O uso da primeira pessoa, por ora, atende ao caráter pessoal da abordagem de algumas percepções, impressões, experiências e angústias, impossíveis de serem tratadas de forma impessoal ou indefinida, porque dizem respeito aos fatores que motivaram meu interesse para a realização da tese proposta e à forma como a minha trajetória profissional trouxe-me até aqui. Portanto, valer-me da primeira pessoa não é uma atitude de desrespeito ou arrogância, mas uma necessidade de apresentar o meu ponto de vista como sujeito que pensa, questiona, avalia, se posiciona, age e transforma.

Um sujeito cuja atividade profissional se divide entre o mercado de trabalho e a Academia, há mais de 15 anos, por concordar, com Leonardo da Vinci, que “somente a prática deve ser edificada sobre a boa teoria”. Nesta perspectiva, a prática não deve estar divorciada da teoria², ou em outras palavras, teoria e prática se complementam e se orientam. Todavia, lembrando que não é qualquer teoria que deve ser seguida ou utilizada como referência, mas somente a “boa teoria”³. Depreende-se, portanto, a necessidade de

¹ Pouco utilizado, porque na perspectiva do Positivismo, paradigma dominante em Economia, Finanças e Contabilidade, o pesquisador deve colocar-se diante dos fatos apenas como observador, de forma totalmente neutra, isenta, sem se deixar levar por qualquer crença ou princípio pessoal ou de sua comunidade científica, completamente livre de compromissos e interesses pessoais, políticos e de sua história de vida. Logo, a história de vida do pesquisador e as suas motivações pessoais de nada importam. Aliás, a ética da pesquisa positivista impõe o seu total abandono. Todavia, cabe ressaltar que o programa positivista vem sendo altamente questionado ao longo dos séculos XX e XXI.

² Bachelard diria: a experiência não pode se divorciar da razão e a razão não pode se divorciar da experiência.

³ Para Leonardo da Vinci, aluno de Luca Pacioli, a “boa teoria” é a matemática, capaz até de substituir a experiência (KOYRÉ, 2011, p. 106). “Boa teoria” neste preâmbulo tem apenas a finalidade de evocar o senso crítico capaz de permitir a um bom profissional discernir qual a melhor dentre duas ou três opções.

senso crítico, de julgamento com conhecimento e de posicionamento pessoal e profissional, fatores imprescindíveis para a aplicação do modelo contábil atual, a ser apresentado, discutido e criticado em parte ao longo da presente tese, destacando-se a recente inserção do Brasil no contexto internacional de sua prática, a partir da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, publicada em edição extra do Diário Oficial da União⁴.

No início da minha carreira profissional na Contabilidade em 1992, e considerando os anos que se seguiram até 2007, os desafios em termos de avaliação e julgamento profissional para os atores da Contabilidade no Brasil eram mínimos. Isso porque tanto a legislação tributária quanto as práticas contábeis brasileiras não exigiam, nem permitiam, um critério de mensuração diferente do custo histórico como base de valor, salvo exceções como os processos de combinação de negócios, algumas operações de compra e venda de ativos e os casos permitidos de reavaliação.

Imperava o critério de mensuração por valores de entrada e, dentre esses, o custo histórico reinava absoluto. A cada fechamento de balanço, limitava-se a repetir os valores históricos de entrada, deduzindo-se, quando aplicável, as depreciações e amortizações e as perdas prováveis. Até 1995, por força da lei societária⁵, podia-se ainda reconhecer o efeito da inflação⁶ sobre certas contas patrimoniais, o que, no máximo, ajudava a atualizar o custo histórico, se é que isto era possível a partir dos indicadores oficiais que “mediam” a inflação.

Por causa da influência da legislação tributária os profissionais de Contabilidade se viam restritos a identificar na legislação o critério a ser aplicado a cada caso e ponto: replique-se até que esta diga o contrário. Não existia espaço para o julgamento profissional, para o posicionamento crítico e para a aplicação das “boas teorias”⁷. Ao contrário, resignava-se à confortável postura, passiva quase sempre, de se aplicar a letra da

⁴ Antes disso, a CVM já havia determinado que, a partir de 31 de dezembro de 2010, as Sociedades por Ações de Capital Aberto deveriam apresentar as suas demonstrações contábeis em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), mas somente com o advento da Lei nº 11.638/2007, o processo de convergência foi deflagrado de forma a atingir todas as empresas, independentemente de seu tipo societário, porte ou volume de faturamento.

⁵ Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, mais conhecida como Lei das Sociedades por Ações, que juntamente com o Decreto nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que a regulamentou, definiu o modelo contábil brasileiro de 1977 a 2007, o qual foi alterado, como já ilustrado na nota anterior, pela Lei nº 11.638/2007.

⁶ Não significa dizer que o modelo de Correção Monetária societária (CM) e, em especial, o modelo de Correção Monetária Integral (CMI) não são bons, ao contrário pode-se dizer que são por demais consistentes, entretanto, não têm por finalidade apresentar o valor econômico dos ativos, mas tão somente o custo histórico corrigido.

⁷ Vide Nota 3.

lei, mesmo que esta nada contribuísse para a representação da realidade econômica das entidades, mas desde que servisse de base para a apuração do “imposto de renda” e da “contribuição social”.

É importante destacar que essa postura não foi voluntária ou conscientemente adotada pelos profissionais de Contabilidade, mas sim imposta por nossa cultura, nossa história, nosso modelo jurídico fortemente codificado, dentre outros fatores culturais que nos acompanham desde a colonização. Entretanto, a manutenção dessa postura passiva sempre causou-me desconforto e inquietação, mesmo depois de tomar consciência de sua ação.

Neste contexto, por anos ouvi dos clientes que tive a oportunidade de atender, que as demonstrações contábeis que eu preparava ou auditava não apresentavam a realidade econômica de suas entidades, haja vista a evidência, imediatamente por todos constatada, do distanciamento entre os valores reconhecidos pela Contabilidade e os valores reais estimados. Diante disso, a conclusão inevitável: a Contabilidade não serve para muita coisa além de apurar tributos.

Assim, ao longo do tempo, alguns questionamentos surgiram das minhas observações, dentre eles: por que a Contabilidade, criada e aplicada para a geração e disseminação de informação, não conseguia ser mais útil ao processo de tomada de decisão? O que faltava? O que fazer? Essas e outras questões, bem como os constantes desafios impostos pelos clientes de consultoria e auditoria, conduziram-me gradualmente para os registros científicos da Contabilidade, direcionando-me para as teorias de Administração, Economia e Finanças, que me apresentaram um universo de possibilidades que permitam à Contabilidade fazer jus ao seu real objetivo.

Esse contato constante com a teoria aproximou-me da Academia. Consequentemente, em 1997, iniciei carreira acadêmica na Universidade de Vila Velha, instituição de ensino privada, onde lecionei até 2007, quando ingressei na Universidade Federal do Espírito Santo, onde ainda me encontro. O confronto constante entre a prática da atividade profissional de mercado e as teorias ensinadas e discutidas na Academia provocaram novas reflexões e questionamentos, levando-me ao mestrado em 1999.

Naquele momento, o que gerava inquietação eram as limitações da Contabilidade em apoiar o processo de tomada de decisão e estruturar o Sistema de Informações Contábeis, para tornar possível este necessário avanço. Como ainda não possuía conhecimento e maturidade profissional suficientes para questionar o modelo contábil então vigente, e ainda desconhecia suas bases teóricas e filosóficas, deixava-me envolver

por questões práticas e operacionais, quando o mais importante seria utilizar a Contabilidade para contribuir com a tomada de decisões econômicas e financeiras.

Por tal razão, na dissertação de mestrado defendida em 2001, propus e desenvolvi um modelo, ou metodologia, para a implantação dos Sistemas de Informações Contábeis (SIC) presentes nos *Enterprise Resource Planning* (EPR) ou Sistemas Integrados de Gestão (SIG). Nos anos seguintes, surgiu a oportunidade de testar e aplicar o modelo desenvolvido em várias empresas de diversos ramos de atividade, mas mesmo com o SIC adequadamente implantado, devidamente integrado às diversas áreas das entidades e aderente às suas atividades, o resultado alcançado mantinha-se distante da realidade econômica, pelo menos na grande maioria dos casos.

Novamente impunha-se a questão: por que a Contabilidade, criada e aplicada para a geração e disseminação de informação, não conseguia ser mais útil ao processo de tomada de decisão? A busca por uma resposta mostrava-me, então, ser necessário aprofundar mais e mais os meus conhecimentos teóricos, filosóficos e dos fundamentos da Ciência Contábil, até que o tempo se encarregasse de revelar que era preciso ir além dos “manuais” de Contabilidade e Finanças.

Manuais estes, impregnados de premissas, de pré-conceitos e de visões de mundo⁸, que acabam por ocultar ou não revelar o porquê e a origem das coisas, desfavorecendo e desestimulando o questionamento e o posicionamento crítico. Não fora a atividade acadêmica, provavelmente, não teria me conscientizado dessa falha científica, da qual a maioria dos profissionais de mercado não se dá conta. Considero, também, que sua detecção só foi mesmo possível por eu ter identificado a “anomalia” geradora do questionamento citado no parágrafo anterior, que insistia em ser respondido.

E assim, este mesmo questionamento levou-me ao doutorado em 2011, pois sem o devido aprofundamento analítico, encontrar uma resposta satisfatória parecia improvável. No doutorado, os primeiros estudos mostraram que o problema não estava apenas nas teorias aceitas pela comunidade científica da Contabilidade, mas também no modelo contábil adotado na prática, pelo fato de se distanciar das “boas teorias”⁹. No caso brasileiro, havia um distanciamento significativo entre a prática e as alternativas

⁸ Por sua vez, no doutorado, descobri que tais “visões de mundo” são perspectivas ontológicas e epistemológicas aceitas por uma comunidade científica que, com o tempo, as incorporam de tal forma, que as replicam sem questionamento, advindo daí a não racionalidade atribuída por Kuhn (2011 [1962]) à “ciência normal”, o que acaba por contribuir para o surgimento de paradigmas. A seção 2.6 aprofunda essa discussão.

⁹ Vide Nota 3.

disponibilizadas pelas teorias contábeis, a serem naturalmente complementadas pelas teorias de Administração, Economia e Finanças.

Todavia, o aprofundamento dos estudos conduziu-me a fortes questionamentos que confrontaram modelos teóricos orientadores da Contabilidade e Finanças e, conseqüentemente, da avaliação de ativos, e em particular, dos ativos intangíveis. Então constatei que a “anomalia” observada na prática da minha atividade profissional também era teoricamente sustentável, haja vista os modelos de avaliação aceitos pela nossa comunidade científica estarem sendo questionados desde a década de 1930, embora tais questionamentos tenham se intensificado somente a partir dos anos de 1960 e de 1970¹⁰.

Assim, consigo visualizar, na presente tese, o ponto de encontro da minha carreira profissional de mercado com a minha carreira acadêmica, pois se de um lado a motivação vem do “mundo real” (do mundo da experiência), que precisa de uma orientação teórica mais aderente à realidade econômica das entidades¹¹, de outro lado ela vem do “mundo acadêmico” (do mundo da razão), que precisa estimular a crítica e enfrentar as “anomalias”, contribuindo para que os saltos revolucionários aconteçam. Para tanto é necessário o surgimento de novas teorias, de novas visões, de novas maneiras de pensar e de fazer Contabilidade, mais próximas, espero, do mundo que vivemos hoje e daquele que se apresenta para o futuro.

Eis, então, a finalidade da tese proposta: buscar uma perspectiva teórica que contribua para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o caminho à frente nos colocará diante de posições, posturas e crenças tão arraigadas na teoria e na prática da Contabilidade que me permitirão argumentar a existência de “paradigmas” na Ciência Contábil que, embora bastante questionados nas últimas décadas (por isso argumentarei também pela existência de “anomalias” e até de uma “crise” de representação), continuam determinando o modelo e o caminho a ser seguido por aqueles que fazem e usam a contabilidade.

Neste sentido, mostra-se imperativa a busca por novas práticas e novas orientações teóricas e filosóficas que conduzam a resultados diferentes e mais próximos da realidade econômica das entidades. É preciso, portanto, buscar novos caminhos e novas alternativas, talvez uma via ainda não considerada, pois como alertou Einstein: *“Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”*.

¹⁰ Wells (1976, p. 474 e 475).

¹¹ Autores como Chua (1986) argumentam que a prática e a teoria em Contabilidade encontram-se divorciadas.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização temática

As mudanças sociais, econômicas e produtivas vivenciadas a partir do século XX, que se estendem até, e talvez para além, do século XXI, conduziram a Humanidade ao que alguns chamam de *Era da Informação*, outros de *Era Digital*, outros ainda de *Nova Economia*. Embora significativamente diferente da transição da *Era da Agricultura* para a *Era Industrial*, que alguns preferem *Velha Economia*, que se deu entre os séculos XVIII e XIX, parece consenso que, em termos históricos, ambos os processos de transformação foram tão rápidos quanto extraordinários.

Em menos de dois séculos (XVIII e XIX¹²) a Humanidade passa da *Era da Agricultura* para a *Era Industrial*, e novamente em menos de dois séculos (XX e XXI) passa da *Era Industrial/Velha Economia*, para a *Era da Informação/Nova Economia*. Enquanto no primeiro processo de transformação a máquina supera o trabalho humano, surgem novas relações entre capital e trabalho, novas relações entre as nações, o liberalismo econômico e a cultura de massa, dentre outros movimentos evolutivos, no segundo processo de transformação a economia baseada na indústria dá lugar à economia baseada nos serviços.

Os bens “tangíveis”, mercadorias e produtos, característicos da *Velha Economia* continuam tendo a sua utilidade, mas diante do cenário social do Século XX não têm mais o mesmo “valor”, agora são os bens “intangíveis”, característicos dos serviços da *Nova Economia*, que se destacam e se apresentam com valor superior. Neste sentido, Lev (2001, p. v) argumenta que enquanto economistas, empresários e analistas políticos debatem a questão do que é “novo” na chamada *Nova Economia*, uma característica importante das economias modernas do início do século XXI parece clara: “fatores intangíveis estão representando um papel cada vez mais dominante na criação de riqueza”¹³.

Upton Júnior (2003) apresenta as características distintivas da *Nova Economia* que normalmente são referenciadas nos registros científicos, quais sejam: conhecimento, capital conhecimento, *know-how*, capital intelectual, *internet*, tecnologia, informação, ativos intangíveis, divisão de conhecimento e novas formas de organização, efeitos em

¹² As datas e os períodos em História devem sempre ser interpretados como aproximações e aqui têm enfoque muito mais ilustrativo do que científico.

¹³ “Intangible factors are playing an increasingly dominant role in wealth creation”.

rede e globalização. Nessa *Nova Economia*, Lev (2001, p. 20) atesta que o destaque dos ativos intangíveis é o resultado da confluência de duas grandes forças: (i) as alterações substanciais na estrutura das empresas; e (ii) o longo alcance da tecnologia de informação e das inovações científicas.

Neste transformador processo de mudanças vivido pela Humanidade, muitas questões assolaram diversas disciplinas, das Ciências Exatas e Naturais às Ciências Humanas e Sociais. Onde há dúvidas e problemas a serem resolvidos, a ciência tem uma contribuição importante a dar por meio do seu diligente método de busca por soluções e respostas. Negligenciar as profundas transformações da sociedade e recusar-se a buscar uma compreensão das suas implicações pode trazer sérias consequências às Ciências Sociais, em especial às aplicadas como a Sociologia, Contabilidade, Economia e Finanças, dentre outras.

Como alertou Hopwood (2007), o ofício contábil não se alterou muito ao longo do tempo, embora a sociedade, as pessoas, as entidades, o mercado financeiro e de capitais tenham passado por tantas e significativas mudanças desde a Revolução Industrial. Diante disso, como esperar que o modelo contábil consolidado na *Era industrial*, direcionado, portanto, para as empresas da *Velha Economia*, especialmente para as indústrias, possa ser adequado para representar a essência econômica das empresas da *Nova Economia*? Como esperar que os métodos de avaliação dos ativos tangíveis possam ser adequados para avaliar ativos intangíveis, bens de naturezas tão distintas?

Assim, somos colocados diante da questão essencial do papel da mensuração contábil perante a sociedade. Afinal, não é sem motivos que a Contabilidade é considerada a “linguagem dos negócios”. Alguns autores, entre eles Max Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941), dois ilustres sociólogos alemães, o primeiro alcançando mais notoriedade do que segundo, argumentam que o empreendimento capitalista não teria sido possível sem o método das partidas dobradas, em outras palavras, sem a Contabilidade. Ou seja, sem o seu método particular de transformar os fatos patrimoniais em números, isto é, um método capaz de quantificar em moeda corrente, numa base uniforme de mensuração, as atividades empresarias¹⁴. Ferramenta considerada indispensável para a gestão, pois capaz de atender grande parte das necessidades informacionais de usuários internos e externos das empresas.

Weber (1930) assim ilustrou a importância da Contabilidade:

¹⁴ No Capítulo 3 retornar-se-á a esse tema com mais profundidade.

A moderna organização racional da empresa capitalista não teria sido possível sem dois fatores importantes no seu desenvolvimento: a separação dos negócios do patrimônio familiar (...) e, intimamente ligado a ele, a racionalidade contábil¹⁵ (WEBER, 1930¹⁶ *apud* RIAHI-BELKAOUI, 2004, p. 12).

Sombart (1992) é ainda mais incisivo e demonstra melhor essa tese¹⁷:

Não se pode imaginar o que o capitalismo seria sem a contabilidade: os dois fenômenos estão intimamente ligados tanto em forma quanto em conteúdo. Não se pode dizer se o capitalismo criou a contabilidade como uma ferramenta em sua expansão; ou talvez, ao contrário, se a contabilidade criou o capitalismo¹⁸ (SOMBART¹⁹, 1992 *apud* RIAHI-BELKAOUI, 2004, p. 12).

Esses argumentos ilustram a importância da Contabilidade tanto para os proprietários e investidores quanto para a sociedade em geral, como os credores, os fornecedores, os agentes financeiros, dentre outros. Diante desse papel de tamanha importância social, as Normas Internacionais de Contabilidade argumentam que: *Accounting follows Economics*, ou seja, a Contabilidade acompanha a Economia, em outras palavras, as demonstrações contábeis devem apresentar a realidade econômica das empresas sob pena de, não o fazendo, perder parte de sua relevância. Daí a importância de que os ativos intangíveis, ativos mais valiosos das empresas da *Era da Informação*, conforme acima demonstrado, sejam devidamente incorporados às demonstrações contábeis. Por isso, também os critérios de reconhecimento e mensuração precisam ser alinhados às características do capitalismo do século XXI.

Todavia, as Normas Internacionais de Contabilidade não tratam adequadamente essa questão, porque insistem em tratar igual os diferentes, uma vez que, por serem “ativos” tanto os tangíveis quanto os intangíveis recebem o mesmo tratamento contábil, em outras palavras, as “normas” para reconhecimento e mensuração seguem os mesmos

¹⁵ “The modern rational organization of capitalistic enterprise would not have been possible without two other important factors in its development: the separation of business from the household (...) and, closely connected with it, rational bookkeeping” (RIAHI-BELKAOUI, 2004, p. 12).

¹⁶ WEBER M. The protestant Ethic and the Spirit of Capitalism. London: Routledge, Introduction by Anthony Giddens; first edition 1930. HarperCollins Academic, translated by Talcott Parsons; 1992.

¹⁷ Esse link entre a Contabilidade e o Capitalismo ficou conhecido como a Tese ou Argumento de Sombart (RIAHI-BELKAOUI, 2004).

¹⁸ “One cannot imagine what capitalism would be without double-entry bookkeeping: the two phenomena are connected as intimately as forma and content. One cannot say whether capitalism created double-entry bookkeeping as a tool in its expansion; or perhaps, conversely, double-entry bookkeeping created capitalism” (RIAHI-BELKAOUI, 2004, p. 12).

¹⁹ SOMBART W. Translation to French by Marc Nikitin of “Tome 2, Livre 1, 2eme section: les systemes’ economiques’, 10e chapitre: les entreprises capitalistes, paragraphe III: L’entreprise comme une unite comptable”, 110–125, de ‘Der moderne Kapitalismus (1916). Cahiers d’histoire de la comptabilite, Editions Ordre des experts comptables’ et Editions comptables Malesherbes, vol. 2; 1992.

princípios, a exemplo do que sugere a Teoria da Contabilidade²⁰. Em consequência a grande maioria dos ativos intangíveis não é reconhecida nas demonstrações contábeis, o que contribui significativamente para o distanciamento dos valores contábeis dos seus respectivos valores econômicos, o que, por sua vez, e como será demonstrado a seguir, reduz o poder explicativo das informações contábeis (AMIR; LEV, 1996; LEV, 2001; HAND; LEV, 2003; PALEPU; HEALY, 2008; SCOTT, 2012).

É importante destacar que a Contabilidade é um meio de apuração do valor econômico das empresas, porém, não sendo uma fonte de apuração do seu valor de mercado²¹. Determinar esse valor é tarefa que compete ao mercado. Entretanto, quando o mercado atribui um valor a uma empresa muito diferente daquele reportado nas demonstrações contábeis, significa que algo relevante, como um ativo ou um passivo, não foi reconhecido ou mensurado adequadamente pela Contabilidade, mas o foi pelo mercado. Ou seja, de alguma forma, o mercado precificou ou mensurou esse ativo ou esse passivo. Logo, não deve ser objetivo da Contabilidade aproximar-se ao máximo do valor de mercado das empresas, embora os responsáveis pela preparação das demonstrações contábeis (gestores, contadores e auditores) devam esforçar-se ao máximo para apresentar a essência econômica das transações empresariais²².

A Tabela 1, elaborada por Amaral (2012), exemplifica de forma consistente a relação entre o “valor contábil”, representado pelo “patrimônio líquido” (PL), e o “valor de mercado” (VM), obtido pela multiplicação do número de ações pelo seu preço de cotação. É possível observar o distanciamento entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas selecionadas (comparando as colunas 2 e 3) e, também, como demonstrado na coluna 5, que no caso da Amazon apenas 6,13% do seu valor de mercado é captado pelo valor contábil, o mesmo acontecendo em graus diferentes nas demais empresas, tanto norte-americanas quanto brasileiras, exceto para a Petrobras que se apresenta superavaliada em termos contábeis: 107,97%.

²⁰ Veja, por exemplo, Hendriksen e Van Breda (1999).

²¹ “A informação contábil-financeira tem valor preditivo, se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições” (Pronunciamento Conceitual Básico, QC8).

²² A seção 3.2.3 aprofunda essa discussão.

TABELA 1
Relação entre patrimônio líquido ou ativo permanente e valor de mercado

Empresa	Valor de Mercado (Ações)	Valor Contábil (Patrimônio Líquido)	Valor Contábil (Ativo Permanente)	Índices (PL/VM)	Índices (AP/VM)
EUA	(a) US\$ em bilhões	(b) US\$ em bilhões	(c) US\$ em bilhões	(b)/(a)	(c)/(a)
Amazon	111,990	6,864	2,420	6,13%	2,16%
IBM	227,550	23,046	14,096	10,13%	6,19%
Microsoft	228,480	57,083	8,162	24,98%	3,57%
Google	150,420	46,241	7,759	30,74%	5,16%
Procter & Gamble	178,320	68,001	21,293	38,13%	11,94%
GE	175,970	118,936	103,101	67,59%	58,59%
BRASIL	(a) R\$ em milhares	(b) R\$ em milhares	(c) R\$ em milhares	(b)/(a)	(c)/(a)
AMBEV	155.316	24.565	7.032	15,82%	4,53%
CSN	23.036	7.823	13.777	33,96%	59,81%
Bradesco	99.062	48.043	98.859	48,50%	99,80%
Vale	231.615	116.327	130.087	50,22%	56,17%
Itaú/Unibanco	124.157	64.392	4.728	51,86%	3,81%
Gerdau	22.143	20.148	16.172	90,99%	73,03%
Petrobras	287.326	310.223	282.838	107,97%	98,44%

Fonte: Adaptado de AMARAL, 2012.

Nota: (a) Segundo cotação em bolsa em 31 de agosto de 2011.

(b) e (c) Segundo as ITRs²³ do segundo trimestre de 2011.

Pode-se observar, ainda, que as empresas caracterizadas pela prestação de serviços (*Nova Economia*), como a Amazon (6,13%), IBM (10,13%), Microsoft (24,98%) e Google (30,74%), apresentam divergências mais significativas em relação ao valor de mercado, e que as empresas caracterizadas pela industrialização (*Velha Economia*), como GE (67,59%), Gerdau (90,99%) e Petrobras (107,97%), apresentam divergências bem menos significativas. Todavia, cabe notar que empresas como AMBEV (15,82%) e Procter & Gamble (38,13%), cuja atividade preponderante também é a industrialização, apresentam divergências significativas, oriundas do fato de essas empresas possuírem um tipo importante de ativo intangível, capaz de ser mais valioso do que suas máquinas e equipamentos, a saber: as marcas.

A Tabela 1 permite outra análise comparativa. Quando se considera o “patrimônio líquido”, deduz-se dos ativos totais as obrigações com terceiros (passivos) de curto e de longo prazo. Uma alternativa seria comparar o valor dos “ativos permanentes” (AP), que contemplam os bens duráveis tangíveis e intangíveis reconhecidos na Contabilidade, com o valor de mercado da empresa (comparando as colunas 2 e 4). Pode-se observar que, com

²³ Informações Trimestrais divulgadas pelas Companhias de Capital Aberto.

exceção da Petrobras (98,44%) e do Bradesco (99,80%), as demais empresas, especialmente aquelas com concentração de intangíveis (intangíveis-intensivas), apresentam divergências significativas entre o “valor dos ativos permanentes” e o “valor de mercado” da empresa, destacando-se, dentre elas, a Amazon (2,16%), a Microsoft 3,57%), o Itaú/Unibanco (3,81%), a AMBEV (4,53%), o Google (5,16%) e a IBM (6,19%).

Por sua vez, o Gráfico 1, extraído de Lev (2001), apresenta a média do Índice *Price-to-Book*, semelhante à coluna 5 da Tabela 1, das companhias listadas na S&P 500 dos Estados Unidos da América (EUA) para o período de dezembro de 1977 a março de 2001. Pode-se observar que, nos anos 1980, o “valor de mercado” era cerca de duas vezes maior do que o “valor contábil”, chegando, no início dos anos 2000, a representar cerca de sete vezes mais, o que sugere algo errado, uma anomalia. Lev (2001), Macintosh (2002) e Hand e Lev (2003) atribuem grande parte dessa divergência (anomalia) ao não reconhecimento da totalidade dos ativos intangíveis, corroborando as conclusões dos parágrafos anteriores.

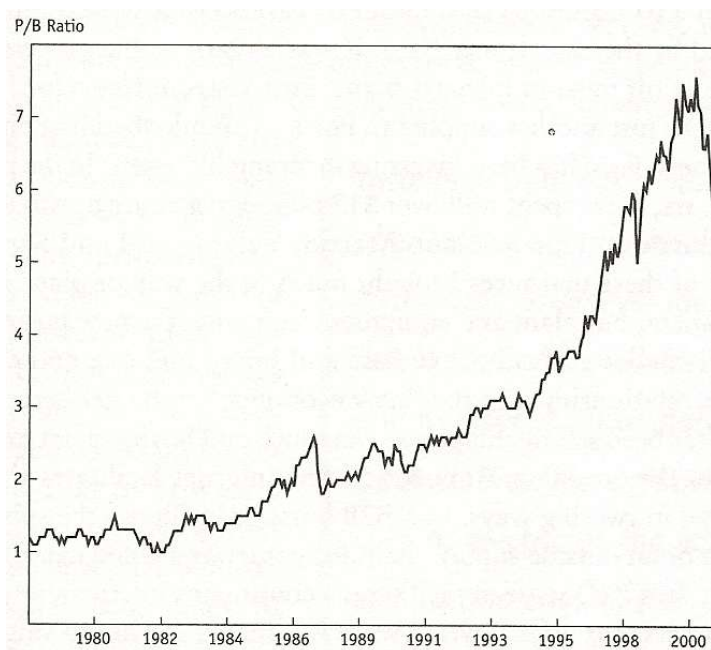


GRÁFICO 1 - Média do Índice *Price-to-Book* das companhias listadas na S&P 500 dos EUA

Fonte: LEV, 2001, p. 9.

Destaca-se, mais uma vez, que não se está argumentando que o valor contábil deve ser igual ao valor de mercado, mas parece evidente a existência de uma anomalia, de um problema de mensuração a ser identificado e combatido, pois de outra forma, como

explicar o aumento de quase 350% do valor de mercado em relação ao valor contábil? O que o Gráfico 1 mostra é que, em cerca de 20 anos, a Contabilidade teve o seu potencial de capturar a essência econômica das transações empresariais substancialmente reduzido. A literatura especializada sugere (AMIR; LEV, 1996; LEV, 2001; MACINTOSH, 2002; HAND; LEV, 2003; PALEPEU; HEALY, 2008; SCOTT, 2012), dentre outros teóricos, que o não reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis é fator relevante dessa anomalia.

Neste sentido, Collins *et al.* (1997)²⁴ concluíram que as informações contábeis são relevantes para o mercado financeiro e de capitais. Entretanto, constataram que o poder explicativo das informações contábeis contidas no lucro é baixo, e vem reduzindo (a área mais escura do Gráfico 2 mostra como o R^2 da variável lucro foi encolhendo ao longo dos anos) com o tempo. Os autores analisaram a mudança no valor de relevância das informações contábeis ao longo de 40 anos nos EUA, contemplando o período que vai de 1953 a 1993.

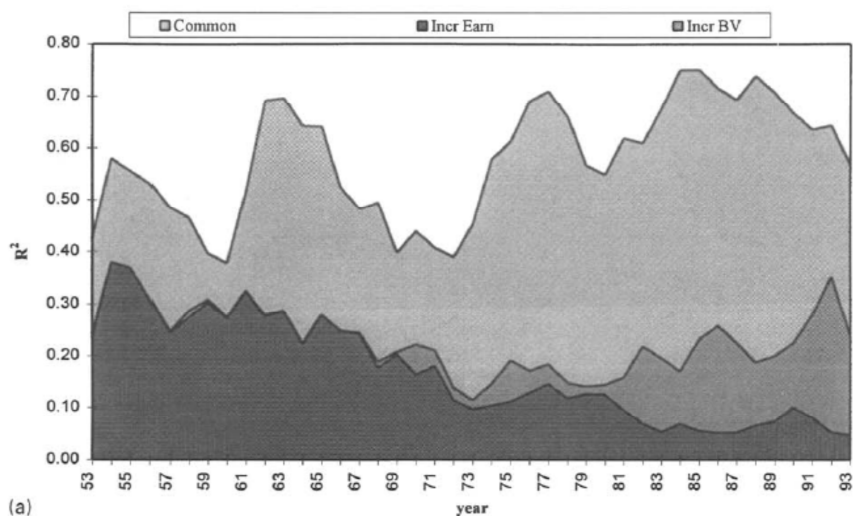


GRÁFICO 2 – Evolução do R^2
Fonte: COLLINS *et al.*, 1997, p. 50.

Importante notar que Collins *et al.* (1997) atribuem parte do baixo poder explicativo das informações contábeis ao aumento do valor dos ativos intangíveis que, por não serem adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis, acabam por comprometer, pelo menos em parte, o valor de relevância dessas informações. Uma análise

²⁴ Ross (1983), Kothari (2001), Penman (2001), Lopes e Martins (2007) e Morricone *et al.* (2009), também concluíram que a informação contábil é relevante para o mercado financeiro e de capitais, mas que o seu poder explicativo é baixo.

comparativa entre o Gráfico 1 e o Gráfico 2 parece sugerir que, na medida em que aumenta a divergência entre os valores contábeis e os valores de mercado (relação PL/VM), diminui a relevância do poder explicativo das informações contábeis ou vice-versa.

Sarlo Neto *et al.* (2012) replicaram no Brasil o estudo de Collins *et al.* (1997), contemplando um período de 20 anos que vai de 1990 a 2010, encontrando resultados semelhantes, no que diz respeito ao poder explicativo do lucro contábil (área mais clara do Gráfico 3). Entretanto, quanto ao poder explicativo total (valor patrimonial mais lucros), os resultados são divergentes, pois enquanto Collins *et al.* (1997) constata uma tendência de aumento do poder explicativo (áreas mais claras do Gráfico 2), Sarlo Neto *et al.* (2012) constata uma tendência de diminuição (áreas mais escuras do Gráfico 3)²⁵.

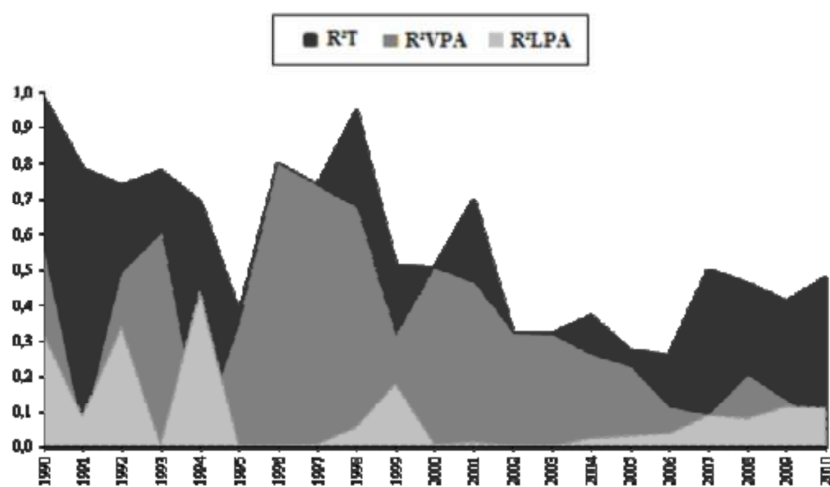


GRÁFICO 3 – Evolução do R2
Fonte: SARLO NETO *et al.*, 2012, p. 11.

Nesse sentido, Macintosh (2002, p. xii) atesta que os profissionais da Contabilidade viram-se diante de uma “crise de representação” de magnitude sem precedentes, e concluiu que “o problema era que o retorno dos ativos intangíveis agora estava superando o retorno dos ativos físicos e financeiros²⁶”. Fato que remete a uma reflexão sobre as bases conceituais e os princípios que levam ao registro contábil dos ativos, em particular dos

²⁵ Em relação às divergências é importante notar as diferenças entre o contexto contábil e de mercado de capitais entre EUA e Brasil.

²⁶ “The problem was that the return on knowledge assets was now outstripping returns on physical and financial assets” (MACINTOSH, 2002, p. xii).

intangíveis, o quais se mantiveram praticamente inalterados, mesmo diante do profundo processo de transformação da sociedade supra destacado.

Os parágrafos anteriores sugerem, portanto, uma “anomalia”²⁷ em relação aos princípios, bases conceituais e teóricas para o reconhecimento e a mensuração dos ativos, o que tem levado a um distanciamento significativo entre os valores contábeis e seus respectivos valores econômicos, bem como a uma diminuição do poder explicativo das informações contábeis, embora ainda se mostrem relevantes. Neste contexto, os intangíveis têm demonstrado ocupar lugar de destaque, com autores como Lev (2001), Amir e Lev (1996), Hand e Lev (2003), Macintosh (2002) e Scott (2012), para citar apenas alguns, apontando-os como um dos principais responsáveis por essas anomalias, constituindo-se, portanto, num dos grandes desafios para a Contabilidade no século XXI.

Outra posição defendida em parágrafos anteriores, uma vez entendida a Contabilidade como Ciência Social, é que esta não pode negligenciar o profundo processo de transformação da sociedade, e simultaneamente das pessoas, das relações, dos mercados, das empresas, apresentando a essência econômica nas demonstrações contábeis no mesmo formato desde a *Revolução Industrial* aos dias atuais da *Revolução Digital*. Em meio a tantas revoluções e transformações parece que a Contabilidade padece da necessidade de uma “revolução científica” que a conduza a novos princípios e bases conceituais que, por sua vez, conduzam ao reconhecimento e à mensuração dos ativos, em especial dos intangíveis.

É neste sentido que a presente tese se justifica tanto em termos teóricos quanto em termos práticos, como uma das primeiras tentativas não só de se identificar as anomalias, mas também de se propor uma perspectiva teórica que possa contribuir para a sua solução, mesmo que parcial. O caminho que se põem à frente, como será mostrado nos capítulos 2 e 3, exigirá um resgate da origem, a saber, das bases filosóficas que fundamentaram a Contabilidade (como ciência e técnica), bem como uma análise dos seus pontos fortes e fracos e, talvez o mais difícil, a superação de alguns paradigmas, dentre eles, inclusive, o paradigma de que paradigmas são incomunicáveis, incomensuráveis e, portanto, impedidos de contribuir mutuamente para a solução de problemas relevantes.

Triste miopia provocada pela arrogância, típica do ser humano, de se julgar conhecedor da verdade sem cobrar da razão (pensamento) uma análise ampla e mais bem fundamentada que se estenda para além de sua posição, crenças, valores e conhecimento

²⁷ As Seções 3.2, 3.3 e 3.4 discutem e aprofundam essa questão.

atual. Este “espírito”, tão presente no dia-a-dia do mercado e da Academia, cria barreiras, às vezes, intransponíveis. Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979) diriam incomensuráveis, por conduzirem a uma “cegueira”, ou pelo menos a uma visão muito restrita dos horizontes que se colocam à frente. Também por isso, Einstein disse certa vez: “Triste época! É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito”.

Uma das principais contribuições esperadas dessa tese é estabelecer um novo olhar sobre a incomensurabilidade dos paradigmas, pois a solução de algumas das anomalias constatadas não só nas ciências contábeis, mas também nas ciências administrativas e econômicas, dentre outras, parece passar pela contribuição mútua dos paradigmas, a partir da convergência dos seus pontos fortes, como forma de reduzir o impacto dos seus pontos fracos. É olhando para além das barreiras impostas pelos paradigmas, cobrando da razão um olhar mais profundo do que a periferia das críticas vazias às premissas dos paradigmas concorrentes, que se espera alcançar a maior contribuição da tese proposta: dar um passo concreto na direção de uma Teoria da Contabilidade mais aderente à realidade social do século XXI.

1.2 Problema e questões da pesquisa

Ante o exposto, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: *Como, em termos teóricos, poderiam ser reconhecidos e mensurados os ativos intangíveis nas demonstrações contábeis?* Dada à complexidade do problema de pesquisa, algumas questões orientadoras foram elaboradas, no sentido de melhor direcionar a busca de uma solução:

- 1 Uma vez que a discricionariedade é imprescindível para que as demonstrações contábeis reflitam a essência econômica das empresas, por que a Teoria da Contabilidade negligencia, em grande parte, os aspectos subjetivos inerentes ao processo de reconhecimento e mensuração dos itens patrimoniais, em especial, dos ativos intangíveis?
- 2 Como a Teoria da Contabilidade pode tratar mais adequadamente a subjetividade inerente ao processo contábil? Governança corporativa, controles internos e auditoria independente podem contribuir para esse processo?

- 3 Quais os principais métodos e técnicas utilizados para a identificação e mensuração dos ativos intangíveis? Dentre estes, quais não são reconhecidos e aceitos pela Teoria da Contabilidade e/ou pelas Normas Contábeis, e porque não o são?
- 4 O que deve ser contemplado ou considerado pela Teoria da Contabilidade para que os ativos intangíveis possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis?

Juntamente com o problema de pesquisa, as questões orientadoras permitiram ainda a elaboração dos objetivos geral e específicos apresentados a seguir.

1.3 Objetivos geral e específicos

O objetivo geral deste estudo é propor uma perspectiva teórica para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. A partir do desafio proposto, foram identificados os objetivos específicos a serem atingidos ao longo do processo de pesquisa:

- 1 identificar e caracterizar os modelos teóricos e empíricos de avaliação de intangíveis descritos na literatura contábil e de finanças;
- 2 identificar os modelos teóricos e empíricos mais utilizados para a avaliação de intangíveis no mercado financeiro e de capitais, esclarecendo os elementos motivadores de sua escolha;
- 3 analisar o uso dos modelos identificados, inclusive, quanto à mensuração de risco, com ênfase nas teorias da Contabilidade e Finanças;
- 4 confrontar a percepção de especialistas em relação ao processo de avaliação dos ativos intangíveis;
- 5 apresentar uma perspectiva teórica para o reconhecimento e a mensuração dos intangíveis nas demonstrações contábeis; e
- 6 realizar a aplicação empírica da perspectiva teórica proposta.

1.4 Metodologia textual

Como demonstrado na Figura 1, este estudo foi estruturado em sete capítulos. O primeiro, ora concluído, apresenta a contextualização do tema e justifica suas motivações

teóricas e empíricas, além de apresentar os problemas de pesquisa e os objetivos geral e específicos. O Capítulo 2 apresenta a fundamentação filosófica da tese, permitindo que o posicionamento filosófico adotado esteja justificado. Por sua vez, o Capítulo 3 apresenta a fundamentação teórica que integra a orientação filosófica, possibilitando que o paradigma contábil seja identificado, demonstrado e questionado. Juntos, os capítulos 2 e 3 compõem a revisão da literatura, mais do que isto, consolidam e integram as visões ontológicas, epistemológicas e teóricas do presente estudo, aspectos fundamentais de toda pesquisa científica.

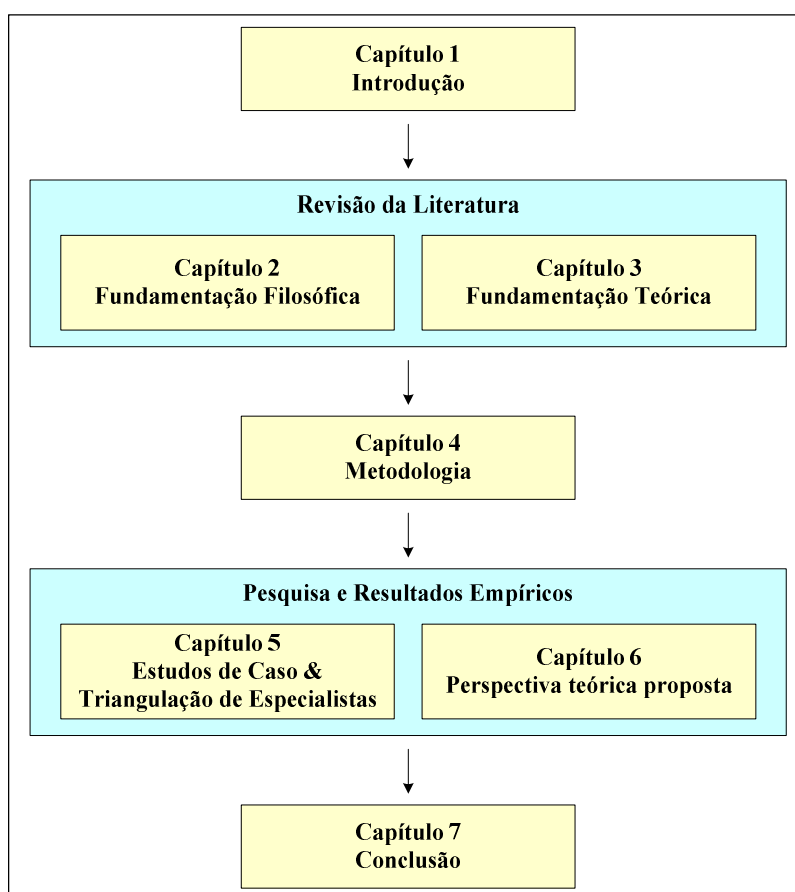


FIGURA 1 – Metodologia textual
Fonte: Original desta pesquisa.

No Capítulo 4, tem-se que a Metodologia utilizada consolida um aspecto importante introduzido nos Capítulos 2 e 3: o multiparadigmatismo. O Capítulo 5 apresenta o estudo multicase e a triangulação de especialistas, bem como as análises dos dados. No Capítulo 6 tem-se a essência da tese proposta, haja vista apresentar uma

perspectiva teórica que deveria conduzir ao reconhecimento e à mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, pelo menos de parcela razoavelmente maior do que hoje é permitido pelas Normas Internacionais de Contabilidade. Juntos, os capítulos 5 e 6 compõem este estudo e os resultados empíricos da tese proposta. O Capítulo 7 apresenta as conclusões alcançadas e suas contribuições, além de indicar perspectivas para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA

A pergunta acerca do que é ciência foi frequentemente formulada pelos gregos. Ela é uma questão antiga, ou seja, uma questão sempre nova. Ela constitui uma daquelas questões que não se aquietam quando dela já temos à mão uma definição.

MARTIN HEIDEGGER

2.1 Introdução

Este capítulo introduz aspectos relevantes da Filosofia da Ciência, contextualizando-os no âmbito das Ciências Sociais e da Ciência Contábil. Objetiva subsidiar as reflexões necessárias sobre a origem filosófica dos paradigmas da Contabilidade, ou seja, os fundamentos filosóficos sobre os quais se encontram alicerçados os métodos e critérios contábeis atualmente utilizados para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis, conforme discussão introduzida no capítulo anterior.

2.2 Filosofia e racionalidade

De onde surgem as dúvidas tão necessárias ao processo científico e ao crescimento pessoal de cada indivíduo senão do pensamento humano, desse desejo incontido pelo saber, dessa “coceira” por conhecer o desconhecido? Talvez resida neste questionamento a origem da máxima de que o simples ato de pensar é em si um filosofar, pois concernente com Agostinho (354-430): “*dubito ergo sum*” e com Descartes (1596-1650): “*cogito ergo sum*”. Hessen (2012, p. 3) coloca essa questão de forma mais poética ao demonstrar que “a palavra ‘filosofia’ provém da língua grega e significa amor à sabedoria ou, em outras palavras, aspiração ao saber, ao conhecimento”.

Essa aspiração ao “saber”, esse amor à “sabedoria” conduziu o homem, a partir do século XIII²⁸, a um processo de desenvolvimento científico que chegou ao século XXI, talvez pontuado por mais dúvidas do que no início dessa jornada de “descobrimento”, o que impõe a certeza de que ainda há muito por ser realizado. Ao longo dos séculos, tanto

²⁸ Entre os primeiros pensadores que contribuíram para o desenvolvimento da ciência como a conhecemos hoje, encontram-se Roger Bacon (1214-1292), Duns Scoto (1265-1308) e Guilherme de Ockham (1280-1349). Notas de aula da disciplina “Filosofia da Ciência”, ministrada pela professora Ester Vaisman, Ph.D, 1º semestre 2011.

as dúvidas quanto as certezas levaram a posições tão arraigadas, de parte a parte, que produziram dicotomias e dualismos que ora pendiam para um lado ora para outro, e assim de volta para um e novamente de volta para o outro.

A história da Filosofia, contada por Hessen (2012), revela como essa trajetória nos permite aprender lições importantes, de forma que o ponto de chegada da Filosofia no século XX seja o ponto de partida do presente estudo. Tal saga filosófica remonta a Sócrates²⁹ (469-399 a.C.), que tentou colocar na base da vida humana a “reflexão” e o “saber”. “Ele tenta fazer com que todo agir humano seja um agir consciente, um saber, e empenha-se em elevar a vida, com todos os seus conteúdos, ao nível da consciência filosófica” (HESSEN, 2012, p. 6). Em Platão (427-347 a.C.), seu maior discípulo, a consciência filosófica se estende à totalidade da consciência humana, chegando também ao conhecimento científico. “Com isso, a filosofia aparece em Sócrates e mais ainda em Platão como autorreflexão do espírito a respeito de seus mais altos valores teóricos e práticos, os valores do verdadeiro, do bom e do belo” (HESSEN, 2012, p. 6).

Já a filosofia de Aristóteles (387-322 a.C.) concentra-se, principalmente, no conhecimento científico e em seu objeto: o ser. Hessen (2012, p. 6) ressalta que no núcleo da filosofia Aristotélica “há uma ciência universal do ser: a ‘filosofia primeira’ ou, como seria chamada mais tarde, a metafísica³⁰”. Assim, conclui Hessen (2012, p. 6) que: “se a filosofia socrático-platônica pode ser caracterizada como uma *visão de si* do espírito, devemos dizer que, em Aristóteles, a filosofia aparece antes de tudo como *visão de mundo*”.

Depois de Aristóteles, a partir dos estoicos e epicuristas, a Filosofia volta-se novamente para a autorreflexão do espírito, transformando-se em filosofia da vida, para, na Idade Moderna, voltar aos caminhos da filosofia Aristotélica. Assim, nos sistemas de Descartes, Espinosa (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), a Filosofia aparece novamente como visão de mundo, enquanto em Kant (1724-1804) volta ao do tipo platônico. Em Kant, a Filosofia “aparece, antes de qualquer coisa, como teoria do conhecimento, como fundamentação crítica do conhecimento científico. Não se limita, porém, ao domínio teórico, mas avança, a partir dele, para uma fundamentação crítica dos valores em sua totalidade” (HESSEN, 2012, p. 7).

²⁹ Nas palavras de Hessen (2012, p. 5), Sócrates, não sem justiça, é chamado de criador da filosofia ocidental.

³⁰ Esta “nos informa sobre a essência das coisas, a contingência e os princípios últimos da realidade” (HESSEN, 2012, p. 6).

No século XIX, tem-se a filosofia do tipo Aristotélico, revivida no sistema idealista alemão, especialmente em Schelling (1775-1854) e Hegel (1770-1831). Todavia, é importante enfatizar o caráter unilateral e exaltado como tal processo ocorre, pois gera um movimento contrário, do tipo *platônico*, igualmente unilateral, e é desse embate que vem a enorme quantidade de direcionamentos epistemológicos existentes atualmente (HESSEN, 2012, p. 16). Segundo Hessen (2012), esse embate conduz:

por um lado, a uma **desvalorização total da filosofia** - como a que está presente no **materialismo** e no **positivismo** - e, *por outro lado*, a uma renovação do tipo kantiano, como a que ocorreu no **neokantismo**. A unilateralidade dessa renovação está em que são eliminados todos os fatores (inconfundivelmente presentes em Kant) relacionados ao conteúdo e à visão de mundo, e a filosofia assume um caráter puramente formal, **metodológico**. É latente, nesse modo de encarar as coisas, o impulso para um novo movimento do pensamento filosófico que, contra o formalismo e o metodologismo dos neokantianos, busca os conteúdos e uma visão de mundo e representa, assim, uma renovação do tipo aristotélico. Estamos ainda em meio a esse movimento. Ele conduziu, por um lado, à busca de uma metafísica indutiva, como a empreendida por Hartmann, Wundt e Driesch e, por outro lado, a uma filosofia da intuição, como a que encontramos em Bergson e, sob uma outra forma, na moderna fenomenologia de Husserl e Scheler (HESSEN, 2012, p. 7 e 8). (grifos nossos)

Essa “gangorra” dualista, ora pendendo para a *visão de si* ora pendendo para a *visão de mundo*, acabou por revelar uma tensão peculiar entre esses dois elementos, pois quando um aparece o outro emerge com mais força ainda, quando um avança o outro retrocede. Assim, Hessen (2012, p. 8) conclui que “toda a história da filosofia aparece, enfim, como um movimento pendular entre esses dois pontos”. E acrescenta que isso é uma prova de que esses dois elementos (*visão de si* e *visão de mundo*) pertencem ao conceito essencial da Filosofia. Então afirma: “não se trata de um *ou-isto-ou-aquilo*, mas de um *tanto-isto-quanto-aquilo*. A filosofia é ambas as coisas: visão de si e visão de mundo” (HESSEN, 2012, p. 8). Daí a conclusão do autor de que a “filosofia é a tentativa do espírito humano de atingir uma visão de mundo, mediante a autorreflexão sobre suas funções valorativas teóricas e práticas”.

Assim como a história da Filosofia é dotada de dualismos e dicotomias, frequentemente gerados por embates unilaterais, a história das Ciências também, como por exemplo, Idealismo *versus* Realismo, Positivismo *versus* Antipositivismo, Racionalismo *versus* Empirismo, Intelectualismo *versus* Apriorismo, dentre outros³¹. A questão que aqui se coloca para reflexão, e que cobra a razão de um posicionamento, é se na Ciência deveria

³¹ Os *ismos* variam de acordo com a taxonomia dos vários autores, havendo, às vezes, certo consenso dentro de um mesmo campo, como na Filosofia ou na História das Ciências. Alguns dos embates citados ocorreram tanto no campo da Filosofia quanto das ciências.

ser buscado, como na Filosofia, um diálogo a partir dos pontos de interseção das diferentes visões (origem dos paradigmas), ao invés de se insistir nas divergências e antagonismos, de forma que o “ou-isto-ou-aquilo” dê lugar a um “tanto-isto-quanto-aquilo”.

Um dos embates mais ferozes que se tem observado ao longo tanto da história da filosofia quanto da história da ciência é o embate entre o *sujeito* e o *objeto*. Na Filosofia esse embate aparece no duelo Realismo *versus* Idealismo (soluções metafísicas) ou no duelo Objetivismo *versus* Subjetivismo (soluções pré-metafísicas), enquanto nas ciências aparece representado pelo duelo Positivismo *versus* Antipositivismo. O que os séculos de debates e polêmicas mostram, como concluíram diversos filósofos, dentre eles Hessen (2012) e Domingues (2004), é que a solução talvez esteja entre eles e não em um dos lados. Nesse sentido, Hessen (2012) atesta:

Como mostram as soluções antagônicas dadas de ambos os lados, por pensadores profundos, trata-se de um problema firmemente postado nos limites da capacidade humana de conhecer e que escapa a uma solução categórica e absolutamente segura por parte de nosso limitado pensamento. Essa intuição pode ser ainda mais profundamente justificada. Como seres que querem e agem, **estamos presos à oposição entre eu e não eu, entre sujeito e objeto**; é impossível, por isso, superar teoricamente esse dualismo, vale dizer, **é impossível solucionar definitivamente o problema sujeito-objeto** (HESSEN (2012, p. 92) (grifos nossos).

Domingues (2004) chega, por uma via diferente, à mesma conclusão, dizendo:

Contudo, não faltam aqueles que, além de Freud, nos põem em guarda contra a pretensão do cientista e do filósofo de agarrar (e mais ainda fabricar) o nosso eu. Um deles é Nietzsche, que em *Humano, demasiado humano* diz que “O homem está muito bem defendido contra si mesmo, contra toda espionagem e todo assédio a si mesmo; de ordinário, não pode perceber de si mesmo mais do que suas obras exteriores. A cidadela propriamente dita lhe é inacessível, a menos que amigos e inimigos não sejam traidores e nela se introduzam por um caminho secreto (...)”. Resultado: se o fundamento do conhecimento de si mesmo **não pode ser encontrado** do lado do **objeto**, como imaginava a **ciência**, nem do lado do **sujeito**, como queria a **filosofia** (a filosofia do sujeito), **a saída será buscá-lo na inter-relação dos dois** (DOMINGUES, 2004, p. 649-650). (grifos nossos).

Domingues (2004, p. 647-648) contextualiza sua conclusão em relação ao debate sujeito-objeto, lembrando que é sabido “que o conhecimento de si mesmo no transcurso da modernidade se deu na esteira de uma sucessão de revoluções científicas, que terminaram por alterar mais de uma vez a posição do indivíduo”. Assim, destaca a revolução de Copérnico, que descentra a Terra em relação ao Sol³²; a revolução de Darwin (1809-1882), “que terminou por descentrar o homem na natureza, retirando-lhe todo o privilégio e

³² Mais tarde, ao longo da modernidade outras revoluções no campo da astronomia acabaram por descentrar o próprio sol, afirmando que o cosmo possui muitos centros ou que este é policentrado (DOMINGUES, 2004, p. 647).

colocando-o ao lado dos primatas”; a de Marx (1818-1883) que “descentra o indivíduo em favor da sociedade, colocando-o em seu lugar o modo de produção e as classes sociais”; e a de Freud (1856-1939), “que dá o último golpe, aprofundando mais ainda nossa ferida narcísica, quando descentra no indivíduo (o pouco que lhe sobrou) a consciência em favor do inconsciente”. Por fim, Domingues (2004) argumenta:

Efetuada o descentramento, descobrimos – paralelamente às ciências naturais, mas por vias independentes – que não governamos nem sequer nossa casa (a consciência), e que a maior parte de nossos atos é determinada pela zona de sombra de nossos instintos ou pulsões inconscientes, que agem em nós malgrado nós e cujo significado profundo tratamos de colocar em recesso, por julgá-los indignos e inconfessáveis (...). Então é que foi desferido o último golpe nas **ilusões objetivistas** das ciências do homem, tamanha foi a pirueta, quando o “Conhecer-te a ti mesmo” se converteu no *desconhecer-te a ti mesmo* (DOMINGUES, 2004, p. 648). (grifo nosso).

Como dito no início desta seção, o ponto de chegada da Filosofia no século XX é o ponto de partida da presente tese. Se do debate de séculos entre sujeito e objeto, entendido a filosofia do lado do sujeito e a ciência do lado do objeto, depreende-se que a solução pode estar na inter-relação, no diálogo, no complemento das fraquezas de um com as forças do outro, e não em posições unilaterais extremadas. Por que insistir nas posições mutuamente excludentes? Como no caso da Filosofia ora focado, o fato de duas posições diferentes se mostrarem recorrentes ao longo do tempo, ora uma superando a outra e vice-versa, sugere *de per se* que estas podem igualmente fazer parte da solução, ou que pelo menos são variáveis que devem, obrigatoriamente, fazer parte da equação que pretende solucionar o embate.

Assim, quando consultada a razão das posições unilaterais extremadas, diante dos resultados obtidos na Filosofia e na Ciência, como por exemplo, no embate sujeito-objeto, pode-se concluir que existe ampla possibilidade para o diálogo entre o sujeito e o objeto, entre o subjetivo e o objetivo. Ademais, como demonstrado por Domingues (2004), os diversos descentramentos já vivenciados ao longo da história – da terra, do sol, do homem, do indivíduo e da consciência –, revelam a provisoriedade das certezas humanas, na medida em que o conhecimento avança e, hoje, nos permite enxergar além dos horizontes visíveis, a partir dos paradigmas correntes. Que o digam os antigos astrônomos diante de Copérnico, Newton diante de Einstein, Priestley diante de Lavoisier, dentre outros bons exemplos.

2.3 Teoria do conhecimento: achados epistemológicos

Ante o exposto, o presente estudo argumenta em favor da necessidade de revisão das premissas filosóficas encontradas no interior da Teoria da Contabilidade e das Normas Contábeis, das quais se originam os métodos e critérios aceitos pela Contabilidade para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis. Assim, é necessário aprofundar a reflexão, iniciada da seção anterior, sobre a racionalidade humana, e questionar a possibilidade do conhecimento, a sua origem e a sua essência, pois como será demonstrado adiante, a racionalidade contábil tem sua origem nos achados epistemológicos presentes na Filosofia das Ciências incorporados nas práticas científicas e de mercado da Contabilidade.

Hessen (2012) afirma que o conhecimento é uma afiguração do objeto³³ pelo sujeito, e que a verdade do conhecimento consiste numa concordância da “imagem” afigurada pelo sujeito com o objeto. Logo, no conhecimento defrontam-se consciência e objeto, sujeito e objeto, portanto, o conhecimento aparece como uma relação entre esses dois elementos (sujeito e objeto). Mas há também uma correlação, pois “o sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito. Ambos são o que são apenas um para o outro” (HESSEN, 2012, p. 20).

Hessen (2012) destaca que existem cinco questões principais contidas nos achados epistemológicos, quais sejam: (i) quanto à possibilidade do conhecimento: será o sujeito capaz de apreender o objeto? (ii) quanto à origem do conhecimento: a fonte e o fundamento do conhecimento humano é a razão ou a experiência? (iii) quanto à essência do conhecimento humano: o objeto determina o sujeito, ou o sujeito determina o objeto? (iv) quanto aos tipos de conhecimento: existe outro tipo de conhecimento que não seja o racional? (v) quanto ao critério de verdade: se existe conhecimento verdadeiro, como pode o ser humano conhecer a verdade? Qual critério nos revela em cada caso se um conhecimento é verdadeiro ou não? Em relação à tese proposta é importante posicionar-se diante das três primeiras questões apontadas pelo autor, as quais se encontram sumarizadas no Quadro 1.

³³ “Há dois tipos diferentes de objetos: (a) *objetos reais* (ou efetivos): são todos que nos são dados na experiência externa ou interna ou são inferidos a partir dela. (b) *objetos ideais*: são irrealis, meramente pensados. São, por exemplo, as estruturas da matemática, as figuras e os números geométricos” (HESSEN, 2012, p. 21).

QUADRO 1

Questões quanto aos achados epistemológicos (parte 1)

Posições Epistemológicas	Descrição
Possibilidade do conhecimento O sujeito é capaz de apreender o objeto?	
Dogmatismo	É autoevidente que o sujeito apreende o objeto. Sustentado por uma confiança na razão humana, logo, o conhecimento não chega a ser um problema, visto que não reconhece a relação sujeito x objeto. <i>Desconsidera o sujeito.</i>
Ceticismo	O sujeito não é capaz de apreender o objeto. O conhecimento como apreensão efetiva do objeto é impossível. Seu olhar está colocado de modo tão unilateral no sujeito (a função cognoscente), que desconhece por completo a referência ao objeto. <i>Desconsidera o objeto.</i>
Subjetivismo	Restringe a validade da verdade ao sujeito que conhece e julga. Pode ser <i>individual</i> (um juízo vale apenas para o sujeito que conhece e julga) ou <i>genérico</i> (há certamente verdades supra individuais, mas nenhuma que tenha validade geral, assim todo juízo tem validade apenas para o gênero humano).
Relativismo	Não há qualquer verdade geral, nenhuma verdade absoluta. Toda verdade é relativa, tem validade restrita.
Pragmatismo	Abandona o conceito de verdade como concordância entre pensamento e ser, e o substitui por: verdadeiro é o mesmo que útil, valioso, promotor da vida, por enxergar o homem, antes de tudo, como um ser prático, ativo e não como um ser teórico.
Criticismo	O conhecimento é possível e a verdade existe (aproxima-se assim do dogmatismo), entretanto, junto à confiança no conhecimento humano em geral, há uma desconfiança com relação a qualquer conhecimento determinado (aproxima-se assim do ceticismo, pois reconhece um limite para a capacidade humana). No criticismo toda afirmação da razão humana é posta à prova e nada é aceito inconscientemente.

Fonte: Original desta pesquisa. Elaborado a partir de HESSEN, 2012.

QUADRO 1

Questões quanto aos achados epistemológicos (parte 2)

Posições Epistemológicas	Descrição
Origem do Conhecimento A fonte e o fundamento do conhecimento humano é a razão ou a experiência?	
Racionalismo	A principal fonte de conhecimento é o pensamento, a razão. Possui necessidade lógica e validade universal. Remete ao dogmatismo.
Empirismo	A principal fonte de conhecimento é a experiência, interna e externa. Não exige validade lógica nem universal. Remete ao ceticismo.
Intelectualismo	Considera tanto a experiência quanto o pensamento como fontes do conhecimento, tendendo para a <i>experiência</i> .
Apriorismo	Considera tanto a experiência quanto o pensamento como fontes do conhecimento, tendendo para o <i>pensamento</i> .
Essência do Conhecimento O objeto determina o sujeito, ou o sujeito determina o objeto?	
Soluções pré-metafísicas	Sem estabelecer um caráter ontológico do sujeito e do objeto.
Objetivismo	O objeto determina o sujeito, o que pressupõe que o objeto se coloque diante da consciência cognoscente como algo pronto, em si mesmo determinado.
Subjetivismo	Desloca o mundo das ideias, essa encarnação dos princípios do conhecimento para o sujeito. Não se tem em vista, é claro, o sujeito pensante individual e concreto, mas sim um sujeito superior, transcendente (sujeito metafísico).
Soluções metafísicas	Estabelecendo um caráter ontológico do sujeito e do objeto.
Realismo	As coisas reais existem independentemente da consciência.
Idealismo	Não há coisas reais independentes da consciência.
Fenomenalismo	Certamente as coisas reais existem, mas não somos capazes de conhecer a sua essência. O Fenomenalismo acompanha o Realismo na suposição das coisas reais, mas acompanha o Idealismo na limitação do conhecimento à realidade dada na consciência, ao mundo das aparências, do que resulta a incognoscibilidade das coisas.

Fonte: Original desta pesquisa. Elaborado a partir de HESSEN, 2012.

Em relação à possibilidade do conhecimento, observa-se que *dogmatismo* e *ceticismo* são posições epistemológicas opostas, unilaterais. Existem várias formas de ceticismo, sendo que o “radical” é autodestruidor, pois afirma que o conhecimento é impossível. No ceticismo médio (ou acadêmico) não há certeza no sentido estrito, apenas verossimilhança, e o ceticismo metafísico (comumente chamado de positivismo) nega a possibilidade do conhecimento do suprassensível (HESSEN, 2012). Comte (1798-1873) é seu maior representante e afirma que “devemos nos ater ao que é positivamente dado, aos fatos imediatos da experiência, mantendo-nos em guarda contra toda e qualquer especulação metafísica” (HESSEN, 2012, p. 35).

Hessen (2012) atesta que *subjetivismo* e *relativismo*, no fundo, são ceticismos³⁴, e que para ambos a verdade certamente existe, mas é limitada em sua validade, não existindo assim nenhuma verdade universalmente válida. O autor destaca que, com o *pragmatismo*, o *ceticismo* dá uma guinada para o positivo, advertindo que o erro fundamental do *pragmatismo* é não enxergar a esfera lógica, pois desconhece³⁵ o valor próprio e a autonomia do pensamento humano.

O *criticismo*³⁶ supera a unilateralidade entre *dogmatismo* e *ceticismo*, pois é o método de filosofar que investiga tanto a fonte de suas afirmações e objeções quanto os fundamentos sobre os quais repousam (HESSEN, 2012). O autor destaca que Kant é o seu fundador, pois entendeu o *dogmatismo* e o *ceticismo* como posições unilaterais: de um lado o *dogmatismo* tem uma “confiança cega” na capacidade da razão humana, enquanto, por outro lado, o *ceticismo* tem uma desconfiança adquirida, sem crítica prévia, contra a razão humana.

Observa-se, então, de um lado o *dogmatismo* e de outro lado o *ceticismo*, manifestado nas suas diversas formas e ainda expressado pelo *subjetivismo*, *relativismo* e *pragmatismo*. É notório que o *ceticismo* se destaca em relação ao *dogmatismo*, mas como ambos apresentam suas posições de forma unilateral, é o *criticismo* que, enfim, vai reconhecer tanto o potencial da razão humana para o conhecimento quanto a sua limitação em apreender o objeto, conciliando, portanto, as duas visões antagônicas.

Quanto à origem do conhecimento, se é a razão ou a experiência, tem-se novamente dois opostos: *racionalismo* (razão) e *empirismo* (experiência), mas como constatou Hessen (2012, p. 59): “onde existem opostos, porém, geralmente também não faltam tentativas de fazer a mediação entre eles”. Assim, duas foram as tentativas de mediação, *intelectualismo* e *apriorismo*, os quais consideram tanto a experiência quanto o pensamento como fontes do conhecimento, todavia, divergem quanto à determinação da relação entre a experiência e o pensamento.

No *intelectualismo*, cuja fonte é Aristóteles, as ideias estão nas coisas (no objeto, na realidade objetiva), pois representam as suas formas essenciais. Elas nos apresentam o núcleo essencial e racional das coisas, que as propriedades empíricas envolvem como uma

³⁴ Ele faz a mesma afirmação em relação ao pragmatismo.

³⁵ “Certamente, por se acharem inseridos na totalidade da vida espiritual humana, o pensamento e o conhecimento estão em conexão estreita com a vida” (HESSEN, 2012, p. 42).

³⁶ Hessen (2012, p. 44) vê o criticismo como o único ponto de vista correto, pois permite reconhecer a Teoria do Conhecimento como disciplina filosófica autônoma e fundamental. Entretanto, adverte que não se pode confundir o criticismo geral (método) com o criticismo em Kant, pois para este o criticismo é tanto método quanto sistema.

membrana (pressuposto metafísico), portanto, o pensamento funda-se na experiência. No *apriorismo*, que tem sua origem em Kant, existem elementos, *a priori*, independentes da experiência, mas não são ainda conteúdos de conhecimento, são apenas uma forma de conhecimento. Tais formas recebem seu conteúdo da experiência, mas não provém dela e sim do pensamento, da razão. Assim, o pensamento não se comporta receptiva e passivamente em face da experiência como ocorre no *intelectualismo*, mas espontânea e livremente. Kant afirmava “que o material do conhecimento provém da experiência, enquanto a forma provém do pensamento” (HESSEN, 2012, p. 63).

A Figura 2 ilustra a inversão na relação entre as coisas (objeto) e a razão (sujeito) promovida por Kant, que ele mesmo comparou à revolução copernicana, que retirou a Terra do centro do nosso sistema solar e colocou o Sol no seu lugar, com os planetas, inclusive a Terra, girando ao seu redor. Assim, na Filosofia, Kant retirou do centro as coisas (objeto – realidade objetiva) e colocou a razão (sujeito – entendimento), de forma que não mais a razão seria determinada pelo objeto, mas ao contrário, a razão é que determina o objeto. Importa dizer que o sujeito do conhecimento para Kant não é um sujeito psicológico como em Hume (1711-1776), mas uma estrutura universal, pois idêntica para todos os seres humanos³⁷.

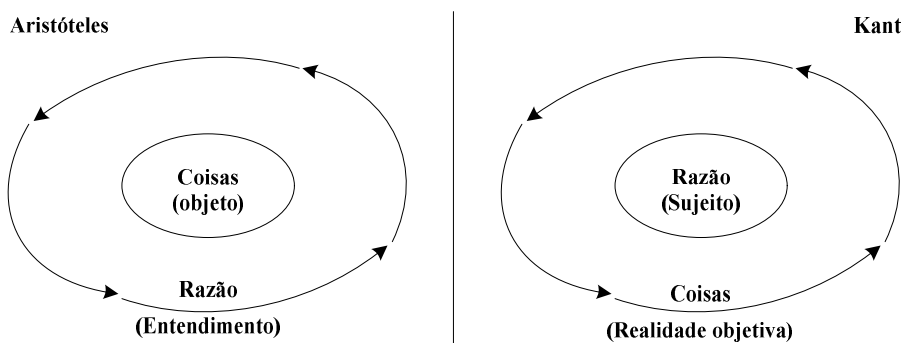


FIGURA 2 – A revolução copernicana de Kant na Filosofia
Fonte: Original desta pesquisa.

Hessen (2012) dá razão ao *apriorismo*, quando afirma que o nosso conhecimento das ciências reais contém, *a priori*, um fator que, entende-se, não é necessário para o pensamento, mas apenas possibilidade da experiência, vale dizer, possibilidade do

³⁷ Notas de aula da disciplina “Filosofia da Ciência” ministrada pela professora Ester Vaisman, Ph.D, 1º semestre 2011.

conhecimento da realidade empírica, do conhecimento das ciências reais. E ressalta que o pressuposto geral de que todo o conhecimento das ciências reais é, por exemplo, o princípio da causalidade, que estabelece que todo fenômeno tem uma causa. E conclui: “seria impossível, por exemplo, estabelecer leis gerais nas ciências naturais, se não pressupuséssemos que reinam na natureza a regularidade, a ordem e a conexão. Para utilizar a terminologia kantiana, estamos aqui, diante de uma ‘condição da experiência possível’” (HESSEN, 2012, p. 68).

Tanto nas Ciências quanto na Filosofia, uma questão, em particular, dentre as identificadas por Hessen (2012), a “essência” do conhecimento, tem gerado posições unilaterais extremadas, de um lado, entre objetivistas e subjetivistas, os quais não estabelecem nenhum caráter ontológico do sujeito e do objeto, e de outro lado, entre realistas e idealistas, para os quais existe um caráter ontológico para o sujeito e o objeto. Uma terceira posição, que também parte de um caráter ontológico do sujeito e do objeto é o *fenomenalismo*, que parece ocupar um lugar secundário nesse debate, mas nem por isso menos importante.

Objetivismo e *subjetivismo* apresentam soluções pré-metafísicas (não estabelecem um caráter ontológico para o sujeito e o objeto), de modo que um afirma que o objeto determina o sujeito, pressupondo que o objeto se coloque diante da consciência cognoscente como algo pronto, em si mesmo determinado (*objetivismo*), e o outro desloca o mundo das ideias para o sujeito que passa a determinar o objeto (*subjetivismo*) (HESSEN, 2012). O neokantismo, em particular a escola de Marburgo, substituiu o sujeito supremo, transcendente, pelo sujeito lógico, no qual se buscava uma “consciência geral”, uma personificação das leis e conceitos supremos de nosso conhecimento, “essas leis e conceitos são os meios com os quais a consciência cognoscente define os objetos” (HESSEN, 2012, p. 73).

Hessen (2012, p. 69) argumenta que ao incluir o caráter ontológico do objeto, duas decisões são possíveis: “ou se admite que todos os objetos possuem um ser ideal, de pensamento (é modo de ver do *Idealismo*), ou se afirma que, além dos objetos ideais, há objetos reais, independentes do pensamento (esse é o modo de ver do *Realismo*)”. E acrescenta dizendo que “no seio de cada uma dessas duas perspectivas básicas, são possíveis diferentes pontos de vista”.

A partir dessas premissas ontológicas, o *realismo* afirma que existem coisas reais, independentes da consciência, enquanto o *idealismo* afirma que não há coisas reais, independentes da consciência. Daí decorre várias abordagens para o *realismo*, que vão do

realismo ingênuo, passando pelo realismo natural e chegando ao realismo crítico. E também para o *idealismo*, que aparece como idealismo subjetivo (ou psicológico) e o idealismo objetivo (ou lógico).

Novamente Kant tenta mediar as posições antagônicas, e assim como fez com o *criticismo* e o *apriorismo*, desta feita, se vale do *fenomenalismo* – teoria pautada pelo princípio de que não se conhece as coisas como elas são, mas como parecem ser. Neste sentido, atesta: “certamente as coisas existem, mas não somos capazes de conhecer sua essência. Só podemos conhecer o ‘que’ das coisas, mas não o seu ‘o que’” (HESSEN, 2012, p. 86). Dessa forma, o *fenomenalismo* segue o *realismo* na suposição de coisas reais, mas também o *idealismo* quanto às limitações da consciência humana em conhecer a realidade, o que por fim resulta na incognoscibilidade das coisas.

Como demonstrado na seção anterior não se tem, ainda, uma solução para o embate “sujeito *versus* objeto” quanto à essência do conhecimento (HESSEN, 2012; DOMINGUES, 2004). Como sugerido por Domingues (2004, p. 650) “a saída será buscá-la na inter-relação dos dois”. Assim, uma primeira tentativa dessa mediação foi o *fenomenalismo*, que se por um lado não obteve êxito em solucionar completamente o embate, por outro lado, mostrou o caminho, uma vez que sinalizou ser possível uma mediação tanto entre sujeito e objeto como entre real e ideal.

2.4 Visão de mundo: ontologia e epistemologia

As seções 2.2 e 2.3 permitem concluir que as nossas convicções e opções filosóficas constituem o modo como vemos o mundo e nos relacionamos com ele, como distinguimos o falso do verdadeiro, o certo do errado. Assim, é necessário definir aqui o que se entende por ontologia e epistemologia, como se relacionam e como se complementam. Afinal, sem uma visão de mundo, sem uma ontologia, sem dispor de um critério que nos permita distinguir entre certo e errado, falso e verdadeiro, poderíamos acreditar em qualquer coisa que nos fosse apresentada, o que resultaria em uma credulidade sem limites, pelo simples fato de inexistir uma referência de comparação para a análise, a crítica e a conclusão.

Burrell e Morgan (1979) afirmam que todo cientista social possui, implícita ou explicitamente declaradas, suas premissas filosóficas sobre a natureza do mundo social e sobre a maneira pela qual pode ser investigada, a saber: (i) *natureza ontológica* – refere-se à essência do fenômeno a ser estudado; (ii) *natureza epistemológica* – diz respeito às bases

do conhecimento, à forma como este é adquirido e transmitido ou comunicado; (iii) *natureza humana* – refere-se ao relacionamento entre os seres humanos e o ambiente à sua volta; (iv) *natureza metodológica* – diz respeito aos meios de se estudar o fenômeno social.

Também na perspectiva das Ciências Sociais, Crotty (1998) define ontologia como o estudo do ser. Assim, seu interesse repousa sobre o “que é”, sobre a natureza da existência, sobre a estrutura da realidade como tal. Já a epistemologia lida com a natureza do conhecimento, com a sua possibilidade, seu escopo e suas bases gerais. Complementando, a partir de Maynard (1994), Crotty (1998) ressalta que a epistemologia provê as bases filosóficas, para decidir que tipos de conhecimento são possíveis e como se pode assegurar que são legítimos e adequados. Daí a necessidade de se identificar, explicar e justificar as bases epistemológicas adotadas em qualquer processo de pesquisa. Dada a complementariedade entre as visões ontológica e epistemológica, Crotty (1998) conclui que estas costumam emergir em conjunto.

De forma semelhante, Creswell (2007, p. 24) atesta que, em termos filosóficos, “os pesquisadores fazem alegações sobre o que é o conhecimento (ontologia), como o identificamos (epistemologia), que valores o compõem (axiologia), como escrevemos sobre ele (retórica) e os processos para estudá-lo (metodologia)”. Também nessa direção, Ryan *et al.* (2002), ao tratarem da pesquisa em Contabilidade e Finanças, destacam que ontologia é o estudo da existência, voltando-se, portanto, para o que os seres humanos entendem ser “real”, e que epistemologia é o estudo de como podemos adquirir conhecimento, o que Platão e seus seguidores definiram como *crença verdadeira justificada*.

Ante o exposto, pode-se concluir que a ontologia constitui a nossa visão de mundo, nos orienta quanto à sua natureza e como nos relacionamos com ele, enquanto a epistemologia diz respeito a como apreendemos e conhecemos o mundo a nossa volta e como comunicamos e transmitimos nosso aprendizado. Assim, como concluiu Heidegger (2009, p. 245) “a ciência também só é possível em razão de uma determinada visão de mundo”. Daí a sua relevância, por constituir as bases filosóficas, implícita ou explicitamente declaradas, de qualquer trabalho intelectual e científico. Neste sentido, Ryan *et al.* (2002, p. 7) atestam que a “pesquisa é um processo de descoberta intelectual, que tem potencial para transformar nosso conhecimento e entendimento do mundo ao nosso redor”³⁸.

³⁸ “Research is a process of intellectual discovery, which has the potential to transform our knowledge and understanding of the world around us”.

São essas bases ontológicas e epistemológicas³⁹ que, por sua vez, vão orientar as perspectivas ou abordagens teóricas (CROTTY, 1998; CRESWELL, 2007), e em conjunto, orientar as escolhas metodológicas e, por fim, os métodos a serem utilizados para a investigação de determinado fenômeno (BURREL; MORGAN, 1979; CROTTY, 1998; RYAN *et al.*, 2002; CRESWELL, 2007). Assim, é possível esquematizar o processo de orientação da pesquisa científica conforme a Figura 3.

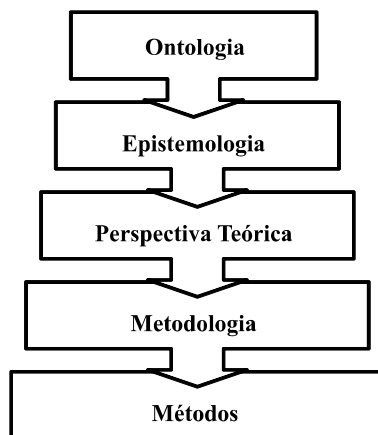


FIGURA 3 – O processo de orientação da pesquisa científica
 Fonte: Original desta pesquisa. Elaborado a partir de BURREL; MORGAN, 1979; CROTTY, 1998; CRESWELL, 2007.

No Quadro 2, reproduzido de Guba e Lincoln (1994, p. 109), tem-se as posições ontológica e epistemológica dos principais paradigmas científicos listados pelos autores. Também presentes o direcionamento metodológico decorrente das posições ontológica e epistemológica de cada paradigma que, somadas, reúnem as orientações para o processo investigativo dos mesmos.

Observando o referido Quadro 2 que ilustra a relação e a direção da interação entre ontologia, epistemologia e metodologia apresentada na Figura 3, percebe-se como a nossa visão de mundo (ontologia) influencia a nossa maneira de apreendê-lo (epistemologia) e indica como devemos pesquisá-lo (metodologia). Associe esses elementos às visões de mundo apresentadas no Quadro 1, e constate a sua influência sobre a maneira de fazer do positivismo, do pós-positivismo, da teoria crítica e do construtivismo.

³⁹ O Quadro 1 sumariza os principais achados epistemológicos identificados por Hessen (2012).

QUADRO 2
Posicionamento ontológico, epistemológico e metodológico
dos principais paradigmas científicos

Item	Positivismo	Pós-positivismo	Teoria Crítica e outras	Construtivismo
Ontologia	Realismo ingênuo – realidade “real”, mas inteligível	Realismo crítico – realidade “real”, mas apenas imperfeitamente e probabilisticamente inteligível	Realismo histórico – realidade virtual influenciada por valores sociais, culturais, econômicos, étnicos e relacionados ao gênero, cristalizados ao longo do tempo	Relativismo – realidades em planos locais e específicos
Epistemologia	Dualista/objetivista; descobertas verdadeiras	Objetivista/dualista modificada; tradição crítica/comunidade; descobertas provavelmente verdadeiras	Transacional/subjetivista; descobertas mediadas por valores	Transacional/subjetivista; descobertas criadas
Metodologia	Experimental/manipuladora; verificação das hipóteses; métodos sobretudo quantitativos	Experimental modificada/manipuladora; multiplismo crítico; falsificação de hipóteses; pode incluir métodos qualitativos	Dialógica/dialética	Hermenêutica/dialética

Fonte: GUBA; LINCOLN, 1994, p. 109.

Compare os três posicionamentos entre si e perceba como suas diferenças internas podem criar barreiras entre os respectivos paradigmas científicos, a partir do momento que seus adeptos entendam e assumam que a sua maneira de ver as coisas é única, melhor ou mais correta. Tais barreiras constituem a incomensurabilidade dos paradigmas, que será discutida à frente e, logo em seguida, analisada e criticada, haja vista a sua causa primeira ser, aparentemente, as pessoas, a comunidade científica e os adeptos de cada corrente de pensamento, e não o paradigma em si.

2.5 Ciência

Conforme nos lembra a epígrafe desse capítulo, a questão da ciência é uma questão antiga, remonta aos gregos, mas que se mantém sempre nova, uma questão que nunca se

aquieta, mesmo quando dispomos de uma definição (HEIDEGGER, 2009). Assim, depara-se, na ciência, com a questão da demarcação, do que é e do que não é ciência, do que é entendido e aceito como científico e não científico, ou seja, depara-se com a ciência e a pseudociência, ou com o que se entende por isso. É interessante também notar que, no caminhar da história, esses conceitos, entendimentos ou pensamentos se consolidam e se afastam, são revistos e revisitados, em ininterrupta oscilação, e em nenhum momento tem-se um consenso efetivo quanto ao que, definitivamente, deve ser entendido por ciência, e bem entendido. Percebe-se que essa questão é muito mais latente nas Ciências Humanas e Sociais do que nas Ciências Exatas e da Natureza, onde a Física reina absoluta como mãe de todas elas e o método científico não se apresenta inflacionado pelos mesmos “ismos” das Ciências Sociais.

Assim, tanto na história das Ciências⁴⁰ quanto na história da Filosofia, depara-se com posições antagônicas, muitas vezes extremadas, com dicotomias e com a falta de diálogo entre os paradigmas concorrentes (incomensurabilidade). Para compreendê-las, Koyré (2011, p. 338) alerta que: “é impossível separar o pensamento filosófico do pensamento científico, que se influenciam e se condicionam mutuamente. Isolá-los é condenar-se a nada compreender da realidade histórica”.

Nesse sentido, é imperativo termos em mente o exposto nas seções anteriores, pois é a visão filosófica, a ontologia ou visão de mundo, que orienta o pesquisador no caminho da ciência. É a ontologia que diz até onde se pode ir e o que pode ser visto e compreendido. Portanto, é também a que impõe limites, que pode nos impedir de ir além, de ver o novo, de compreender o diferente. Os perigos de não se ter uma ontologia será demonstrado a seguir com o caso clássico da Renascença. Como veremos adiante, a ontologia pode tornar-se um “paradigma” tão fortemente alicerçado no centro de determinada comunidade científica, que a sua ruptura só é possível a partir de muito esforço e energia para demonstrar que se encontra superado e, por isso, deve ser substituído. Nos termos de Koyré (2011) e Kuhn (2011 [1962]), cada um à sua maneira, isso só é possível a partir de uma “revolução científica”.

⁴⁰ Essa questão é importante: uma história da ciência, de cada uma isoladamente, ou uma unidade, uma história das ciências? Koyré (2011, p. 419) auxilia nessa reflexão ao sugerir “ser uma *história das ciências* e não uma justaposição pura e simples de histórias separadas das ciências – e das técnicas – diversas” (grifos nossos). E acrescenta que as histórias justapostas não formam uma história. E explica que “uma história das matemáticas, *mais* uma história da astronomia, *mais* uma história da física, uma da química e uma da biologia, não formam uma história da ciência; nem mesmo das ciências” (KOYRÉ, 2011, p. 419) (grifos nossos).

2.5.1 Ciência Moderna⁴¹

É importante ilustrar aqui o momento na história das ciências em que ocorre a revolução científica do século XVI, oportunidade em que nasce a ciência moderna e se dá a sua matematização. Mais importante ainda é ilustrar em que contexto histórico e filosófico isso ocorreu, e como que, à margem de tudo isso, de forma equivocada se argumentará, se desenvolve o positivismo que, mais tarde, será importado, não sem restrições, pelas Ciências Sociais e, inclusive, pela Contabilidade, como modelo ideal de se fazer ciência, e no extremo, como único modo de se fazer ciência. É nessa perspectiva que Jensen (1976) concluirá que, até aquele momento, a Contabilidade não era científica e, caso desejasse sê-lo, deveria seguir a via do positivismo. E o autor argumenta que, para tal, a Teoria Normativa da Contabilidade deveria dar lugar à Teoria Positiva da Contabilidade, uma vez que aquela não exerce influência sobre a prática contábil, e que, por isso, a pesquisa por ela gerada representa um retorno equivocado ao passado. O caminho a seguir foi demonstrado por Watts e Zimmerman (1978).

Essa história das ciências será contada a partir de um brevíssimo relato das obras de Koyré (1979) e (2011)⁴². Mesmo depois de tantas leituras, Bachelard (1986), inclusive, a escolha de Koyré parecia inevitável, e para justificá-la atente-se ao que atesta Norris (2007):

Koyré é um pensador que resiste desafiadoramente à classificação de acordo com qualquer divisão acadêmica ‘padrão’ do trabalho intelectual. Ele é mais conhecido como um filósofo-historiador das origens da ciência moderna, contudo um teórico cuja intensa aptidão especulativa e imensa variedade de interesses em matemática, física, cosmologia, filosofia, teologia e várias tradições do pensamento neoplatônico e místico, situam seu trabalho totalmente à parte das abordagens analíticas do assunto. No entanto, seus trabalhos têm exercido uma poderosa influência, até mesmo por sua incisiva originalidade de espírito e sua visão expansiva da filosofia da ciência como uma busca de verdades universais, ainda que historicamente emergentes e culturalmente evidentes (NORRIS, 2007, p. 101).

A matematização da ciência se dá em meio “à revolução mais profunda realizada e sofrida pelo espírito humano desde a invenção do Cosmo pelos gregos” (KOYRÉ, 2011, p.

⁴¹ Como Koyré (2011), adota-se o termo Ciência Moderna para aquela que se constituiu nos séculos XVII e XVIII, grosso modo, para o período que vai de Galileu a Einstein. Assim, o termo Ciência Clássica é utilizado para designar a ciência do mundo clássico, para o período que vai dos gregos à Idade Média e à Renascença. O termo Ciência Contemporânea é reservado à ciência do nosso tempo, instaurada a partir do século XIX.

⁴² As obras de Koyré aqui utilizadas são: *Do mundo fechado ao universo infinito*, uma tradução de 1979 do original de 1957, e *Estudos de história do pensamento científico*, uma reimpressão de 2011 da tradução do original de 1973.

170). Será necessário, parafraseando Koyré (1979), passar “do mundo fechado ao universo infinito”. O que vai exigir dos fundadores da ciência moderna, dentre os quais Galileu (1564-1642) tem lugar de destaque, mais do que criticar e combater certas teorias para, então, corrigi-las e substituí-las por outras melhores. Nas palavras de Koyré (2011, p. 170):

Tinham de destruir um mundo e substituí-lo por outro. Tinham de reformar a estrutura de nossa própria inteligência, reformular novamente e rever seus conceitos, encarar o Ser de uma nova maneira, elaborar um novo conceito do conhecimento, um novo conceito da ciência, e até substituir um ponto de vista bastante natural – o do senso comum – por um outro que, absolutamente, não o é.

Comumente se vê essa revolução associada⁴³, e também explicada, por uma “revolta espiritual”, por uma transformação fundamental do espírito humano. A vida ativa (*vita activa*) tomando o lugar da teoria (*vita contemplativa*), considerada à época a forma mais elevada do pensamento humano, mesmo que numa visão aristotélica. Como ressalta Koyré (2011, p. 165) “o homem moderno procura dominar a natureza, enquanto o homem medieval ou antigo se esforça, principalmente, por contemplá-la”.

Uma vez aceita essa visão, pode-se explicar a intenção, ou melhor, o desejo da ciência ativa (*scientia activa*), operativa, de tornar o homem “senhor e dono da natureza”. Entretanto, Koyré (2011) alerta que essa atitude é mais a de Bacon, cujo papel na história das ciências não é da mesma ordem que a de Galileu e de Descartes, e explica: “A ciência destes não é o produto de engenheiros e artesãos, mas de homens cuja obra raramente ultrapassou o domínio das teorias” (KOYRÉ, 2011, p. 166).

Um parêntese aqui é útil para contextualizar a afirmação de Koyré (2011). Bacon é considerado o filósofo da Revolução Industrial. Época em que há uma confiança exagerada na criatividade e inventividade humanas. Difícil não acreditar nisso diante de tantas invenções e superações de obstáculos que a Humanidade operou naquele período. Do barco a vapor à produção em série das fábricas “modernas”, nada parecia impossível para o ser humano que se demonstrava capaz de dominar a natureza e todas as suas forças. Nas palavras de De Deus (1979, p. 14): “a fusão do racional com o técnico cria a racionalidade tecnológica, a possibilidade de realizar pela técnica o projeto racional”. O pano de fundo aqui é a legitimidade que a ciência, entendida aqui como racional, oposto ao senso comum e teológico, pode dar ao projeto capitalista que se funda e se apresenta como projeto ideal

⁴³ “Outros eruditos têm insistido na luta de Galileu contra a autoridade e contra a tradição, em particular a de Aristóteles, contra a tradição científica e filosófica que a Igreja mantinha e ensinava nas universidades” (KOYRÉ, 2011, p. 167). Essa discussão, embora pertinente, como destaca o próprio Koyré, tem lugar secundário na revolução científica operada no século XVI, embora demonstre o momento de crise, que para os fins da presente tese é desnecessária, cabendo, entretanto, a sua menção.

para a Humanidade. O que Koyré afirmou no parágrafo anterior é que essa visão (da *praxis*) está presente, na verdade, em Bacon e não em Galileu, que privilegia a teoria.

No plano filosófico chegaremos à mesma conclusão, pois Galileu e Descartes são racionalistas⁴⁴ como Platão⁴⁵ e não empiristas como Aristóteles e Bacon. Por isso a ciência de Galileu e Descartes, a nova ciência, a ciência moderna, é menos a do artesão e do engenheiro (*praxis*) e mais a do pensador (da *teoria*)⁴⁶. E por isso Koyré (2011) atesta que na revolução científica do século XVI não é a experiência, e sim a “experimentação” que é mais importante, pois para o racionalista a principal fonte do conhecimento é o pensamento, a razão. Assim, argumenta que a experimentação consiste:

Em interrogar metodicamente a natureza. Essa interrogação pressupõe e implica uma **linguagem** na qual se formula as perguntas, como um dicionário nos permite ler e interpretar as respostas. Como sabemos, para Galileu, era através de curvas, círculos e triângulos, em linguagem matemática ou, mais precisamente, em **linguagem geométrica** – não na linguagem do senso comum ou através de puros símbolos –, que nos devemos dirigir à natureza e dela receber respostas (KOYRÉ, 2011, p. 168). (grifos nossos)

Como racionalista, e porque não dizer como platônico, Galileu entendia que “a escolha da linguagem e a decisão de empregá-la não podiam, evidentemente, ser determinadas pela experiência que o próprio uso dessa linguagem devia tornar possível” (KOYRÉ, 2011, p. 168). Esse era o modo de ver dos aristotélicos, dos empiristas, pois para Galileu “era preciso que essa escolha e essa decisão tivessem origem em outras fontes” (KOYRÉ, 2011, p. 168). Por certo a teoria, cuja fonte, para o racionalista, deve ser o pensamento, a razão.

Como os gregos conceberam e formularam, a exigência intelectual do saber teórico consiste em “preservar os fenômenos, isto é, formular uma teoria explicativa do dado observável” (KOYRÉ, 2011, p. 85). Assim, a ciência é mais aquela que se apoia no saber teórico do que aquela que permite previsão e predição, aspecto comumente presente na visão positivista do pensamento científico. Koyré (2011) esclarece:

⁴⁴ Veja o Quadro 1 na seção 2.3.

⁴⁵ “(...) foi o platonismo (e, naturalmente, o pitagorismo) que inspirou a ciência matemática da natureza no século XVII (e seus métodos) e a opôs ao empirismo dos aristotélicos (e sua metodologia)” (KOYRÉ, 2011, p. 73).

⁴⁶ “Quanto a mim, não acredito que o nascimento e o desenvolvimento da ciência moderna possam explicar-se pelo fato de que o espírito se tenha desviado da teoria para a **práxis**” (KOYRÉ, 2011, p. 68) (grifo nosso). A Ciência Moderna que se instaura a partir do século XVII, é a que vai constituir a ciência do artesão ou do engenheiro, ciência experimental, pois o seu prodigioso desenvolvimento, atesta Koyré (2011), é devida ao desenvolvimento da tecnologia, acrescentando que este foi infinitamente menos impressionante do que a revolução científica operada no século XVI.

Explicar os fenômenos, preservá-los, isto é, revelar a realidade subjacente, revelar, sob a aparente desordem do dado imediato, uma unidade real, ordenada, inteligível. **Não se trata, segundo uma equivocada interpretação positivista muito em voga**, apenas de ligá-los por meio de um cálculo, a fim de chegar à previsão. Trata-se, verdadeiramente, de descobrir uma realidade mais profunda e que lhes forneça a explicação (KOYRÉ, 2011, p. 85). (grifos nossos)

Neste sentido, uma coleção de dados obtidos a partir da observação e da experiência não constitui uma ciência. “Os ‘fatos’ têm de ser ordenados, interpretados, explicados. Em outras palavras, só quando é submetido a um tratamento teórico é que o conhecimento dos fatos se torna uma ciência” (KOYRÉ, 2011, p. 302). Não é o caso de se operarem uma a outra, “a experiência e a teoria são ligadas e mutuamente indeterminadas, e é com o desenvolvimento da precisão e o aperfeiçoamento da teoria que aumentam a precisão e o aperfeiçoamento das experiências científicas” (KOYRÉ, 2011, p. 302).

O que permite Koyré (2011, p. 302) atestar que “a experimentação é um processo teleológico cujo fim é determinado pela teoria⁴⁷. O ‘ativismo’ da ciência moderna, tão bem observado – *scientia activa, operativa* – e tão mal interpretado por Bacon, não é senão a contrapartida de seu desenvolvimento teórico”. E assim, pode-se chegar ao ponto central da revolução científica do século XVI:

Isto determina os traços característicos da ciência moderna – que a pesquisa teórica adota e desenvolve o modo de pensar do matemático. Essa é a razão pela qual seu ‘empirismo’ difere *toto caelo* do da tradição aristotélica: ‘O livro da natureza é escrito em caracteres geométricos’, declarava Galileu. Isso implica a circunstância de que, para atingir seu objetivo, a ciência moderna tem de substituir o sistema de conceitos flexíveis e semiquantitativos da ciência aristotélica por um sistema de conceitos rígidos e estritamente quantitativos. O que significa que a ciência moderna se constitui substituindo o mundo qualitativo ou, mais exatamente, *misto*, do senso comum (e da ciência aristotélica), por um mundo arquimediano de geometria tornado real ou – o que é exatamente a mesma coisa – substituindo o mundo do mais ou menos, que é o da vida quotidiana, por um Universo de medida e de precisão (KOYRÉ, 2011, p. 303).

Assim, Galileu e Descartes são obrigados a renunciar ao mundo qualitativo da percepção sensível e da experiência quotidiana, e a substituí-lo pelo mundo abstrato e incolor de Arquimedes (KOYRÉ, 2011, p. 212). Os traços que descrevem e caracterizam a atitude mental ou intelectual da ciência moderna são:

- 1º) a destruição do Cosmo e, conseqüentemente, o desaparecimento, na ciência, de todas as considerações baseadas nessa noção;
- 2º) a geometrização do espaço, isto é, a substituição, pelo espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, da concepção de um espaço cósmico qualitativamente diferenciado e concreto, o espaço da física pré-galileana.

⁴⁷ Assim, os instrumentos de medida, como por exemplo, o pêndulo e o telescópio de Galileu, constituem a “encarnações” da teoria (KOYRÉ, 2011, p. 52).

Pode-se resumir e exprimir essas duas características da seguinte maneira: a matematização (geometrização) da natureza e, por conseguinte, a matematização (geometrização) da ciência (KOYRÉ, 2011, p. 169).

Por sua vez, a dissolução do Cosmo significa “a destruição de uma ideia, a ideia de um mundo de estrutura finita, hierarquicamente ordenado, de um mundo qualitativamente diferenciado do ponto de vista ontológico” (KOYRÉ, 2011, p. 170), parafraseando novamente Koyré (1979), a passagem de um mundo fechado (da Idade Média e da Renascença) ao universo infinito (dos modernos⁴⁸). É assim que, em Galileu, não estão mais presentes os traços que caracterizaram a Filosofia e a ciência da Idade Média e da Renascença, o que confere a ele o *status* de pai da ciência moderna (KOYRÉ, 2011). Há uma mudança do mundo qualitativo de Aristóteles para o mundo da matemática, portanto, quantitativo, de Platão. Esse desfecho que é levado a termo com a síntese newtoniana, tem sua base filosófica, ontológica, na união do *atomismo* de Demócrito com o *matematismo* de Platão (KOYRÉ, 2011, p. 350).

É importante deixar claro que a mudança do “qualitativo” para o “quantitativo” não se dá apenas em termos metodológicos, isso é apenas uma consequência, não a origem. Nas Ciências Sociais, na Contabilidade inclusive, tem-se cometido com frequência o erro de Bacon e do Positivismo, destacados acima mais de uma vez nas falas de Koyré (2011), pois limita-se a ligar os fatos observados por meio do cálculo e se chegar à previsão, sem deles obter uma explicação da realidade mais profunda que os cerca, em última análise, uma teoria. Assim, equivoca-se quanto às questões ontológicas e epistemológicas implícitas para a sua “replacação”. Como nos mostra Norris (2007), o positivismo se limita estritamente à análise de proposições em termos de condições e verificações, e evita firmemente qualquer recurso ao discurso ocioso “metafísico” ou “essencialista”.

A grande revolução da ciência do século XVI se dá em nível ontológico, em nível do Ser e do mundo que o cerca, em seguida na maneira como o Ser se relaciona e apreende esse novo mundo, ou seja, em nível epistemológico. Por isso, destacamos acima a fala de Koyré (2011) de que era preciso “destruir um mundo e substituí-lo por outro”, de que “tinha de reformar a estrutura de nossa própria inteligência”. É nesse contexto que o mundo qualitativo dos aristotélicos dá lugar ao mundo matematizado dos platônicos. Portanto, é de ordem muito mais profunda que se trata a revolução que deu origem à ciência moderna que, por fim, depois de chegar ao nível teórico, rumo ao nível da experimentação, e é aqui que a metodologia se torna necessária, somente aqui, onde os

⁴⁸ “Somos sempre modernos, em qualquer época, quando pensamos mais ou menos como nossos contemporâneos e de modo um pouco diferente dos nossos mestres” (KOYRÉ, 2011, p. 7).

métodos e os instrumentos devem ser, nas palavras de Koyré (2011), a “encarnação da teoria”⁴⁹.

A síntese da ciência moderna do século XVII, que teve seu início com Galileu no século XVI, representa uma ruptura do pensamento medieval e renascentista que não foi totalmente possível a Copérnico e Kepler concluir, embora estes, a seu tempo e a seu modo, tenham revolucionado a ciência então vigente. A grande questão é: porque não o puderam fazer? O que os mantinham “presos” ao seu tempo e não os permitiu pensar além?

Na Idade Média⁵⁰ é o aristotelismo, por certo não o de Aristóteles, mas o daqueles que o leram e o interpretaram⁵¹, que domina o ensino, a Ciência e a Filosofia, isso a partir da tensão e da complicação nas relações entre filosofia e religião, entre razão e fé⁵². Assim, os princípios do aristotelismo medieval se propagam nas universidades e entre aqueles ávidos de saber: “É *ciência*, antes de ser qualquer outra coisa, antes mesmo de ser filosofia, e é por seu valor de *saber científico*, e não por seu parentesco com uma atitude religiosa, que ele se impõe” (KOYRÉ, 2011, p. 30).

As características básicas do aristotelismo medieval, opostas ao platonismo medieval⁵³, podem ser assim sintetizadas: impulsionado pelo desejo e saber científico, embora não seja a alma e sim o mundo que ele estuda, a física, as ciências naturais; a verdade das coisas reside nelas mesmas; o mundo do sensível é o domínio próprio do conhecimento humano; nada se pode saber, senão o que se aprendeu (KOYRÉ, 1979)⁵⁴. É sobre a base científica do aristotelismo, do Cosmo, do mundo fechado que não enxergava além do nosso próprio sistema solar, que se funda a física desse tempo, impedindo Copérnico e Kepler de retirarem a abóboda que cercava o mundo visível da época.

⁴⁹ A Figura 3 apresentada na Seção 2.4 ilustra o processo de orientação da pesquisa científica.

⁵⁰ “A Idade Média teve sua época de profunda barbárie política, econômica e intelectual, época que se estende mais ou menos do século VI ao século XI. Mas teve também uma época extraordinariamente fecunda, época de vida intelectual e artística de uma intensidade sem par, que se estende do século XI ao século XIV (inclusive), e à qual devemos, entre outras coisas, a arte gótica e a filosofia escolástica” (KOYRÉ, 2011, p. 15).

⁵¹ O mesmo aconteceu com o platonismo que não expressava as ideias originais de Platão. “É que não basta saber ler grego para compreender Aristóteles e Platão – eis aí um erro frequente entre os filósofos clássicos; é preciso, além disso, saber filosofia” (KOYRÉ, 2011, p. 17).

⁵² “Na filosofia medieval – quer seja cristã, judaica ou islâmica – se coloca, com efeito, no interior de uma religião. Com quase uma única exceção, notadamente a do averroísta, o filósofo é *crente*” (KOYRÉ, 2011, p. 19) (grifo do autor).

⁵³ De forma análoga à época medieval, que relegou o platonismo a segundo plano, as suas características são aqui apresentadas em nota de rodapé: “Eis um conjunto de traços que caracteriza o *platonismo medieval*: a primazia da alma, a doutrina das ideias, o iluminismo que suporta e reforça o inatismo de Platão, o mundo sensível concebido como um pálido reflexo da realidade das ideias, o apriorismo, e até o matematismo” (KOYRÉ, 2011, p. 29) (grifo do autor).

⁵⁴ Ver Figura 2 na Seção 2.3.

A contribuição da Renascença⁵⁵ repousa no fato de ter instaurado as condições para o questionamento da filosofia, do mundo e da física aristotélica, culminando na destruição da síntese aristotélica, o que, enfim, permitiu a revolução científica do século XVI, quando o mundo fechado dos antigos, o Cosmo, deu lugar ao Universo infinito dos modernos. Conseguiu-se, então, a retirada da abóboda que impedia a Humanidade de enxergar e, quem sabe, de compreender o universo (KOYRÉ, 1979 e 2011). A Renascença não deu conta de constituir uma nova ontologia, algo que somente foi concluído no século XVII, que lhes permitisse ver e entender o mundo, o que explica ser uma época de credulidade sem limites⁵⁶, em que a superstição e a crença na magia proliferaram livremente, muito mais do que na Idade Média. A Renascença é o período próprio do artista, não do filósofo ou do cientista (KOYRÉ, 1979 e 2011).

Um olhar atento permite concluir que o que está em jogo no confronto Aristóteles *versus* Platão, em última análise, é o confronto Dogmatismo-Racionalismo-Idealismo *versus* Ceticismo-Empirismo-Realismo. A Idade Média assegurou a supremacia aos aristotélicos, destruída na Renascença, enquanto a revolução científica do século XVI concedeu essa supremacia aos platônicos. Essa “gangorra” dualista já foi ilustrada na perspectiva filosófica nas seções 2.2 e 2.3, e agora é integrada, como recomendou Koyré (2011), à perspectiva científica, para que se possa concluir acerca das bases filosóficas, ontológicas, epistemológicas e científicas da origem da matematização das ciências e dos seus procedimentos de pesquisa (métodos e técnicas). Mais ainda, para fundamentar as raízes equivocadas da leitura positivista dessa origem, o que vem conduzindo os seus adeptos a uma matematização das relações dos fatos observáveis, sem, contudo, descobrir a realidade que os cerca e que permite uma explicação mais profunda e adequada das verdades científicas.

2.5.2 Empirismo e positivismo

Antes de se tratar do que foi denominado Ciência Contemporânea, que será contextualizada no âmbito das Ciências Sociais, é importante caracterizar aquela corrente que se constituiu no *mainstream* da pesquisa científica e que vêm definindo o “ideal” do

⁵⁵ Compreende o período que vai, mais ou menos, do fim século XIV ao início século XVII. “Os primórdios da Idade Moderna se situam nas épocas em que viveram pensadores da Renascença e mesmo da Pré-Renascença. Petrarca, Maquiavel, Nicolau de Gusa e Cesalpino nos mostram diferentes aspectos desta revolução, lenta, mas profunda, que marca o fim, a morte da Idade Média” (KOYRÉ, 2011, p. 9).

⁵⁶ É importante destacar aqui a importância da ontologia e o perigo da sua ausência, pois sem ter em que acreditar, pode-se acabar acreditando em qualquer coisa.

projeto científico em quase todas as áreas de conhecimento: a concepção empirista da ciência, notoriamente representada nas Ciências Humanas pelo termo *positivismo*. É necessário, contudo, que não se crie uma caricatura do positivismo nem se tente esvaziá-lo do seu real conteúdo, muito menos atacá-lo do ponto de vista de outro paradigma científico, para logo em seguida ignorá-lo ou descartá-lo. Ao contrário, é importante apresentar e compreender sua origem, seu significado, seus pressupostos e suas implicações a partir da sua própria visão do saber científico, para em seguida se posicionar sem qualquer preconceito ou discriminação.

Domingues (2004) argumenta que as origens do positivismo remontam ao empirismo, mas como destacou Koyré (2011), não ao empirismo qualitativo de Aristóteles, aquele superado pelo racionalismo matematizado de Platão que se encontra no centro da revolução científica do século XVI ilustrada na seção anterior, e sim à concepção empirista de ciência a partir do *Novum Organon* de Francis Bacon (1561-1626). De inspiração diferente da revolução científica operada por Galileu e Descartes, o *Novum Organon* de Bacon com os seus aforismos tenta: (i) legitimar a superioridade do conhecimento científico sobre as pseudociências e sobre a especulação (metafísica, teológica e do senso comum), haja vista sua obtenção por meio de “meticulosas e rigorosas observações a partir das quais se formam, via indução, teorias faturalmente enraizadas” (OLIVA, 1990, p.12); e (ii) estabelecer “um sistema de regras de investigação capaz de proporcionar uma modalidade de conhecimento provedora do controle instrumental sobre as realidades investigadas” (OLIVA, 1990, p. 19).

Isso se deve ao fato dos cientistas terem que demarcar suas atividades das pseudociências, da teologia, da metafísica e do senso comum. Assim, era necessário um método que se distinguisse das outras formas de conhecimento, uma metodologia que pudesse ser chamada de científica – em oposição às outras formas de conhecimento, uma metodologia que demarcasse, enfim, o que é e o que não é científico. Com toda “certeza”, essa metodologia deveria impedir que as falhas de percepção dos pesquisadores e seus sistemas de valores e conhecimentos anteriores comprometessem a obtenção da verdade sobre as coisas, pois isso era característica da metafísica, da teologia e do senso comum. Portanto, era preciso eliminar o sujeito epistêmico. Nas palavras de Oliva (1990):

(...) a metodologia desponta como uma espécie de panaceia da invenção e da justificação dos resultados científicos. Deixa de haver **criação** para passar a existir apenas **constatação**: os resultados obtidos são consequências inevitáveis da aplicação adequada das regras estipuladas. E como não há, para o empirismo, sujeito epistêmico, uma vez que o produtor ideal de conhecimento é simples

regrador/catalogador da racionalidade incrustada nos fenômenos investigados, é evidente que o decisivo passa a ser a existência de regras profícuas cuja adequada manipulação não tem como deixar de conduzir a conhecimentos novos (OLIVA, 1990, p. 16). (grifos nossos)

Surge, assim, um movimento de retorno ao empirismo, só que agora um empirismo metodológico que prima pela independência e precisão de seus resultados, que são vistos como sinônimos de objetividade, algo oposto à subjetividade, distante, portanto, do empirismo sensível e qualitativo dos aristotélicos. Fato curioso, essa precisão vem da matemática, característica do racionalismo platônico. É que agora, depois da revolução operada por Galileu, Descartes e outros racionalistas, a matemática, em particular a geometria, é a linguagem da natureza, a maneira pela qual a natureza deve ser interrogada e suas respostas devem ser interpretadas. Outra característica do empirismo metodológico de Bacon é a sua aversão à metafísica e seus *a priori*, visto que a única maneira de fazer ciência é a partir das cuidadosas e meticulosas observações, obtidas de forma isenta, neutra, logo, objetiva, a partir das regras metodológicas. Encontra-se assim morto o sujeito epistêmico⁵⁷. Como Hessen (2012) demonstrou na seção 2.2, pode-se dizer que a Filosofia é desvalorizada e reduzida à metodologia e à sistematização das ciências. Qualquer semelhança com a pesquisa contábil brasileira⁵⁸ não é mera semelhança, é herança direta dessa concepção de ciência que, como se mostrará, tornou-se hegemônica e ideal científico em quase todas as áreas de conhecimento.

Os aspectos centrais do empirismo metodológico, marcas de sua cientificidade, são a observação e a indução. Para Bacon a superioridade explicativa da ciência e a sua eficácia prática se devem ao fato de se “devotar” a cuidadosas e rigorosas observações⁵⁹ dos fenômenos, como pode ser observado em seu Aforismo 36:

Resta-nos um único e simples método de emitirmos nossas opiniões: levar os homens **aos particulares e às suas séries e ordens regulares**, a fim de que os homens se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a adquirir familiaridade com as coisas (OLIVA, 1990, p. 21). (grifo nosso)

⁵⁷ Como observou Popper (1975), desaparece o sujeito da cultura, sobrando apenas a atividade puramente registradora, a *tabula rasa*, “*the bucket theory of the mind*” (OLIVA, 1990, p. 24).

⁵⁸ Para um aprofundamento dessa questão veja Martins (2012), que analisa a Pesquisa Contábil Brasileira (PCB) por uma via diferente desta tese, e chega à mesma conclusão. Retornar-se-á a esse assunto na seção 3.2.1.

⁵⁹ “Bacon se dedica à identificação de quatro fontes de ilusão cognitiva capazes de impedir o fidedigno exercício das atividades observacionais. São os *idola tribus, specus, fori e theatri*. [...] Uma vez identificadas e neutralizadas as matrizes geradoras das prenoções [os *idola*], feita a catarse dos erros modelares, pode o cientista dedicar-se à mais pura atividade de observação e de inferência indutiva imbuído da certeza de que fará o registro estritamente decalador da ‘racionalidade’ embutida nos fenômenos formadores de seu domínio de investigação” (OLIVA, 1990, p. 22-23).

Importante destacar uma característica presente em todas as ciências adeptas do *realismo* encontradas no Aforismo 36 ora citado: a ordem que habita o mundo dos fenômenos. Onde há ordem, deve haver também regularidade e conexão, pois de outra forma como admitir a possibilidade de generalizações e a obtenção de leis gerais? Hessen (2012) lança uma luz sobre essa questão:

Pressuposto geral de todo conhecimento das ciências reais é, por exemplo, o **princípio da causalidade**. Ele diz que todo fenômeno tem uma causa. Apenas assumindo esse pressuposto é que podemos obter conhecimentos no campo das ciências reais. Seria impossível, por exemplo, estabelecer leis gerais na ciência natural, se não pressupuséssemos que reinam na natureza a regularidade, a ordem e a conexão (HESSEN, 2012, p. 68). (grifo nosso)

Sem tal pressuposto, como admitir que a indução possa possibilitar a determinação de características gerais dos fatos que constituem o objeto de estudo, sistematicamente observados? É neste sentido, que Bacon atesta que o procedimento inferencial indutivo só é confiável se garantir transições seguras dos particulares para o geral, acrescentando que a indução correta é a procedida da eliminação de possibilidades concorrentes. Desta forma, para o empirismo metodológico:

o método adequado de investigação científica consiste na coleta de um número significativo de casos, a fim de deles derivar teorias e destas derivar teorias mais gerais (as *axiomata media*), e no aumento da generalidade de nossas teorias até que tenhamos chegado à teoria mais geral – à essência das coisas. Pelo princípio da subsunção, a teoria mais geral explica as menos gerais em encadeamento sucessivo até explicar o ‘fato original’ a partir do qual foi primitivamente derivada (OLIVA, 1990, p. 25).

Observa-se que não é concedida sequer uma autonomia relativa à teoria, que se vê relegada ao segundo plano, porque a *práxis*, a experiência, é mais importante, pois é dela que se conhece e se obtém a verdade dos fatos (dados ou coisas). Daí a crítica já apresentada de Koyré (2011, p. 302): “o ‘ativismo’ da ciência moderna, tão bem observado – *scientia activa, operativa* – e tão mal interpretado por Bacon, não é senão a contrapartida de seu desenvolvimento teórico”. Pela via de Bacon, o modelo que se tornou hegemônico na metaciência foi uma modalidade genérica de observacionismo e indutivismo, distante, como afirmou Koyré (2011), da revolução científica operada no século XVI. Neste sentido, Oliva (1990) destaca:

O que permaneceu por muito tempo como uma espécie de intocada concepção *natural* de ciência foi o princípio metodológico de que as teorias empíricas confiáveis só podem ser formadas a partir da observação e só podem ser justificadas por recursos e observações comprovadas. Essa atitude de fazer do processo de conhecer uma espécie de *clausura observacional* – a gênese e a justificação de teorias estão circunscritas ao domínio

observacional – é a que foi por séculos apresentada, na maioria dos discursos metodológicos, como indispensável à produção do saber científico (OLIVA, 1990, p. 25).

Como se pode observar, não foi o empirismo de Bacon que se tornou hegemônico, e sim uma concepção de ciência afiliada à filosofia empirista de Bacon. Esse empirismo, essa concepção de ciência, esse paradigma, se comprometeu com uma série de postulados, que podem ser assim resumidos (OLIVA, 1990, p. 26-31):

- 1 a racionalidade científica é vista como autosubsistente e lacrada em si mesma, constituindo-se na melhor forma de obtenção de conhecimento. Logo, todas as outras formas de conhecimento são negadas, o que gera uma “Teoria Segregacionista da Racionalidade”;
- 2 sequer uma autonomia relativa é reservada ao polo teórico, uma vez que só se sai do “plano observacional” para cuidadosamente generalizar o que de relevante foi registrado por um número significativo de casos;
- 3 há um descaso pelas hipóteses, pois se perde de vista o papel desempenhado pelas antecipações – obtidas a partir da teoria, no processo de observação dos fatos. Não há uma orientação *a priori* do que deve ou não ser observado, pois todo tipo de idealismo e metafísica devem ser eliminados;
- 4 tem-se a tese de que o único modelo capaz de lidar com as questões empíricas é o modelo indutivo⁶⁰;
- 5 a tese do atomismo metodológico⁶¹; e
- 6 o modelo cumulativo de progresso apresenta as seguintes convicções: (i) o saber científico é algo que aumenta e cresce; (ii) sobre esse processo jamais se pode dizer concluído, cabendo sempre acréscimos, revisões ou integrações; e (iii) existe uma *única* tradição científica, afastando a possibilidade de um “amontoado” de teorias contrapostas.

Diversas são as críticas a esses postulados, podendo-se dizer que o paradigma empirista tornou-se hegemônico no campo das ciências, em especial quanto à sua aplicação ou replicação nas Ciências Sociais. Em parte, esses “defeitos” do *empirismo* se justificam, por seu papel de primeiro paradigma do que designamos Ciência Contemporânea e, conseqüentemente, pela tarefa de demarcar o campo e o domínio da ciência contra os

⁶⁰ “O indutivismo baconiano está também associado à crença de que leis gerais se desprendem diretamente do levantamento rigoroso dos casos pertinentes ao domínio generalizável de ocorrências” (OLIVA, 1990, p. 28).

⁶¹ “As unidades de conhecimento (os enunciados) têm valor epistêmico próprio e o sistema explicativo tem sua ‘validade’ determinada pela verdade de cada um de seus constituintes” (OLIVA, 1990, p. 29).

outros tipos de conhecimento (metafísico, teológico, senso comum), tidos por esta como concorrentes. Padece ainda o *empirismo*, nas palavras de Oliva (1990), de ter se “resvalado” para o dogmatismo de seus pressupostos filosóficos.

Esta síntese do projeto empirista da ciência se faz necessária, pois em sua defesa insurgirá, no século XIX, a abordagem denominada *positivismo*. Logo, a base do positivismo é o empirismo de Bacon, pois como argumenta Domingues (2004, p. 172), “em sua origem, segundo os positivistas, encontram-se um filósofo de gênio e um cientista ilustre: o filósofo é Bacon com sua *inductio vera*; o cientista é Newton, que dizia “*hypothesis non fingo*, mas indução empírica dos fenômenos”.

Domingues (2004) atesta que a abordagem positivista tem nome e filiação nas Ciências Humanas e, muito embora exista um análogo em Física, Química e Biologia, ou seja, nas Ciências Exatas e da Natureza, essas preferem nomeá-lo “método científico” ou simplesmente “método empírico”. Assim, o termo *positivismo* está restrito ao âmbito das Ciências Humanas, aí incluídas Economia, Finanças e Contabilidade. O autor atribui a Auguste Comte a criação do vocábulo *positivismo*, cujo significado abrange

“a necessidade de que todo juízo sobre um estado de coisas ou pronunciamento sobre o mundo seja confirmado pela experiência (daí o termo “positivo”, e por derivação a palavra “positivismo”, que designa a corrente de pensamento que assim caracteriza a atividade do espírito que se quer e se propõe científica, e não simplesmente teológica, metafísica ou ideológica)” (DOMINGUES, 2004, p. 168).

Assim, numa perspectiva restritiva, o termo *positivismo* se refere à doutrina de Comte, a quem se deve sua criação e difusão⁶². Contudo, numa perspectiva abrangente, pode-se falar de um “positivismo histórico” que se vincula, por sua motivação filosófica (o apelo à experiência⁶³), ao empirismo inglês, ao iluminismo francês, ao empirismo lógico e à filosofia analítica contemporânea, e ainda, por seu projeto científico, ao materialismo naturalista do século XIX, ao empiro-criticismo e a certas orientações instrumentalistas e construtivistas do século XX (DOMINGUES, 2004). Como alerta o autor:

A verdade é que a palavra positivismo terminou por se inflacionar, perdendo tanto seu lastro antigo como seu novo valor. E o que é mais grave: não só perdeu a capacidade de demarcar a nebulosa das doutrinas com seus *ismos*, como também

⁶² O filósofo David Hume também é considerado um dos precursores do positivismo, mas a sua fundação coube a Auguste Comte.

⁶³ Para o positivismo a experiência “deve ser o meio por excelência, o solo firme e o fim último do conhecimento, além do qual a razão não pode evadir-se, sob pena de operar sobre o vazio das abstrações e de se perder irremediavelmente em cavilações metafísicas. Por fim, por via de consequência, a ideia de que, se o conhecimento está todo ele fundado na experiência, a própria experiência há de oferecer os meios para validá-lo, retificá-lo e ampliá-lo, a saber: a observação objetiva e a indução amplificadora” (DOMINGUES, 2004, p. 170).

perdeu a capacidade de delimitar com clareza o campo das atividades de espírito que o vocábulo recobre (filosofia, ciência, técnica), além da possibilidade de designar com nitidez a atitude que caracteriza o positivista sem suas incursões nos diferentes campos de saber. Ora, desaparecido o *ethos*, a palavra torna-se oca e todo o resto fica perdido (DOMINGUES, 2004, p. 169).

Em que pese o esvaziamento de conteúdo do termo e o ataque proferido por Popper (1902-1994)⁶⁴ no século XX, cujo resultado, segundo o autor, seria a sua morte, o positivismo se faz presente na atualidade, atraindo, por diversos motivos, adeptos de diversas áreas das Ciências Sociais. Domingues (2004) resume em três ideias-força o programa positivista:

1) Procurar acercar-se dos fenômenos tais como eles se oferecem à observação e à experiência e tomá-los tais quais, como fatos ou dados da experiência, sem se apoiar em nenhuma ideia preconcebida e sem buscar nenhuma essência escondida por trás deles; 2) procurar estabelecer correlações entre os fenômenos observados, fixar os nexos causais que os envolvem e determinar as leis que os governam; 3) procurar confirmar as correlações, corroborar os nexos causais e comprovar as leis por meio de testes precisos e de experimentos concludentes (DOMINGUES, 2004, p. 172).

Essas ideias-força se alinham e confirmam a filiação e a aderência do programa positivista com os postulados do empirismo baconiano, em especial, com a observação e a indução que, supra demonstrados, descartam toda metafísica e o sujeito epistêmico, reafirmando sua “crença” de que a origem do conhecimento é única e tão somente a experiência, lembrando assim a máxima aristotélica. Assim, como observa Domingues (2004), a conduta positivista, em qualquer campo do conhecimento, sempre

consistirá em tomar o conjunto de eventos e documentos que constitui seu campo de investigação como fatos ou coisas, e dirigir a eles um olhar imparcial e objetivo, esvaziado de toda marca pessoal e impressão subjetiva do observador, as quais, se fossem consideradas e permanecessem aderidas a ele, só serviriam para atrapalhar e nos fazer perder os fatos⁶⁵ (DOMINGUES, 2004, p. 178).

Nesse sentido, mesmo sendo Popper (2013 [1952]) um dos primeiros a atacar o positivismo, e mesmo tendo intitulado a si próprio como negativista, considera-se, neste estudo, que o método hipotético-dedutivo desenvolvido pelo filósofo encontra-se abarcado pelo “positivismo histórico”, pois como observa Ganem (2012, p. 90): “é marcante a preocupação de Popper em se distanciar do positivismo. Se conseguiu ou não o seu intento é algo absolutamente controverso”. O enquadramento de sua teoria à tese ora proposta se

⁶⁴ POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. London and New York: Routledge, 1987.

⁶⁵ É esse olhar positivista que torna dispensável e praticamente inutilizável o preâmbulo apresentado nessa tese.

justifica não só pelo inflacionamento do termo e amplitude de seu alcance histórico, mas, também, pelos pressupostos do positivismo e do empirismo herdados do seu método hipotético-dedutivo.

Todavia, faz-se importante destacar a virtude de Popper (2013 [1952]) em compreender a importância dos erros no processo científico, pois se o positivismo tentava evitá-lo, o método hipotético-dedutivo dele se vale. E aqui se encontra uma das diferenças entre o método hipotético-dedutivo e o positivismo: o critério de demarcação da ciência. Critério este que, em Popper, se dá não pela verificabilidade, mas pela característica de ser ou não passivo de falsificação, de prestar-se ou não ao teste da experiência. Para Popper (2013 [1952]), todo conhecimento científico é passivo de teste e de falsificação, contrariamente, tudo que não o é não pode ser científico. Assim, o conhecimento científico é provisório e as leis naturais devem ser vistas como hipóteses, conjecturas, que devem resistir ou sucumbir ao teste empírico⁶⁶, bem entendido, com o auxílio da matemática e/ou da estatística.

Como destaca Carvalho (1990), muito embora Popper (2013 [1952]) tenha atribuído à teoria um papel muito mais importante que o positivismo, pois dela se originam as hipóteses, e tenha desferido um golpe fatal no método indutivo (marca registrada do positivismo), para em seguida substituí-lo pelo método dedutivo, derivando dessa substituição o seu original método hipotético-dedutivo, bem como tenha combatido fortemente o verificacionismo⁶⁷ e criado o critério de demarcação pautado na falsificabilidade, restam ainda impregnados ao método hipotético-dedutivo de Popper (2013 [1952]) fortes pressupostos do positivismo, dentre os quais cabe destacar⁶⁸: (i) a prova de toda teoria diante da experiência (ciência empírica, teoria empírica); (ii) a ordem e a regularidade da natureza; (iii) a generalização; (iv) o domínio da natureza; (v) a predição e a previsão; (vi) a matematização da ciência, agora reforçada pela estatística; e (vii) a neutralidade do pesquisador diante dos dados/coisas, como sinônimo de imparcialidade e objetividade. Desta forma, na prática do método hipotético-dedutivo, encontram-se entrelaçados tanto aquilo que Popper (2013 [1952]) mais rechaçava quanto o

⁶⁶ “A empiricidade de uma teoria equivale, portanto, à sua falsificabilidade” (CARVALHO, 1990, p. 77).

⁶⁷ O verificacionismo é o aspecto central do Positivismo Lógico do Círculo de Viena, ao qual Popper (1987) se opôs fortemente com a sua crítica à indução (CARVALHO, 1990).

⁶⁸ “Expressando-se metaforicamente, Popper afirma que ‘teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, *dominá-lo*. Nossos esforços são no sentido de tornar as malhas da rede cada vez mais estreitas’. A tarefa da ciência empírica consiste em propor teorias capazes de sustentar explicações, *predições* e tecnologias” (CARVALHO, 1990, p. 74).

que mais almejava. Daí pensar que resta justificada a classificação de tal método dentre os considerados como limiares do então chamado “positivismo histórico”.

2.5.3 Ciência contemporânea

A ciência contemporânea é, portanto, o resultado do confronto entre a ciência moderna (ver seção 2.5.1), gerada por Galileu e Descartes no século XVI, notadamente racionalista e pautada no método dedutivo, e a ciência empirista (ver seção 2.5.2) gerada a partir de Bacon, notadamente pautada na observação e na indução. Como exposto na seção 2.2 e reexposto na seção 2.5.1, é dessa “gangorra” dualista entre racionalistas (Platão, Galileu, Descartes, Espinosa, Leibniz, dentre outros) e empiristas (Aristóteles, Bacon, Locke, Berkeley, Hume, Comte, dentre outros), cujo maior mediador é Kant, que se origina, conforme Hessen (2012), a enorme quantidade de direcionamentos epistemológicos hoje encontrados tanto na Filosofia quanto nas Ciências, em especial, nas Ciências Humanas e Sociais.

É justamente essa pluralidade de visões ontológicas, epistemológicas e metodológicas, que caracteriza a denominada “Ciência Contemporânea”. Mas esse pluralismo, conforme demonstrado, encontra-se enraizado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, ainda consideradas ciências *soft* em relação à Física e outras ciências da natureza vistas como ciências *hard*. Nestas, o método empírico ou método científico, não sem alguns dissensos, reina praticamente absoluto. É nas Ciências Humanas e Sociais, que se escapa do âmbito do *racionalismo* e do *empirismo* para navegar também pelo *relativismo*, pelo *pragmatismo*, pelo *estruturalismo*, pelo *construtivismo* e outros *ismos*.

Laughlin (1995) nos oferece uma visão geral e contínua do encaminhamento teórico e, por consequência metodológico, do pensamento filosófico e científico desenvolvido nas Ciências Humanas e Sociais, a partir do século XVII, exposta na Figura 4:

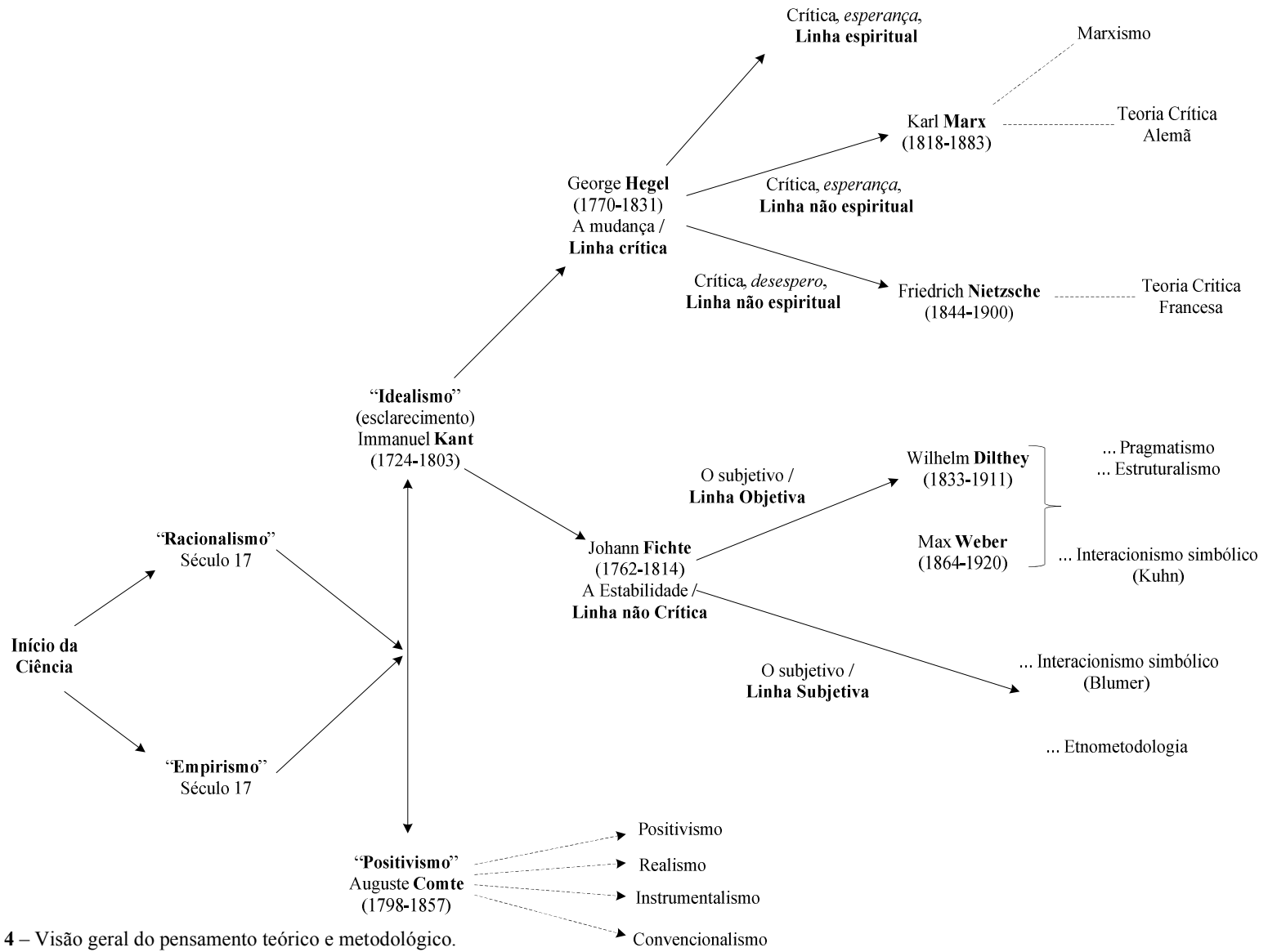


Figura 4 – Visão geral do pensamento teórico e metodológico.
 Fonte: Adaptado de Laughlin (1995).

Neste exato ponto da explanação em curso, há que se deter na análise da Figura 4 e no conteúdo das seções anteriores deste Capítulo 2. Acompanhando o sentido de fluxo da Figura 4, nota-se o desdobramento do pensamento filosófico e científico, partindo dos seus principais pensadores e precursores. Fazendo um breve *overview*: por início da ciência pode ser entendido tanto a Ciência Clássica da Idade Média e da Renascença quanto a Ciência Moderna instaurada por Galileu e Descartes, pois em ambos os estágios o confronto entre racionalismo e empirismo esteve presente, sempre inspirado, até o século XVII, em Platão (racionalista) ou em Aristóteles (empirista). A diferença é que, na Ciência Clássica, prevalece a inspiração empirista de Aristóteles, enquanto na Ciência Moderna, pelo menos por ocasião de sua fundação, conforme Koyré (1979 e 2011), e revolução científica do século XVI, prevalece a inspiração racionalista de Platão. Somente mais tarde, no século XVII, é que a Ciência Moderna se consolidará em torno da concepção empirista de ciência filiada em Bacon.

É partir do *criticismo*⁶⁹ e do *apriorismo* de Kant, surgido no século XVIII, que se funda uma nova via, algo bastante diferente daquela do *empirismo*, que nas Ciências Humanas e Sociais, a partir de Comte no século XIX, será denominada *positivismo*. Observa-se ainda, na Figura 4, que esta via não gerou outras variações, pois mesmo diante de esforços dignos de nota, Popper (2013 [1952])⁷⁰ tem lugar de destaque, com seus pressupostos mantendo-se, em geral, os mesmos. Ao contrário, a partir de Kant, criador do *criticismo* (mediação entre *dogmatismo* e *ceticismo*) e do *apriorismo* (mediação entre *racionalismo* e *empirismo*), se desenvolve uma pluralidade de maneiras de ver, de se relacionar e de se compreender o mundo das Ciências Humanas e Sociais, donde se originam o *marxismo*, a Teoria Crítica Alemã, a Teoria Crítica Francesa, o *pragmatismo*, o *relativismo*, o *estruturalismo*, o *interacionismo simbólico*, a *etnometodologia*, dentre outros.

Como ressalta Portocarrero (1994, p. 21): “a concepção mais corrente e tradicionalmente aceita [leia-se positivismo] nem sempre é considerada a melhor ou a mais correta. Ao contrário, ela parece um dos pontos mais afastados do atual debate sobre a ciência”. É nesse contexto de insatisfação e, muitas vezes, contra o dogmatismo unitário e metodológico do positivismo, que algumas dessas visões surgiram, dada as limitações do positivismo quando da sua aplicação ao “universo” do humano e do social. Assim, torna-se

⁶⁹ Usamos aqui a taxonomia de Hessen (2012) ao invés da de Laughlin (1995), pois o termo “idealismo” está mais próximo de Platão do que de Kant. Uma visita a seção 2.3 pode esclarecer melhor esse ponto de vista.

⁷⁰ Usamos na seção anterior enquadrar o método hipotético-dedutivo de Popper dentro dos limites do positivismo histórico, mesmo que o próprio Popper tenha se autointitulado negativista. Para uma justificativa veja o final da seção 2.5.2.

relevante listar os aspectos mais importantes dessa controvérsia, que segundo Oliva (1990) e Domingues (2004), podem ser assim identificados: (i) o postulado de que a observação vem primeiro e a teoria vem depois; (ii) a pretensão de que a indução permite a generalização; e (iii) o postulado de que toda proposição acerca dos fatos deve ser confirmada pela experiência.

Contra o postulado (i), os críticos do positivismo argumentam que a observação só é possível à luz da teoria, que deve ser justificada não em termos da experiência, mas racionalmente: “Sem uma teoria prévia a guiar a observação e a experiência ninguém jamais poderá saber ao certo o que procurar nos fatos, nem se realmente o que neles encontrou era o que procurava” (DOMINGUES, 2004, p. 183). Nesse sentido, Koyré (1979 e 2011) argumentou que Bacon estava equivocado em assentar sobre a *práxis* o progresso da ciência quando, em verdade, este se deve à evolução da teoria, aspecto fundamental de todo empreendimento científico.

Contra a pretensão (ii), levanta-se a questão de como operar a passagem do particular para o universal, do um a todos. Domingues (2004, p. 184) atesta “que nem a indução amplificadora (que procede por saltos) nem a indução por enumeração (que procede por inclusão dos casos um a um) são capazes de assegurar a generalização de um caso para todos e assim permitir a passagem do particular ao universal”. Hume e Popper foram grandes críticos do método indutivo. Tendo Popper criado o método hipotético-dedutivo, chegou a afirmar que havia resolvido o problema lógico da indução (OLIVA, 1990, p. 29).

Contra o postulado (iii), os críticos do positivismo argumentam que esse não resiste ao menor exame da razão, “antes de mais nada, porque a exigência de que um dado da experiência deve ser confirmado por outro dado da experiência enreda as proposições fáticas num verdadeiro círculo lógico” (DOMINGUES, 2004, p. 184).

Constata-se, portanto, que a Ciência Contemporânea do século XXI não é mais a mesma de sua origem na Ciência Moderna do século XVI, nem goza mais da virtuosidade que lhe conferiram o Iluminismo e a Revolução Industrial. Depois de duas guerras mundiais nem mesmo deposita-se a mesma crença na ética e na imparcialidade da ciência e dos praticantes. Diante de exemplos como a bomba atômica e as armas químicas, questiona-se se é a ciência amiga ou inimiga, se representa um risco ou uma oportunidade de luz, saúde e progresso. Pergunta-se, ainda, se não é ela mesma a causa de patologias do mundo contemporâneo. Como destaca Portocarrero (1994):

ênfatiza-se sua constituição ética e social, **seja para desmitificar sua pretensão à neutralidade**, seja para apontar o perigo que representa e a responsabilidade política

de que deve estar investida. A ciência é apresentada como uma importante forma de poder, sobretudo em sua relação com a alta tecnologia que hoje conhecemos (PORTOCARRERO, 1994, p. 17). (grifo nosso)

E assim chega-se ao atual momento com certo descrédito perante a sociedade, pois ante essa pluralidade de paradigmas científicos, que nos apresentam estruturas complexas do que é o mundo, de como nos relacionamos com ele, de como podemos apreendê-lo e de como devemos estudá-lo. A convicção quanto à neutralidade, objetividade e verificabilidade já não estão presentes em diversas das novas concepções de ciência, dos novos paradigmas científicos. Mas... Enfim, o que é um paradigma? Quais as suas características? Como identificá-los? Quais os seus aspectos positivos e negativos? É disso que se encarrega a próxima seção.

2.6 Paradigmas científicos

As seções anteriores permitem que agora seja discutido como as premissas filosóficas assumidas por determinada comunidade científica podem se tornar um paradigma, de tal forma arraigado no centro desse grupo, que pode impedir grande parte de seus participantes de enxergar algo além das fronteiras por ele impostas. Uma das consequências disso são as posições unilaterais extremadas, que podem ser observadas ao longo da história, não só da ciência como, também, da Humanidade, das quais várias foram apresentadas nas seções precedentes.

Assim, como demonstrado anteriormente, no campo científico, são comuns os debates acirrados, às vezes com certo desdém, entre um campo científico e outro ou entre áreas de um mesmo campo científico ou, ainda, entre linhas de pesquisa específicas dentro dessas áreas. Isso se deve, na maioria das vezes, às visões diferentes que as orientam, e que muitas vezes as limitam, às referências conceituais e filosóficas que permeiam essas visões ou, como diria Kuhn (2011 [1962]), ao seu paradigma, o qual, segundo o autor, pode conduzir à incomensurabilidade (falta de diálogo) de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar ciência.

Uma questão importante que emerge dessa discussão, é se esses paradigmas são indiscutivelmente incomensuráveis, constituindo, assim, posições antagônicas e mutuamente excludentes, como defendera inicialmente Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979)⁷¹,

⁷¹ Tanto Kuhn (2011) quanto Morgan (1979), Burrell (1979) nem tanto, reviram esta premissa e sob determinadas condições a flexibilizaram em seus trabalhos.

causadoras, para alguns, de uma “cegueira”, ou pelo menos, de uma redução significativa de seu espectro de visão, impondo, portanto, uma limitação severa a seus defensores em enxergar novas possibilidades. Pode-se dizer que, em ciência, isto é algo comum, que ao longo de sua história tem oportunizado embates ferozes⁷² entre abordagens concorrentes que lutam por reconhecimento e aceitação. As Ciências Sociais passaram por um longo período de provação até serem reconhecidas como ciência, e mesmo consideradas *soft* (Sociologia, Psicologia, Economia, Administração, Contabilidade), não alcançaram ainda o mesmo nível de objetividade, verificabilidade e acurácia exigido pelas consideradas ciências *hard* (Física, Química, Biologia).

Dentro do próprio campo das Ciências Sociais existem vertentes concorrentes. Burrell e Morgan (1979) as nomearam “paradigmas sociológicos” – ver seção 2.7 – que dividem o campo a partir dos seus pontos de vista divergentes. Não que pontos de vista divergentes sejam algo ruim ao contexto científico, ao contrário, são necessários, pois como ressalta Demo (2000, p. 74): “teoria científica é menos aquela que fica a qualquer preço de pé. Antes é aquela que se oferece ao debate, mantendo-se necessariamente falível”.

Mas para que haja debate deve haver diálogo, e este é o problema com a incomensurabilidade dos paradigmas, pois na medida em que um paradigma se fecha e se restringe a si mesmo e não reconhece os demais, não há diálogo. Como adverte Morgan (2005, p. 64): “tal perspectiva resulta em um fechamento prematuro tanto do pensamento quanto da investigação”. É de se esperar, portanto, que dessa falta de diálogo entre os paradigmas muito se perca em termos de debate e de novos horizontes a serem explorados. Perde, portanto, a ciência e, por consequência, toda a Humanidade.

Mas afinal, o que é paradigma? Kuhn (2011 [1962], p. 13) define paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Numa perspectiva diferente, Guba e Lincoln (1994), Denzin e Lincoln (2006) e Creswell (2007) definem paradigma como uma visão de mundo ou um sistema de crenças que orientam a ação dos pesquisadores.

Domingues (2004, p. 51) destaca que o termo “paradigma” vem do grego *paradeigma*, que significa, em sentido *stricto*, modelo ou exemplo, e complementa afirmando que “em seus múltiplos usos, pode ser empregado com a acepção de algo que por sua exemplaridade deve ser imitado ou seguido”. O autor recomenda que, em termos científicos, deve-se distinguir o

⁷² Como os da filosofia, demonstrados nas seções 2.2 e 2.3, e nas ciências, demonstrados na seção 2.5.

termo “paradigma” do vocábulo “modelo”, e afirma que o paradigma aproxima-se da teoria enquanto o modelo aproxima-se do método. Adverte, entretanto, que o paradigma é mais do que a teoria, pois é uma espécie de “guarda-chuva” capaz de abrigar várias teorias (DOMINGUES, 2004, p. 52).

Embora Burrell (1999) atribua a origem do termo “paradigma” a Kuhn (2011 [1962])⁷³, e Tashakkori e Teddlie (1998) ressaltem que a importância do termo também se deve ao seu criador, não se utiliza o conceito de paradigma de Kuhn na presente tese, haja vista a diversidade de significados que o termo recebe ao longo de sua obra, mas nunca comprometendo sua base conceitual. Dessa forma, entende-se “paradigma”, nesta tese, como uma “visão de mundo”, um “sistema de crenças”, que “orientam a ação”, como sugerido por Guba e Lincoln (1994). Note-se, portanto, que ao se consistir na visão de mundo que orienta a prática de pesquisa de determinada comunidade científica, um paradigma contempla o conjunto de crenças e valores que devem ser imitados ou seguidos como sugerido por Domingues (2004).

Logo, um paradigma não se faz incomensurável por si só, por não ter vida nem vontade próprias. Como argumentam Berger e Luckmann (1978), a “realidade” é uma construção social⁷⁴, logo, são as pessoas que formam as comunidades científicas que acolhem o paradigma, que o “institucionalizam” e depois o “legitimam” como verdade única e absoluta, ou não, tornando-os incomensuráveis, ou não, e o fazem a partir do seu conjunto de crenças e valores, a partir do seu *habitus*, como diria Bourdieu (2006). A tese proposta, ao contrário, argumenta em favor da comensurabilidade dos paradigmas, e o faz a partir da perspectiva filosófica do diálogo, da mediação e da incognoscibilidade, conforme demonstrado na seção 2.2. Um exemplo digno de nota dessa tentativa de mediação e de diálogo entre paradigmas pode ser observado em Kant com o *criticismo* e o *apriorismo*, ambos apresentados na seção 2.3. A Figura 4 apresentada na seção anterior demonstra o quão profícua foi essa tentativa e o quanto, ainda hoje, ouvimos o seu eco e colhemos os seus frutos.

⁷³ O livro *The Structure of Scientific Revolutions* foi publicado originalmente em 1962 e republicado em 1970, oportunidade em que foi incluído um posfácio no qual Kuhn esclarece e responde as principais críticas que a sua obra vinha recebendo até aquela data. Nesta oportunidade, Kuhn revê o termo “paradigma” e o substitui por “matriz disciplinar”, e sinaliza uma flexibilização em relação à incomensurabilidade, a qual ficaria restrita a aspectos semânticos.

⁷⁴ “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 35).

A opção por um conceito de paradigma mais abrangente do que o de Kuhn (2011 [1962]) e a crítica ora formulada à sua visão inicial de incomensurabilidade⁷⁵ não invalidam a sua base conceitual sobre o processo de se fazer ciência, até porque a sua concepção social da ciência e o seu olhar sobre a sua história revelou, à época da publicação de sua obra *The Structure of Scientific Revolutions*, em 1962, algo de verdadeiramente novo e inovador, alguns diriam até, inspirador. Kuhn (1962) não demorou a ser acolhido nas Ciências Sociais, pois com o seu modo novo de ver o científico, muito diferente do *mainstream* positivista que já havia incorporado as contribuições de Popper (2013 [1952]), abriu amplo caminho para o reconhecimento do seu *status* de ciência, pelo menos na visão kuhniana. Tal será argumentado, também, e mais adiante, no âmbito da Ciência Contábil.

Como argumenta Masterman (1979), por mais que se possa sofismar as conclusões de Kuhn (1962), não se é capaz de voltar para onde se estava antes dele, tal foi a sua contribuição para a compreensão da ciência a partir de sua história, a qual pode ser reveladora não só da sua trajetória, mas principalmente da sua constituição. Nesse sentido Oliva (1994, p. 67) afirma que a obra de Kuhn (1962) “é o grande *best-seller* da *história* da epistemologia”. Dessa forma, adotamos nesta tese a base conceitual de Kuhn (1962) sobre a estrutura das revoluções científicas, exceto seus conceitos de paradigma e incomensurabilidade e, à luz dessa base conceitual aplicada à trajetória da pesquisa científica em Contabilidade, será argumentado tanto tratar-se de uma Ciência Contábil, pelo menos na visão kuhniana, quanto encontrar-se em meio a um processo de crise que sugere uma revolução científica.

Diferentemente dos positivistas⁷⁶ e de Popper (2013 [1952]), aí incluído os argumentos da seção 2.5.2, que buscaram estabelecer critérios claros de demarcação entre a ciência e a pseudociência, Kuhn (1962) tenta seguir uma via supostamente mais abrangente, pois argumenta que para se descobrir as revoluções científicas é necessário não apenas examinar o impacto da natureza e da lógica, como fizeram os positivistas desde Bacon, passando por Hume e chegando a Popper, mas sim examinando as “técnicas de argumentação persuasiva” que se revelam no interior, muito especial, que constitui a comunidade de cientistas (Kuhn, 2011 [1962]). Assim, em Kuhn (2011 [1962]) tem-se uma noção sociológica

⁷⁵ Oliva (1990) e Norris (2005) ajudam a observar que as visões de Bachelard e Koyré são contrárias à visão do empreendimento científico de Kuhn, e advertem que onde Kuhn vê revoluções científicas, Bachelard e Koyré veem cortes epistemológicos, onde Kuhn vê um processo estanque e incomunicável, Bachelard e Koyré veem um processo contínuo, o qual destaca Koyré, pode se tornar inteligível a partir de um ponto de vista histórico-filosófico bem informado. Neste sentido, as visões de Bachelard e Koyré contribuem para o argumento contra a incomensurabilidade dos paradigmas defendido nesta tese. Cabe ressaltar, entretanto, que embora as visões de Bachelard e Koyré possam se assemelhar neste aspecto são diferentes em tantos outros.

⁷⁶ Relembrando: o positivismo histórico a que nos referimos nas seções anteriores tem sua filiação no empirismo de Bacon, incorporando no século XX as contribuições de Popper.

de constituição do paradigma nunca antes observada na história da ciência. Daí a sua originalidade e, nesse sentido, o paradigma visto como algo que pode funcionar quando ainda não existe a teoria, conforme afirma Masterman (1979, p. 81): “o próprio Kuhn não tem dúvida de que os seus paradigmas, assim sociologicamente definidos, são anteriores à teoria”.

Observa-se que essa visão é contrária, por exemplo, à visão de Koyré (1979 e 2011) apresentada nas seções anteriores, na qual a teoria é marca registrada de todo empreendimento da razão que se pretenda científico. Essa diferença de visão se justifica, pois Koyré observa os aspectos externos à ciência, assim só a vê quando a teoria já se encontra estabelecida⁷⁷, enquanto Kuhn observa os seus aspectos sociológicos internos da comunidade de cientistas, contextualizados historicamente, e como este constitui o caminhar daquela área de conhecimento, reconhece que pode haver algo maior e anterior à teoria e o nomeou “paradigma”. Assim, para Kuhn, o que caracteriza a ciência é a vigência⁷⁸ de um paradigma que, como supra definido, é uma visão de mundo, um sistema de crenças que orienta a ação, logo, orienta a prática, “impondo-lhe” o que deve ser observado e seguido. Nesta perspectiva, a teoria é algo que integra o paradigma sem, contudo, ser com ele confundido⁷⁹. É importante destacar, ainda, que tanto em Koyré quanto em Kuhn dá-se uma importância substancial à teoria, diferentemente do positivismo que a vê como algo secundário. Koyré e Kuhn concordam, ainda, nesse aspecto, também com Popper, que o método observacional-indutivo não é o caminho para se chegar às teorias nem permite produzir qualquer linguagem observacional neutra.

Assim, temos em Kuhn (2011 [1962]) uma perspectiva diferente da concepção de ciência, na qual uma área pode ser considerada ciência desde que apresente um paradigma constituído, que rege a conduta de determinada comunidade de cientistas. Portanto, não é um método, como os positivistas almejavam, que caracteriza a ciência e a pseudociência. Cai por terra, então, o movimento de unidade das ciências, no qual todo empreendimento da razão que desejasse ser científico deveria sujeitar-se ao método observacional-indutivo, depois transformado por Popper em hipotético-dedutivo. Percebe-se, aqui, a abertura de uma alternativa para as Ciências Sociais, em especial, para a Ciência Contábil.

⁷⁷ Logo, para Koyré o período pré-teórico também é entendido como período pré-científico.

⁷⁸ “A cientificidade pode, então, ser vista como um tipo de atividade explicativa que desenvolve pesquisas submetidas a princípios e pressupostos organizadores de um paradigma” (OLIVA, 1994, p. 76).

⁷⁹ Koyré (1979 e 2011) também admite que existe um estágio pré-teórico em que falsas teorias, teorias ainda não confirmadas e aceitas como verdadeiras, conduzem a empreitada científica, e afirma que é melhor ter uma falsa teoria do que não ter nenhuma. É importante notar que, ao fazer tal afirmação, Koyré tem em mente o método empirista que, sem qualquer teoria, se põem a observar os fatos, para somente depois, por indução, chegar às teorias.

Como exemplo, tomemos a Sociologia, que só foi reconhecida como ciência depois que Durkheim tentou incorporar o método positivista à prática de pesquisa da sociedade, tendo em vista o movimento de “unidade das ciências”. Suas obras: *As Regras do Método Sociológico*, de 1895, e o *Suicídio*, de 1897, são clássicos que não podem deixar de ser lidos por aqueles que desejam entender a evolução da pesquisa e do científico nas Ciências Sociais. O seu conceito de fato social é algo extraordinário. Embora, hoje em dia, se discorde e até se rejeite esse conceito, à época foi uma inovação sem precedentes.

Para ilustrar uma tentativa de aplicação do método observacional-indutivo matematizado dos positivistas ao mundo social, tomemos como exemplo Durkheim (1999), que ao lançar mão da estatística, um tipo muito diferente do aparato que encontramos hoje em dia à nossa disposição, definiu fato social numa perspectiva de frequência estatística, o que possibilitou, mais adiante, que se considerasse o suicídio um fato social, dada a frequência com que é observado⁸⁰ na sociedade. Para atender ao dogma do cientificismo positivista, Durkheim (1999, p. 13) trata de estabelecer os meios para a generalização e a predição. Logo, vai dizer que é fato social “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior”, o que remete à ordem, à regularidade e à conexão necessárias ao cumprimento do princípio de causalidade. Assim, em *Suicídio*, Durkheim não só define o que o caracteriza em termos estatísticos, mas também identifica as suas causas, permitindo, assim, as previsões requeridas pelo cânon positivista.

Embora o método positivista tenha se mostrado profícuo nos primórdios da Sociologia, e ainda hoje muito nos ofereça à pesquisa do social, logo ficaram latentes as suas limitações na aplicação do mundo social, e muito embora Durkheim tenha procurado ao máximo associá-lo ao mundo natural, bem entendido o da Biologia e não o da Física, as suas diferenças teimavam em se manifestar. Se por um lado, o exemplo dado serve para ilustrar a importância de uma alternativa de visão, e Kuhn (2011 [1962]) nos oferece essa alternativa, por outro lado, demonstra como a imposição de um método científico, notoriamente eficaz na sua área de origem, não sem restrições e questionamentos⁸¹, pode não ser tão eficaz em outro campo de conhecimento. Já apresentamos acima como Kuhn (2011 [1962]) desmontou o argumento do movimento de unidade das ciências.

Retomando a concepção kuhniana do processo científico, Kuhn (2011 [1962]), observou um padrão que reiteradamente aparecia mesmo em campos de conhecimento diferentes. Esse padrão pode ser visto como um esquema de funcionamento da ciência, um

⁸⁰ Não esquecer o que é observação para os positivistas.

⁸¹ Ver como exemplo o “determinismo físico” jogado por terra pela Física Quântica aplicada ao mundo nano.

esquema funcional, mas aqui chamaremos de “ciclo das ciências”, já que este esquema se completa e se reinicia insistentemente, mesmo que, para tanto, sejam necessários muitos e muitos anos, às vezes séculos, para o seu reinício. Esse ciclo pode ser observado na Figura 5.

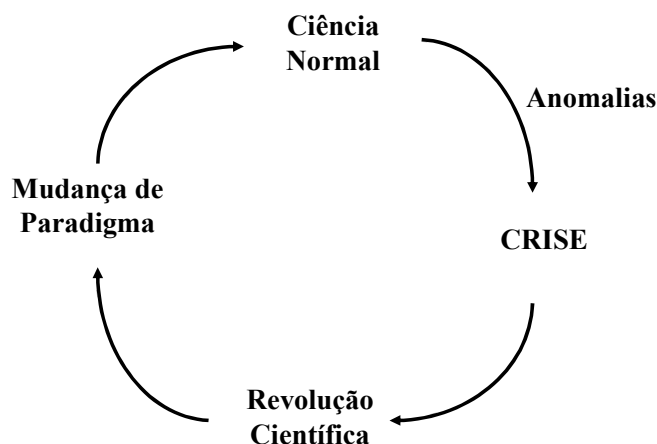


FIGURA 5 – O ciclo das ciências segundo Kuhn (2011 [1962]).
Fonte: Original desta pesquisa.

Uma vez instaurada a fase da ciência propriamente dita, a sua evolução tenderá a obedecer ao ciclo: ciência normal → crise → revolução científica → mudança de paradigma → ciência normal... A fase da ciência propriamente dita é instaurada somente quando uma visão/concepção/teoria/doutrina/escola se consagra vencedora⁸² diante de outras concorrentes, constituindo-se, assim, no seu primeiro paradigma universalmente aceito por uma comunidade/área científica. Como exemplo disso, Kuhn (2011 [1962], p. 33) apresenta a história da pesquisa elétrica, observada na primeira metade do século XVIII, na qual podem ser constatadas “quase tantas concepções sobre a natureza da eletricidade como experimentadores importantes nesse campo”, e acrescenta que somente a partir de Franklin e seus sucessores foi possível de fato a constituição de uma teoria que viesse a se tornar “um paradigma comum para a pesquisa de uma geração subsequente de ‘eletricistas’” (KUHN, 2011 [1962], p. 35). Outros exemplos podem ser dados a partir da Física, da Química e da Biologia. Na seção 3.3 será respondido se a Contabilidade também pode nos oferecer um exemplo.

Na concepção de Kuhn (2011 [1962], p. 37), “as divergências realmente desaparecem em grau considerável e então, aparentemente, de uma vez por todas”. Assim, instaura-se o

⁸² O paradigma vencedor “adquire seu *status*, porque são mais bem-sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves” (KUHN, 2011 [1962], p. 44).

primeiro estágio do ciclo das ciências: a *ciência normal*, que “significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (KUHN, 2011, [1962], p. 29).

Como adverte Oliva (1994, p. 76), a ciência normal dá início à fase da pesquisa convergente e unificada, e sua eficácia reside em seu poder de enfrentar as seguintes questões: “(1) Quais as entidades fundamentais de que se compõem o universo? (2) Que interrogações hipotéticas podem ser legitimamente formuladas a respeito de tais entidades? (3) Que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções para o tipo de problema isolado como legítimo?”

A resposta à primeira questão delimitará o campo ontológico do paradigma, que além de determinar o tipo de entidades que povoam esse universo, deve determinar ainda os modos como se comportam os membros dessa população. A resposta à terceira questão deve especificar quais são os métodos mais adequados para lidar com o que desponta como merecedor de ser explicado (resposta à segunda questão), mas como não é o método que diz ao paradigma que problemas escolher, mas contrariamente, o paradigma é que determina quais problemas são legítimos, “não há um critério de cientificidade a regê-lo, [porque] o paradigma é a própria cientificidade” (OLIVA, 1994, p. 77). Outra constatação importante, é que “fica claro que o método é função dos problemas acolhidos por cada ciência, que não há um método universal – como o de conjecturas e refutações proposto por Popper – a ser empregado na escolha e equacionamento dos contextos problemáticos” (OLIVA, 1994, p. 77)⁸³.

Uma vez superado o dissenso da fase pré-paradigmática e instaurado o consenso que leva à ciência normal, o paradigma precisa ser transmitido aos pesquisadores subsequentes e é a educação científica que torna isso possível. Os manuais elementares ou avançados, escritos por membros experientes da comunidade científica constituem o meio pedagógico para a unanimidade. Por certo, esses manuais não se ocupam de questões ontológicas e epistemológicas, já bastante debatidas quando da instauração dos paradigmas, os quais, com o tempo e a falta de dedicação a esse expediente, se perdem entre os membros da comunidade científica que passam a se dedicar à replicação do consagrado, do amplamente aceito.

Para isso os manuais se prestam bem, pois para serem didáticos no ensino da condução prática da essência do paradigma, foca-se na metodologia, no como fazer, prescrever, descrever e normalizar a ação da pesquisa. Empenha-se, portanto, em institucionalizar e

⁸³ Observa-se que a partir da ciência normal, torna-se possível, então, definir se pesquisa é científica ou não, pois agora há um paradigma que constitui a sua base conceitual.

legitimar o paradigma, o que explica a ênfase dada pelos manuais à dependência que a pesquisa atual tem da passada. Assim, Oliva (1994, p. 83) afirma que “a ciência normal é praticada por uma comunidade científica que compartilha uma matriz disciplinar baseada em um estoque partilhado de exemplares”. Como também observou Koyré (2011, p. 21) “por toda parte é o manual que substitui o texto”, visto que os novos membros de uma comunidade científica raramente se dedicam à leitura dos textos originais.

Ao analisar o que chamou de Pesquisa Contábil Brasileira (PCB), Martins (2012) constatou uma ênfase exagerada concedida à metodologia em detrimento das questões ontológicas e epistemológicas, atestando que, assim, replica-se as recomendações dos manuais sem se questionar os seus motivadores, sem compreender os seus efeitos. Por certo, parte-se do princípio de que o pesquisador qualificado as conhece. Será? Não é isso que Martins (2012) concluiu, ao analisar os currículos e as ementas de disciplinas de alguns programas de mestrado e doutorado em Contabilidade ao redor do Brasil. Destaca, ainda, que há uma preferência pelos métodos quantitativos, pelos quais se busca uma pesquisa positiva da Contabilidade, tentando-se, assim, compreender as relações causais dos fenômenos sem, contudo, apreender-lhes a essência. Percebe-se, aqui, tanto a adequação da crítica de Koyré (1979 e 2011) dirigida ao positivismo quanto a influência dos manuais e da ciência normal sobre a prática da PCB.

Somente em momentos de crise são retomadas as discussões sobre as bases ontológicas e epistemológicas de um paradigma, isto porque a confiança no mesmo costuma ser tanta, que até as anomalias não são vistas como refutadoras da teoria, mas sim, como diria Kuhn (2011 [1962]), como quebra-cabeças a serem resolvidos. Diante desse compromisso com as bases ontológicas e epistemológicas que o tempo se encarrega de tornar implícitas e, na maioria das vezes, esquecidas, diminuem drasticamente a importância da atitude crítica, pois a prioridade da ciência normal é o aprofundamento e o detalhamento dos problemas considerados legítimos pelo seu paradigma.

Tais problemas particulares que concentram a atenção dos pesquisadores foram chamados por Kuhn (2011 [1962]) de esotéricos. Muito tempo será dedicado à medição e precisão dos resultados obtidos, enquanto o conhecimento científico progride, cresce, aumenta rapidamente durante a ciência normal. Fato curioso, a fase mais produtiva e cumulativa de conhecimentos é também aquela em que menos atitude crítica é necessária à pesquisa, visto que o paradigma fornece não só o problema a ser estudado, mas, também, o método a ser utilizado e, até mesmo, a previsão dos resultados. Acumula-se conhecimento, mas não se descobre nada de novo, a não ser que seja por acidente, o que, muitas vezes, não acontece,

simplesmente porque o cientista, treinado em determinado paradigma, sabe o que esperar dos fatos. Assim, achados importantes podem nem ser percebidos e reportados à comunidade científica. O que levou Kuhn (2011 [1962]) a atestar:

A ciência normal, atividade que consiste em solucionar quebra-cabeças, é um empreendimento altamente cumulativo, extremamente bem-sucedido no que toca ao seu objetivo, à ampliação contínua do alcance e da precisão do conhecimento científico. [...] A ciência normal **não se propõe descobrir novidades** no terreno dos fatos ou da teoria; quando é bem-sucedida, não as encontra (KUHN, 2011 [1962], p. 77). (grifo nosso)

O não alcance dos resultados antecipados pelo paradigma costuma ser atribuído a um fracasso pessoal/profissional do pesquisador e não ao paradigma. Assim, em última análise, como destaca Kuhn (2011 [1962]), é o cientista e não a teoria que é testada. Só quando os membros da comunidade científica não conseguirem mais se esquivar das anomalias, é que esse ciclo acríptico será interrompido e um processo de crise será instaurado. Uma *anomalia* é um sintoma de que algo está errado, de que algo não coincide com as determinações do paradigma, por não ser explicado ou previsto por este. Assim, o cientista não se encontra preparado pelo paradigma para lidar com isso. Entretanto, como advertido acima, é necessário tempo para se identificar realmente uma anomalia, pois as suas primeiras manifestações costumam ser interpretadas como quebra-cabeças a serem solucionados, nos quais os pesquisadores terão testadas as suas habilidades em lidar com o paradigma. Somente quando se toma consciência da anomalia, ou seja, consciência de que, de alguma maneira, a natureza/mundo real violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal, é que novas descobertas poderão ser realizadas.

Kuhn (2011, [1962], p. 89) destaca que as novas descobertas costumam apresentar as seguintes características: “a consciência prévia da anomalia, a emergência gradual e simultânea de um reconhecimento tanto no plano conceitual como no plano da observação e a consequente mudança das categorias e procedimentos paradigmáticos – mudança muitas vezes acompanhada por resistência”. Como a anomalia aparece sempre contra o pano de fundo proporcionado pelo paradigma, é necessário que o pesquisador tenha conhecimentos consistentes sobre o mesmo, pois as suas habilidades em operacionalizá-lo é que vão permitir a identificação da falha, da inconsistência, da divergência do paradigma, isto é, da anomalia.

Uma vez que as anomalias são reconhecidas pela comunidade científica, o consenso que reinava na ciência normal é perdido, ressurgindo o dissenso do período pré-paradigmático, e instaurando-se, portanto, a *crise*, cujo significado, segundo Kuhn (2011 [1962], p. 105): “consiste exatamente no fato de que indicam que é chegada a ocasião para

renovar os instrumentos”, renovar as teorias, substituir o paradigma. Mas Kuhn (2011 [1962], p. 107) adverte que “uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la”.

É na crise, portanto, que se instaura a “ciência extraordinária”, aquela que, diferentemente da ciência normal, conduzirá pesquisas e investigações para além do paradigma vigente; aquela que não vai se deter nas fronteiras impostas pelo senso comum consolidado por este paradigma. Novas teorias surgirão, todas concorrerão entre si pelo *status* de novo paradigma, e até que muitas se mostrem não paradigmáticas e uma surja como vencedora, o processo de purgação é lento e longo⁸⁴. O principal produto da “ciência extraordinária” é operar uma “revolução científica” na qual o paradigma atual seja substituído por um novo paradigma. Haverá um período de certa desordem e os pesquisadores deverão ser capazes de conviver com isso (KUHN, 2011 [1962]).

Para ilustrar esse processo, Kuhn (2011 [1962]) utiliza exemplos da Física, da Química e da Biologia, das revoluções científicas em seus campos de conhecimento. Aqui restringe-se ao exemplo da Física, quando reinava na ciência normal o paradigma newtoniano que, somente depois de cerca de dois séculos de hegemonia absoluta, a partir das anomalias crescentes cujos quebra-cabeças não puderam ser resolvidos, viu instaurada a crise que abalaria seus princípios mais profundos, colocando em xeque a própria Física como ciência. Todavia, a substituição desse paradigma não se deu imediatamente, nem mesmo no momento em que a Teoria da Relatividade de Einstein despontava como possível sucessora. A Física einsteiniana mostra-se, assim, como exemplo de “ciência extraordinária” que emergiu da crise da Física newtoniana. Para que se desse a revolução científica, foram necessários ainda longos anos, até que surgisse a Física Quântica e o paradigma newtoniano fosse finalmente substituído.

Assim, os paradigmas se amontoam em todas as áreas de conhecimento, das Ciências Exatas e Naturais às Ciências Humanas e Sociais, nas ciências particulares e nas suas subáreas. Na visão kuhniana, onde reina um paradigma científico há então ciência, visto que o paradigma, como supra demonstrado, é a própria cientificidade. Assim, longe do dogmatismo científico do positivismo e do movimento de unidade das ciências, não só a partir de Kuhn, tem-se uma alternativa diferente que pode ser aplicada às Ciências Sociais. Na seção seguinte

⁸⁴ Um dos aspectos que torna lento e longo o processo de revolução científica, segundo Kuhn (2011 [1962]), é a *incomensurabilidade* dos paradigmas, pois como esses não se comunicam, os praticantes da ciência acabam por realizar, nas palavras de Kuhn, “um diálogo de surdos”, já que um não dá ouvidos ao outro e vice-versa. Como demonstrado nas seções anteriores, não se compartilha, neste estudo, dessa visão de incomensurabilidade dos paradigmas e se advoga contra ela. O próprio Kuhn, no seu posfácio de 1969, revisou a sua argumentação e a flexibilizou, argumentando que a incomensurabilidade se dá em nível semântico.

são apresentados os paradigmas científicos vigentes nas Ciências Sociais e na Ciência Contábil e sua aplicação a partir da perspectiva de Kuhn (2011 [1962]) ao humano e ao social.

2.7 Paradigmas científicos nas ciências sociais

No sentido de aprofundar a discussão acerca dos paradigmas nas Ciências Sociais, toma-se por referência o trabalho seminal de Burrell e Morgan (1979)⁸⁵, pois sua visão dos pressupostos metateóricos sobre a “Natureza da Ciência Social” contribui para a compreensão das implicações paradigmáticas sobre a Teoria Social e as suas consequências na prática científica dessas ciências, inclusive na Ciência Contábil. O modelo exposto na Figura 6 aborda, ainda, os pressupostos metateóricos sobre a “Natureza da Sociedade”, aspecto fundamental para a compreensão do universo humano e social em que atuam as ciências sociais, incluindo a Contabilidade. A partir desses pressupostos os autores identificam e caracterizam quatro paradigmas presentes na análise organizacional, quais sejam: funcionalista, interpretacionista, humanista radical e estruturalista radical.

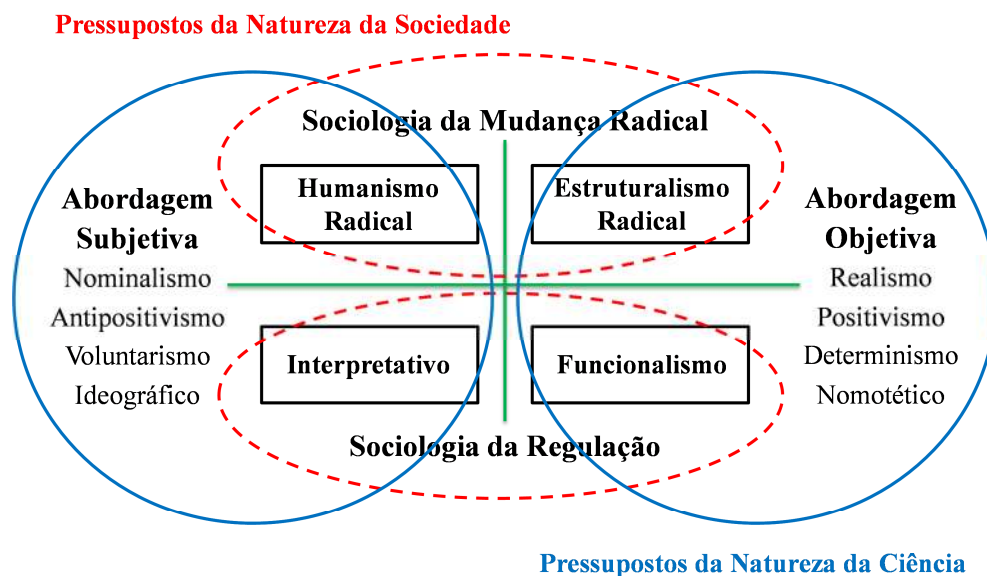


FIGURA 6 – O modelo de Burrell e Morgan (1979) para análise da teoria social
Fonte: Original desta pesquisa.

⁸⁵ Burrell e Morgan (1979) foram os primeiros autores a consolidar e analisar as diversas perspectivas filosóficas e teóricas das Ciências Sociais. Dessa análise resultou o modelo dos autores sobre os paradigmas sociológicos. Em que pese a discordância da tese proposta neste estudo quanto à incomensurabilidade dos paradigmas, parece inegável o mérito dos autores em consolidar não só os paradigmas presentes nas Ciências Sociais, mas, também, as características dominantes em cada um deles.

A Figura 6 apresenta uma visão integrada do modelo proposto por Burrell e Morgan (1979), na qual encontram-se destacados por linhas pontilhadas os pressupostos da “Natureza da Sociedade”, que derivam do debate ordem *versus* conflito que conduz ou à Sociologia da Regulação ou à Sociologia da Mudança Radical. Os pressupostos da “Natureza da Ciência Social” encontram-se destacados por meio de linhas contínuas, e se referem às visões ontológicas, epistemológicas, da natureza humana e metodológicas associadas à *práxis* das Ciências Sociais.

Essas visões, por sua vez, conduzem ao debate nominalista *versus* realista em âmbito ontológico, antipositivista *versus* positivista em âmbito epistemológico, voluntarista *versus* determinista em âmbito da natureza humana e ideográfico *versus* nomotético em âmbito metodológico. Esses debates são promovidos pelas diferentes abordagens científicas adotadas em Ciências Sociais, notadamente a “abordagem subjetiva” e a “abordagem objetiva”. A origem dessas dicotomias e as suas bases filosóficas foram introduzidas e discutidas nas seções 2.2 e 2.3.

Os pressupostos de *natureza ontológica* referem-se à verdadeira essência do fenômeno a ser investigado. Assim, o pesquisador é colocado diante da questão ontológica básica:

Se a ‘realidade’ a ser investigada é externa ao indivíduo – impondo-se à sua consciência a partir de fora – ou é produto de sua consciência individual; se é uma ‘realidade’ de natureza ‘objetiva’, ou o produto da cognição individual; se é uma ‘realidade’ que é dada ‘lá fora’ no mundo, ou é produto da sua mente⁸⁶ (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 1).

Associados aos pressupostos de natureza ontológica, apresenta-se o segundo conjunto de pressupostos: os de *natureza epistemológica*. Dizem respeito às bases do conhecimento, como este é adquirido e transmitido, comunicado. Assim os autores destacam que o pesquisador estará diante da dicotomia: o que é “falso” é o que é “verdadeiro”, ou seja, o que é atribuído a partir da natureza do conhecimento. Se por exemplo, o conhecimento é algo sólido, real e capaz de ser transmitido de modo tangível ou se é algo intangível, mais maleável, subjetivo, espiritual ou mesmo transcendental, baseado na experiência e no *insight* de natureza única e essencialmente pessoal. “Os pressupostos epistemológicos nesses casos determinam posições extremas sobre a questão de saber se o conhecimento é algo que pode

⁸⁶ Whether the 'reality' to be investigated is external to the individual - imposing itself on individual consciousness from without - or the product of individual consciousness; whether 'reality' is of an 'objective' nature, or the product of individual cognition; whether 'reality' is a given 'out there' in the world, or the product of one's mind (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 1).

ser adquirido, por um lado, ou é algo que tem que ser experimentado pessoalmente, por outro”⁸⁷ (BURREL; MORGAN 1979, p. 1).

Os pressupostos da *natureza humana* formam o terceiro conjunto de pressupostos da ciência social, estando associados aos dois primeiros, embora, conceitualmente, encontrem-se separados deles, advertem os autores. Neste sentido, Burrel e Morgan (1979) atestam que,

De forma clara, todas as ciências sociais devem reger-se por este tipo de pressuposto, uma vez que a vida humana é essencialmente o sujeito e o objeto da investigação. Assim, podemos identificar perspectivas nas ciências sociais que impliquem uma visão dos seres humanos responderem de uma forma mecanicista ou mesmo determinista as situações encontradas em seu mundo externo. Esse ponto de vista tende a ser aquele em que os seres humanos e suas experiências são vistos como produtos do ambiente, em que os seres humanos são condicionados por circunstâncias externas. Essa perspectiva extrema pode ser contrastada com outra que atribui aos seres humanos um papel muito mais criativo: uma perspectiva onde o ‘livre arbítrio’ ocupa o centro do palco, onde o homem é percebido como criador de seu ambiente, controlador em vez de controlado, senhor ao invés de marionete⁸⁸ (BURREL; MORGAN, 1979, p. 2)

Os três conjuntos de pressupostos anteriores provêm implicações diretas sobre a *natureza metodológica*, o quarto dos pressupostos das ciências sociais. As visões ontológicas, epistemológicas e da natureza humana exercem efeito determinante sobre o modo de se investigar o mundo social e obter “conhecimento”. Burrel e Morgan (1979) destacam que

é possível, por exemplo, identificar metodologias empregadas na pesquisa em ciências sociais que tratam o mundo social como o mundo natural, como sendo rígido, real e externo ao indivíduo, e outros que veem o mundo social como sendo muito mais maleável, pessoal e de qualidade mais subjetiva⁸⁹ (BURREL; MORGAN (1979, p. 2).

Como demonstrado na seção 2.4, é importante notar a influência “determinante” da visão ontológica sobre a visão epistemológica e destas sobre a visão da natureza humana, e como a metodologia da pesquisa é influenciada por todas as outras que, em conjunto, modelam o paradigma resultante (ver Figura 2). Nessa perspectiva, é possível compreender os

⁸⁷ The epistemological assumptions in these instances determine extreme positions on the issue of whether knowledge is something which can be acquired on the one hand, or is something which has to be personally experienced on the other (BURREL; MORGAN 1979, p. 1).

⁸⁸ All social science, clearly, must be predicated upon this type of assumption, since human life is essentially the subject and object of enquiry. Thus, we can identify perspectives in social science which entail a view of human beings responding in a mechanistic or even deterministic fashion to the situations encountered in their external world. This view tends to be one in which human beings and their experiences are regarded as products of the environment; one in which humans are conditioned by their external circumstances. This extreme perspective can be contrasted which attributes to human beings a much more creative role: with a perspective where 'free will' occupies the centre of the stage; where man is regarded as the creator of this environment, the controller as opposed to the controlled, the master rather than the marionette (BURREL E MORGAN, 1979, p. 2).

⁸⁹ It is possible, for example, to identify methodologies employed in social science research which treat the social world like the natural world, as being hard, real and external to the individual, and others which view it as being of a much softer, personal and more subjective quality (BURREL; MORGAN (1979, p. 2).

quatro paradigmas identificados pelos autores (ver Figura 6): na esfera da Sociologia da Regulação, tem-se o *paradigma funcionalista*⁹⁰ de abordagem objetiva e o *paradigma interpretacionista* de abordagem subjetiva, enquanto na esfera da Sociologia da Mudança Radical, encontram-se o *paradigma humanista radical* de abordagem subjetiva e o *paradigma estruturalista radical* de abordagem objetiva.

O Quadro 3 sintetiza as visões básicas características da abordagem subjetivista e da abordagem objetivista que provoca as dicotomias nominalismo *versus* realismo, antipositivismo *versus* positivismo, voluntarismo *versus* determinismo e ideográfico *versus* nomotético, associando-as aos respectivos pressupostos das ciências sociais. Nota-se que as mesmas querelas demonstradas nas seções 2.2 a 2.5 são também incorporadas pelas Ciências Sociais, incluída a Contabilidade. Nota-se, ainda, como demonstrado na seção 2.6, como essas escolhas ontológicas, epistemológicas, da natureza humana e metodológicas constituem paradigmas nas comunidades científicas que se comprometem com elas e as replicam, acriticamente, na prática dos seus campos de pesquisa.

Todavia, observa-se um acréscimo em relação às discussões das seções anteriores, porque nas Ciências Sociais surge um novo pressuposto, o da Natureza Humana, pois na sociedade são os “seres humanos” e suas relações os objetos de estudo. Nas palavras de Burrell e Morgan (1979), estes são “sujeito e objeto da investigação”. Serão eles “coisas”, “objetos” determinados pelo meio, assumindo assim uma “coisificação” do sujeito? Serão eles autônomos, conduzidos sempre pelo seu livre arbítrio? Não seria o caso de substituirmos o “*ou-isto-ou-aquilo*” pelo “*tanto-isto-quanto-aquilo*”?

⁹⁰ Parece desnecessário discutir aqui qual é o paradigma dominante. Ao invés disto, como demonstram diversos autores, entre eles Caldas e Fachin (2005), assume-se que o paradigma dominante nas Ciências Sociais é o paradigma positivista, na taxonomia de Burrell e Morgan (1979): funcionalista. Hopper e Powell (1985) afirmam que o *mainstream* da pesquisa contábil também é positivista/funcionalista.

QUADRO 3

Os conceitos-chave das abordagens subjetivista e objetivista

Pressupostos	Abordagem Subjetivista	Abordagem Objetivista
Ontologia	Nominalismo	Realismo
	“A posição nominalista gira em torno do pressuposto de que o mundo social externo à cognição do indivíduo é construído de nada mais que nomes, conceitos e títulos que são usados para estruturar a realidade. O nominalista não admite a existência de qualquer estrutura ‘real’ para o mundo em que tais conceitos são usados para descrever. Os ‘nomes’ usados são vistos como criações artificiais cuja utilidade é baseada em suas conveniências como ferramentas para descrever, dar sentido de e negociar com mundo externo.”	“O realismo, por outro lado, postula que o mundo social externo é a cognição do indivíduo, é um mundo real composto de estruturas concretas, tangíveis e relativamente imutáveis. Quer nós as percebamos e as rotulemos ou não, ainda assim, elas existem independentemente de nós, como entidades empíricas. Podemos até não estar conscientes de certas estruturas cruciais e apesar disto não termos ‘nomes’ ou conceitos para articulá-las. Para o realista, o mundo social existe independentemente de uma apreciação dele pelo indivíduo.”
Epistemologia	Antipositivismo	Positivismo
	“Os antipositivistas rejeitam o ponto de vista do ‘observador’, que caracteriza a epistemologia positivista, como um ponto vantajoso para entender as atividades humanas. Eles sustentam que uma pessoa somente pode ‘entender’, ocupando-se de um quadro de referência do participante na ação. A pessoa tem que entender a partir de dentro ao invés de fora.”	“O termo ‘positivista’ caracteriza epistemologias que buscam explicar e prever o que acontece no mundo social, pela procura de regularidades e relações causais entre seus elementos constituintes. A epistemologia positivista é, em essência, baseada nas abordagens tradicionais que dominam as ciências naturais.”
Natureza Humana	Voluntarismo	Determinismo
	“Na visão voluntarista o homem é completamente autônomo e possuidor de livre arbítrio.”	“A visão determinista vê o homem e suas atividades como sendo completamente determinadas pela situação ou pelo ‘ambiente’ em que ele se situa.”
Metodologia	Ideográfico	Nomotético
	“Baseia-se no ponto de vista que só se pode entender o mundo social pela obtenção, em primeira mão, do conhecimento do sujeito sob investigação. Esta abordagem coloca considerável ênfase no tornar-se mais próximo do subjetivo das pessoas e em explorar seus detalhados <i>backgrounds</i> e história de vida. Enfatiza a análise das constatações subjetivas que uma pessoa gera ao ‘penetrar’ em situações e ao se envolver no fluxo da vida diária.”	“A abordagem nomotética à ciência social coloca ênfase na importância de basear a pesquisa no protocolo e na técnica sistemáticos. Ela pode ser condensada nas abordagens e métodos empregados nas ciências naturais que focalizam o processo de testar hipóteses de acordo com os cânones do rigor científico. Ela está preocupada com a construção de testes científicos no uso de técnicas quantitativas para a análise de dados.”

Fonte: Original desta pesquisa. Elaborado a partir de BURRELL; MORGAN, 1979, p. 4-6.

2.8 Paradigmas científicos na ciência contábil

No âmbito da pesquisa em Contabilidade, as mesmas dúvidas, as mesmas questões, os mesmos paradigmas se fazem presentes. Todavia, Hopper e Powell (1985), ao aplicar o modelo de Burrell e Morgan (1979) à pesquisa em Contabilidade, divergem desses autores, principalmente quanto à: (i) incomensurabilidade dos paradigmas, argumentando que não se trata de uma dicotomia e sim de um *continuum* que iria do objetivo ao subjetivo e da regulação social à mudança radical; e (ii) distinção do paradigma *humanista radical* do paradigma *estruturalista radical*, pois para Hopper e Powell (1985) é bastante complexa a distinção entre objetividade e subjetividade, considerada por eles a principal diferença entre os dois paradigmas, razão pela qual, em se tratando de pesquisa contábil, os consideraram um único paradigma, que nomearam “Pesquisa Crítica em Contabilidade”. A Figura 7 ilustra a visão de Hopper e Powell (1985) sobreposta à visão original de Burrell e Morgan (1979).

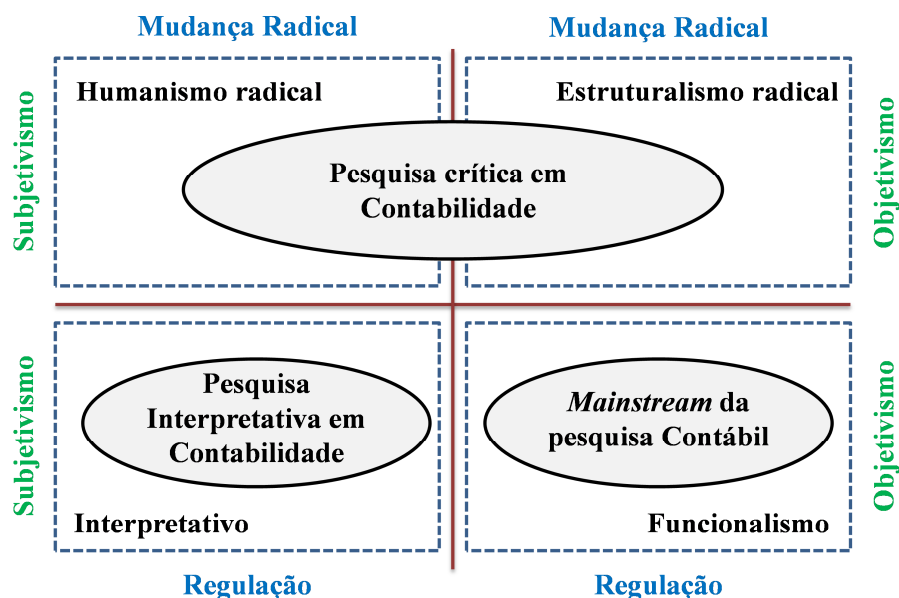


FIGURA 7 – Taxonomia da pesquisa contábil segundo Hopper e Powell (1985)
Fonte: Original desta pesquisa.

A argumentação de Hopper e Powell (1985) quanto à incomensurabilidade é consistente, entretanto, não parece adequado unificar os paradigmas *humanista* e *estruturalista*, pois não é apenas o critério objetivo-subjetivo que os diferencia. Embora ambos proclamem a mudança do *status quo* e a libertação do sujeito. Daí o “radical”: no estruturalismo sempre há a estrutura, e embora se busque a libertação das amarras sociais,

essa não pode ser plenamente atingida, apesar de defendida, desejada e esperada, algo bem diferente da visão humanista que não reconhece nenhuma coerção sobre o sujeito que é sempre autônomo e conduzido pelo livre arbítrio. Claro que se se admitir um *continuum* e não uma dicotomia, essas diferenças são amenizadas, mas não de maneira tão profunda, a ponto de eliminar os entraves da estrutura e da coerção, unificando-os.

Se assim o fosse, porque também não deveriam ser unificados os paradigmas *funcionalista* e *interpretativista*, dado que a diferença principal entre eles também é o objetivo-subjetivo, uma vez que ambos estão no âmbito da “regulação”? Fato é que não podem ser unificados, pois no âmago desses paradigmas existem diferenças severas quanto ao que são os seres humanos e a realidade social, que para o funcionalismo é objetiva e externa ao sujeito, o qual é passivo de controle, enquanto para o interpretativismo a realidade é socialmente construída e objetivada através das interações humanas. Na fronteira entre os paradigmas, sim, é possível argumentar em favor do diálogo. Daí, entender-se a possibilidade de um *continuum* que, por fim, permita advogar contra a incomensurabilidade dos paradigmas, o que não significa unificá-los em um único paradigma ou em dois, um voltado para a mudança radical e outro para a regulação social, ou ainda, um voltado para a objetividade e outro para subjetividade.

Outro aspecto importante a ser notado na Figura 7, é que Hopper e Powell (1985) apontam o paradigma *funcionalista*, leia-se positivismo – nos termos apresentados nas seções 2.2 a 2.5, como o *mainstream* da pesquisa em Contabilidade, algo que parece ser consenso entre os pesquisadores, como atestaram Ryan *et al.* (2002, p. 17): “não há dúvida de que isto teve um efeito profundo sobre o desenvolvimento de finanças e contabilidade”⁹¹. Foi exatamente em resposta à hegemonia do positivismo, e dos seus pressupostos, apresentando-se não só como o melhor, mas, também, como o único paradigma a ser considerado na pesquisa contábil, que trabalhos como o de Hopper e Powell (1985) foram realizados.

Antes deles, Tinker *et al.* (1982) questionaram o positivismo e seus aspectos empiristas e descritivos na pesquisa em Contabilidade, e criticaram fortemente a filosofia realista que este paradigma tem por pano de fundo. Assim, apresentaram como alternativa o “materialismo histórico” de Marx e Engels, presente num primeiro estágio no paradigma *humanista radical*, característico do Jovem Marx, e num segundo estágio, no paradigma *estruturalista radical*, característico do Marx Maduro. Observa-se, aqui, os primeiros questionamentos diretos ao paradigma positivista em Contabilidade.

⁹¹ “There is no doubt that positivism has had a profound effect on the development of finance and accounting”.

Em seguida, Tomkins e Groves (1983) e Christenson (1983) dão sequência aos questionamentos quanto à adequação da aplicação do paradigma positivista aos problemas da pesquisa em Contabilidade. Os primeiros o fazem numa perspectiva metodológica que remete às suas origens ontológicas e epistemológicas, e aos compromissos que representam, argumentando que não se deve fazer escolhas metodológicas sem levar em consideração as suas origens ontológicas e epistemológicas. Aqui é importante lembrar os argumentos de Kuhn (2011 [1962]) acerca da ciência normal, pois nesse estágio não se questiona o paradigma: que se replique os compromissos por este assumidos, deixando as questões ontológicas e epistemológicas em segundo plano. Tomkins e Groves (1983) provocam, assim, uma reflexão quanto à adoção, poder-se-ia dizer, da importação do positivismo para a Contabilidade, bem como de ser esse o único paradigma a ser observado.

Christenson (1983) faz uma reflexão diferente, mas igualmente profunda e importante, pois vai estabelecer as origens do positivismo em Contabilidade, o que ficou conhecido no meio contábil como Teoria Positiva da Contabilidade, algo supostamente oposto ao modelo vigente desde a sua origem, a chamada Teoria Normativa da Contabilidade. Mais do que apresentar a origem, Christenson (1983) argumenta que a adoção/importação do positivismo pela Contabilidade deu-se de forma equivocada, concluindo que nem a Teoria Normativa nem a Teoria Positiva podem ser denominadas “teoria”, pois ainda estavam no seu estágio primário. Por uma via diferente, o questionamento de Christenson (1983) converge para a crítica de Koyré (1979 e 2011) quanto aos pressupostos empiristas do positivismo, concluindo, também, pela sua inadequação. Retornar-se-á a esse ponto no Capítulo 3.

Chua (1986) adota a classificação dos paradigmas na pesquisa contábil proposta por Hopper e Powell (1985), aprofundando a caracterização de cada um dos três paradigmas, a partir (i) das suas crenças sobre o conhecimento; (ii) das suas crenças sobre a realidade física e social; e (iii) do relacionamento entre teoria e prática. Tais características foram apresentadas na seção anterior, a partir de Burrell e Morgan (1979), e encontram-se resumidas no Quadro 3. Assim, depois de apresentar as limitações da aplicação do positivismo aos problemas da Ciência Contábil, conclui-se que tanto o *interpretativismo* quanto a *teoria crítica* são paradigmas que podem oferecer *insights* ricos à pesquisa contábil. Logo, o positivismo não pode constituir a única maneira de se fazer ciência em Contabilidade.

Com o objetivo de demonstrar as limitações da aplicação do positivismo à pesquisa contábil e apresentar paradigmas alternativos, diversos estudos são dignos de nota, dentre eles: (i) Covalleski e Aiken (1986) – aproximam a contabilidade das teorias organizacionais; (ii) Gaffikin (1987) – avalia as teorias e os métodos científicos em contabilidade, concluindo,

a exemplo de Christenson (1983), que não são efetivamente teorias, em razão de seu baixo nível de fundamentação, logo, a Contabilidade ainda não pode ser considerada uma ciência; (iii) Morgan (1988) – argumenta que a avaliação objetiva da realidade realizada pelos contadores é um mito, uma vez que, ao contrário, essa realidade é construída pelos contadores de forma limitada e unilateral; (iv) Williams (1989) – avalia o círculo tautológico da pesquisa empírica positivista, concluindo não ser a mesma adequada à pesquisa contábil; (v) Lukka (1990) – argumenta pela redução da utilização da ontologia realista em favor de uma ontologia idealista, e o faz a partir do conceito de lucro, retomando, assim, a questão racionalismo (ideal) e empirismo (real).

Mais uma citação se faz necessária para concluir essa introdução aos paradigmas científicos na Ciência Contábil, a saber, Laughlin (1995), que também argumenta que a pesquisa contábil não deve se limitar a um único paradigma, e após apresentar as origens da pesquisa positiva em Contabilidade critica o modelo de Burrell e Morgan (1979) e sua matriz de dupla entrada simples, apresentando a sua visão de três dimensões. Em seguida, sugere alternativas de abordagens para pesquisa contábil, fundamentando-as a partir das principais correntes de pensamento e seus fundadores, abordando desde o pensamento social e político tomado por empréstimo para a pesquisa contábil, passando pela etnometodologia, interacionismo simbólico, estruturalismo, pós-estruturalismo, marxismo, teoria crítica alemã até a teoria crítica francesa. A visão geral do pensamento teórico e metodológico que culminou nessas correntes foi apresentada na Figura 4.

Essa reação ao positivismo na Ciência Contábil não é diferente do movimento que se observou, historicamente, primeiro nas Ciências Sociais⁹². Isto porque depois de se demonstrar um instrumento consistente de progresso e acumulação de conhecimento – seja pelo método empírico observacional-indutivo seja pelo método hipotético-dedutivo, ambos matematizados –, as suas limitações logo aparecem quando da sua aplicação ou replicação ao mundo do social e do humano. As complexas relações sociais em que se encontram inseridos os fatos sociais, onde o ser humano é sujeito e objeto da ação, não podem ser alcançadas somente pela lente de um único paradigma. Esta foi a síntese da Ciência Contemporânea apresentada na seção 2.5.3, donde decorre a pluralidade de paradigmas presentes nas Ciências Sociais, mas somente nelas. O que se observa, em termos de paradigmas científicos em Contabilidade, é o mesmo debate das Ciências Sociais que tem origem nas Ciências Exatas e

⁹² Veja o exemplo da Sociologia apresentado pela via de Durkheim.

Naturais, cujas posições extremadas e unilaterais são originárias dos paradigmas construídos socialmente pelos praticantes das ciências dos diversos campos e áreas de pesquisa.

2.9 Posicionamento filosófico

Procurou-se ao longo deste capítulo, como em toda a tese, apresentar de forma imparcial os principais aspectos relacionados aos tópicos abordados, a fim de deixar para o leitor suas próprias reflexões e conclusões. Todavia, algumas questões foram sendo levantadas contra o paradigma dominante, mas sempre com a finalidade de fomentar a reflexão, nunca no sentido de atacando-o, derrotá-lo e substituí-lo por outro.

Assim, o caminho trilhado até aqui, pelo autor desta pesquisa e seus leitores, permite a apresentação do seu próprio posicionamento filosófico, o que é feito sem a utilização da primeira pessoa do plural, comum em diversos autores que o influenciaram por meio de leitura, reflexão e crítica. Apenas nas seções em que este pesquisador encontra-se só, consigo e suas reflexões, como no preâmbulo desta tese, tem-se o uso da primeira pessoa do singular. No cômputo geral, valeu-se do pronome apassivador “se” relacionado aos verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos, que permitem o tratamento indefinido.

Feitos os esclarecimentos iniciais, passa-se ao questionamento: qual Ontologia e Epistemologia orientam os trabalhos desta tese? Por ser um estudo de Ciências Sociais aplicada, há a necessidade, ainda, deste autor posicionar-se filosoficamente quanto à Natureza Humana. Quanto à metodologia (Capítulo 4) só será possível fazê-lo, como inferido na seção 2.4, e a Figura 3 ilustra muito bem isso, depois de ter-se posicionado, também, quanto à perspectiva teórica (Capítulo 3). Este caminho se faz necessário para assegurar que nenhuma escolha seja implicitamente realizada sem a consciência do pesquisador que, uma vez treinado no paradigma, via de regra, coloca-se a serviço deste na solução de quebra-cabeças, de forma que as suas habilidades sejam mais testadas do que a própria teoria, o próprio paradigma.

Como será argumentado no Capítulo 3, que a Contabilidade encontra-se em meio a uma crise científica, este autor não pode e não deve seguir o caminho da ciência normal instaurada na Ciência Contábil, porque essa não seria uma escolha racional quando se busca a ciência extraordinária, aquela que pensa fora do paradigma vigente, pois conforme Kuhn (2011 [1962]) trata-se do único caminho para a revolução científica da qual a Contabilidade necessita. Portanto, este pesquisador se arrisca por um campo em que as soluções não são dadas de antemão por nenhum paradigma, nem mesmo o quebra-cabeça a ser solucionado encontra-se já estabelecido. Isso gera muita incerteza, colocando-me diante de uma situação

de alto risco. O que não deve, no entanto, deter alguém que se proponha a tratar de intangíveis, pois apenas mostra o quão exploratório é o tema desta tese.

O primeiro ponto a ser esclarecido quanto ao meu posicionamento filosófico é que vem do *criticismo* a base ontológica desta tese, pois, se por um lado, o conhecimento é possível e a verdade existe, por outro lado, o sujeito cognoscente não é capaz de apreender tudo sobre as coisas (os objetos do pensamento). Daí, que as bases para a conclusão do *fenomenalismo* de que certamente as coisas reais existem, embora não sejamos capazes de conhecer a sua essência, apoiam-se na incognoscibilidade, ou em outras palavras, na incompletude cognitiva do sujeito. Uma condição, como demonstrado na seção 2.3, que faz parte da natureza humana, ou seja, uma limitação dos seres humanos e, por consequência, de sua compreensão da realidade social. Assim, assumo que o ser humano pode tanto ser autônomo e possuidor de livre arbítrio como pode estar sujeito ao ambiente, à estrutura e a certos níveis de coerção.

Assim, a base epistemológica desta tese repousa sobre o *apriorismo* que reconhece tanto na experiência quanto no pensamento as fontes do conhecimento. É partir dos exemplos de mediação do *criticismo* em relação ao *dogmatismo* e *ceticismo*, do *apriorismo* em relação ao *racionalismo* e o *empirismo*, e do *fenomenalismo* em relação ao *realismo* e *idealismo*, que se vai buscar as bases do que nomeei “perspectivas filosóficas” do diálogo e da mediação, permitindo, assim, juntamente com a incognoscibilidade, que se estabeleçam as premissas ontológicas e epistemológicas da tese proposta.

Nesta perspectiva, grande parte do suporte filosófico desta tese repousa em Kant que, de acordo com Hessen (2012), é o pai do *criticismo*, do *apriorismo* e do *fenomenalismo*. Digo em grande parte, porque não incorporo todas as condições do *a priori* kantiano fortemente presentes no fenomenalismo, mas comungo da sua filosofia do diálogo entre os paradigmas, embora no caso kantiano outro paradigma tenha sido gerado.

O segundo ponto a ser esclarecido quanto ao posicionamento filosófico deste autor é o argumento de que os paradigmas são comensuráveis, sejam eles filosóficos, científicos ou da *práxis* profissional do mundo real. Assim, posiciono-me contra o princípio da incomensurabilidade de Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979), e corroboro, em parte, os argumentos de Koyré (1979 e 2011), Christenson (1983), Hopper e Powell (1985), Bachelard (1986), Chua (1986), Guba e Lincoln (1994), Laughlin (1995), Tashakkori e Teddlie (1998), Domingues (2004), Denzin e Lincoln (2006), Creswell e Tashakkori (2007), Hessen (2012), em favor da comensurabilidade entre os paradigmas.

Um aspecto do meu ponto de vista sobre a comensurabilidade deve ser melhor esclarecido, pois admitir que seja possível é uma coisa, afirmar que aconteça sempre e de qualquer forma é outra completamente diferente. O que Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979) constataram, o primeiro nas Ciências Exatas e Naturais, os segundos nas Ciências Sociais, é que a comensurabilidade não ocorreu no período dos seus estudos, ao contrário, o que identificaram foram dicotomias ferozes impregnadas de excesso de confiança de cada lado em favor do seu paradigma, daí o princípio da incomensurabilidade e a sua generalização para todos os paradigmas. Observa-se que não se trata de um pressuposto, e sim de uma constatação de pesquisa, obtida a partir do estudo do interior das comunidades científicas, portanto, nada de irrelevante ou desprezível. O que questiono, em verdade, é a sua generalização para todo e qualquer paradigma, ou em última análise, para toda e qualquer comunidade de cientistas.

Diante disso, não ignoro as conclusões Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979), pois as entendo e as considero legítimas para o período dos seus estudos. Mas hoje, no século XXI, depois da história da filosofia e das ciências demonstradas neste capítulo, e diante da antítese de várias dessas dicotomias concluídas ao longo do século XX, argumento em favor da comensurabilidade. Quanto à sua possibilidade, devo lembrar dois aspectos fundamentais já apresentados e que agora defendo.

- 1 Os paradigmas não são “seres” de vontade própria, pois são criados socialmente pelas comunidades científicas. Logo, são as pessoas, os cientistas e não a ciência que os criam, os seguem, os reificam, os institucionalizam e os replicam quase que inconscientemente. Somos nós e somente nós que criamos as barreiras e as edificamos, e de tal forma que se tornam quase intransponíveis, muitas delas, com o tempo, transformando-se em meros preconceitos. Assim, cabe a nós e somente a nós rever as nossas posições arraigadas de um lado e de outro. É essa crítica que Kuhn (2011 [1962]) argumentou estar presente somente nos momentos de crise, e eu convoco a todos a uma reflexão permanente, a uma autocrítica constante da prática científica, e por que não, pessoal.
- 2 Essas barreiras encontram-se fortemente alicerçadas no centro dos paradigmas, e não na sua periferia, nas suas fronteiras, onde as diferenças são suavizadas, pois aí já se admite a existência de outros paradigmas, donde pode até surgir o diálogo, o que permite enfim o *continuum* alegado por Hopper e Powell (1985),

que embora não seja suficiente para a unificação dos paradigmas, é necessário para o seu relacionamento.

Neste sentido, o que pretendo é ir além dos desacordos, da dicotomia, é perpassar a falta de diálogo entre os paradigmas para, a partir da sua intercessão, buscar suporte teórico a fim de contribuir para a identificação e a mensuração dos ativos intangíveis. Cada abordagem, naturalmente, apresenta pontos fortes e fracos, e os pontos fortes de uma abordagem podem ser utilizados no auxílio dos pontos fracos da outra, maximizando, assim, os resultados da pesquisa, ou pelo menos aumentando-lhe as chances de êxito. Não proponho, portanto, identificar os pontos fracos de um paradigma para enfraquecê-lo diante do outro, pois como já constataram Burrell e Morgan (1979) isto é destrutivo. Fora dos pressupostos de um paradigma e a partir dos pressupostos de outro paradigma é fácil fazer ruir o seu conjunto de crenças e valores.

Ao contrário, utilizo os pontos fortes de um e de outro, a partir dos pressupostos de cada paradigma. Essa proposta não é simples, pois ninguém muda sua visão de mundo – posição ontológica – do dia para noite; ninguém abandona sua visão de como o conhecimento é adquirido e comunicado – posição epistemológica – de uma hora para outra; não se desconecta da sua visão de como os seres humanos se relacionam com o seu meio – visão da natureza humana – como se estivesse na *internet*; assim como não se desvincula das maneiras de se investigar um fenômeno – visão metodológica – como o fazemos com os amigos da primeira infância⁹³. Esta não é a minha proposta.

O que proponho é que se reduza as barreiras impostas pelos paradigmas, para se afastar da “cegueira”, permitindo que se olhe (e se enxergue) mais adiante, para os ainda pouco explorados pontos de intercessão, para as fronteiras desses paradigmas, a fim de se evitar a arrogância costumeira de assumir que o outro é que está errado, pois como advertiu Morgan (2005, p. 64): “escolas de teóricos comprometidas com abordagens e conceitos específicos, frequentemente enxergam as perspectivas alternativas como sendo mal orientadas ou como se representassem ameaças à natureza de seu empreendimento básico”. Como demonstrado, essas barreiras se fazem presentes também na Ciência Contábil, onde os paradigmas sociais também fazem parte da rotina dos pesquisadores e perpassam toda a comunidade científica contábil.

Desta forma, o terceiro ponto do meu posicionamento filosófico é que todos os paradigmas têm a sua utilidade, sem que um se configure melhor do que o outro sempre.

⁹³ A seção 2.6 ilustrou como são lentas e às vezes dolorosas as mudanças de paradigmas.

Assim, não é minha intenção argumentar contra o positivismo, a fim de descartá-lo e colocar outro em seu lugar. As críticas dirigidas ao positivismo são no sentido de demonstrar as suas inconsistências e destituí-lo do posto de único paradigma garantidor de cientificidade, pois se há algo que a história das ciências não deixa dúvida é quanto à provisoriedade das nossas certezas, veja que até o determinismo da Física, por séculos considerado insuperável, caiu por terra diante da Física Quântica e da sua aplicação ao mundo microscópico das partículas elementares.

Não proponho, pois, o abandono ou a substituição do positivismo, que tem muito a contribuir para a nossa compreensão da sociedade e dos fatos sociais, bem como para o teste das teorias ou das habilidades dos pesquisadores⁹⁴. Proponho que, diante de seus pontos fracos e de suas limitações, outros paradigmas tenham a oportunidade de dar a sua contribuição às Ciências Sociais, sem descaracterizar o caráter científico das suas aplicações. Esta é uma consequência direta dos meus dois primeiros posicionamentos filosóficos: que o diálogo entre os paradigmas deve permitir a sua complementariedade entre si próprios, pois eliminadas as barreiras da incomensurabilidade, abre-se espaço para o *continuum*, sem comprometer a identidade de cada paradigma.

O quarto ponto do meu posicionamento filosófico diz respeito às origens do programa positivista da ciência edificado sobre a objetividade, a neutralidade e a verificabilidade, cujo caminho seguro se daria por meio da observação e da indução⁹⁵. Sobre esse aspecto cabe acrescentar uma observação de Kuhn (1979a, p. 6): “ambos [Popper e Kuhn] enfatizamos, por exemplo, o embricamento íntimo e inevitável da observação com a teoria científica; conseqüentemente, somos céticos quanto aos esforços para produzir qualquer linguagem observacional *neutra*”. Neutra, aqui entendida como condição à objetividade, pois “morto” o sujeito epistêmico (aquele que pensa, que age, que interpreta, que interfere) para o positivismo/empirismo, resta livre de juízo de valor o conhecimento científico.

Esse é um critério de demarcação entre o científico e o não científico, a ausência de juízo de valor, pois o conhecimento científico difere, exatamente por isso, do conhecimento teológico e do senso comum. Observa-se que o que está em jogo e se deseja para o conhecimento científico é a *imparcialidade* diante dos fatos/fenômenos, normalmente confundida com objetividade e neutralidade, aspectos que a história da Filosofia e das

⁹⁴ Na perspectiva de Popper são as teorias, as hipóteses, as conjecturas que são testadas, enquanto para Kuhn são os pesquisadores e as suas habilidades de solucionar os quebra-cabeças propostos pela ciência normal que são testados.

⁹⁵ Mais tarde, como já demonstrado, Popper vai substituir o método observacional-indutivo pelo hipotético-dedutivo.

Ciências se encarregou de demonstrar inatingíveis por qualquer método científico que seja, pois estes dependem da razão humana, ou melhor, do ser humano, que é subjetivo por natureza, mas que pode ser imparcial quando necessário ou desejado, desde que sejam respeitados os princípios da ética.

Nesta empreitada, os métodos quantitativos [leia-se matemática e estatística] sempre foram vistos como aliados da objetividade e da verificabilidade, por supostamente manterem distantes as sensações e as percepções, sempre qualitativas, que a experiência possibilita ao pesquisador⁹⁶. A lógica formal pode até ser um caminho para assegurar a imparcialidade, mas quais teorias sociais, aí incluídas as da Economia, foram assim deduzidas? Em sua quase totalidade é o método estatístico e a teoria da probabilidade, que são utilizados na matematização das Ciências Sociais. Mas, serão os modelos estatísticos livres de toda e qualquer subjetividade, a ponto de serem garantia de objetividade e neutralidade? A aplicação prática desses modelos demonstra que não, haja vista as diversas escolhas que o pesquisador pode fazer, tanto em relação ao modelo quanto em relação às bases de dados. Assim, não são poucos os casos em que se “torturam” os dados, para que possam “caber” dentro dos modelos, em vista de se obter resultados estatisticamente significativos.

Para Koyré (1979 e 2011), diante de outra questão relevante sobre o positivismo e sua matematização: será que esta não estaria levando apenas à interligação dos fenômenos por meio do cálculo, a fim de se fazer previsões, ao invés de se descobrir a realidade mais profunda que lhe forneça a explicação? Critica-se, assim, o estabelecimento das relações causais e sua generalização sem, contudo, estabelecer teorias que as explique e fundamente. Corroboro a crítica de Koyré, aplicando-a na seção 3.2.1 dedicada à pesquisa científica da Contabilidade. Argumento, ainda, que o excesso de conservadorismo presente nas Normas Contábeis tem sua origem no equivoco positivista do critério de objetividade/neutralidade/verificabilidade = confiabilidade, cuja origem primeira repousa sobre o empirismo baconiano.

O quinto e último ponto do meu posicionamento filosófico diz respeito à necessidade de revisão das premissas filosóficas que se encontram no interior das bases teóricas e científicas da Contabilidade e das Normas Contábeis que deram origem aos métodos e critérios aceitos pela Contabilidade, para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis. Isso se justifica de duas formas distintas mas complementares:

⁹⁶ Ver se não foi exatamente isso que levou o empirismo de Bacon para um caminho muito diferente do empirismo de Aristóteles, seu verdadeiro idealizador. Sugiro revisitação às seções 2.5.1 e 2.5.2, se necessário.

- 1 o suporte teórico e científico da Contabilidade e das Normas Contábeis se reporta predominantemente à pesquisa positiva (ao positivismo) em Economia, Finanças e Contabilidade que, por sua vez, tem sua origem no empirismo baconiano que incorporou equivocadamente os princípios da Ciência Moderna. Tal abordagem foi realizada nas seções 2.2 a 2.5, que demonstraram o entrelaçamento da história da filosofia e da história das ciências, e como a partir do nascimento da Ciência Moderna chegou-se ao multiparadigmatismo (pluralidade de paradigmas) da Ciência Contemporânea; e
- 2 como mencionado no início dessa seção, o Capítulo 3 será pautado no argumento de que a Contabilidade encontra-se em meio a uma crise científica nos termos de Kuhn (2011 [1962]), como demonstrado na seção 2.6. E como ocorre em épocas de crise, ante as anomalias percebidas, é necessário um questionamento das bases filosóficas do paradigma vigente (ciência normal), no sentido de se buscar as bases necessárias para que seja instaurada a ciência extraordinária que deve, enfim, conduzir à revolução científica.

2.10 Considerações finais

Este capítulo conformou a base filosófica e científica para a identificação, caracterização e avaliação do paradigma da Ciência Contábil, possibilitando que, diante de suas origens, sejam identificadas as principais anomalias que o conduziram à alegada crise de representação vivida pela Contabilidade. O próximo capítulo apresenta a plataforma teórica da tese ora exposta, bem como a integra às bases filosófica e científica apresentadas neste capítulo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Without music, life would be a mistake

NIETZSCHE

3.1 Introdução

Uma vez estabelecidas as bases filosóficas e científicas em nível ontológico e epistemológico, necessário se faz estabelecer as bases teóricas. Mais que isto, há que posicionar-se criticamente em relação aos seus fundamentos, evitando o curso da ciência normal pela busca da ciência extraordinária. É o que se pretende alcançar neste capítulo. Um percurso que, naturalmente, proporcionará o contato com os paradigmas da Contabilidade e com as principais anomalias que justificam a crise de representação contábil exposta nesta tese.

3.2 Teoria da Contabilidade

3.2.1 Análise da produção científica da Contabilidade

A análise da produção científica da Contabilidade ora apresentada não se limitou, como observado nos diversos estudos avaliados, a conduzir a uma revisão de artigos publicados em periódicos de grande impacto ou daqueles mais citados na literatura corrente. Isto porque, como os artigos costumam tratar de temas em debate à época da sua publicação e os livros preferenciam temas consolidados, geralmente debatidos em profusão, embora não necessariamente amplamente aceitos e isentos de questionamento, esta fundamentação teórica é produto de uma revisão analítico-crítica tanto de livros, em especial de Teoria da Contabilidade, como de artigos científicos.

A seleção da produção acadêmica concernente à temática proposta obedeceu o seguinte critério: (i) partir de Mattessich (2008), que conduziu um trabalho histórico e crítico da produção da pesquisa contábil nos últimos 200 anos; e (ii) partir do próprio material avaliado que, por sua vez, remetia a outros textos e outros autores, incluindo-se os clássicos do passado e os mais recentes. Por certo, mesmo que uma ou outra pesquisa ou autor possa ter escapado desta revisão de registros teóricos, isto não interferiu no seu resultado.

Tendo em vista o embricamento da história da Filosofia com a história das Ciências e o seu impacto na história e no desenvolvimento da pesquisa em Contabilidade, optou-se, nesse capítulo, pela sua integração. Como observou Mattessich (2008):

[A] Contabilidade ramificou-se em uma miríade de novos rumos, alguns deles dificilmente imagináveis para gerações anteriores. Estes incluem não só as novas técnicas e experiências na área de auditoria e contabilidade financeira e gerencial, mas também em contabilidade tributária, contabilidade internacional, aspectos da informação, teoria da agência, sistemas de controle, ensino da contabilidade, e até mesmo em temas esotéricos como a arqueologia da contabilidade, contabilidade de petróleo, contabilidade social e ambiental, contabilidade de recursos humanos, as questões de gênero em contabilidade, contabilidade do capital intelectual, entre outras áreas novas⁹⁷ (MATTESSICH, 2008, p. 3).

Tal pluralidade de visões, concepções, de paradigmas em Contabilidade, como nomeados no capítulo anterior, demonstra que a Contabilidade vem seguindo os mesmos estágios das Ciências Sociais, chegando com atraso ao mesmo ponto em que estas se encontravam no final do século XIX. A Teoria da Contabilidade desenvolveu-se de maneira uniforme até a chegada da chamada Teoria Positiva da Contabilidade nos anos 1970, oportunidade em que toma um rumo bastante diferente do até então percorrido pela chamada Teoria Normativa da Contabilidade. Cerca de uma década mais tarde, reagindo à Pesquisa Positiva da Contabilidade, os Europeus lideraram um movimento de interesse pelas questões filosóficas e por outros paradigmas das Ciências Sociais, no qual os paradigmas sociológicos identificados por Burrell e Morgan (1979) são incorporados à prática da pesquisa em Contabilidade, como bem observaram Hopper e Powell (1985), o que acabou por gerar a miríade de novos rumos constatada por Mattessich (2008), conforme supra citado.

O questionamento europeu relativo aos rumos da pesquisa em Contabilidade deu-se pelos mesmos motivos registrados nas Ciências Exatas e Naturais e mais tarde nas Ciências Sociais, conforme demonstrado nas seções 2.5 a 2.7, porque, da mesma forma, diz respeito aos princípios do empirismo baconiano incorporados pelo positivismo que, também, tornou-se hegemônico nas Ciências Contábeis. Por isso as primeiras críticas foram dirigidas aos aspectos filosóficos (ontologia e epistemologia) da chamada Teoria Positiva em Contabilidade e à sua limitação na análise dos fatos sociais e contábeis, seguidas pelas críticas à adoção/importação de outros paradigmas de pesquisa, notadamente na área contábil, do

⁹⁷ “(...) Accounting branched off into a myriad of new directions, some of them hardly imaginable to former generations. These include not only new techniques and experiments in auditing, financial and managerial accounting, but also in taxation accounting, international accounting, information aspects, agency theory, control systems, accounting education, and even in such esoteric topics as archaeology of accounting, petroleum accounting, social and environmental accounting, human resource accounting, gender issues of accounting, accounting of intellectual capital, and other new areas.”

paradigma interpretacionista e do paradigma da teoria crítica, já amplamente incorporados à prática de pesquisa das Ciências Sociais no século XX. A seção 2.8 apresentou os primeiros artigos direcionados a estes questionamentos⁹⁸, dentre eles Tinker *et al.* (1982), Tomkins e Groves (1983), Christenson (1983), Hopper e Powell (1985), Chua (1986), Covaleski e Aiken (1986), Gaffikin (1987), Morgan (1988), Williams (1989), Lukka (1990) e Laughlin (1995), podendo-se acrescentar ainda Hopwood (1977, 1978).

A análise foi iniciada a partir do ponto de chegada da pesquisa contábil no século XXI, interligando-a à História da Filosofia e a História das Ciências, origem da pluralidade de paradigmas presentes hoje em diversos campos de pesquisa, em especial nas Ciências Sociais, incluindo-se a Contabilidade. Porém, antes de tudo, impõe-se o retorno às origens da Contabilidade, de forma a acompanhar sua trajetória para, à luz da base conceitual de Kuhn (2001 [1962]), identificar se há ou não um “paradigma” nas Ciências Contábeis e, em caso de sua existência, se está inserido, ou não, em uma “crise” que tenha imposto uma ruptura da “ciência normal” da Contabilidade, clamando, assim, pela instauração da “ciência extraordinária” que poderia, enfim, conduzir a uma “revolução científica”.

Assim, a jornada científica traçada nesta tese tem início no desenvolvimento do pensamento contábil e vai até o século XIX, porque esse período é fundamental para a análise do paradigma contábil na perspectiva kuhniana, e ainda porque, como alertou Mattessich (2008): (i) esse período é normalmente negligenciado pela literatura internacional dominada pelas publicações em inglês; e (ii) muitas das ideias “modernas” da Contabilidade foram concebidas ou incubadas nesse período.

Os registros históricos da atividade contábil, mais particularmente o registro e o controle do patrimônio, datam de milhares de anos antes de Cristo, mas a sua estruturação como a conhecemos hoje se dá apenas a partir do século XV, com a publicação, em 1494, da conhecida obra do Frei Italiano Luca Pacioli⁹⁹: *Suma de aritmética, geometria, proporção e proporcionalidade*, na qual seu autor dedica dois capítulos à descrição do que mais tarde seria conhecido como método, processo ou Modelo das Partidas-dobradas (LOPES DE SÁ, 1997; SCHMIDT, 2000; RIAHI-BELKAOUI, 2004).

⁹⁸ A Figura 4, apresentada na seção 2.5.3, permite uma visão geral do pensamento teórico que originou esses diversos paradigmas como, por exemplo, o materialismo histórico da Escola Marxista apontado por Tinker *et al.* (1982) como uma alternativa de pesquisa em Contabilidade. Para outros exemplos, veja a seção 2.8.

⁹⁹ Os historiadores atribuem a Luca Pacioli não a criação do método, mas a sua estruturação e sua justificação (LOPES DE SÁ, 1997, p. 42).

Segundo Riahi-Belkaoui (2004, p. 4), somente nos séculos XVI¹⁰⁰ e XVII é que o “método Italiano¹⁰¹” se espalha pela Europa e adquire as características e o desenvolvimento do que ficou conhecido como Modelo¹⁰² das Partidas-dobradas. Porém, é a partir do século XVII que surgem as primeiras aplicações práticas do Método das Partidas-dobradas (SCHMIDT, 2000; RIAHI-BELKAOUI, 2004). Sobre esta evolução, Mattessich (2008) atesta que, somente entre os séculos XVIII e XIX, manifestam-se os mais importantes esforços no sentido de estruturação do pensamento contábil e de seu reconhecimento acadêmico, oportunidade em que surgem as primeiras discussões acerca da Teoria das Contas, da Teoria Personalista, da Teoria Materialista, da Teoria do Proprietário, da Teoria da Entidade, dentre outras. O autor demonstra, também, que somente a partir do século XIX, surgem as primeiras abordagens de temas como orçamento, custos, controle, avaliação de ativos e depreciação.

Este período é dominado pelas escolas de pensamento de países europeus como a Itália, França e Alemanha, caracterizando uma hegemonia que se estende até a primeira metade do século XX, impulsionada, principalmente, pela escola italiana (LOPES DE SÁ, 1997; SCHMIDT, 2000; MATTESSICH, 2008). Todavia, como observou Canziani (1994 *apud* Mattessich, 2008), a reclusão progressiva da Teoria Italiana, pela prática e sua repetição estéril, levaram à sua decadência e ao domínio da literatura contábil anglo-americana, a partir da segunda metade do século XX, pois fortemente voltada para as necessidades dos usuários da informação contábil. Neste período, pode-se observar, também, uma pequena participação dos países da América Latina, geralmente seguindo, de início, as tendências advindas da Europa e, somente mais tarde, da América do Norte (MATTESSICH, 2008).

Cabe destacar, como observado por Mattessich (2008, p. 7), que a evolução da Contabilidade ao longo do século XIX não se limita apenas ao âmbito da Contabilidade Financeira, pois apresentando avanços em diferentes aspectos de avaliação, problemas de alocação e depreciação, ajustes e indexação do nível de preço, valores atuais, valores de saída, preços de transferência, avaliação do lucro residual, teoria de super lucros, contabilidade agrícola, dentre outras abordagens. Isto porque a Contabilidade Gerencial também apresentou avanços significativos, como por exemplo, o controle gerencial, a análise de custo-volume-

¹⁰⁰ De acordo com Scott (2012), somente em 1543 a obra de Luca Pacioli é traduzida para a língua inglesa.

¹⁰¹ Segundo Lopes de Sá (1997), devido à grande difusão em toda a Europa do método proposto pelo Frei Luca Pacioli, este ficou conhecido como “partidas italianas”.

¹⁰² Lopes de Sá (1997) nomeia “Processo” das Partidas-dobradas, enquanto Schmidt (2000) o chama de “Sistema” das Partidas-dobradas. Cushing (1989) e Riahi-Belkaoui (2004) o chamam de “Modelo” das Partidas-Dobradas. Particularmente, vejo como um método, uma técnica de registro que permite operacionalizar aspectos fundamentais da Teoria da Contabilidade, como por exemplo, a premissa de que toda “origem” tem uma “aplicação” e vice-versa, por isso o fato contábil possui sempre duas “partidas”, uma para o reconhecimento da origem, e outra para o reconhecimento da aplicação, o que justifica o termo “partidas-dobradas”.

lucro a partir da separação dos custos fixos e variáveis, a análise de ponto de equilíbrio, os orçamentos fixos e variáveis, o orçamento base-zero, o custo padrão, a determinação de preços de venda, a integração da contabilidade de custos com a contabilidade financeira, dentre outras abordagens. Mattessich (2008) destaca, ainda, a presença de questões tributárias associadas à Contabilidade, em especial, nos países que apresentavam estrutura jurídica altamente regradada e codificada (*code law*).

Observe-se, portanto, que há dois aspectos importantes no desenvolvimento da Contabilidade ao longo dos séculos XVIII e XIX. O primeiro voltado para o seu aspecto prático, sinalizando as três grandes funções que a Contabilidade desenvolveria ao longo dos anos, quais sejam: (i) geração de informações para os usuários externos, divulgadas por meio das demonstrações contábeis¹⁰³, tarefa atribuída à chamada Contabilidade Financeira; (ii) geração de informações para os usuários internos, tarefa atribuída à Contabilidade Gerencial; e (iii) geração de informações para atender aos sistemas legais e tributários, tarefa que depende tanto da Contabilidade Financeira quanto da Contabilidade Gerencial. E o segundo voltado para o seu aspecto teórico e conceitual, fundamentando, justificando e legitimando tanto a sua argumentação teórica quanto a sua aplicação prática. Daí resultando a necessidade de complementariedade entre teoria e prática¹⁰⁴, o que remete a questões ontológicas e epistemológicas discutidas no Capítulo 2, a serem retomadas ao final deste capítulo.

Se de um lado o aspecto teórico da Contabilidade se desenvolve pela luta por reconhecimento acadêmico, por outro lado o seu aspecto prático é influenciado e alavancado tanto pelas grandes empresas, dentre elas as ferrovias, quanto pela Revolução Industrial, que exerce duplo impacto, conforme Mattessich (2008): primeiro, a partir da segunda fase da Revolução Industrial (1800-1890), com o início da produção em massa, o surgimento do capitalismo industrial e o número crescente de sociedades por ações em busca de controles de custos e de uma adequada avaliação de seus ativos e passivos etc. Segundo, a partir da terceira fase da Revolução Industrial (1890 em diante), com o crescimento do capitalismo financeiro, a busca por uma nova legislação comercial e o surgimento das Academias de Comércio com *status* de universidades.

Neste ponto, cabe rever as abordagens de Max Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941) exposta na seção 1.1, que sustentam a tese do relacionamento intrínseco da

¹⁰³ Segundo Riahi-Belkaoui (2004), somente nos séculos XVI e XVII é que as demonstrações contábeis passam a ser elaboradas periodicamente.

¹⁰⁴ O preâmbulo desta tese apresentou uma perspectiva a partir da prática profissional de mercado em relação à interação teoria e prática.

Contabilidade com o capitalismo¹⁰⁵, na medida em que o primeiro, ao transformar os ativos em valores abstratos e ao demonstrar de forma quantitativa o resultado (lucro ou prejuízo) das atividades de negócio, os quais se tornaram possíveis somente com o uso do Método das Partidas-dobradas, permitiu ao segundo duas ações: (i) empreender o seu plano, monitorá-lo e medir o impacto de suas atividades; e (ii) separar o patrimônio dos proprietários do patrimônio dos seus empreendimentos, contribuindo, assim, para o crescimento das corporações (RIAHI-BELKAOUI, 2004). Hoje em dia, fala-se muito nos princípios e nas melhores práticas de Governança Corporativa, que tem por princípio básico a separação do patrimônio e interesses dos proprietários e investidores do patrimônio e interesses das empresas. Mas é interessante constatar que a sua origem remonta à Revolução Industrial e ao surgimento do capitalismo, processo no qual parece que o Método das Partidas-dobradas, a Contabilidade em última análise, teve papel decisivo.

Em meio aos avanços teóricos e práticos desse período, Mattessich (2008)¹⁰⁶ concluiu que:

Acima de tudo, o século XIX estabeleceu as principais direções da pesquisa futura em contabilidade. Além da luta pelo reconhecimento acadêmico da contabilidade, as seguintes tarefas principais tornaram-se centrais para as duas ou três primeiras gerações de acadêmicos da contabilidade do século XX em todo o mundo: (i) teoria das “contas” e particularmente “teoria da contabilidade”; (ii) problemas éticos em contabilidade e gestão; (iii) avaliação contábil geral e apresentação das demonstrações contábeis; (iv) problemas de inflação e as diferentes abordagens de resolvê-los; (v) depreciação e outras questões de alocação; (vi) custos e as tarefas de fixação de preços e de eficiência; (vii) auditoria, regulação contábil e questões fiscais (MATTESSICH, 2008, p. 38).

Neste sentido, os maiores avanços da Contabilidade foram reservados ao século XX, período de intensa atividade intelectual e prática, que permitiu o surgimento dos primeiros paradigmas científicos e da prática profissional contábil, conforme será demonstrado adiante. Uma característica marcante do século XIX foi a disputa acirrada por prioridade e hegemonia entre as teorias que emergiram nesse período, que seriam sofisticadas, com algumas sendo abandonadas no século XX como, por exemplo, a Teoria das Contas, a Teoria Personalista, a Teoria Materialista, a Teoria do Proprietário, a Teoria da Entidade, dentre outras.

¹⁰⁵ Sweeting & Davies (1995) oferecem uma visão integrada da “inovação industrial” introduzida a partir da Revolução Industrial e do desenvolvimento paralelo da Contabilidade.

¹⁰⁶ “Above all, the nineteenth century established the major directions of future accounting research. Apart from the struggle for the academic recognition of accounting, the following major tasks became central to the first two or three generations of twentieth-century accounting academics world wide: (i) Theory of ‘accounts’ and particularly ‘accounting theory’; (ii) Ethical problems in accounting and management; (iii) General accounting valuation and the presentation of accounting statements; (iv) Inflation problems and different approaches of solving them; (v) Depreciation and other allocation issues; (vi) Costing, pricing and efficiency tasks; e (vii) Auditing, standard setting and tax issues.”

Essa é a principal característica do período pré-científico¹⁰⁷ de Kuhn (2011 [1962]), a proliferação de teorias, a disputa e o confronto promovido pelos adeptos de cada candidato a paradigma dominante. Assim, passa a ser necessário o surgimento das escolas de pensamento, dos grupos de cientistas pesquisadores que comungavam da mesma opinião, ou melhor, que aceitavam e corroboravam a mesma visão de mundo, para definir a atuação deste campo de conhecimento. Como observou Mattessich (2008), tal contexto se consolida na Contabilidade ao longo do século XX. Primeiro na Europa, com a liderança da Itália e as participações de destaque, principalmente, da França e da Alemanha, e depois do Reino Unido, dos Estados Unidos da América (EUA) e demais países de língua inglesa.

Uma vez que nenhuma teoria teve sucesso em conquistar a hegemonia sobre as demais, a agenda do início do século XX estava voltada para o desenvolvimento de uma Teoria da Contabilidade, mas questões práticas também se demonstraram importantes e carentes de melhor fundamentação, como por exemplo, avaliação de ativos e passivos, demonstrações contábeis, problemas de inflação, depreciação e outras de alocação, custos, auditoria, dentre outras. Todavia, em consequência da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e do período de pós-guerra, o desenvolvimento da ciência contábil só foi retomado a partir dos anos de 1930, sendo impulsionado, em parte, pelos desdobramentos da Grande Depressão ocorrida nos EUA em 1929.

O famoso “crash” de 1929 levou a esforços tanto no campo teórico quanto na regulação dos mercados de capitais, haja vista não haver à época uma “regulação moral” de tais mercados, problema amplamente considerado um dos principais fatores da Grande Depressão (SCOTT, 2012). O que segundo Watts e Zimmerman (1986) levou, entre 1933 e 1934, à regulação por parte da SEC (*Securities and Exchange Commission*) das “divulgações contábeis” realizadas pelas empresas listadas nas bolsas de valores norte-americanas. Assim, de um lado, há um desenvolvimento paralelo, no meio acadêmico, motivado pela busca por princípios e formulações teóricas, a maioria inspirados no desenvolvimento teórico do século XIX. De outro lado, no campo prático, tal desenvolvimento se dá por meio da criação de órgãos reguladores tanto por parte dos governos quanto de entidades profissionais ligadas à Contabilidade.

Scott (2012, p. 3) atesta que uma das maiores lições deixada pela Grande Depressão aos contadores é que “os valores são efêmeros”, o que provocou um grande fortalecimento da Doutrina do Custo Histórico como base para a mensuração contábil, bem como o

¹⁰⁷ Esse estágio da proliferação de teorias se repete nos períodos de crise.

conservadorismo a ela associado, o que provocou o deslocamento de atenção do Balanço Patrimonial para a Demonstração de Resultados. Obras importantes foram dedicadas à racionalização do “custo histórico” que, segundo Wells (1976), predominava tanto na literatura quanto na prática contábil, mas carecia de melhor fundamentação. Ainda conforme Wells (1976), merecem destaque os trabalhos de Sanders *et al.* (1938), Gilman (1939) e Paton e Littleton (1940), sendo este último o mais importante dos três, dada a consistência das suas argumentações e o seu efeito persuasivo, no sentido de impedir a exploração de bases alternativas para a Contabilidade (SCOTT, 2012).

Todavia, a expansão da sofisticação dos negócios, a crescente complexidade das organizações empresariais e de suas atividades interagindo com um ambiente econômico cada vez mais dinâmico e volátil do século XX, acabam por expor as inconsistências e deficiências¹⁰⁸ tanto do modelo contábil da época quanto da prática do Custo Histórico. Como exemplo, tem-se as questões relacionadas à inflação, à variação nos níveis de preço, à avaliação de investimentos em coligadas e controladas, dentre outras. O que desencadeia, a partir dos anos 1950, o questionamento do modelo contábil e a consequente busca por novas alternativas, o que acaba por gerar uma reflexão sobre as bases filosóficas da Contabilidade, bem como sobre a estruturação de uma teoria abrangente desta ciência.

Essa busca leva, inicialmente, aos trabalhos seminais de Chambers (1955) e Mattessich (1957) e a uma intensa atividade intelectual no meio contábil nos anos de 1960 e 1970, o que, mais tarde, veio a ser considerada a “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade. Assim, diversos estudos são desenvolvidos, desde aqueles que apresentavam propostas inovadoras como o de Edwards e Bell (1961), Mattessich (1964), Chambers (1966) e Sterling (1970), passando por aqueles que mantiveram a tradição do custo histórico e das práticas correntes de então, merecendo destaque as pesquisas de Sprouse e Moonitz (1962), American Accounting Association (AAA) (1966) e Ijiri (1967), até os estudos dos teóricos que se dedicaram a avaliar e criticar as principais obras da época, dentre eles: Littleton (1953), Jones (1956), Chambers (1963), Vatter (1963), Matheus (1965), Deinzer (1966), Imke (1966), Gynther (1966), Baxter (1967), Buckley *et al.* (1967), Chambers (1970), Wright (1970), Stamp (1971), Mckeown (1971), Mason (1971), McDonald (1972), Revsine (1973), Hanna (1974), McDonald (1974), Whittington (1974).

Edwards e Bell (1961), com *The theory and measurement of business income*, deram uma grande contribuição ao tentar superar os problemas contábeis relativos às flutuações nos

¹⁰⁸ Kuhn (2011 [1962]) diria anomalias.

níveis de preço, inovando ao propor um sistema de avaliação pautado no custo corrente (custo de reposição). Por serem economistas e não contadores, o fazem a partir de uma base conceitual econômica, aproximando-se a Contabilidade da Economia. Já Mattessich (1964), em *Accounting and Analytical Methods*, retomando seu trabalho seminal de 1957, tenta introduzir maior rigor às análises e à teorização contábil, a partir da utilização da Matemática, sugerindo a integração da Teoria da Contabilidade com a Teoria Econômica, o que a partir de Jensen (1976) e Watts e Zimmerman (1978) vai predominar na pesquisa contábil sob o título de Teoria Positiva da Contabilidade. Porém, não tanto na perspectiva matemática de Mattessich (1957, 1964), e sim numa perspectiva mais voltada para a Estatística.

Se em Edwards e Bell (1961) tem-se ênfase em um aspecto particular da contabilidade – avaliação, e em Mattessich (1964) – uma atenção aos limites e fronteiras de uma Teoria da Contabilidade, em Chambers (1966)¹⁰⁹, com *Accounting, Evaluation and Economic Behavior*, tem-se, segundo Gaffikin (2003), a primeira tentativa abrangente de se obter uma nova teoria geral para a Contabilidade, que conduziria enfim a uma nova prática da Contabilidade, que ficou conhecida como *Continuously Contemporary Accounting (CoCoA)*, na qual, em termos de avaliação, o “custo histórico” seria substituído pelo “valor líquido realizável”. Chambers (1966) corrigiu alguns pontos falhos de sua teoria nos artigos posteriores supra citados. Entretanto, a sua originalidade e abrangência são inegáveis, razão pela qual geraram amplo impacto no debate da época, constituindo, juntamente com Edwards e Bell (1961) e Mattessich (1964), os estudos mais inovadores daquele período (GAFFIKIN, 2003).

A pesquisa de Ijiri (1967) – *The Foundations of Accountintg Measurement*, merece destaque, mas não pela inovação, uma vez que se dedica a uma justificação teórica do custo histórico, a exemplo de Paton e Littleton (1940) e Sprouse e Moonitz (1962), mas por sua argumentação teórica superior ao estabelecer os axiomas para a mensuração contábil, a partir dos quais deduz as regras da avaliação contábil. Outro ponto fundamental da sua teoria a ser destacado refere-se à sua conclusão de que a avaliação a custos históricos sempre conduzirá a valores mais *objetivos e confiáveis*. Ao longo desta revisão da literatura contábil, tal aspecto tem se mostrado recorrente, ou seja, a objetividade, a neutralidade e a verificabilidade costumam ser considerados os atributos principais que conduzem à avaliação confiável em Contabilidade. O “crash” de 1929 e a crise financeira de 2008 reacenderam essa compreensão, mas de que adianta um valor menos sujeito à “especulação” se nada, ou muito pouco, informa

¹⁰⁹ Consolida e aprimora os argumentos do seu trabalho seminal de 1955.

sobre os lucros atuais e futuros, e se pouco se presta à tomada de decisão? Esta questão será respondida na última seção deste capítulo.

Outro trabalho digno de nota é o de Sterling (1970) – *The Theory of the Measurement of Enterprise Income*, que chega a conclusões semelhantes¹¹⁰ às de Chambers (1966) em termos de avaliação contábil. Ambos reconhecem a centralidade da avaliação em Contabilidade, porém Sterling (1970) inova ao adotar o método hipotético-dedutivo, e o faz de maneira consciente, por possuir adequada formação em Filosofia da Ciência e ter consciência da necessidade de rigor metodológico para o seu reconhecimento científico, aproximando-se, nesse aspecto, não da proposta, mas do objetivo de Mattessich (1964). Observa-se, pois, a influência da Filosofia da Ciência positivista na Contabilidade, cujas primeiras manifestações, como demonstra esta revisão da literatura contábil, repousam em Chambers (1955, 1966), Mattessich (1957, 1964) e Sterling (1970), e como acima destacado, se consolidam na Ciência Contábil a partir dos trabalhos de Jensen (1976) e Watts e Zimmerman (1978).

Observa-se, ainda, que a associação da Teoria Contábil com a Teoria Econômica não é de autoria de Jensen (1976), Watts e Zimmerman (1978), haja vista se fazer presente nos trabalhos de Chambers (1955, 1966), Edwards e Bell (1961), Sterling (1970) e Martins (1972). Na verdade, bem antes disso, pois como observou Schneider (2001 *apud* Mattessich, 2008, p. 87), Fabio Besta [em torno de 1920] foi o primeiro a relacionar a Contabilidade com a Teoria Econômica, destacando-se, ainda, a utilização dos valores de reposição, uma clara referência à teoria de Ricardo, que se preocupava profundamente com o valor presente e a avaliação de imóveis e *leasing*. Outro aspecto a ser observado, por constituir uma das características desse período, é a busca pelas bases filosóficas da Contabilidade, ou seja, das questões ontológicas e epistemológicas que deveriam orientar a pesquisa científica em Contabilidade¹¹¹, conforme expõe Gaffikin (2003), que destaca o trabalho de Devine (1960).

No âmbito das publicações de órgãos profissionais destacam-se, primeiro, o estudo *A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises*, de Sprouse e Moonitz (1962), membros da divisão de pesquisas do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), que procuraram determinar os postulados a partir dos quais poderiam derivar os princípios a serem aplicados à prática profissional. Gaffikin (2003) destaca que nada de novo foi apresentado neste estudo, porque todas as conclusões foram pautadas em

¹¹⁰ Segundo Gaffikin (2003), Chambers e Sterling serão reconhecidos como os principais autores da Contabilidade a “valores de saída”.

¹¹¹ Em Kuhn (2011 [1962]), isto é característico do período pré-científico e do período de crise.

pesquisas anteriores, voltadas apenas para a racionalização do que, então, eram consideradas as melhores práticas contábeis. Segundo, o estudo do AAA (1966) – *A Statement of Basic Accounting Theory* (ASOBAT), conhecido pela sigla, que além de apresentar uma nova definição de Contabilidade, representava a visão do AAA sobre como uma Teoria da Contabilidade deveria ser desenvolvida.

Como destaca Gaffikin (2003), uma das características dos anos 1960 e 1970, considerados por Nelson (1973) e Gonedes e Dopuch (1974) a “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade, é a ênfase no desenvolvimento de uma base teórica abrangente para dois de seus pontos centrais, a saber, avaliação e mensuração do lucro. Observa-se, portanto, uma grande ênfase na função contábil de avaliação (Contabilidade Financeira) e pouca ou nenhuma atenção para as funções de controle (Contabilidade Gerencial) e legal (Contabilidade Tributária). Como constatou Macve (2014), atualmente, tal ênfase ainda está presente nas estruturas conceituais dos principais órgãos reguladores da Contabilidade, notoriamente, o International Accounting Standards Board (IASB)¹¹² e o Financial Accounting Standards Board (FASB)¹¹³.

A busca por bases teóricas, inevitavelmente, gerou discordância entre os diversos autores e seus seguidores, como por exemplo, Paton e Littleton (1940), Sprouse e Moonitz (1962) e Ijiri (1967), que defenderam o “custo histórico”; Jones (1956) e Mason (1971), que defenderam o “nível de preço ajustado”; Edwards e Bell (1961) e Mathews (1965), que defenderam o “custo corrente”; Chambers (1966) e Sterling (1970), que defenderam o “valor realizável líquido”; e Baxter (1967) e Wright (1970), que defenderam o “*deprival value*”. Observa-se, assim, outras duas características desse período: (i) a proliferação de teorias¹¹⁴ disputando entre si por hegemonia; e (ii) a “incomensurabilidade” dessas teorias geradas pelas escolas de pensamento contábil que se formaram à época.

Neste ponto, uma observação pode ser útil: embora esta tese advogue contra a incomensurabilidade, esta mostra-se presente em diversos campos científicos, o que levou à sua generalização por Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979). Assim, na Ciência Contábil, a incomensurabilidade mostrou-se intensamente presente tanto no século XIX como na “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade, e também, ao longo de todo século XX. A prática contábil, porém, nos reservará uma surpresa, pois, com o tempo, as bases conceituais tanto do IASB quanto FASB incorporaram um sistema misto, podendo-se dizer

¹¹² Junta de Normas Internacionais de Contabilidade.

¹¹³ Junta de Normas de Contabilidade Financeira.

¹¹⁴ Em Kuhn (2011 [1962]) isto é característico do período pré-científico e do período de crise.

multiparadigmático, de avaliação, onde tem-se o “custo histórico” de Ijiri (1967), o “valor realizável líquido” de Chambers (1966), o “custo corrente” de Edwards e Bell (1961), e ainda, o *fair value*, incorporado mais tarde à prática contábil. Juntos, cada um dando a sua contribuição para uma melhor representação contábil da realidade econômica das empresas.

Outra característica identificada por Gaffikin (2003) chama a atenção: o livro-texto mais utilizado nos cursos de Teoria da Contabilidade de 1965 até o final nos anos 1980, nos EUA, foi o livro de Hendriksen (1965), que conta hoje com diversas edições e reimpressões, inclusive, com traduções para o português. Gaffikin (2003) destaca que o livro de Teoria da Contabilidade de Hendriksen (1965) não era uma tentativa de apresentar uma teoria da contabilidade, pois limitava-se a apresentar o que, até então, havia sido produzido por diversos outros autores, sem expor qualquer avaliação ou posicionamento crítico, o que contribuiu para a formação de profissionais que não foram devidamente orientados quanto à avaliação das chamadas abordagens alternativas. Observa-se, assim, outra característica de Kuhn (2011 [1962]): a influência dos manuais e o seu papel na disseminação e manutenção dos paradigmas, que também se mostra presente na Ciência Contábil.

Em meio a esse turbilhão de tentativas tanto de manutenção e correção da doutrina dominante, notadamente a do “custo histórico”, quanto de propostas de novas doutrinas, com destaque para o “valor realizável líquido” e o “custo corrente”, uma característica se mostrou comum à grande maioria dos estudos da “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade, a saber: a busca por um conjunto de conhecimentos sistematizados voltados para a “prescrição” do “ideal” de “como deveria ser”, não necessariamente condizendo com a realidade ou prática contábil. Assim, mesmo existindo estudos como os de Chambers (1955, 1966), Mattessich (1957, 1964), Edwards e Bell (1961) e Sterling (1970), toda a produção intelectual da Contabilidade desde o século XV até os anos de 1970 ficou conhecida como “Teoria Normativa da Contabilidade”, haja vista tanto os esforços iniciais de racionalização da prática quanto os esforços da era de ouro, que embora sistematizados, objetivaram, igualmente, propor uma forma de prática contábil, não considerando, necessariamente, sua forma de ser.

3.2.2 O dilema normativo *versus* positivo

Esta característica desencadeou um questionamento em favor de uma suposta Teoria Positiva da Contabilidade, aquela que deveria se ocupar de “como as coisas são”, de “descobrir” a sua realidade primeira, a partir da “experiência”, e a partir desta, via método

observacional-indutivo ou via método hipotético-dedutivo, chegar à Teoria da Contabilidade, que poderia, enfim, ser reconhecida como científica, algo que, supostamente, até então, não havia ocorrido. Observa-se, neste ponto, a intensão de se aplicar à Ciência Contábil o método empírico-positivista das Ciências Exatas e da Natureza, que foi amplamente debatido no Capítulo 2, inclusive, quanto à sua adoção pelas Ciências Sociais, que passaram por esse dilema no século XIX. Por isso, foi dito no início deste capítulo, que a Ciência Contábil alcançava no século XX, com atraso, o mesmo estágio das Ciências Sociais.

De acordo com Gaffikin (2003), os primeiros a argumentar que a pesquisa *a priori* não havia sido científica o suficiente foram Gordon (1964) e Green (1964), que defenderam que mais ferramentas estatísticas deveriam ter sido utilizadas sobre as bases de dados do mercado de capitais¹¹⁵. Todavia, Goldberg (1965) parece ser o primeiro a fazer uma indicação clara da importância e da necessidade de uma “pesquisa positiva” em Contabilidade, a fim de se obter maior rigor científico nas teorizações contábeis (ZEFF, 1982; GAFFIKIN, 2003). Nelson (1973) e Gonedes e Dopuch (1974) também criticaram a pesquisa *a priori* da Contabilidade, por considerá-la insuficiente do ponto de vista metodológico e pouco significativa em termos teóricos. Visão partilhada por Jensen (1976) e Watts e Zimmerman (1978), que sugerem, a exemplo de Goldberg (1965), a necessidade de uma Pesquisa Positiva em Contabilidade.

É importante esclarecer em que medida a Teoria Normativa da Contabilidade pode ser considerada “*a priori*”, e o que isso representa para as críticas dos autores supra citados. Um bom exemplo é o estudo de Jensen (1976), por dois motivos: primeiro, por seu impacto na pesquisa contábil, que se consolida a partir de Watts e Zimmerman (1978); e segundo, por ser representativo das críticas dos demais autores que, em essência, têm a mesma origem, embora muitas vezes mal expressadas e sem o devido fundamento filosófico. Cabe esclarecer, e o próprio Jensen o faz na introdução do seu artigo, que o autor não pertence à área contábil, e sim de economia e finanças, áreas em que o positivismo já era o paradigma dominante. Assim, não é difícil entender as críticas de Jensen (1976) à pesquisa contábil de até então, mas a conclusão a que ele chega merece um esclarecimento. A resposta encontra-se nas seções 2.2 a 2.5 desta tese. O leitor que chegou até aqui deve ter percebido do que se trata. Porém, cabe deixar as coisas claras.

O “*a priori*” da Teoria Normativa da Contabilidade significa “antes” da experiência, algo que se processa no nível da razão, do pensamento, sem o confronto direto com a realidade, por isso os racionalistas também são idealistas, ao contrário dos empiristas que são

¹¹⁵ Beaver (1968) e Ball e Brown (1968) foram os primeiros a aplicar a “metodologia positiva” à Contabilidade.

realistas. Observa-se que o que está em jogo é o modo de ver o mundo do racionalista e do empirista, e como, no seu entendimento, o ser humano se relaciona e apreende esse mundo. Ou seja, trata-se de uma questão ontológica e epistemológica, em que um não reconhece a maneira de ver e lidar com mundo do outro (incomensurabilidade). Assim, quando Jensen (1976) critica a Teoria Normativa da Contabilidade está criticando o processo de racionalização que a instaurou, responsabilizando-o pela sua condução a um distanciamento da prática contábil, uma vez ter sido concebido fora do mundo real, pois “prescrevendo” o que deveria ser feito pelos praticantes da Contabilidade sem ter obtido tais prescrições a partir da experiência, da “descrição” dos fenômenos por ele simbolizados. Neste sentido, a história da Contabilidade, até aquele momento, depunha em favor da crítica de Jensen, como observou Hopwood (2007) e foi demonstrado na seção anterior.

Uma característica do racionalismo, especialmente daquele surgido com a Ciência Moderna de Galileu e Descartes, e que não está presente no racionalismo da Teoria Normativa da Contabilidade¹¹⁶, é a matematização do processo racional, característica da Ciência Moderna e Contemporânea. Neste sentido, Jensen (1976) dispara outro argumento contra a Teoria Normativa da Contabilidade, pois na medida em que o seu raciocínio não é matemático ou mesmo estatístico, então, é especulativo, uma característica do conhecimento teológico e do senso comum, e não do conhecimento científico. Daí que, somado ao primeiro argumento, infere-se que o conhecimento contábil gerado, até então, não é científico, por não ter sido obtido a partir do método científico, bem entendido, do positivismo. Todavia, Jensen (1976) reconhece a qualidade dos trabalhos de Edwards e Bell (1961), Sprouse e Moonitz (1962), Chambers (1966), AAA (1966), Ijiri (1967) e Sterling (1970).

O problema é que parece que nem o próprio Jensen (1976) tem consciência dessa discussão em nível ontológico e epistemológico, pois converge a sua crítica e a sua solução para o âmbito metodológico, de como, positivamente, deve ser obtido o verdadeiro conhecimento. Caso a possua, não a expressa em seu texto e se furta a discuti-la, talvez por considerá-la desnecessária, algo implícito, característica daquele período que Kuhn (2011 [1962]) chama de ciência normal, em que um paradigma já efetivamente enraizado numa comunidade de cientistas se afasta das discussões filosóficas, então consideradas intrínsecas, embora na maioria das vezes esquecida ou desconhecida.

¹¹⁶ Faz-se importante citar Mattessich (1957, 1964) e Sterling (1970), que parecem ser os primeiros a buscar uma matematização da Ciência Contábil, mesmo que em Sterling (1970) tal vertente se revele a partir dos instrumentos estatísticos.

Por isso, foi dito no Capítulo 2 e sustentado neste estudo, a exemplo do que concluíram Christenson (1983), Chua (1986) e Laughlin (1995), que a influência positivista incorporada à chamada Teoria Positiva da Contabilidade é equivocada e unilateral. Primeiro, porque o seu fundamento é apenas metodológico, não considerando as questões ontológicas e epistemológicas envolvidas nos processos, muito menos ponderando a sua adequação ao campo social e contábil que envolve o pesquisar, estudar, compreender, antecipar e teorizar. Segundo, porque se dá a partir do positivismo que reinava na Teoria Econômica Clássica, e que a exemplo do empirismo baconiano, limita-se a ligar os fenômenos por meio de cálculo com a finalidade de fazer previsões, distanciando-se, assim, como apontou Koyré (2011), de descobrir a realidade verdadeira, mais profunda, que forneça a explicação e permita chegar à teoria, aquela que estaria, enfim, alinhada à prática contábil. Terceiro, porque ignora toda e qualquer alternativa seja ela ontológica, epistemológica ou metodológica, haja vista a sua posição unilateral extremada, característica da incomensurabilidade observada por Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979).

Uma questão relevante parece não ter sido devidamente observada e avaliada quando da importação do positivismo para a pesquisa contábil, qual seja: como a pesquisa positiva é operacionalizada? Essa é uma característica dos paradigmas, pois uma vez instaurado, os seus adeptos não o questionam, simplesmente o operacionalizam. Nas palavras de Kuhn (2011 [1962]), apenas dedicam-se acriticamente à solução de quebra-cabeças, onde é o pesquisador o elemento testado e não o paradigma. Assim, cabe apenas a sua replicação e manutenção, e não o seu questionamento, sendo esta a provável razão da importação do paradigma positivista não ter sido objeto de análise, e simplesmente de replicação, na qual o *background* estatístico dos acadêmicos da Contabilidade foi colocado à prova.

Todavia, neste contexto, esta análise é importante. A operacionalização da pesquisa empírico-positiva se dá por duas vias: ou se utiliza o método observacional-indutivo ou se utiliza o método hipotético-dedutivo. Se se adota o método observacional-indutivo do empirismo baconiano, tem-se o problema do círculo tautológico discutido no Capítulo 2 que acaba por gerar o problema das generalizações por indução. Se se adota o método hipotético-dedutivo, deve-se ter primeiro uma teoria que possa ser submetida à falsificação, pois esse é o critério de cientificidade do método popperiano incorporado ao positivismo, o que também foi discutido no Capítulo 2.

Respondida a primeira questão, surge uma segunda igualmente importante: qual foi a opção realizada pelos pesquisadores positivos da Contabilidade? Segundo Jensen (1976) e Watts e Zimmerman (1978, 1986), deveria ser adotado o método hipotético-dedutivo, a ser

aplicado às questões contábeis a partir da Teoria Econômica Clássica¹¹⁷, visto que a Contabilidade não dispunha de uma teoria abrangente e amplamente aceita como demonstrado na seção anterior. Assim, evitou-se o círculo tautológico do método observacional-indutivo, e o mais grave, afastou-se também da Teoria da Contabilidade, já que os seus pesquisadores positivistas costumam dedicar-se ao “teste” de paradigmas de outras disciplinas afins, conforme observou Cushing (1989):

O efeito mais devastador dessas condições foi que muitos dos principais estudiosos da contabilidade de hoje já não exibem interesse em abordar as questões fundamentais da contabilidade, mas, ao contrário, gravitaram em direção ao estudo mais cientificamente satisfatório de paradigmas em outras disciplinas que estão relacionadas com a contabilidade¹¹⁸ (CUSHING, 1989, p. 37).

Em geral, a literatura científica da Pesquisa Positiva em Contabilidade é limitada à produção de pesquisa empírica até então realizada e às suas principais conclusões. Após o que são apresentadas as hipóteses a serem testadas e o método a ser utilizado, para em seguida demonstrar como o seu modelo ou a sua mensuração vai além ou faz algo diferente dos estudos anteriores. Tal processo se repete insistentemente na Pesquisa Positiva da Contabilidade. Assim, a ênfase recai nos *links* entre os métodos quantitativos e os dados (fenômenos), sem qualquer suporte ou ligação teórica do porquê esses *links* existem, já que os dados empíricos das pesquisas anteriores fundamentam e orientam as pesquisas futuras. Não seria esse outro círculo tautológico a ser evitado? Não se tem dúvida que sim.

Tome-se como exemplo os modelos de Ohlson (1995) – *Residual Income Valuation*¹¹⁹ (RIV), e Ohlson (2005) e Ohlson e Juettner-Nauroth (2005) – *Abnormal Earnings Growth*¹²⁰ (AEG), ambos com importantes contribuições para a pesquisa contábil, por desencadear inúmeras pesquisas ao redor do mundo, inclusive, no Brasil. Trata-se de modelos de avaliação de empresas a partir de variáveis contábeis, daí a sua relevância para a pesquisa contábil, embora não sejam teorias, e sim *links* quantitativos entre variáveis que se mostraram relevantes na previsão do valor de empresas. Nada irrelevante por sinal, mas não é uma teoria, muito mesmo uma Teoria da Contabilidade, já que os seus pressupostos são econômicos.

¹¹⁷ Dentre os temas preferidos pelos pesquisadores positivistas da Contabilidade pode-se destacar: Teorias da Firma, da Agência, da Hierarquia e dos Contratos, Hipótese de Mercado Eficiente (EMH), Assimetria Informacional e Modelos de Precificação de Ativos (CAPM).

¹¹⁸ “The most devastating effect of these conditions has been that many of today's leading accounting scholars no longer display an interest in addressing the fundamental issues of accounting, but have instead gravitated toward the more scientifically satisfying study of paradigms in other disciplines that are related accounting.”

¹¹⁹ Avaliação pelos Lucros Residuais.

¹²⁰ Avaliação pelo Crescimento dos Lucros Anormais.

A partir daí, em inúmeras pesquisas, testes de modelos vêm sendo conduzidos em diversos tipos de mercados, tanto consolidados como emergentes, repetindo a estrutura clássica acima demonstrada: revisão das pesquisas empíricas realizadas até agora e suas principais conclusões, descrição das hipóteses e da forma como são testadas, e apresentação dos resultados da pesquisa, os quais, via de regra, limitam-se aos dados analisados, com pouquíssimo ou nenhum poder de generalização. Fato curioso, uma vez que essa é uma das principais críticas ao método observacional-indutivo que, supostamente, seria solucionado pelo método hipotético-dedutivo. Pelo menos, resta eliminado o problema do juízo de valor e da subjetividade, certo? Por acreditar-se que não, é realizada, na seção 2.9, uma demonstração em perspectiva filosófica.

Neste estudo, não se pretende atacar a Pesquisa Positiva em Contabilidade, substituindo-a por outra, ou conceder exclusividade a determinado paradigma de pesquisa, como se tentou com a chamada Teoria Positiva da Contabilidade, conforme também demonstrado na seção 2.9. O que se espera esclarecer é que a Pesquisa Positiva da Contabilidade, mesmo numa perspectiva popperiana que atribui maior valor à teoria, não gerou os benefícios esperados em termos teóricos, embora tenha proporcionado mais notoriedade científica à Ciência Contábil, na medida em que se acredita na unidade metodológica das ciências, ponto discutido na seção 2.6.

Espera-se demonstrar, assim, sem a necessidade de citar dezenas de artigos positivistas, que não há, em geral, na Pesquisa Positiva da Contabilidade, uma produção de novas teorias, haja vista seu conteúdo limitar-se à acumulação de evidências das relações entre os dados ou apenas confirmar significâncias estatísticas de modelos ou teorias anteriores¹²¹. Tal conclusão, como observaram Macve (2014), Zeff (2014), Glover (2014) e Martins (2014), tem conduzido ao questionamento se houve ou não inversão de papéis entre os órgãos reguladores e os acadêmicos da Contabilidade, haja vista, como acima demonstrado nos termos de Cushing (1989), os órgãos reguladores estarem mais preocupados com a Teoria da Contabilidade e suas bases conceituais do que os acadêmicos da Contabilidade.

Ante o exposto, pode-se concluir que não se tem uma Teoria Positiva da Contabilidade, e sim uma Pesquisa Positiva em Contabilidade que, ainda, não conduz a uma Teoria da Contabilidade, embora ao criticar a Teoria Normativa da Contabilidade tenha se comprometido a edificar uma Teoria Positiva da Contabilidade, que seria alinhada à prática e à realidade contábil. Contudo, não se pode afirmar que todo esforço de teorização da pesquisa

¹²¹ Tem-se aqui a ciência normal de Kuhn (2011 [1962]) apresentada na seção 2.6.

“*a priori*” em Contabilidade constitui uma teoria no sentido científico do termo, muito embora, negar que o sejam os trabalhos de Chambers (1955, 1966), Mattessich (1957, 1964), Edwards e Bell (1961) e Sterling (1970) não parece adequado.

Em vista das limitações da Pesquisa Positiva em Contabilidade, com as quais deparou-se nas Ciências Sociais e nas Ciências Contábeis, respectivamente nas seções 2.7 e 2.8, tem-se, nos anos 1980, um movimento de reação nos países europeus contra a hegemonia da Pesquisa Positiva em Contabilidade, conforme referido no início deste capítulo. Observa-se, então, um primeiro movimento da pesquisa contábil voltado para a pesquisa normativa, e um segundo movimento voltado para a pesquisa positiva, e um terceiro movimento, ainda em curso, que questiona a hegemonia da pesquisa positiva em Contabilidade, sugerindo que o caminho que se coloca à frente passa pelo diálogo entre os paradigmas.

Assim, impõe-se, na Contabilidade, o dilema Normativo *versus* Positivo¹²², Prescrição *versus* Descrição, Idealismo *versus* Realismo, Racionalismo *versus* Empirismo. Tanto a História da Filosofia e das Ciências como a História da Contabilidade, até aqui analisadas, sugerem, como observou Martins (2014), que não se trata de um *ou-isto-ou-aquilo* e sim de um *tanto-isto-quanto-aquilo*. Todavia, colocar isto em prática, conforme discutido na seção 2.9, requer que sejam colocadas de lado as posições extremadas e unilaterais (incomensurabilidade), para reduzir as barreiras entre os paradigmas, de forma a instalar entre eles um *continuum* que estabeleça o diálogo, para que na intercessão, ou seja, na conciliação entre a Pesquisa Normativa e a Pesquisa Positiva em Contabilidade seja possível alcançar, no futuro, uma Teoria da Contabilidade.

As próximas seções mostram como as Pesquisas Normativas e Positivas em Contabilidade conduziram ao processo contábil atual, que culmina com a apresentação das demonstrações contábeis aos usuários internos e externos, bem como discute a sua relevância para os usuários do mercado financeiro e de capitais, contribuindo, assim, para que na seção 3.3 possa ser identificado e analisado o paradigma da Ciência Contábil.

3.2.3 Demonstrações contábeis e o mercado financeiro e de capitais

Foi destacada nas seções 1.1 e 3.2.1 a relação entre Contabilidade e Economia e entre Contabilidade e Capitalismo, mas ao apresentar a relevância das Demonstrações Contábeis

¹²² Não se mostrou necessário, dado o objetivo desta tese, resgatar as origens do dilema Normativo *versus* Positivo no campo científico. Por isso, limitou-se sua análise ao contexto da Contabilidade. Para uma leitura abrangente e enriquecedora sobre o tema veja Martins (2012).

para o mercado financeiro e de capitais, faz-se importante retomar tanto à relação quanto à importância da Contabilidade para a Economia Capitalista. Weber (1968 [1923]) oferece uma justificativa conceitual para essa relação:

O capitalismo existe onde quer que se realize a satisfação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas, via de regra, uma exploração **racionalmente** capitalista é uma exploração com conta de capital, isto é, uma empresa lucrativa que controla sua rentabilidade na ordem administrativa por meio da contabilidade moderna, estabelecendo um balanço (exigência proposta, primeiramente, no ano de 1608, pelo teórico holandês Simon Stevin) (WEBER, 1968 [1923]). (grifo nosso).

Observa-se, portanto, que numa perspectiva conceitual, a Contabilidade é imprescindível para a economia capitalista, na medida em que auxilia tanto o controle quanto a gestão do patrimônio e do desempenho das empresas, que são apresentados sob a forma de demonstrações contábeis cujo Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados são seus exemplos mais conhecidos. Contudo, cabe perguntar: e em termos práticos, a Contabilidade é realmente útil ao mercado financeiro e de capitais?

A Pesquisa Positiva em Contabilidade, amplamente sustentada pela literatura, constatou que as demonstrações contábeis são relevantes para o processo de tomada de decisão, especialmente para os participantes do mercado financeiro e de capitais, uma vez que podem contribuir para a projeção de fluxos de caixa futuros (ROSS, 1983; WATTS; ZIMMERMAN, 1986; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; KOTHARI, 2001; PENMAN, 2001; LOPES; MARTINS, 2007; PALEPU; HEALY, 2008; MORRICONE, *et al.*, 2009; e SCOTT, 2012). Mas, em que contexto, essa premissa pode ser fundamentada? O que confere às demonstrações contábeis essa prerrogativa?

Palepu e Healy (2008) contextualizam o funcionamento do mercado financeiro e de capitais, destacando seus quatro participantes principais: (i) os *investidores* – aqueles que dispõem de poupança para financiar projetos que maximizem a sua riqueza; (ii) os *empreendedores* – aqueles que têm ideias e projetos que precisam ser financiados; (iii) os *intermediários financeiros* – aqueles que aproximam e relacionam as fontes de financiamento aos projetos de investimento; e (iv) os *intermediários informacionais* – aqueles que subsidiam de informações, de um lado, os investidores, para que possam distinguir entre os melhores projetos, e de outro lado, os empreendedores, para que avaliem as fontes de financiamentos menos onerosas.

Os intermediários financeiros e informacionais são importantes para o mercado financeiro e de capitais, por contribuírem para o processo de comunicação entre os

investidores e os empreendedores, auxiliando os investidores a distinguir entre as boas e más oportunidades de investimentos disponíveis (PAPELU; HEALY, 2008). Como exemplos de intermediários financeiros, tem-se os bancos comerciais, as empresas de *venture capital* e as companhias de seguro, enquanto como exemplos de intermediários informacionais, tem-se os auditores, os contadores, os analistas financeiros e as agências de *rating*.

Assim, a Contabilidade assume papel importante, na medida em que forneça “informação útil para os que tomam decisões econômicas a respeito de empresas e sobre investimentos e empréstimos a empresas” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 115). Entretanto, para que essa contribuição seja efetiva, necessário se faz, no mínimo, flexibilizar¹²³ a Hipótese de Mercado Eficiente (HME) de Fama (1970)¹²⁴, pois se toda informação disponível for igualmente acessível a todos os participantes do mercado e, ainda, sem custo algum, as Demonstrações Contábeis agregariam pouco ou nenhum valor ao mercado financeiro e de capitais.

Neste sentido, é importante reconhecer, como demonstrou Akerlof (1970), que esse fluxo de informação entre os participantes do mercado é imperfeito, por permitir o surgimento da assimetria informacional¹²⁵, caracterizando uma contestação da HME, por colocar em “xeque” a ideia da firma clássica da Economia. É nesse contexto de mercado, em que os participantes têm interesse de negociar, precisam se relacionar e não têm o mesmo nível informacional, que a Contabilidade maximiza a sua utilidade, por ser uma das principais fontes¹²⁶ de informação para o mercado, ofertando, assim, uma contribuição significativa para a redução da assimetria informacional.

Mas, como ressaltam Lopes e Martins (2007, p. 76), para que isto seja verdade, é necessário que as Demonstrações Contábeis guardem estreita relação com a realidade econômica das empresas, pois “a utilidade da Contabilidade está ligada à sua capacidade de alterar as crenças dos usuários sobre os fluxos futuros de caixa dos ativos”. Concretizar essa

¹²³ Para não dizer como Hendriksen e Van Breda (1999, p. 83): “[...] no mercado perfeito que tipicamente habita os livros-texto de economia, não haveria espaço para a Contabilidade. É preciso abandonar essas hipóteses para que os contadores tenham razão de ser”.

¹²⁴ As condições para o Mercado Eficiente: “[...] it is easy to determine sufficient conditions for capital market efficiency. For example, consider a market in which (i) there are no transactions costs in trading securities, (ii) all available information is costlessly available to all market participants, and (iii) all agree on the implications of current information for the current price and distributions of future prices of each security. In such a market, the current price of a security obviously “fully reflects” all available information” (FAMA, 1970, p. 387).

¹²⁵ Como o próprio Akerlof ilustrou no seu trabalho seminal de 1970, o vendedor de um carro usado sabe mais a respeito do carro do que um possível comprador.

¹²⁶ Notadamente, a Contabilidade não é a única fonte de informação para o mercado, pois outros agentes também contribuem para a redução da assimetria informacional, como por exemplo, a imprensa, a própria empresa, dentre outros.

premissa na prática é sempre um desafio. A Figura 8 ilustra o processo pelo qual as atividades econômicas realizadas por uma empresa são incorporadas às demonstrações contábeis.

Palepu e Healy (2008, p. I-4) afirmam que “o sistema contábil da empresa provê o mecanismo por meio do qual as atividades de negócio são selecionadas, mensuradas e incorporadas às demonstrações financeiras”¹²⁷. Note-se que as atividades econômicas realizadas pelas empresas são influenciadas, de um lado, pelo “ambiente de negócios” em que atuam e, de outro lado, pelas “estratégias de negócio” adotadas. A visão de longo prazo das empresas (estratégias de negócio) orienta as ações de investimento e financiamento a serem realizadas no médio prazo e as atividades operacionais que se materializam no curto prazo, no dia-a-dia das empresas, mediante sua atuação no seu ambiente de negócios.

Os investimentos (ativos) e financiamentos (passivo e patrimônio líquido) devem ser evidenciados na Demonstração da Posição Financeira¹²⁸ (DPF), enquanto as atividades operacionais são evidenciadas na Demonstração do Resultado (DRE) e na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), as quais são complementadas pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e pelas notas explicativas¹²⁹. Assim, o sistema contábil precisa ser estruturado de tal forma que possa capturar a essência econômica das atividades empresariais, o que se materializa pelo processo contábil¹³⁰ de “reconhecimento”, “mensuração” e “evidenciação”, a partir do “ambiente contábil” e da “estratégia contábil” adotada.

¹²⁷ “The firm’s accounting system provides a mechanism through which business activities are selected, measured, and aggregated into financial statement data.”

¹²⁸ Essa nova terminologia substituiu o consagrado termo “Balanço Patrimonial”, pois, como sugerido pelo IASB, é mais adequada à verdadeira essência dessa demonstração.

¹²⁹ Esse conjunto de Demonstrações Contábeis é apresentado pelo Relatório da Administração e validado pelo Relatório dos Auditores Independentes, completando, assim, o conjunto de informações evidenciadas ao mercado.

¹³⁰ Ao longo da tese sempre que se menciona o “processo contábil”, está se referindo às atividades de reconhecimento, mensuração e evidenciação.

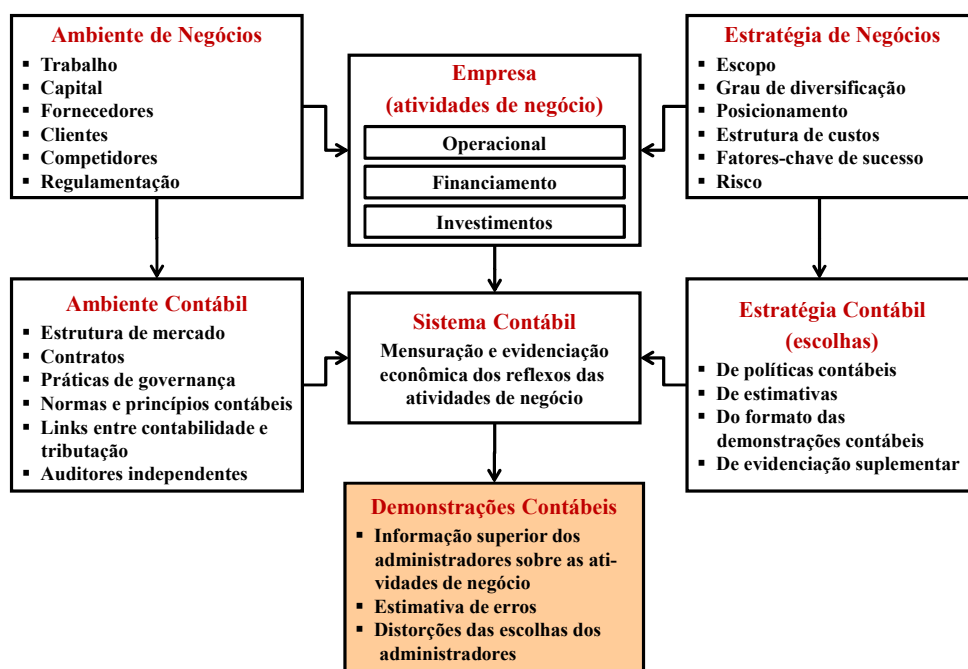


FIGURA 8 – Das atividades de negócio às demonstrações contábeis
 Fonte: Adaptado de PALEPU; HEALY, 2008, p. I-4.

Importante notar que esse processo impõe significativa parcela de julgamento profissional, uma vez que inúmeras escolhas de políticas e estimativas contábeis devem ser realizadas para que as atividades de negócio sejam processadas pelo sistema contábil e evidenciadas nas demonstrações contábeis. Isto exige dos profissionais da Contabilidade o que os professores Sérgio de Iudicibus e Nelson Carvalho chamam de “subjativismo responsável”, termo que associa a necessidade de julgamento profissional aliada a certa dose de subjetividade, sempre presente nas atividades que envolvem julgamento, à necessidade de adequada formação moral (ética) e comprometimento social.

Mas afinal, o que confere à Contabilidade a sua capacidade de contribuir para a projeção de fluxos de caixa futuros e, em última análise, a sua utilidade? Em verdade, um único atributo, a utilização dos *accruals*, que correspondem aos ajustes necessários à aplicação do princípio da competência. Logo, “podemos dizer que o conteúdo informativo da Contabilidade está no regime de competência” (LOPES; MARTINS, 2007, p. 69). Sim! Vejamos¹³¹: quando uma empresa faz uma venda a prazo, a ser paga por um cliente em 30 dias, o princípio da competência orienta o seu registro no momento da ocorrência da

¹³¹ Diversos exemplos de *accruals* podem ser citados, como as provisões (para devedores duvidosos, para obrigações a vencer, para perdas prováveis), a depreciação, a amortização, a exaustão, as perdas por irreversibilidade de ativos (apuradas por meio do teste de *impairment*), estimativas de vida útil e de valor residual dos bens tangíveis e intangíveis, dentre outros.

operação, e não no momento do seu efetivo recebimento, como orienta o princípio de caixa. Assim, no momento da venda, será reconhecido na Contabilidade, em uma conta de ativo, o direito a receber do cliente, que representa uma expectativa de entrada futura de caixa para empresa. No entanto, note-se que, se se utilizar o princípio de caixa, nada será reconhecido, não sendo gerada, portanto, uma informação que permita a projeção do fluxo de caixa futuro. Assim, pelo princípio de caixa, não se tem informação adicional sobre os fluxos de caixa futuros, somente sobre o caixa atual.

Assim, podemos afirmar, a exemplo de Lopes e Martins (2007), Palepu e Healy (2008) e Scott (2012), que nos *accruals* reside a capacidade de contribuir para a projeção de fluxos de caixa futuro da Contabilidade ou, em outras palavras, sem os *accruals* a Contabilidade não teria utilidade. Mas como alertam Lopes e Martins (2007), os *accruals* nos colocam diante de um grande desafio, pois crucial para a Teoria da Contabilidade: a discricionariedade¹³². Isto porque, “se os *accruals* fornecem informações sobre a empresa, é natural esperar que eles sejam totalmente discricionários. Ou seja, os gestores devem ficar livres para utilizar os *accruals*, de modo a informar o mercado” (LOPES; MARTINS, 2007, p. 72). Neste sentido, Sidebotham (1973 *apud* Watts, 1996) atesta:

A contabilidade não é apenas uma questão de registro e classificação. Ela envolve conclusão e interpretação, **tarefas discricionárias que exigem o exercício de julgamento** (...). Como o volume de informações relevantes para a atividade empresarial tornou-se maior e mais complexo, a tarefa de fornecer demonstrações agregadas que reflitam e não distorçam a realidade subjacente tornou-se progressivamente severa¹³³ (SIDEBOTHAM, 1973, *apud* WATTS, 1996, p. 20) (grifo nosso).

Este ponto é crucial para a Contabilidade, pois o atributo que lhe confere utilidade pode gerar o gerenciamento dos resultados¹³⁴, distorcer a realidade econômica e comprometer a comparabilidade. Neste sentido, Lopes e Martins (2007, p. 72) argumentam que não seria prejudicada a comparabilidade, nem a análise das demonstrações contábeis, pois mesmo que empresas diferentes adotassem critérios contábeis diferentes, “a Contabilidade teria relevância à medida que teria a capacidade de informar sobre as diferenças intrínsecas entre as empresas”. Ademais, não se pode esperar que empresas diferentes, com realidades diferentes,

¹³² Importante notar que a discricionariedade deve ser exercida dentro dos princípios éticos e morais exigidos pela sociedade, o que naturalmente impõe certa dose de conservadorismo, embora não isente o mercado financeiro e de capitais e a sociedade do risco moral inerente.

¹³³ “Accounting is not solely a matter of recording and classifying. It involves summarization and interpretation, discretionary tasks requiring the exercise of judgement... As the volume of information relevant to business activity has become greater, and more complex, the task of providing aggregate statements which reflect, and do not distort the underlying reality has become progressively harder.”

¹³⁴ A Teoria de Agência oferece a base conceitual para compreender os principais motivadores do gerenciamento dos resultados.

estruturas diferentes, culturas diferentes, utilizem exatamente os mesmos critérios e façam as mesmas escolhas contábeis.

Assim, Palepu e Healy (2008) destacam os quatro aspectos que influenciam a qualidade do sistema contábil: (i) os próprios *accruals*; (ii) os padrões e convenções contábeis; (iii) as estratégias de reporte dos administradores das empresas; e (iv) a auditoria independente. Lidar com *accruals* é sempre uma tarefa complexa, pois estes se referem às expectativas das consequências futuras no caixa provenientes das ações da administração em tempo real, o que além de ser subjetivo, baseia-se numa grande diversidade de suposições (PALEPU; HEALY, 2008, p. I-5). Neste contexto, tanto os padrões e convenções contábeis quanto os auditores independentes podem desempenhar papel relevante para a qualidade das informações contábeis. Os princípios e convenções contábeis, reduzindo em certa medida a flexibilidade das escolhas, orientando e prescrevendo práticas e procedimentos contábeis (regulando), e os auditores independentes, validando o cumprimento das Normas Contábeis, a qualidade das demonstrações contábeis e a sua adequação à realidade econômica das empresas (atestando)¹³⁵.

3.2.4 Críticas ao processo contábil: uma crise anunciada

Ante o exposto, uma pergunta parece inevitável: as informações contábeis são realmente relevantes para o mercado financeiro e de capitais? Do ponto de vista conceitual, como demonstrado no início da seção anterior, a resposta parece óbvia: sim. Mas na prática, no dia-a-dia do mercado, lá onde as transações econômicas acontecem e as demonstrações contábeis são analisadas e interpretadas, a resposta não parece nem simples nem óbvia, haja vista, inclusive, existirem outras fontes de informações complementares de que dispõe o mercado financeiro e de capitais.

Responder esta questão de natureza prática, como demonstrado na seção 3.2.2, conduziu a um deslocamento da própria pesquisa em Contabilidade, que teve que se preocupar mais em descrever, explicar e prever a reação do mercado, o ambiente regulatório e outros – Pesquisa Positiva em Contabilidade, do que com a imposição sobre o que é melhor fazer, quando da execução do processo contábil – Pesquisa Normativa em Contabilidade. Nesta perspectiva, um grande esforço de pesquisa vem sendo realizado desde os trabalhos seminais de Ball e Brown (1968) e Beaver (1968), no sentido de se explicar, entender,

¹³⁵ Entretanto, o risco moral sempre estará presente e, por isso, mecanismos de controle devem ser estabelecidos, como por exemplo, os sistemas de controles internos, de análise de risco, dentre outros.

correlacionar e prever os reflexos das informações contábeis disponibilizadas ao mercado financeiro e de capitais, bem como identificar as suas causas e efeitos – tudo isso, claro, sob as premissas do paradigma positivista da Teoria Econômica Clássica.

Assim, diversos autores, como por exemplo, Ross (1983), Kothari (2001), Morricone *et al.* (2009), e mesmo Ball e Brown (1968) e Beaver (1968) ora citados, dentre outros, concluíram que a informação contábil é relevante para o mercado financeiro e de capitais. Mas como constataram Lopes e Martins (2007, p. 79) “uma revisão geral da literatura nos leva a concluir que o resultado contábil é relevante, mas possui baixo poder explicativo¹³⁶”. O que naturalmente induz ao questionamento da qualidade do processo contábil, pois, se a informação contábil é relevante, é porque o mercado financeiro e de capitais reconhece a sua utilidade e a sua capacidade de auxiliar na previsão dos fluxos de caixa futuros, mas, por outro lado, se o seu poder explicativo é baixo, é porque o processo contábil não está conseguindo capturar a essência econômica das atividades empresariais, o que, por sua vez, reduz a sua utilidade.

Mas, o que aconteceu para que o processo contábil perdesse a sua qualidade? Como demonstrado na seção 1.1, a sociedade mudou, mas a maneira como o processo contábil representava as operações empresariais nem tanto. O processo contábil tornou-se, assim, desalinhado com as novas práticas de mercado, ficou obsoleto, pois não consegue capturar em sua totalidade a essência econômica das transações realizadas, ou seja, as demonstrações contábeis, em grande medida, se distanciaram do valor de mercado das empresas¹³⁷ (LEV, 2001; MACINTOSH, 2002; HAND; LEV, 2003). Isso motivou o questionamento das medidas contábeis de lucro, de retorno sobre o patrimônio líquido (*Return on Equity* – ROE), de retorno sobre os ativos (*Return on Assets* – ROA), dentre outras. A utilidade das informações contábeis, portanto, estava sendo colocada em “xeque”. Modelos como o *Economic Value Added* (EVA[®]) ou Valor Econômico Adicionado, o *Market Value Added* (MVA[®]) ou Valor Adicionado ao Mercado, e o *Balanced Scorecard* (BSC), dentre outros, eram usados para detectar as falhas das medidas contábeis e “resolvê-las”, buscando ser mais efetivo em demonstrar a realidade empresarial.

Para entender melhor como isso impactou o processo contábil, necessário se faz ter em mente tanto o processo ilustrado pela Figura 8 quanto a transição da “velha” para a “nova” economia apresentada na seção 1.1. O “ambiente de negócios” em que as empresas atuavam, mudou, e como constatado por Hand e Lev (2003, p. 1), “os intangíveis estavam cada vez

¹³⁶ Para um exemplo consulte a seção 1.1.

¹³⁷ Veja o Gráfico 1 na seção 1.1.

mais tomando o centro do palco nas estratégias de negócios das empresas e das avaliações realizadas pelos investidores ¹³⁸. O que se deu, entre outros motivos, em resposta ao significativo aumento da concorrência provocado pela globalização, pela desregulamentação de grande alcance, pelas mudanças tecnológicas – cada vez mais rápidas, impulsionando as empresas a mudar radicalmente seus modelos de negócios, além de adaptar suas “estratégias empresariais” (HAND e LEV, 2003).

Conforme Lev (2001) e Hand e Lev (2003), a riqueza e o crescimento na “nova economia” estão relacionados, principalmente, aos ativos intangíveis como patentes, drogas de bioengenharia, marcas, alianças estratégicas, lista de clientes, redução de custos da cadeia de suprimentos baseada na *internet*, e não mais pelos ativos fixos tradicionais, como por exemplo, máquinas e equipamentos, plantas industriais, imóveis e veículos, como acontecia na “velha economia”. Os autores ressaltam que posições dominantes de mercado, lucros anormais e vantagem competitiva, mesmo que temporária, são mais efetivamente alcançadas pela implantação de ativos intangíveis.

Nota-se, portanto, que o sistema contábil das empresas encontra-se diante de mudanças profundas, de um lado, no “ambiente de negócios” que, por sua vez, impacta o “ambiente contábil”, e de outro lado, na “estratégia de negócios”, que por sua vez impacta a “estratégia contábil”. No centro desse turbilhão de novas possibilidades, encontra-se o processo contábil, que se consolidou ao longo do tempo em meio a uma “sociedade industrial” que agora se torna “digital”¹³⁹.

Diante desse desafio, profissionais e pesquisadores da Contabilidade, simplesmente, não cruzaram os braços, assistindo passivamente ao que estava se passando. Muito esforço de pesquisa e tentativas concretas, tanto da Academia quanto dos órgãos reguladores da Contabilidade deve ser reconhecido, como por exemplo, no âmbito internacional, do IASB e do FASB, e no âmbito nacional, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e mais recentemente do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

¹³⁸ “[...] intangibles are increasingly taking center stage in firms' business strategies and the valuation calculus performed by investors.”

¹³⁹ Para ilustrar essa movimentação em termos de mercado, vale a constatação de Damodaran (2002, p. 1): “Em 1990, as 10 maiores empresas do mundo, em termos de capitalização no mercado, eram gigantes industriais e de recursos naturais que existiam há muito tempo. Em janeiro de 2000, as duas maiores empresas que ocupavam o topo da lista eram a Cisco e a Microsoft, duas empresas de tecnologia que mal eram notadas dez anos antes. Na verdade, seis das dez maiores empresas – novamente em termos de capitalização de mercado – no início de 2000 eram de tecnologia e, o que é impressionante, quatro dessas seis existiam há 25 anos ou menos.”

QUADRO 4
Métodos de mensuração inicial e subsequente

Ativo	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Estoques (CPC 16 - R1)	Custo (de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais - item 10), ou, no caso de <i>ativos biológicos e produtos agrícolas</i> pelo seu valor justo deduzido dos gastos estimados no ponto de venda no momento da colheita (item 20).	Custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (item 9).
Investimentos em coligas e controladas (CPC 18 - R1)	Custo (item 11).	Método de equivalência patrimonial (item 13) <i>menos</i> perdas por irrecuperabilidade (item 31).
Imobilizado (CPC 27)	<i>Aquisição: Custo</i> (item 15). <i>Troca: Valor justo</i> (item 24).	São avaliados pelo método de custo (custo <i>menos</i> depreciação <i>menos</i> perda por irrecuperabilidade) <i>ou pelo método de reavaliação</i> (item 29).
Propriedades para investimento (CPC 28)	<i>Aquisição: Custo</i> (item 20). <i>Troca: Valor justo</i> (item 27).	A entidade <i>opta</i> pelo valor justo ou custo (item 30).
Ativo biológico e produtos agrícolas (CPC 29)	Valor justo menos a despesa de venda (item 12).	Valor justo menos a despesa de venda (item 12), exceto quando este não puder ser mensurado confiavelmente. Neste caso, será mensurado pelo custo, menos qualquer depreciação e <i>perda</i> por irrecuperabilidade acumuladas (item 30).
Ativo não circulante mantido para a venda (CPC 31)	Valor contábil ou valor justo menos as despesas de venda, dos menor (item 15).	Valor reconhecido inicialmente (valor contábil ou valor justo) <i>menos</i> perdas por irrecuperabilidade (item 20).
Instrumentos financeiros (CPC 38): Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo (item 43).	Valor justo , sem nenhuma dedução dos custos de transação que possam incorrer na venda ou em outra alienação (item 46).
Instrumentos financeiros (CPC 38): Investimentos mantidos até o vencimento	Custo da transação (item 43).	Custo amortizado usando o método dos juros efetivos (item 46). Estão sujeitos às perdas por irrecuperabilidade.
Instrumentos financeiros (CPC 38): Empréstimos e contas a receber	Custo da transação (item 43).	Custo amortizado usando o método dos juros efetivos (item 46). Estão sujeitos às perdas por irrecuperabilidade.
Instrumentos financeiros (CPC 38): Ativos financeiros disponíveis para venda	Custo da transação (item 43).	Valor justo , sem nenhuma dedução dos custos de transação que possam incorrer na venda ou em outra alienação (item 46).

Fonte: Original desta pesquisa.

Embora insuficientes para reverter a “crise de representação” argumentada por Macintosh (2002), haja vista, entre outros motivos, as limitações impostas pelo paradigma positivista dominante, avanços no reconhecimento e mensuração de ativos como instrumentos financeiros, intangíveis e imobilizados, são dignos de destaque, como se constata no Quadro 4, apresentado acima.

Um bom exemplo do avanço no reconhecimento de ativos, especialmente em países de estrutura *Code Law* como o Brasil, é a orientação de que um bem ou um direito sobre o qual a empresa detenha o seu controle, obtenha benefícios (fluxos de caixa futuros) e assuma os riscos, seja reconhecido como ativo. Até 2007 esse procedimento era proibido pela legislação fiscal brasileira, pois só poderiam ser reconhecidos como ativo os bens e direitos de propriedade da empresa. Isso levava a distorções significativas, a ponto de determinados ativos, suportados por contratos de *leasing*, por exemplo, não serem reconhecidos como ativo, mesmo sendo os principais responsáveis pela geração de receitas de uma empresa.

No que diz respeito à mensuração, um avanço digno de destaque é a redução da utilização do custo histórico como base de valor¹⁴⁰ ou, em última análise, dos valores de entrada como principal critério para a avaliação de ativos. Nas Normas Internacionais de Contabilidade o “custo histórico” não é mais a única base de valor, uma vez que o “valor realizável líquido” e “valor justo” também são admitidos e têm papel relevante na mensuração de ativos. Como constataram Palepu e Haely (2008, p. 3-15), tanto o IASB quanto o FASB estão colocando maior ênfase no valor justo como base para a avaliação contábil.

Um primeiro olhar sobre o Quadro 4, que apresenta os critérios de mensuração inicial e mensuração subsequente presentes nos pronunciamentos do CPC para as principais classes de ativos, exceto os intangíveis que são apresentados no Quadro 7 na seção 3.4.2.1, já sugere que o custo histórico não é o conceito dominante para a mensuração de ativos. Essa primeira impressão se fortalece na medida em que se observa que o conceito de custo se mostra efetivamente presente apenas na mensuração inicial, pouco sendo referenciado na mensuração subsequente e, quase sempre¹⁴¹, como uma alternativa quando não é possível apurar de forma confiável o valor justo.

¹⁴⁰ Uma das maiores críticas que o mercado financeiro e de capitais, de maneira geral, dirigia à Contabilidade era a utilização do custo histórico como base de valor, pois este, com o tempo, se tornava uma medida muito pobre do valor de mercado dos ativos, levando a uma subavaliação destes ativos. Wells (1976) argumenta que este é o primeiro presságio da crise de representação que Macintosh (2002) atribuiu aos intangíveis a sua principal causa.

¹⁴¹ No Brasil, em função da Lei nº 11.638/2007, os “ativos intangíveis” e os “ativos imobilizados” não podem ser avaliados na mensuração subsequente pelo *método de reavaliação*, sendo, portanto, imposto pela legislação brasileira a mensuração pelo *método de custo* menos depreciação menos perdas por irreversibilidade.

Isto se deve ao fato do custo histórico, como base de valor, tornar-se, ao longo do tempo, uma pobre referência sobre os fluxos de caixa futuros de uma entidade, não somente em relação aos seus ativos mas, também, em relação aos seus passivos (MARTINS, 1972; HOWARD, 2008; PALEPU e HEALY, 2008; SCOTT, 2012). Se na mensuração subsequente o custo é pouco referenciado, e quase sempre como uma alternativa quando não é possível apurar de forma confiável o valor justo, na mensuração inicial o custo mostra-se mais presente e deve ser o critério de avaliação para os seguintes ativos:

- . Ativo intangível adquirido separadamente (custo de aquisição);
- . Ativo intangível gerado internamente na fase de desenvolvimento (soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível gerado internamente pôde ser reconhecido);
- . Estoques (custo de aquisição e transformação, exceto para os ativos biológicos e produtos agrícolas, os quais são mensurados pelo valor justo);
- . Investimentos em coligadas e controladas (custo de aquisição);
- . Imobilizado (custo de aquisição, exceto quando se tratar de troca de ativos, oportunidade em que devem ser mensurados pelo valor justo);
- . Propriedade para investimento (custo de aquisição, exceto quando se tratar de troca de ativos, oportunidade em que devem ser mensurados pelo valor justo);
- . Instrumentos financeiros – mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda (custo da transação).

Desta forma, torna-se importante analisar o que efetivamente representam o “custo de aquisição” e o “custo da transação” de um ativo, no momento do seu reconhecimento e mensuração inicial. Quando da aquisição de um ativo, o seu custo, via de regra, corresponde ao seu valor de mercado e, como destacam Lopes e Martins (2007), nas situações em que exista um mercado de forma minimamente organizada, o conceito de valor justo confunde-se com o de valor de mercado.

Isso porque o valor justo “é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento” (CPC 38, item 9). Assim, faz-se importante notar que o conceito de valor justo costuma ser atendido no momento da aquisição de um ativo, confundindo-se com o seu valor de mercado¹⁴², ou em outras palavras, com o seu custo, no momento da aquisição ou

¹⁴² O item AG64 do CPC 38 corrobora esta interpretação, ao afirmar que “o valor justo de instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação”.

transação, porque, normalmente, as operações envolvem: (i) partes conhecedoras do ativo objeto de negociação; (ii) que estão dispostas a negociar; e (iii) que são independentes entre si.

Embora na data da compra o custo de aquisição possa ser representativo do seu valor justo, e por consequência da sua capacidade de geração de caixa futuro, o mesmo não pode ser dito em uma data posterior à transação, em especial, quando esta se distancia da data da compra, o que é facilmente justificado, quando se tem em mente o valor do dinheiro no tempo e como o próprio tempo pode afetar o valor das coisas. Como exemplo, considere: o valor de uma peça de vestuário que faça parte da coleção da temporada passada será hoje o mesmo da época de lançamento da coleção? Por acaso teria hoje um carro 2012 o mesmo valor quando do seu lançamento? Assim, como o “valor” se altera ao longo do tempo, da mesma forma se alteram as expectativas com relação às potencialidades de geração de caixa futuro do ativo. Daí a importância da mensuração subsequente, ignorada desde sempre pela legislação brasileira, obrigando a repetição dos custos históricos a cada 31 de dezembro.

Ao comparar os critérios de mensuração subsequente, apresentados no Quadro 4, com os critérios de avaliação de ativos a valores de saída, quais sejam: “valor realizável líquido”, “valor de liquidação”, “equivalentes correntes de caixa” e “valor presente dos fluxos de caixa futuros” (IUDÍCIBUS, 2010), constata-se que na mensuração subsequente os critérios dominantes são os de valores de saída que, em sua maioria apresentam-se no CPC associados à aplicação do conceito de valor justo, o que se justifica, porque os valores de saída têm maior potencial informacional sobre o fluxo de caixa futuro dos ativos, uma característica essencial para a utilidade da informação contábil.

De fato, o que se observa nas Normas Internacionais de Contabilidade, não é apenas a tentativa de substituição do custo histórico, e sim um movimento dos critérios de avaliação a “valores de entrada” para os critérios de avaliação a “valores de saída”, processo que foi bem discutido na seção 3.2.1. Entretanto, parece haver ainda um distanciamento entre as orientações das Normas Contábeis e a prática das empresas, o que acaba por agravar a crise de representação contábil, especialmente em países como o Brasil, onde as evidências empíricas são quase inexistentes.

Todavia, é importante notar, no caso brasileiro, que somente as Companhias de Capital Aberto adotaram integralmente as Normas Internacionais de Contabilidade, o que representa menos de 2% das empresas brasileiras¹⁴³. As demais empresas, consideradas pelas

¹⁴³ “Segundo dados mais recentes do IBGE, as MPE’s representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, são responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos no país e constituem 99% dos 6 milhões de

Normas Contábeis como de pequeno e médio porte, embora o prazo para adoção tenha sido 31 de dezembro de 2011, ainda estão em processo de adequação, podendo-se atestar que a grande maioria das empresas ainda não atendeu tal exigência normativa. Como evidência desta constatação tem-se a ITG 1000 do CFC, aprovada pela Resolução nº 1.418, de 05 de dezembro de 2012, que promoveu uma nova simplificação das Normas Contábeis aplicáveis às micro e pequenas empresas que, dentre outros motivos, visa incentivar a adoção das normas aplicáveis a estas empresas.

Observa-se, portanto, como demonstrado acima, que todos esses esforços não foram suficientes para permitir ao processo contábil restabelecer a sua proximidade com a realidade econômica das empresas da “nova economia”, especialmente aquelas ricas em intangíveis; mas não somente elas, pois como destaca Macintosh (2002, p. 134), os ativos intangíveis constituem hoje os ativos que produzem as principais receitas para empresas de todos os tipos, não apenas da “nova economia”. Nesse sentido, Hand e Lev (2003, p. 1) afirmam que a importância dos ativos intangíveis é ampliada, uma vez que, estes não se restringem às empresas do setor de alta tecnologia, mas são dominantes em cada empresa bem administrada.

Ante o exposto, Amir e Lev (1996), Lev e Sougiannis (1996), Lev e Zarowin (1999), Aboody e Lev (1998), Hand e Lev (2003), Lev, Sarath e Sougiannis (2005), Morricone *et al.* (2009) no exterior, e Lopes e Rezende (2005), Alencar e Dalmácio (2006) e Almeida *et al.* (2009) no Brasil, demonstram que as regras contábeis não permitem o reconhecimento total do valor econômico dos ativos intangíveis. Em verdade, a maioria dos intangíveis não chega nem a ser reconhecido como ativo, sendo tratados como despesa do período corrente (PALEPU; HAELY, 2008; SCOTT, 2012). Nesta direção, Macintosh (2002, p. 134) concluiu que os ativos intangíveis são o principal fator da crise de representação da Contabilidade, haja vista as questões de reconhecimento, mensuração e evidenciação ainda continuarem sem uma resposta adequada. E exemplifica, afirmando que a confrontação de receitas e despesas provenientes de ativos intangíveis continua arbitrária e sem suporte teórico.

3.3 O paradigma da ciência contábil e o paradigma da contabilidade

A realização desta pesquisa mostrou-se relevante ao estudo dos paradigmas quanto à definição do seu objeto de análise, pois pelo menos duas direções se apresentam: ou se analisa

o *paradigma científico* – aquele que rege, orienta e estabelece as “regras” de como o ato científico deve ser conduzido, bem como caracteriza o que se entende e se aceita por ciência; ou se analisa o paradigma que conduz à prática profissional de cada área de conhecimento, denominado, neste estudo, *paradigma da prática profissional*. Tome-se como exemplo a Física, a primeira das ciências exatas e, por isso, tida como “modelo” para todas as outras desta esfera científica.

Há um primeiro estágio em que se consolida o paradigma científico da Física que, segundo Domingues (2004), ficou conhecido¹⁴⁴ como “método científico” ou simplesmente “método empírico”, o que se dá paralelamente ao período¹⁴⁵ que Koyré (1979 e 2011) chamou de passagem “do cosmo fechado ao universo infinito”. Nesse estágio se consolidam as questões ontológicas e epistemológicas da Física, que conduziram ao seu método científico. Mas há outro estágio em que esse método, esse paradigma científico, conduz ao surgimento de outro paradigma, que ao se constituir numa teoria reveladora do universo, acaba por se consolidar como paradigma da prática profissional do físico.

Refere-se, aqui, ao paradigma newtoniano, aquele que unificou, com o princípio da gravitação universal, a física dos céus e a da terra, e que por mais de dois séculos permaneceu como única referência para a interpretação do universo e orientou a prática científica, a prática profissional do físico. Nas palavras de Kuhn (2011 [1962]), o paradigma que conduziu à “ciência normal” da Física de então. Nesse período, inúmeros foram os “quebra-cabeças” solucionados pelos diversos membros da comunidade científica da época, até que alguns deles restassem não resolvidos e a sua relevância gerasse, enfim, a consciência da existência de “anomalias” tão significativas, que acabaram por instaurar a “crise” histórica da Física que, naquele período de tempo, e isso é difícil de imaginar, não conseguia explicar como as coisas se passavam no universo.

Até que por meio da “ciência extraordinária” de cientistas como Einstein, Planck, Heisenberg, Bohr, dentre outros, constituiu-se um novo paradigma, ou seja, operou-se uma “revolução científica” na qual foi estabelecido o paradigma quântico fortemente alicerçado na física einsteiniana, da qual pode-se destacar a Teoria da Relatividade e a Mecânica Quântica. Importante destacar que a ontologia determinista¹⁴⁶ da mecânica newtoniana foi seriamente abalada pela Física Quântica e, embora ainda gere diversos quebra-cabeças a serem solucionados, não há mais lugar para o determinismo físico do paradigma newtoniano.

¹⁴⁴ A seção 2.5.2 apresentou essa discussão.

¹⁴⁵ A seção 2.5.1 apresentou essa discussão.

¹⁴⁶ Já se referiu a isso nas seções 2.6 e 2.9.

Observa-se, portanto, que nesse segundo estágio não está sendo questionado o paradigma científico, a maneira de se fazer ciência na Física, ao contrário, o que é fortemente questionado, e posteriormente substituído, é o paradigma newtoniano, aquele que orientava a ação profissional cotidiana do físico. Nas Ciências Sociais aplicadas isso pode ser mais facilmente compreendido, pois não há sobreposição direta do científico e da ação prática de cada área de conhecimento (*práxis*). Na Física pode ser mais difícil essa separação, pois o físico, via de regra, é um cientista, assim, a sua ação profissional é diretamente orientada pelo agir científico, ainda que possa ser subdivida em física teórica e física experimental¹⁴⁷.

Tomando a Contabilidade como exemplo de Ciência Social aplicada é possível separar a Ciência Contábil da Contabilidade. A primeira voltada para as explicações do universo contábil, de seus limites (fronteiras) e de sua extensão, de suas teorias e suas formas de comunicação (linguagem e retórica), de sua verificação, legitimação e institucionalização. A segunda voltada para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos fatos contábeis cotidianos que orientam não só a avaliação, como destacam os órgãos reguladores, mas também o controle, o processo de tomada de decisões e a tributação.

Não são poucos os que gostariam de ver ambas quase que perfeitamente sobrepostas como na Física, algo que não me parece nem possível nem desejável, haja vista que o “universo do humano e do social” é algo diverso do “universo da natureza”, embora apresentem semelhanças. Se no segundo reinam a homogeneidade e a ordem, o que permite a existência de leis gerais e universais, no primeiro estas são comprometidas pelo livre arbítrio, que pode ser exercido ou não pelos seres humanos, que podem se submeter ou não a uma determinada estrutura. Se nem no mundo da Física o determinismo reina mais absoluto, como esperar que assim o fosse no mundo do humano e do social – na sociedade.

A esse propósito talvez seja útil colocar a seguinte questão: é necessária e possível a sobreposição perfeita entre teoria (ciência) e ação (*práxis*)? Não parece razoável pensar nem que ambas possam caminhar perfeitamente juntas nem que poderiam caminhar em direções opostas. Todavia, é razoável pensar, e parece desejável, que a *práxis* fosse amplamente, mas não totalmente, orientada pela teoria¹⁴⁸, que tanto deveria prescrever quanto descrever os fenômenos, o que foi discutido no final da seção 3.2.2. Tome-se como exemplo, na Economia, a Teoria da Agência que “descreve” as relações entre “principal” e “agente”. De posse dessa

¹⁴⁷ A “física teórica” é voltada para os modelos matemáticos e conceitos físicos e é orientada pelo modelo racional-dedutivo de se fazer ciência, enquanto a física experimental é voltada para os testes empíricos, orientados pelo modelo hipotético-dedutivo ou observacional-indutivo.

¹⁴⁸ Teoria aqui entendida na perspectiva de Koyré (2011) como apresentado nas seções 2.5.1 e 2.5.2.

teoria é possível “prescrever” ações de governança corporativa que visem minimizar os “conflitos de agência” e melhor administrar as questões de “hierarquia” e “contratos”¹⁴⁹.

Mas, nem sempre é possível teoria e *práxis* caminharem juntas, às vezes as teorias caminham na frente da *práxis*, simplesmente por não ser possível ainda colocar em prática determinados conceitos, os quais só devem ser entendidos como legítimos e verdadeiros depois de submetido ao crivo da ciência, ou simplesmente não se dispõe ainda de tecnologia para operacionalizá-los. Outras vezes é a *práxis* que caminha na frente, pois a sociedade ou o mercado não esperam por teorias para justificar as suas ações e satisfazer as suas necessidades, ao contrário é a ciência que deve procurar entender esse universo e contribuir para a sua evolução. Nesse sentido, Iudícibus (2010) observa que

é importante reconhecer que raramente o **estado da arte** se adianta muito em relação ao grau de desenvolvimento econômico, institucional e social das sociedades analisadas, em cada época. O grau de desenvolvimento das **teorias** contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades e nações (IUDÍCIBUS, 2010, p. 31. (grifo nosso)

Tome-se como exemplo a Avaliação dos Ativos Intangíveis na Contabilidade, pois não se dispõem ainda de uma teoria que permita o seu adequado reconhecimento, mensuração e evidenciação nas demonstrações contábeis. Entretanto, o mercado financeiro e de capitais os avalia, os reconhece, os remunera e os consideram os ativos mais valiosos da Era da Informação¹⁵⁰. Isso remete à volta ao paradigma da Ciência Contábil e ao paradigma da Profissão Contábil, os quais somente podem ser identificados a partir de um olhar histórico, da prática da pesquisa científica em Contabilidade e da prática profissional da Contabilidade, apresentados na seção 3.2 e agora ampliada.

Em qualquer análise histórica, faz-se importante observar que os períodos históricos se sobrepõem e são difíceis de serem estabelecidos, pois como orienta Koyré (2011, p. 7) “a história não opera através de saltos bruscos; e as divisões nítidas em períodos e épocas só existem nos manuais escolares. Desde que se comece a examinar as coisas um pouco mais de perto, desaparecem as fronteiras que se acreditava perceber anteriormente”. Assim, a análise exposta nesta tese não pode ser necessariamente entendida como precisa em relação aos seus estágios e períodos efetivos pois, como dito, às vezes estes se sobrepõem. Por isso, não se preocupou em estabelecer períodos estritamente rígidos, embora estes sejam citados, uma vez ou outra, para fins didáticos. A ênfase foi direcionada para a influência que as teorias e as

¹⁴⁹ A Teoria da Agência e a Teoria da Hierarquia e dos Contratos têm por fundamento a Teoria Econômica da Firma.

¹⁵⁰ Vide seção 1.1.

correntes de pensamento exerceram sobre a pesquisa científica e a prática da Contabilidade, e se tal influência pode ou não ser caracterizada como um “paradigma”, segundo a base conceitual de Kuhn (2011 [1962]), apresentada na seção 2.6.

Assim, a partir das seções 2.8 e 3.2, buscou-se identificar e analisar o paradigma contábil, pretensiosamente resumido na Figura 9, com o objetivo de oferecer uma visão abrangente e consistente do desenvolvimento científico da Contabilidade, em particular no século XX, ao mesmo tempo em que se caracteriza os períodos: pré-científico, ciência normal, consciência das anomalias e crise. Outro objetivo é permitir uma visão integrada, ao longo de seu desenvolvimento destacado em “azul claro”, da Pesquisa Normativa em Contabilidade e da Pesquisa Positiva em Contabilidade, com desenvolvimento destacado em “laranja”, e da reação por esta provocada destacada em “azul escuro”. Outra perspectiva de visão pretendida, que se encontra destacada em “verde”, é a evolução da Teoria Econômica e de Finanças, pelo menos aquela de maior impacto sobre a pesquisa e a prática da Contabilidade. Espera-se restar, assim integrados, a história do pensamento contábil e os seus principais vínculos com o pensamento econômico e de finanças. Dado o caráter didático da Figura 9, à sua visão esquemática e abrangente se recorrerá nos parágrafos seguintes.

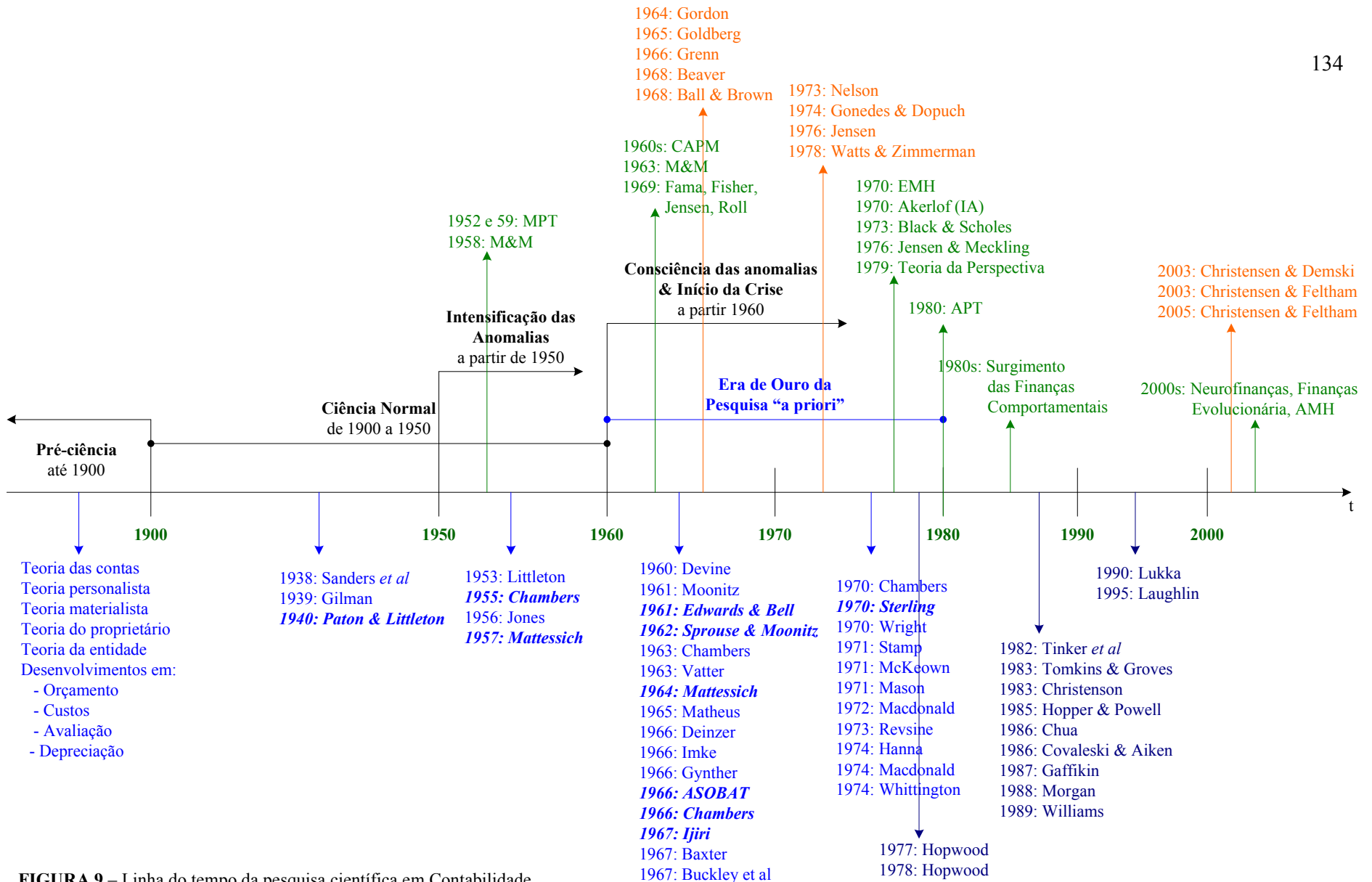


FIGURA 9 – Linha do tempo da pesquisa científica em Contabilidade.

Notas: MPT (Modern Portfolio Theory); M&M (Modigliani and Miller); CAPM (Capital Asset Pricing Model); EMH (Efficient Market Hypothesis); IA (Informational Asymmetry); APT (Arbitrage Pricing Theory); AMH (Adaptive Market Hypothesis).

Fonte: Original desta pesquisa. Elaborada a partir de Wells (1976), Glautier (1983), Cushing (1989), Gaffikin (2003) e Mattessich (2008).

Uma característica marcante da produção intelectual da Contabilidade até o século XIX foi a disputa acirrada por prioridade, por hegemonia, entre as teorias, doutrinas e escolas que emergiram nesse período e que foram sofisticadas ou abandonadas, no século XX, como por exemplo, Teoria das Contas, Teoria Personalista, Teoria Materialista, Teoria do Proprietário, Teoria da Entidade, dentre outras. Lopes de Sá (1997) argumenta que a partir desses desenvolvimentos teóricos chegou-se à Teoria Patrimonialista em Contabilidade, mas não parece haver consenso quanto a esta terminologia, já que na revisão da literatura somente em Schmidt (2000) identificou-se uma menção não a uma teoria patrimonialista, mas a uma escola patrimonialista.

Essa é a principal característica do período pré-científico de Kuhn (2011 [1962]), a proliferação de teorias, o dissenso, a discordância, a disputa e o confronto promovido pelos adeptos de cada candidato a paradigma dominante. Por isso, na Figura 9, considera-se o período até 1900 como o *período pré-científico*, pré-paradigmático, uma vez que nenhuma teoria, doutrina ou escola teve sucesso em conquistar a hegemonia sobre as demais nesse período. O que não significa dizer que não houve progresso e evolução nesse período, especialmente porque diversos avanços foram listados na seção 3.2.1 tanto na Contabilidade Financeira quanto na Contabilidade Gerencial.

O que não houve foi o consenso, característico da fase da ciência propriamente dita, a qual é instaurada somente quando uma teoria, uma doutrina ou uma escola de pensamento se consagra vencedora diante de todos os concorrentes, constituindo-se assim no primeiro paradigma universalmente aceito. Como observou Kuhn (2011 [1962], p. 44), o paradigma vencedor “adquire seu *status* porque é mais bem-sucedido que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves”. Assim, Wells (1976) atesta que a “doutrina do custo histórico” é o primeiro paradigma tanto da Ciência quanto da Prática Contábil, o qual se cristalizou no fim do século XIX e reinou absoluto na *ciência normal* da Contabilidade até os anos de 1960. Martins (1972, p. 34) ao observar que “o custo histórico continua sendo uma pedra fundamental do registro contábil”, corrobora com as conclusões de Wells (1976).

Kuhn (2011 [1962], p. 40) observa que a criação de publicações especializadas¹⁵¹, a fundação de sociedades de especialistas¹⁵² e a reivindicação de um lugar especial nos currículos de estudo “têm geralmente estado associadas com o momento em que um grupo

¹⁵¹ Tome-se como exemplo: Journal of Accounting and Economics, The Accounting Review, Journal of Accounting Research, Accounting Organizations and Society, European Accounting Review, Revista de Contabilidade e Finanças da USP.

¹⁵² Como exemplo podem ser citados: AICPA, FASB, IASB, CPC, dentre outros.

aceita pela primeira vez um paradigma único”. Essa característica também é observada em relação à Contabilidade, a partir da primeira metade do século XX, em diversos países da Europa e das Américas, em especial nos EUA, corroborando, assim, a tese de ser a Contabilidade uma ciência e possuir um paradigma.

Neste sentido, é importante destacar que na visão kuhniana onde reina um paradigma científico há então ciência, visto que o paradigma é a própria cientificidade, não sendo necessária uma teoria consolidada para lhe conferir tal *status*. Assim, longe do dogmatismo científico do positivismo e do movimento de unidade das ciências, pode-se argumentar, amparado pela base conceitual de Kuhn (2011 [1962]), que a Contabilidade é uma Ciência devidamente constituída desde o início do século XX, independentemente de qual paradigma tenha se tornado hegemônico, pois como visto na seção 2.6, uma vez instaurada a fase da ciência propriamente dita, a sua evolução tenderá a obedecer ao ciclo: ciência normal → crise → revolução científica → mudança de paradigma → ciência normal...

Assim, com a Ciência Contábil não seria diferente. As primeiras *anomalias* mostraram-se presentes na década de 1920, pois oriundas do período do pós-guerra, da Grande Depressão de 1929 nos EUA, dentre outros fatores. Mas, como alertou Kuhn (2011 [1962]), essas primeiras anomalias são vistas como quebra-cabeças a serem solucionados, que os adeptos da “doutrina do custo histórico” se empenharam em resolver, merecendo destaque os trabalhos de Sanders *et al.* (1938), Gilman (1939) e Paton e Littleton (1940). Contudo, com a intensificação das anomalias, a partir dos anos 1950, que não passam despercebidas por todos, não tardam a surgir as primeiras manifestações de descontentamento, bem como as primeiras propostas de soluções alternativas, como é o caso do trabalho seminal de Chambers (1955).

Como registrado na seção 3.2.1, tais anomalias foram geradas por diversos fatores, dentre eles a expansão da sofisticação dos negócios, a crescente complexidade das organizações empresariais e de suas atividades e o ambiente econômico cada vez mais dinâmico e volátil do século XX, que acabaram por expor, ainda mais, as inconsistências e deficiências do Custo Histórico, como por exemplo, as questões relacionadas à inflação e à variação nos níveis de preço. Uma vez que as anomalias são reconhecidas pela comunidade científica, o que no caso da Ciência Contábil ocorre a partir dos anos 1960, o consenso que reinava na ciência normal é perdido, dando espaço para o ressurgimento do dissenso do período pré-paradigmático, instaurando-se, então, a *crise*.

Somente quando se toma consciência das anomalias, ou seja, consciência de que, de alguma maneira, o mundo real violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência

normal, é que novas descobertas poderão ser realizadas. Esta crise que se estendeu até os dias de hoje, teve o seu auge nas décadas de 1960 e 1970, na perspectiva da Pesquisa Normativa em Contabilidade que, dada a sua intensidade e qualidade intelectual, ficou conhecida como a “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade. As pesquisas mais importantes desse período são: Edwards e Bell (1961), Sprouse e Moonitz (1962), Mattessich (1964), Chambers (1966), ASOBAT (1966), Ijiri (1967) e Sterling (1970).

A quantidade de estudos gerados foi tão intensa que ilustram a crise e a insegurança vivida pela Ciência Contábil nesse período. Merecem ser citados: Devine (1960), Moonitz (1961), Chambers (1963), Vatter (1963), Matheus (1965), Deinzer (1966), Imke (1966), Gynther (1966), Baxter (1967), Buckley *et al.* (1967), Chambers (1970), Wright (1970), Stamp (1971), McKeown (1971), Mason (1971), MacDonald (1972), Revsine (1973), Hanna (1974), Macdonald (1974) e Whittington (1974). Fato importante a ser destacado é a busca pelas bases filosóficas provocadas por esse período de crise, que acabou por contribuir para o aumento do rigor das teorias em Contabilidade, algo pouco observado no século XIX.

Segundo Wells (1976), Glautier (1983), Cushing (1989), Gaffikin (2003) e Mattessich (2008), os estudos citados podem ser considerados os mais influentes da “era de ouro da pesquisa *a priori*” da Contabilidade, mas somente alguns deles podem ser considerados inovadores, a ponto de representarem a *ciência extraordinária* no sentido kuhiano do termo, aquela que rompe totalmente os limites impostos pelo paradigma dominante e propõe algo verdadeiramente novo. Este é caso dos trabalhos de Chambers (1955, 1966), Mattessich (1957, 1964), Edwards e Bell (1961) e Sterling (1970), cada um numa perspectiva diferente.

Observa-se novamente, portanto, a proliferação de teorias e a disputa por prioridade entre as escolas de pensamentos concorrentes, característica do período de pré-científico que é retomada nos períodos de crise. Wells (1976) identificou as principais doutrinas e escolas concorrentes (sistemas alternativos de mensuração) do custo histórico, bem como seus principais representantes, quais sejam: (i) *nível de preço ajustado* – Jones (1956) e Mason (1971); (ii) *custo corrente* – Edwards e Bell (1961), Mathews (1965), Gynther (1966), Revsine (1973); (iii) *deprival value* – Baxter (1967), Wright (1970), Stamp (1971), Whittington (1974); e (iv) *valor realizável líquido* – Chambers (1966), Sterling (1970), McKeown (1971). A revisão da literatura desta tese complementa essa lista com os principais adeptos do *custo histórico*, quais sejam: Sander *et al.* (1938), Gilman (1939), Paton e Littleton (1940), Sprouse e Moonitz (1962) e Ijiri (1967).

Fato curioso é que esse debate acirrado foi interrompido e relegado a segundo plano a partir dos anos 1980, quando a Pesquisa Positiva em Contabilidade torna-se hegemônica, pois como demonstrado na seção 3.2.2, sua operacionalização a partir do método hipotético-dedutivo passa a depender de uma teoria consolidada, o que não era e não é o caso da Contabilidade, haja vista que a disputa entre os paradigmas continua em aberto, como bem observaram Deegan & Unerman (2011, p. 14) “até agora nenhuma teoria da contabilidade foi bem-sucedida em derrotar todas as outras alternativas¹⁵³”, nem mesmo o valor justo¹⁵⁴ que, mais recentemente, foi incorporado à prática contábil e aos sistemas de mensuração do IASB e do FASB, e vem dominando o debate acadêmico em torno dos seus pontos fortes e fracos.

Isso fez com que a pesquisa científica da Contabilidade desviasse a sua atenção para o teste das teorias de Economia e Finanças aplicáveis às questões contábeis, sob o pretexto de que a produção intelectual da Pesquisa Normativa em Contabilidade não era científica nem se aproximava das questões práticas e de interesse dos profissionais da Contabilidade. Tentou-se demonstrar visualmente tal movimento na Figura 9, ao concentrar na sua base, destacados em “azul claro”, a produção relevante da Pesquisa Normativa da Contabilidade no século XX, e ao concentrar no seu topo, destacados em “laranja”, os principais estudos que conduziram¹⁵⁵ à Pesquisa Positiva em Contabilidade, bem como aqueles que sinalizam¹⁵⁶ um futuro mais produtivo à frente. Observa-se que, no seu topo, também está concentrada, por afinidade, a produção relevante das teorias econômicas e de finanças de maior interesse para a Pesquisa Positiva em Contabilidade. Nesse sentido, na base da figura tem-se, também, só que agora destacados em “azul escuro”, os principais trabalhos gerados em reação à Pesquisa Positiva em Contabilidade, que foram apresentados no final da seção 2.8 e melhor contextualizados no final da seção 3.2.2.

¹⁵³ “[...] so far no accounting theory has ever been successful in overthrowing all other alternative.”

¹⁵⁴ Segundo Emerson *et al.* (2010), Philips (1963) foi um dos primeiros a reconhecer as bases para uma avaliação a valor justo, a qual é reconhecida pelo FASB somente em 1984, por meio da SFAS nº 5, que não recomendava ainda a sua aplicação prática, mas reconhecia a superioridade conceitual. Apenas em 1993, por meio da FSAS nº 115, o valor justo foi incorporado à base de mensuração de ativos, mas apenas a contabilização de certos investimentos em títulos e valores mobiliários. Foi em 2006 e 2007, por meio das SFAS nº 157 e 159, respectivamente, que a mensuração a valor justo começou a ser utilizada de forma mais abrangente. O IASB também contempla a mensuração a valor justo de abrangente por meio da IAS 39 e da IFRS 13.

¹⁵⁵ Notadamente Jensen (1976) e Watts & Zimmerman (1978), mas, antes deles, Gordon (1964), Goldberg (1965), Grennn (1966), Nelson (1973) e Gonedes & Dopuch (1974), todos numa perspectiva de argumentação e motivação. Os estudos seminais na aplicação efetiva da Pesquisa Positiva em Contabilidade são de Beaver (1968) e Ball & Brown (1968).

¹⁵⁶ Segundo Mattessich (2008, p. 301), os estudos seminais de Christensen & Demski (2003), Christensen & Feltham (2003, 2005) são uma via importante para o futuro da Pesquisa Positiva em Contabilidade. Contudo, essas pesquisas diferem em muito do que vem sendo produzido a partir das aplicações estatísticas do método hipotético-dedutivo, pois são estudos analíticos e aplicam a matemática na dedução de seus modelos, logo, são racionalistas e não empiristas. Mas, como o próprio Mattessich (2008) observa, haverão de existir contadores empiristas dispostos a testar essas hipóteses na expectativa de se obter alguma confirmação.

Assim, procurou-se demonstrar os dois lados da pesquisa contábil consolidados ao longo do século XX. A Figura 9 busca ilustrar, ainda, as posições extremas. Por isso, esses lados encontram-se separados na linha do tempo, por uma barreira imaginária representativa das barreiras reais geradas pelas posições unilaterais extremadas fincadas de cada lado, bem entendido, a Pesquisa Normativa em Contabilidade de um lado (na base da figura) e a Pesquisa Positiva em Contabilidade do outro lado (no topo figura). Este é um exemplo real, cristalino do efeito da incomensurabilidade de paradigmas defendida por Kuhn (2011 [1962]) e Burrell e Morgan (1979), a qual, mesmo impondo o reconhecimento de seus efeitos e de sua incidência no mundo real, leva a crer que o futuro da Teoria da Contabilidade está na interseção e conciliação dos paradigmas e não em um dos lados, conforme defendido na seção 2.9 e na seção 3.2.2.

Desta forma, encontram-se ainda distantes uma da outra as bases teóricas da Contabilidade e as suas práticas profissionais, pois se no âmbito teórico ainda não se tem sucesso em conciliar os paradigmas contábeis de avaliação e mensuração, a prática profissional da Contabilidade reserva uma surpresa e sinaliza o caminho a ser seguido. Tanto o FASB quanto o IASB incorporaram às suas bases conceituais um sistema misto de avaliação e mensuração, que se pode definir como multiparadigmático, onde se vê juntos: custo histórico, custo corrente e valor realizável líquido e, ainda, o valor justo, incorporado por último a essa constelação de paradigmas.

Essa abordagem multiparadigmática tem se mostrado eficaz em combater as anomalias que emergiram ao longo do século XIX, mas como introduzido na seção 1.1, discutido na seção 3.2.4 e a ser aprofundado na seção 3.4.2.1, uma anomalia que emergiu ao longo do século XX, ainda continua a desafiar tanto a Teoria da Contabilidade quanto a prática da profissão contábil, a saber: a avaliação dos ativos intangíveis. Anomalia que precisa ser combatida, pois como demonstraram Amir e Lev (1996), Lev (2001), Macintosh (2002), Hand e Lev (2003), Palepu e Healy (2008) e Scott (2012), constitui uma das principais causas da perda do poder explicativo das demonstrações contábeis, comprometendo, assim, a sua relevância tanto para os usuários internos quanto para os usuários externos.

Uma característica impregnada tanto no paradigma positivista dominante (ciência) quanto no paradigma de mensuração dos órgãos reguladores (*práxis*), tem-se mostrado presente ao longo de toda história da Filosofia, das Ciências e da Contabilidade analisada nesta tese: a objetividade como condição para a confiabilidade. Esta parece configurar um paradigma, também em crise, haja vista as inúmeras anomalias apresentadas ao longo das seções 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 3.2.1 e 3.2.2, mas que ainda mantém-se firme no duelo contra os

paradigmas concorrentes. Como defendido ao longo desta tese, a solução parece estar no diálogo entre os paradigmas e não no confronto entre eles. Voltar-se-á a este ponto, com maior profundidade, na seção 3.6.

O último aspecto a ser destacado foi observado por Mattessich (2008, p. 4), ao afirmar que “outro aspecto histórico interessante [da pesquisa contábil] é o padrão da influência exercida pela pesquisa contábil de alguns países sobre as publicações contábeis de outros¹⁵⁷”, e como essa influência pode variar ao longo do tempo, algo que distingue a disciplina, pois muito pouco observado nas chamadas ciências *hard*, o que se deve à necessidade de familiaridade com as dimensões legais, linguísticas e culturais de cada país. Neste sentido, Watts (1996) expõe as razões para os diferentes sistemas contábeis entre os países: (i) o sistema legal – *common law* ou *code law*; (ii) os métodos de finanças – voltados para empresas de capital aberto sujeitas a auditoria ou para bancos/governo/família; (iii) a tributação – influência das leis nas práticas contábeis; (iv) o tamanho e a influência da profissão contábil – reconhecimento profissional e seu impacto nas práticas contábeis; (v) o papel da teoria¹⁵⁸; e (vi), em situações ocasionais, os acidentes históricos¹⁵⁹.

Os aspectos apresentados por Mattessich (2008) e Watts (1996) explicam parcialmente porque a Ciência Contábil precisou de tanto tempo para que um paradigma se disseminasse ao redor do mundo, a ponto de se tornar amplamente aceito, caso do paradigma do custo histórico¹⁶⁰ analisado por Wells (1976). Outro exemplo amplamente conhecido, em que essas diferenças entre os países mostraram a sua representatividade, é o processo de uniformização das Normas Internacionais de Contabilidade, que precisou de três estágios¹⁶¹ para vencer os desafios por elas impostos, a saber: padronização, harmonização e convergência. Isso ilustra como as generalizações e as leis universais, amplamente aceitas nas Ciências Exatas e da Natureza, na Física, Química, Biologia, implicam um desafio adicional para as Ciências Sociais, incluindo a Contabilidade.

¹⁵⁷ “Another interesting historical aspect is the pattern of influence exercised by accounting research of some countries upon accounting publications in others.”

¹⁵⁸ O exemplo dado por Watts (1996) refere-se à Holanda, que utilizou por muito tempo o “Modelo de Custo Corrente”.

¹⁵⁹ Como por exemplo, na França depois da Segunda Guerra Mundial, com o Plano Contábil de uniformização da contabilidade francesa.

¹⁶⁰ Cushing (1989) argumenta que o único paradigma contábil que se manteve universalmente aceito desde o século XV é o “Modelo das Partidas-dobradas”, todavia, o vemos como um método que permite operacionalizar o registro contábil, não constituindo, assim, uma Teoria da Contabilidade.

¹⁶¹ Grandes esforços ainda vêm sendo realizados em relação aos países islâmicos para a “convergência” das normas internacionais de Contabilidade.

3.4 Intangíveis

Tem-se argumentado serem os intangíveis a principal fonte causadora (anomalia) da crise de representação contábil que se materializou ao longo do século XX. Mas afinal, o que são os intangíveis, quais são as suas características, o que lhes confere o *status* de anomalia, e porque tem se mostrado tão desafiador o seu reconhecimento, mensuração e evidenciação nas demonstrações contábeis? As próximas seções são dedicadas a responder essas questões. Todavia, para atingir esse objetivo necessário se faz integrá-las a tudo até aqui discutido, pois somente diante dos paradigmas filosóficos, científicos e teóricos podem restar cristalizadas as suas causas primeiras.

3.4.1 Conceito e caracterização

A epígrafe deste capítulo remete a um intangível por excelência, que pode nos oferecer um exemplo didático e ao mesmo tempo inspirador: a música. Quando Nietzsche¹⁶² disse: “*Without music, life would be a mistake*”¹⁶³, por certo tinha em mente um intangível, algo que não pode ser tocado nem sentido pelo tato, nem pode ser percebido pela visão humana, mas nesse caso, pode ser percebido pela audição, pode até provocar emoções e remeter a lembranças e sentimentos. Um *software* que simule uma guerra contra um inimigo feroz e cruel também pode gerar sentimentos e emoções, como a alegria por derrotar tamanho rival ou, ainda, a fúria pelas batalhas perdidas até a consagração da vitória ao fim da guerra. Observa-se que as emoções ora focadas foram geradas a partir da audição e da visão, que permitem a percepção e a interação com o intangível, neste caso, o *software*. Inúmeros são os exemplos que podem ser listados, mas o importante é entender que a natureza intocável e invisível dos intangíveis não significa, necessariamente, que seja imperceptível, irreconhecível, inseparável e imensurável.

Assim, infere-se que os intangíveis proporcionam aos seres humanos diversos tipos de sentimentos, mesmo não podendo vê-los ou tocá-los, mas, na maioria das vezes, podendo identificá-los, perceber sua existência, e o fazer por meio dos sentidos e emoções, uma vez que são imateriais. Tal característica essencial de intangibilidade remete a outra: à necessidade de sua interação com os tangíveis, aqueles materializados por uma forma física,

¹⁶² Talvez Nietzsche possa ser considerado o mais “roqueiro” dos filósofos. Ouvi isso, certa vez, e pelo que já li de seus escritos, pareceu-me razoável tal afirmação.

¹⁶³ “Sem a música a vida seria um erro” (tradução livre do autor).

que podem ser tocados e percebidos pelo tato. Em verdade, essa é uma necessidade mútua, pois tanto os intangíveis dependem dos tangíveis quanto os tangíveis dependem dos intangíveis, o que acaba por gerar uma relação de interdependência.

Não fosse assim, como seria possível ouvir e se emocionar com uma bela canção? Veja bem: para que a música, que é intangível, possa ser ouvida, são necessários instrumentos musicais como o violão, a guitarra, a bateria, para produzi-la, ou quem sabe, uma orquestra inteira, ou apenas um aparelho de som ou um celular para reproduzi-la, todos eles tangíveis. Mas como o celular, que é tangível, poderia reproduzir uma bela canção sem um *software* intangível? É dessa interação intangível-tangível que surgem as relações econômicas, muitas vezes complexas que, em última instância, determinam o valor dos intangíveis e dos tangíveis.

Mas... Quais são as receitas que poderão ser geradas por esses ativos? Quais são os componentes de custos e despesas associados a esse fluxo de receita, materializados sob a forma de passivos? A partir de qual momento esse fluxo de caixa será gerado ou consumido, e por quanto tempo? Qual margem de lucro se pode esperar? Veja como as questões ora colocadas remetem a outra característica dos intangíveis: a incerteza, àquela dúvida sobre o que esperar de receitas e despesas, de taxas de crescimento de vendas, de margens de lucros, de ciclo de vida, de reação do mercado e de como associá-los à interação intangível-tangível.

Esta não é, muitas vezes, uma tarefa simples, porque a incerteza sempre traz consigo uma variável importantíssima na avaliação de qualquer ativo, em especial dos intangíveis: o risco. Como medi-lo? Como associá-lo aos fluxos de caixa futuros? Qual modelo de mensuração utilizar? Diante da incerteza e do risco, depara-se com um aspecto de grande impacto para os contadores, seja como pesquisadores, conforme visto no Capítulo 2, seja como profissionais, conforme visto nas seções 3.2.1 e 3.3: a subjetividade. Talvez, o maior motivador do conservadorismo presente nas normas contábeis, haja vista ser a objetividade o ponto pacífico, quase de honra, tanto para a profissão contábil quanto para a ciência contábil. Isto em razão de estar associada àquela sensação de segurança e de neutralidade diante dos fatos tão almejada nos meios acadêmicos, e também preconizada pelo Regulamento do Imposto de Renda, por causa da possibilidade de sua verificação.

Em um contexto econômico, os intangíveis assumem as formas de “direitos” e “obrigações”, na maioria das vezes suportadas por contratos ou outros arranjos jurídicos. Na perspectiva contábil são tratados como “ativos” e “passivos”, dependendo do efeito que produzem sobre o caixa e o patrimônio da entidade. Como introduzido nas seções anteriores, nem todos os intangíveis, sejam ativos ou passivos, são reconhecidos pela Contabilidade, o

que tem sido caracterizado, nesta tese, como uma anomalia da ciência normal da Contabilidade. Nas seções seguintes, tal discussão será aprofundada.

3.4.2 Ativos

Como destacado por Upton Jr. (2003, p. 472), alguns termos sobre a nova economia se popularizaram, como o *capital conhecimento*, o *capital humano* e o *capital intelectual*, mas apresentando significados tão diversos na literatura, a ponto de tornarem-se inúteis à descrição de qualquer coisa reconhecível como capital. Lev (2001, p. 5) destaca, entretanto, que na literatura da Contabilidade costuma-se usar o termo *intangível*, enquanto na literatura da Economia usa-se *capital conhecimento* e na literatura da Administração usa-se *capital intelectual*, e ressalta que o significado, em essência, pelo menos para esses campos do saber, é o mesmo: direito não físico sobre benefícios futuros.

Muitas vezes esses termos são empregados como sinônimo de ativo intangível, e outras vezes usados de forma bem mais restrita, referindo-se a uma competência ou a um ativo intangível particular. Neste estudo será utilizado o termo “ativo intangível” como referência conceitual mais ampla, sendo os casos específicos aqueles tratados como ativos intangíveis particulares, tais como: marcas, patentes, pesquisa e desenvolvimento, capital intelectual, alianças estratégicas, força de trabalho, direitos autorais, franquias, cultura organizacional, *goodwill*, dentre outros. Desta forma, torna-se necessária uma adequada conceituação e caracterização do que vem a ser “ativo intangível”, porque, novamente, não há consenso na literatura contábil. Reilly e Schweih (1998, p. 4) ressaltam que existem numerosas definições (legais, contábeis, relacionadas a tributos), mas todas, em geral, com um propósito específico.

Neste contexto, algumas definições devem ser destacadas, pois suas proposições podem auxiliar na busca de uma conceituação mais abrangente para o ativo intangível. Hendriksen e Van Breda (1999) conceituam os ativos intangíveis como ativos permanentes sem existência física (ausência de matéria ou substância física), cujo valor depende dos benefícios econômicos futuros dos direitos que a sua posse confere ao seu proprietário. E destacam que os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, principalmente, por causa do elevado grau de incerteza a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis, sendo esta característica mais importante do que a substância física. Nesta perspectiva, Martins (1972, p. 54) argumenta que “talvez a característica mais comum a todos os itens do chamado Ativo Intangível seja o

grande grau de incerteza existente na avaliação dos futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados”, acrescentando que “a dificuldade de mensuração não é, entretanto, restrição suficiente para uma definição”.

Damodaran (2007) e Howard (2008) também destacam que os ativos intangíveis não têm substância física, definindo-os como ativos que não podem ser vistos, sentidos¹⁶⁴ ou tocados. Nesta direção, Scott (2012) conceitua ativo intangível como bens de capital que não têm substância física. De forma mais abrangente, Amaral (2012, p. 140) conceitua ativos intangíveis como “fatores incorpóreos/imateriais que contribuem para a geração de produto e/ou serviços, de que decorrem ou são justamente esperados, benefícios presentes e futuros para aqueles que os controlam e/ou possuem”. E acrescenta que “devido a assimetrias de informações ou diferenças de perspectivas e expectativas, nem todos os ativos intangíveis são imediata e igualmente identificáveis por todos os agentes”. Hand e Lev (2003, p. 1), por sua vez, definem intangíveis como “direitos a benefícios futuros esperados que não tenham forma física ou financeira¹⁶⁵”.

Já os órgãos reguladores da Contabilidade (IASB por meio da IAS 38 e CPC por meio do CPC 04 [R1]) definem ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Observa-se que foi acrescentada uma característica adicional, que constitui a condição fundamental para o seu reconhecimento contábil: ser identificável. Nota-se que tanto Hand e Lev (2003) quanto o IASB e o CPC excluem do conceito de ativo intangível, coisa que não acontece nos conceitos anteriormente apresentados, os ativos monetários que, embora intangíveis, costumam receber tratamento específico, especialmente nas Normas Internacionais de Contabilidade. De forma igualmente restritiva, Reilly e Schweihs (1998, p. 5) destacam que a existência de qualquer ativo intangível está condicionada à sua associação com um conjunto específico de direitos legais de propriedade, destacando, entre as características ou atributos mais comuns necessários para qualificar um ativo intangível: (i) deve ser objeto de identificação específica e descrição reconhecível; (ii) deve ser objeto de existência legal e proteção; (iii) deve estar sujeito ao direito de propriedade privada, e a propriedade privada deve ser legalmente transferível; (iv) deve ser passível de alguma manifestação tangível ou prova da existência do ativo intangível (por exemplo, um contrato, uma licença, um documento de registro, um disquete, uma listagem de clientes, um conjunto de demonstrações financeiras, etc.); (v) deve ter sido criado ou ter entrado em vigor em um

¹⁶⁴ Como demonstramos na seção 3.4.1 os intangíveis não podem ser sentidos pelo toque do tato, mas podem ser percebidos por meio dos nossos sentidos e emoções.

¹⁶⁵ “(...) claims to future benefits that do not have a physical or financial form”.

momento identificável ou como resultado de um evento identificável; e (vi) deve estar sujeito a ser destruído ou a ter cessada a sua existência em um tempo identificável ou como resultado de um acontecimento identificável.

É possível observar, portanto, e a seção 3.4.2.1 aprofunda essa discussão, que as Normas Contábeis restringem sobremaneira o reconhecimento dos ativos intangíveis, exatamente aqueles que têm representado a maior parte do valor das empresas na Era da Informação (LEV, 2001; MACINTOSH, 2002). Assim, é preciso ir além do modo de pensar tradicional da Contabilidade, ou seja, é preciso libertar-se, pelo menos em parte, do paradigma contábil atual, que se tornou fortemente positivista e influenciado pelas teorias econômicas clássicas, que costumam simplificar demasiadamente as complexas relações sociais que envolvem o fluxo de operações intangível-tangível.

Nessa perspectiva, Cardao-Pito (2012) oferece uma alternativa que pode contribuir para essa discussão, com a sua “Teoria do Fluxo Intangível”. Para tanto, como realizado na seção 3.4.1, é importante ampliar a compreensão do que é intangível, e não se limitar somente aos critérios contábeis de reconhecimento, hoje vigentes, para então se pensar em como o processo contábil pode incorporá-lo. Cardao-Pito (2012) introduz a discussão sobre intangíveis com a seguinte afirmação: a palavra intangível significa não tangível, e destaca a definição de “tangível” apresentada pelo dicionário Merriam-Webster¹⁶⁶, qual seja: (i) capaz de ser percebido, especialmente pelo sentido do tato; (ii) capaz de ser identificado ou percebido pela mente; e (iii) capaz de ser avaliado por um valor real ou aproximado.

Observa-se que as duas últimas características dos tangíveis, apresentadas pelo dicionário Merriam-Webster, são premissas para o reconhecimento contábil dos intangíveis como ativo, o que sugere, no mínimo, um desalinhamento de conceito, pois como exigir que itens intangíveis apresentem atributos característicos de itens tangíveis? É de se esperar, portanto, que determinados intangíveis não sejam reconhecidos como ativo pela Contabilidade, pois somente aqueles intangíveis que, pela sua natureza, se aproximam mais dos tangíveis, serão reconhecidos como ativo, o que sugere, por sua vez, a existência de um “grau de intangibilidade” que vai dos itens mais tangíveis para os mais intangíveis.

Bateson (1979) *apud* Cardao-Pito (2012) faz distinção entre abordagens de intangibilidade, identificando dois tipos: (i) intangibilidade física; e (ii) intangibilidade mental. No primeiro tipo, tem-se que um produto é considerado intangível, se não é palpável ou não pode ser tocado. Porém, Flipo (1988) adverte que imaterialidade não pode ser

¹⁶⁶ O autor não menciona a edição do Dicionário Merriam-Webster consultada.

confundida com imperceptibilidade¹⁶⁷. No segundo tipo, tem-se que um produto é considerado intangível, quando não pode ser capturado/entendido mentalmente.

Shostack (1977) propõe uma escala para a classificação de produtos de acordo com a sua intangibilidade. Assim, numa extremidade estão os mais tangíveis (como computadores e roupas), e na outra extremidade os mais intangíveis (como os serviços de consultoria e os treinamentos). No meio da escala estão os produtos/serviços que combinam características tangíveis e intangíveis. Assim, é importante definir o que são bens físicos e serviços¹⁶⁸. Rathmel (1966, p. 33) define *serviços* como atos, ações, desempenhos ou esforços, e *bens físicos* como artigos, dispositivos, materiais, objetos ou coisas.

A escala proposta por Shostack (1977) está alinhada com a visão de Rathmel (1966), que concluiu que existem pouquíssimos produtos que são puramente serviços ou puramente bens físicos, o que interpõe a necessidade de distinguir entre eles. Zeithaml, Parasuraman e Berry (1985) identificaram quatro características que distinguem os bens físicos dos serviços, quais sejam: intangibilidade, heterogeneidade, indissociabilidade e precibilidade. Como demonstrado na seção 3.4.1, há uma relação de interdependência entre os elementos tangíveis e intangíveis, o que Cardao-Pito (2012) chamou de “fluxo intangível”, que se processa na sociedade por meio de relações econômicas dinâmicas e complexas. Logo, como já mencionado, o olhar contábil e financeiro não consegue, por sua lente positivista, captar todos os aspectos necessários, levando, portanto, à subavaliação dos ativos intangíveis.

A Figura 10, reproduzida do trabalho de Shostack (1977, p. 76), ilustra de forma simplificada a interação de elementos tangíveis e intangíveis relacionados ao mercado de automóveis e ao mercado de linhas aéreas. Nota-se que o mercado de linhas aéreas possui uma participação muito maior dos elementos intangíveis, enquanto o mercado de automóveis apresenta uma participação predominante dos elementos tangíveis, o que corrobora a escala de intangibilidade proposta pelo autor. Importante notar, também, que sem a participação de um dos elementos (tangível ou intangível), o fluxo não estaria completo, demonstrando, assim, a interdependência desses elementos. Tal conclusão é importante, pois permite visualizar porque determinados ativos intangíveis são mais facilmente identificados do que outros, uma vez que quanto mais complexo for o fluxo intangível, mais difícil a identificação do ativo e a sua mensuração (CARDAO-PITO, 2012).

¹⁶⁷ Note que a visão de Scott (2012), quando ressalta que é importante perceber que os intangíveis estão lá, mesmo que eles não sejam demonstrados no Balanço Patrimonial, está alinhada com a visão de Flipo (1988). Ademais, foi demonstrado isso na seção 3.4.1.

¹⁶⁸ Henriksen e Van Breda (1999, p. 388) afirmam que os “ativos intangíveis são criados quando se gasta caixa (ou seu equivalente) com serviços”.

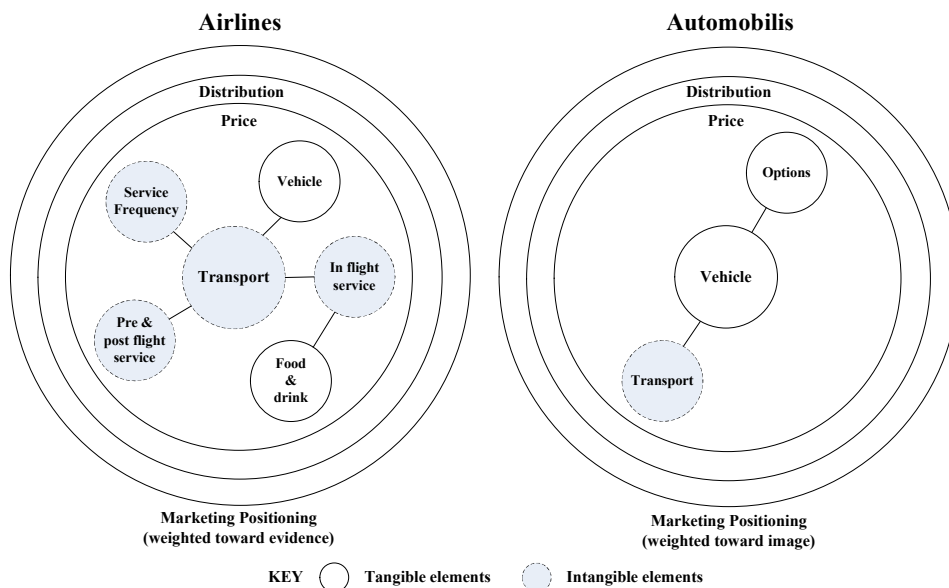


FIGURA 10 – Ilustração da relação/interação de elementos tangíveis e intangíveis no mercado de automóveis e de linhas aéreas.

Fonte: Adaptado de SHOSTACK, 1977, p. 76.

Dentre as diversas classificações existentes na literatura para os ativos intangíveis, adotou-se, nesta tese, a de Hand e Lev (2003), por sua originalidade e completude, a de Damodaran (2007), por seu foco na avaliação, e a de Amaral (2012), por sua proposta de uniformização de uma taxonomia e por sua inovação em identificar e mensurar uma nova categoria de intangível: o ativo comportamental. Hand e Lev (2003) não classificam os ativos intangíveis em função da sua intangibilidade, pois ao invés disso argumentam que existem três classes principais de ativos intangíveis, a saber: (i) aqueles criados principalmente por meio de inovação e pesquisa; (ii) aqueles que suportam as práticas organizacionais; e (iii) aqueles relacionados aos recursos humanos. A partir dessas três classes, podem ser gerados ou criados os diversos outros tipos de intangíveis.

Damodaran (2007), por sua vez, classifica os ativos intangíveis a partir da característica de identificação do ativo e sua associação à geração de fluxos de caixa e, em função disso, indica os métodos mais adequados para a sua avaliação. Por isso a sua abordagem é duplamente útil para esta tese. Embora amplamente utilizados pelo mercado, os métodos de avaliação abordados pelo autor não atendem, em grande medida, os critérios de reconhecimento contábil de ativos intangíveis vigentes. Assim, Damodaran (2007) também destaca que as regras tradicionais de Contabilidade ou subestimam o valor dos ativos

intangíveis ou os ignoram por completo, e ressalta que o Balanço Patrimonial demonstra poucas evidências do seu valor. No Quadro 5, é apresentada, de forma sintética, a classificação e a definição de ativos intangíveis, segundo o autor, bem como a sua recomendação de métodos de avaliação.

QUADRO 5

Classificação dos ativos intangíveis segundo Damodaran (2007)

Categoria	Definição	Método de avaliação
Ativos intangíveis independentes e geradores de fluxo de caixa	São os mais simples de avaliar, pois geram fluxos de caixa sozinhos e podem ser identificados. São exemplos, as marcas registradas, direitos autorais, licenciamentos e franquias.	O método de fluxo de caixa descontado é o mais recomendado para a sua avaliação.
Ativos intangíveis geradores de fluxo de caixa para toda a empresa	Tendem a ser difíceis de isolar e avaliar, pois não geram fluxo de caixa por conta própria, mas permitem que uma empresa cobre preços mais altos por seus produtos e gere mais em fluxos de caixa. São exemplos, a marca, o capital intelectual e o <i>goodwill</i> .	Os métodos mais recomendados de avaliação são o fluxo de caixa descontado e a avaliação relativa.
Ativos intangíveis com potencial para fluxos de caixa futuros	São os mais difíceis de avaliar, pois não geram caixa agora, mas podem gerar no futuro. São exemplos, patentes não desenvolvidas, reservas de recursos naturais.	Por terem características de “opções”, os modelos de avaliação de opções reais são os mais indicados para a sua avaliação.

Fonte: Original desta pesquisa. Elaborado a partir de DAMODARAN, 2007.

Conforme constatou Amaral (2012), a literatura apresenta inúmeras classificações ou categorias para os ativos intangíveis, algumas associadas à intangibilidade, outras associadas à dificuldade de identificação e mensuração e, outras ainda, associadas às características particulares do ativo. Nesse sentido, Amaral (2012) propõe a taxonomia apresentada no Quadro 6, ressaltando que: exceto pelo “ativo de comportamento ou capital comportamental”, todas as demais classificações/categorias são trabalhadas pela literatura. Importante notar, que o autor destaca os intangíveis que podem ou não ser identificados.

QUADRO 6

Taxonomia dos ativos intangíveis segundo Amaral (2012)

Classificação/Categoria	Conceito
Ativos humanos/ Capital humano	São benefícios que os indivíduos, ou grupos de indivíduos, por meio de seus conhecimentos, competências, confiança, liderança, motivação, criatividade, habilidades, talento, experiência, capacidade gerencial e intelectual, rotinas de organização e treinamento e desenvolvimento, entre outros benefícios, podem proporcionar a uma empresa. <i>Podem ser identificáveis e não identificáveis.</i>
Ativos estruturais/ Capital estrutural	São benefícios oriundos de tecnologias, metodologias e processos empregados. Correspondem ao potencial da estrutura interna de uma empresa, cultura organizacional, sistemas de informação, sistemas administrativos, métodos gerenciais, canais e inteligência de mercado, banco de dados, <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> proprietários e outros. <i>Podem ser identificáveis e não identificáveis.</i>
Ativos de inovação/ Capital de inovação	São benefícios oriundos de pesquisas e desenvolvimento (P&D). Compreendem ideias, capacidade científica, capacidade de inovar, além de ativos que necessitam de proteção legal, entre outros, <i>know-how</i> tecnológico, fórmulas secretas, segredos industriais, marcas registradas, patentes. <i>Podem ser identificáveis e não identificáveis.</i>
Ativos de relacionamento/ Capital relacionamento	São benefícios oriundos da relação de uma empresa com públicos estratégicos. Correspondem à reputação com os clientes, nome da marca, <i>trademarks</i> , logos, percepções de qualidade, durabilidade e confiabilidade do produto, contratos; reputação com os fornecedores, interações e relações de eficiência, eficácia, contratos, suporte e benefícios recíprocos; reputação com os parceiros comerciais, franquias, direitos autorais, direitos de licenciamento, direitos de exploração; reputação com os próprios funcionários, responsabilidades e obrigações econômicas, sociais, políticas, trabalhistas e legais; e reputação com os acionistas, responsabilidades e obrigações societárias; e outros. <i>Podem ser identificáveis e não identificáveis.</i>
Ativos de comportamento/ Capital comportamental	São benefícios oriundos da relação de uma empresa com públicos do mercado de capitais ou agentes. Compreendem conflitos de interesse entre agentes, assimetrias informacionais entre agentes, eficiência de mercado, comportamentos irracionais dos agentes e outros. <i>Podem ser identificáveis e não identificáveis.</i>
Ativos <i>goodwill</i> / Capital <i>goodwill</i>	É um conjunto de características, qualidades e diferenciais de uma empresa expressos por sua capacidade futura de gerar riquezas adicionais inerentes às atividades que lhe são próprias. <i>São ativos intangíveis não identificáveis de caráter residual.</i>

Fonte: AMARAL, 2012, p. 140-141.

Nota-se que o “ativo comportamental” é uma categoria nova proposta pelo autor que, ao identificá-lo e mensurá-lo, contribui para a redução do chamado *goodwill*, caracterizado pelo próprio autor como um ativo intangível não identificável e de natureza residual (Amaral, 2012, p. 141). Todavia, o autor não propõe o seu reconhecimento contábil nem avança nessa direção, já que o seu foco é a avaliação financeira dos ativos comportamentais e não a sua mensuração contábil.

Estudar as classes, tipos ou categorias de ativos intangíveis é importante, pois contribui para sua melhor compreensão e caracterização, o que por sua vez contribui para a sua identificação, pois como destacam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 388): “o fato de que pode ser dado um nome a um ativo intangível geralmente indica que se trata de um *ativo identificável*”. Cabe ressaltar, entretanto, que a diversidade de ativos intangíveis que podem existir, muitos deles nomeados ao longo desta tese, torna complexa a tarefa de identificá-los e mensurá-los, especialmente na perspectiva contábil que é abordada na seção seguinte.

Diante das definições de ativo intangível apresentadas e das restrições discutidas, especialmente em relação ao conceito dos órgãos reguladores da Contabilidade, nesta tese, considera-se ativos intangíveis os “fatores incorpóreos/imateriais que contribuem para a geração de produto e/ou serviços, de que decorrem, ou são justamente esperados, benefícios presentes e futuros para aqueles que os controlam e/ou possuem” (AMARAL, 2012, p. 140). E tal opção conceitual é feita por três motivos: (i) por sua completude, de forma que todos ativos intangíveis sejam reconhecidos como tal; (ii) por reconhecer que os ativos intangíveis não geram resultados sozinhos, mas contribuem para isto, haja vista a interação intangível-tangível; e (iii) por reconhecer que a propriedade não é fator preponderante na caracterização de um ativo, e sim o seu controle e, por consequência, os direitos sobre os fluxos de caixa gerados.

3.4.2.1 Tratamento contábil

É importante notar, como demonstrado na seção 3.4.1, que na perspectiva contábil os intangíveis são caracterizados pela ausência de substância física, mas para serem reconhecidos como ativo devem ser identificáveis. Logo, precisam ser distintos e separáveis de outros ativos e atender ao que preceituam as Normas Internacionais de Contabilidade para os ativos em geral, qual seja: devem ser controlados pela empresa como resultado de um evento passado do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa.

Assim, é característica das Normas Internacionais de Contabilidade a segregação dos ativos intangíveis, grosso modo, de acordo com a sua aproximação dos ativos tangíveis. Como também observou Martins (1972), alguns ativos intangíveis, aqueles identificáveis e separáveis desde a sua concepção, são tratados como se fossem ativos tangíveis, como por exemplo, os depósitos bancários e os gastos pagos antecipadamente. Outros ativos intangíveis recebem tratamento particular, como por exemplo, os instrumentos financeiros (IAS 39/CPC 38, IAS 32/CPC 39 e IFRS 7/CPC 40 [R1]), as subvenções governamentais (IAS 20/CPC 07 (R1)) e o *goodwill* (IFRS 3/CPC 15 [R1]).

Os demais ativos intangíveis que não recebem tratamento particular são, então, contemplados pelo CPC 04 (R1), correspondente da IAS 38, e, portanto, das próprias Normas Internacionais de Contabilidade. O Quadro 7 sumariza os métodos de mensuração inicial e subsequente e indica as possibilidades de reconhecimento dos ativos intangíveis contemplados pelo CPC 04 (R1), quais sejam: (i) os *adquiridos* separadamente de outros ativos; (ii) os *adquiridos* em combinação de negócios; (iii) os *adquiridos* por subvenção ou assistência governamental; (iv) os *adquiridos* em permuta de ativos; e (v) os *gerados internamente*, sendo que o *goodwill* é considerado uma categoria à parte dos demais ativos intangíveis gerados internamente.

Nota-se que somente os ativos intangíveis “adquiridos” podem ser reconhecidos, exceção feita apenas para ativos intangíveis específicos gerados internamente, que não contemplam o *goodwill*, o que permite concluir que, na perspectiva contábil, grande parte dos ativos intangíveis têm sido tratados como despesas. Essa afirmação genérica é uma consequência do critério de reconhecimento contábil dos ativos intangíveis que vêm se consolidando ao longo do tempo, presente no CPC 04 (R1) e na IAS 38, como demonstrado acima. Segundo determina o item 68 do CPC 04 (R1):

Os gastos com um item intangível **devem ser reconhecidos como despesa** quando incorridos, **exceto**:

- (a) se fizerem parte do custo de ativo intangível que atenda aos critérios de reconhecimento (ver itens 18 a 67); ou
- (b) se o item é adquirido em uma combinação de negócios e não possa ser reconhecido como ativo intangível. Nesse caso, esse gasto (incluído no custo da combinação de negócios) deve fazer parte do valor atribuível ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na data de aquisição (ver Pronunciamento Técnico CPC 15). (grifos nossos)

QUADRO 7

Métodos de mensuração dos ativos intangíveis

Ativo	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Intangível (CPC 04 - R1): aquisição separada.	Custo (item 24 e 25).	São avaliados pelo método de custo (custo <i>menos</i> amortização <i>menos</i> perda por irrecuperabilidade - item 74) ou pelo método de reavaliação – (item 75).
Intangível (CPC 04 - R1): aquisição em combinação de negócios (CPC 15).	Valor justo (item 33).	
Intangível (CPC 04 - R1): aquisição por subvenção ou assistência governamental (CPC 07).	A entidade opta pelo valor justo ou pelo valor nominal acrescido de quaisquer gastos que sejam atribuídos à preparação do ativo para o uso pretendido (item 44).	
Intangível (CPC 04 - R1): permuta de ativos.	Valor justo ou, na <i>impossibilidade</i> deste, pelo valor contábil do ativo cedido (item 45).	
Intangível (CPC 04 - R1): gerado internamente.	Na <i>fase de pesquisa</i> não são reconhecidos como ativo (item 54). Na <i>fase de desenvolvimento</i> , quando atendidos os critérios de reconhecimento contidos nos itens 21, 22 e 57 do CPC 04 (R1), pela soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível pôde ser reconhecido (item 65).	
Intangível (CPC 04 - R1): goodwill gerado internamente.	Não são reconhecidos como ativo (item 48).	Não são reconhecidos como ativo (item 48).

Fonte: Original desta pesquisa.

Nota-se que a regra geral para o tratamento contábil de um item intangível é o seu reconhecido como “despesa” e, por exceção, como “ativo”, o que nos parece inadequado. Este tratamento tem levado a afirmações como a de Palepu e Healy (2008, p. 4-16): “ativos intangíveis-chave, tais como P&D e marcas, não são reportados no balanço patrimonial¹⁶⁹”. Hendriksen e Breda (1999), Lev (2001), Macintosh (2002), Hand e Lev (2003) e Scott (2012) fazem a mesma afirmação, cada um a partir da sua perspectiva de análise. Necessário se faz, portanto, uma análise detida quanto ao conceito de ativo intangível nas Normas Contábeis, o qual foi apresentado na seção 3.4.1 e ora retomado: “é um ativo não monetário identificável sem substância física” (CPC 04 - R1, item 8). Assim, torna-se imperativa a compreensão do

¹⁶⁹ “Key intangibles assets, such as R&D and trademarked brands, not reported on the balance sheet”.

que vem a ser “identificável”. O item 12 apresenta o critério a ser observado quanto à identificação de um ativo intangível, qual seja:

Um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando:

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

De forma complementar, o item 21 determina que “um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (i) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (ii) o custo do ativo possa ser mensurado com *confiabilidade*¹⁷⁰”. Observa-se, ainda, a orientação do item 22, de que “a entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo”.

Uma vez atendidos o conceito e o critério de reconhecimento, um item intangível pode ser então reconhecido como ativo, devendo o seu reconhecimento inicial ser realizado pelo custo, conforme determina o item 24. O Quadro 7 permite a análise particular dos critérios de mensuração inicial e subsequente das categorias de ativos intangíveis previstos no CPC 04 (R1) e IAS 38, por evidenciar os cuidados adicionais a serem observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis gerados internamente. Assim, o item 51 do CPC 04 (R1) destaca:

Por vezes é difícil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para o reconhecimento, devido às dificuldades para:

- (a) identificar se, e quando, existe um ativo identificável que gerará benefícios econômicos futuros esperados; e
- (b) determinar com confiabilidade o custo do ativo. Em alguns casos não é possível separar o custo incorrido com a geração interna de ativo intangível do custo da manutenção ou melhoria do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente ou com as operações regulares (do dia-a-dia) da entidade.

Hendriksen e Van Breda (1999) e Scott (2012) argumentam que isso ocorre, porque os ativos intangíveis são gerados interna e gradativamente, ao longo do tempo, e os seus custos podem ser diluídos por muitos anos, sendo muito difícil associá-los à geração de futuros benefícios líquidos. Desta forma, como determina o item 65, os ativos intangíveis gerados

¹⁷⁰ Segundo o item 4.38 do CPC 00 (R1) “a informação é confiável quando ela é completa, neutra e livre de erro”.

internamente somente são reconhecidos na fase de desenvolvimento e se atenderem às determinações dos itens 21 e 22, expostas nos parágrafos anteriores, bem como as do item 57, a saber:

Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido **somente se** a entidade puder demonstrar **todos os aspectos** a seguir enumerados:

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- (f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. (grifos nossos)

Observa-se, portanto, que os ativos intangíveis devem atender aos mesmos critérios de reconhecimento dos ativos tangíveis. Como concluíram Hendriksen e Van Breda (1999, p. 391), “deve-se exigir que os ativos intangíveis passem pelos mesmos testes de reconhecimento aplicados aos ativos tangíveis – nada mais, nada menos”. Todavia, negligenciar as diferenças existentes entre os ativos tangíveis e intangíveis pode levar a problemas de mensuração de magnitudes diversas, na medida em que determinados ativos podem ser considerados mais intangíveis do que outros, como demonstrado nas seções 3.4.2 e 3.4.2.1.

Desta forma, os intangíveis independentes (separáveis) e geradores de fluxo de caixa sozinhos são mais facilmente reconhecidos como ativo do que aqueles que geram fluxos de caixa para toda a empresa ou têm potencial para a geração de fluxos de caixa futuros, os quais, por não atenderem aos critérios de reconhecimento das Normas Contábeis vigentes, na maioria das vezes, acabam não sendo reconhecidos como ativos. Ante o exposto, cabe perguntar: não estaria havendo confusão entre ativos intangíveis e custo na tentativa de produção de ativos intangíveis?¹⁷¹

No que diz respeito a IAS 38 e o CPC 04 (R1), pelo menos em parte, parece que sim. Basta observar o caso dos ativos intangíveis gerados internamente que, quando reconhecidos, o são pela soma dos gastos incorridos a partir da data em que o ativo intangível atendeu aos

¹⁷¹ Essa pergunta foi formulada pelo professor Eliseu Martins quando da avaliação do meu Ensaio Teórico para a minha qualificação individual. A aprovação do Ensaio Teórico é requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de doutor, nos termos do Regulamento do Programa de Pós-graduação em Administração do CEPEAD/UFMG.

critérios de reconhecimento (ver item 65 do CPC 04 – R1, sintetizado no Quadro 7). Nota-se que a soma dos custos incorridos corresponde aos gastos realizados na tentativa de produção do ativo intangível, mas não necessariamente ao ativo intangível propriamente dito e, menos ainda, ao seu valor econômico. O critério estabelecido pela IAS 38 e pelo CPC 04 (R1) excluem desse somatório os gastos anteriores associados ao ativo intangível que tenham sido reconhecidos como despesas em períodos passados.

O atraso no reconhecimento do ativo intangível, como alertado por Scott (2012), além de comprometer a apuração do seu custo, gera um “descompasso” entre as receitas e despesas apresentadas no resultado do período, o que, na opinião do autor, “sem dúvida, é a causa raiz do baixo valor de relevância dos lucros reportados¹⁷²” (SCOTT, 2012, p. 271). Neste sentido, Lev (2001), Macintosh (2002) e Hand e Lev (2003) sugerem que enfrentar esse dilema é imperativo para que a Contabilidade reestabeleça o *status* de utilidade de suas informações.

Palepu e Healy (2008) e Scott (2012) ressaltam que reportar o valor justo dos ativos intangíveis tem potencial para aumentar a utilidade das informações contábeis para decisão, uma vez que podem revelar informações dos administradores sobre as suas expectativas futuras de lucro, e tais informações são as mais importantes sobre a força desses lucros. Mas os autores advertem que reportar o valor justo dos ativos intangíveis cria sérios problemas de confiabilidade. Assim, como demonstrado anteriormente, os profissionais da Contabilidade encontram-se novamente diante do dilema da discricionariedade, imprescindível para que os *accruals* confirmem o conteúdo informativo das demonstrações contábeis, e para que estas possam, novamente, dar uma contribuição efetiva para a projeção de fluxos de caixa futuros.

Entretanto, Macintosh (2002) adverte que alinhar os procedimentos contábeis à realidade atual pede aos profissionais da Contabilidade que encarem esse desafio de forma diferente do que vinham fazendo tradicionalmente, ou como diria Einstein: “Você não poderá resolver os problemas que tem hoje pensando da mesma maneira que você pensava quando os provocou”. Daí a necessidade de resgatar a origem das bases filosóficas da Contabilidade, o que deve permitir uma avaliação tanto do caminho percorrido quanto para onde esse caminho levou a Ciência Contábil. Mais ainda, deve permitir um olhar crítico dos desafios que se colocam à frente para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis. O que foi feito ao longo do Capítulo 2, e integrado à base teórica da Contabilidade nas seções 3.2 e 3.3.

¹⁷² “Arguably, is the root cause of low value-relevance of reported earnings.”

3.4.2.2 Grau de intangibilidade

Na seção anterior, foram mostradas as implicações para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis, na medida em que estes são tratados segundo a mesma base conceitual dos ativos tangíveis, ignorando, assim, as suas características e particularidades. A seção 3.6 aprofunda essa discussão. Todavia, tais diferenças podem ser atenuadas ou agravadas, de acordo com o “grau de intangibilidade” do ativo intangível. Assim, argumenta-se, a exemplo de Cardao-Pito (2012), que existe um “fluxo intangível” gerado a partir da interação intangível-tangível e, a exemplo de Shostack (1977), que existe uma escala, um gradiente, aqui nomeado “grau de intangibilidade” que, a exemplo de Damodaran (2007), abarca dos menos intangíveis (ou mais tangíveis) até os completamente intangíveis.

Dessa forma, defende-se, nesta tese, que existe um grupo de ativos intangíveis com características muito próximas dos ativos tangíveis, por serem facilmente identificados e separados, além de geradores, por si, de fluxo de caixa. De outro lado, tem-se um grupo intermediário de ativos intangíveis de difícil separação, embora alguns sejam identificáveis por gerarem caixa para toda a empresa, tornando complexa a sua individualização, mas não impossível a sua avaliação. Por fim, tem-se um grupo de ativos completamente intangíveis, o que torna a sua separação dos demais extremamente complexa e, às vezes impossível, embora possam ser avaliados quando identificados. A Figura 11 ilustra esse *continuum*, com exemplos representativos de cada um dos três grupos de ativos intangíveis.



FIGURA 11 – Grau de intangibilidade dos ativos intangíveis

Fonte: Original desta pesquisa.

Observa-se, portanto, que não devem ser respeitadas apenas as diferenças entre os ativos intangíveis e os ativos tangíveis, pois deve-se observar, ainda, o grau de intangibilidade, dado que os desafios para o reconhecimento e a mensuração são proporcionais às características particulares de cada grupo de intangíveis. Neste ponto, é importante uma observação: um dos motivos alegados para o não reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis é a ausência de um método ou modelo único de avaliação que seja amplamente aceito entre os contadores (pesquisadores e praticantes) para a avaliação dos ativos intangíveis.

Dada à diversidade de naturezas e particularidades dos ativos intangíveis, a Figura 11 ilustra esta questão. Não se acredita ser possível a nenhum modelo particular capturar a essência de todos os ativos intangíveis, sendo necessário, portanto, reconhecer que ativos intangíveis específicos pedem modelos de avaliação específicos. Logo, deve-se admitir a aplicação de outros modelos, e não esperar pela inspirada invenção de um modelo ou super modelo que, estranhamente, seja capaz de ser aplicado à avaliação de todo e qualquer tipo de intangíveis. Neste sentido, a história da Contabilidade, analisada na seção 3.2.1 e 3.3, tem uma lição a compartilhar com todos os seus adeptos. Trata-se do fato observável de que nenhum paradigma saiu vencedor, até agora, e por isso não se tem, ainda, um corpo teórico unificado e amplamente aceito, aplicável a todo e qualquer fato ou evento contábil, o que levou ao modelo misto (multiparadigmático) de avaliação presente na prática profissional da Contabilidade.

Isto porque a Contabilidade lida com fatos patrimoniais de origem e natureza múltiplas, e a todo momento. Dada a dinâmica empresarial e econômica, novos fatos e procedimentos surgem, tornando praticamente impossível que um único modelo de avaliação seja aplicado a toda e qualquer situação contábil. Os instrumentos financeiros parecem ser um ótimo exemplo, como observou Mattessich (2008) ao retratar a terceira fase da Revolução Industrial, a partir de 1890, quando o capitalismo financeiro se desenvolveu em suas múltiplas formas de operações financeiras. Pode-se observar os seus desdobramentos ao longo do século XX com os derivativos, os derivativos exóticos e tantas outras formas e produtos financeiros. Esta discussão será retomada no Capítulo 6.

3.4.3 Passivos

Como visto na seção 3.4.1, os intangíveis podem se caracterizar como “ativos” e “passivos”, dependendo unicamente do efeito que provocam sobre o caixa e o patrimônio da empresa. Se os ativos são caracterizados pela entrada de caixa e pelo aumento de patrimônio, os passivos o são pela saída de caixa e pela redução do patrimônio. Diferentemente dos ativos que podem ser tangíveis e intangíveis, os passivos são unicamente intangíveis, já que não possuem nenhuma característica física ou material, sendo gerados sempre por meio de contratos tácitos e/ou formais.

Assim, a expressão “passivo intangível” não é utilizada, visto que se configura pleonasm, pois é redundância dizer passivo intangível, uma vez que todos os passivos são intangíveis. Todavia, como muitos ainda não entenderam a amplitude do conceito de intangível, que alcança desde os ativos até os passivos, utiliza-se aqui o termo “passivo intangível” como reforço didático e por “licença poética”, para não esquecer que, ao lidar com passivos, em última análise, lida-se com intangíveis. Neste sentido, da mesma forma que os ativos intangíveis, os passivos intangíveis também apresentam um grau de intangibilidade, variando do mais tangível ao completamente intangível, gerado pelo fluxo intangível das operações intangível-tangível, como demonstrado na Figura 12.

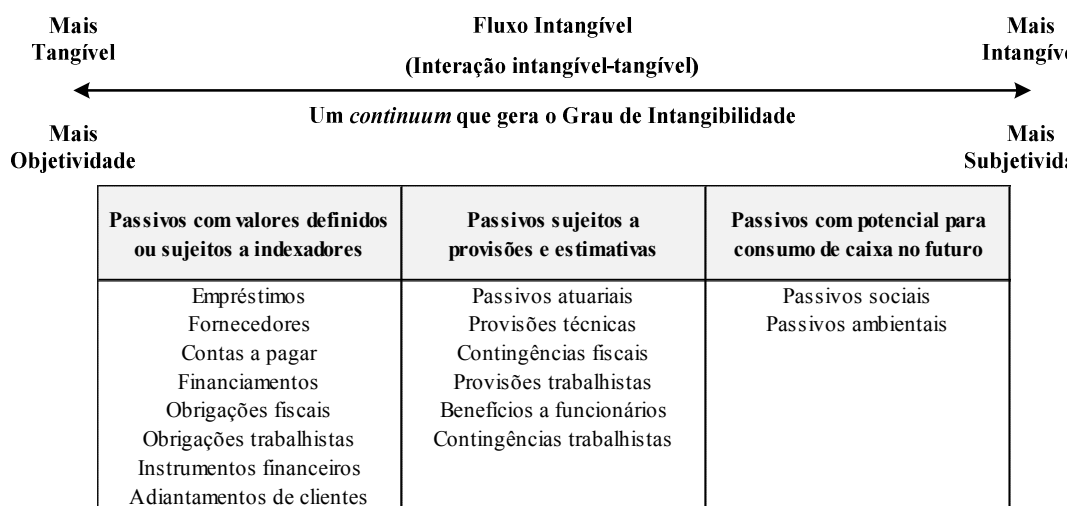


FIGURA 12 – Grau de intangibilidade dos passivos intangíveis
Fonte: Original desta pesquisa.

Observa-se que os passivos intangíveis também podem ser agrupados a partir do seu impacto no caixa, o que permite argumentar, a exemplo dos ativos intangíveis, que existem três grupos principais. O primeiro contempla as obrigações que têm valor definido de antemão ou vinculados a indexadores pré-estabelecidos, pois mesmo que sujeitos a variações

monetárias e cambiais, são facilmente identificados e mensurados. O segundo grupo contempla aquelas obrigações identificáveis que não possuem valor específico, portanto, dependem de provisões e estimativas, algumas delas oferecendo desafios à sua mensuração, exigindo recursos estatísticos e modelos de finanças. O terceiro grupo contempla as obrigações mais intangíveis, aquelas com potencial para consumo de caixa no futuro que, dada a sua indefinição é bastante complexa para mensurar, embora se reconheça a sua existência. Os avanços nas áreas de Contabilidade Ambiental e Contabilidade Social oferecem alguma base conceitual para a sua caracterização, porém, não para sua adequada mensuração.

Assim, a exemplo dos ativos intangíveis, o último grupo dos passivos intangíveis também não é reconhecido¹⁷³ pela Contabilidade, e embora ainda não tenha sido possível identificar o seu impacto sobre a relevância e a qualidade das demonstrações contábeis, parece razoável concluir que a sua ausência também afeta o poder explicativo dessas demonstrações, cabendo a pesquisas futuras avaliar a sua representatividade ou não. Dada a sua condição de invisível e intocável, as obrigações também podem ser objeto de gerenciamento de resultados, na medida em que podem ser omitidas, mesmo a administração sabendo da sua existência e da sua probabilidade de ocorrência.

Como a ênfase deste estudo repousa sobre os ativos intangíveis, não é possível avançar na discussão acerca dos passivos, também intangíveis. Daí o registro de sua importância e da possibilidade de impacto que a sua omissão pode ter sobre as demonstrações contábeis. Os maiores desafios em termos de avaliação de passivos parecem recair sobre o terceiro grupo, considerando-se o estágio embrionário de seus campos de pesquisa e atuação.

3.5 Avaliação de ativos

Diante do desafio da mensuração dos ativos intangíveis, necessária se faz a apresentação dos modelos e técnicas amplamente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, visando a sua avaliação. Contudo, não se pretende apresentar um manual para sua aplicação, e sim apenas descrevê-los. O CPC 00 define mensuração como “o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado”. Em finanças, o processo que visa a determinação de montantes

¹⁷³ Alguns passivos ambientais e sociais são reconhecidos, mas somente nos casos em que se materializam sob a forma de multas ou por meio de legislações específicas. Algo muito parecido com o reconhecimento da maioria dos ativos intangíveis que são reconhecidos apenas quando adquiridos.

monetários é conhecido por avaliação. Por isso, nesta tese, a mensuração é tratada como sinônimo de avaliação. Porém, em que pese uma análise mais detida do termo sugerir pequenas diferenças, aqui serão consideradas irrelevantes.

Na literatura especializada de Finanças, os modelos de avaliação costumam ser agrupados em três grandes grupos, a saber: “abordagem da renda”, “abordagem de mercado”, também chamada “avaliação relativa”, e “abordagem de custo”, também chamada “avaliação baseada em ativos”. O CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, no seu item 62, também sugere a utilização dessas mesmas abordagens, e em seu Apêndice B (itens B5 a B34), apresenta orientações para a sua aplicação, em especial, o modelo de Fluxo de Caixa Descontado.

Nas normas contábeis, esses mesmos modelos, comumente utilizados para a avaliação de ativos tangíveis, são aceitos como critério de mensuração de ativos intangíveis nos casos de fusões e aquisições de empresas, conforme CPC 15, e nas operações particulares de compra e venda de ativos intangíveis específicos, como por exemplo, marcas, patentes e carteiras de clientes, conforme CPC 04. Em vista disso, uma questão deve ser formulada: uma vez que existem modelos amplamente aceitos pelo mercado financeiro e de capitais para a avaliação de ativos intangíveis, sustentados pelas teorias de economia e finanças, os quais são aceitos pelas próprias Normas Internacionais de Contabilidade, embora somente nos casos de aquisição, por que a maioria dos ativos intangíveis, especialmente aqueles mais relevantes, não são reconhecidos e mensurados nas demonstrações contábeis?

O que sugere a análise integrada da histórica (da Filosofia, da Ciência e da Teoria da Contabilidade), realizada neste estudo, é que o não reconhecimento dos ativos intangíveis está associado à “crença” de que a objetividade é garantia de confiabilidade. Esta questão foi introduzida na seção 2.9, discutida na seção 3.3 e será novamente abordada no Capítulo 6. Desta forma, como vimos na seção 3.4.1, a incerteza inerente ao futuro dos ativos intangíveis e o risco a eles associados têm suscitado o excesso de conservadorismo das normas contábeis, o que vem impedindo o reconhecimento de parcela mais significativa dos ativos intangíveis. Observa-se, portanto, que não se trata apenas de uma questão de modelo ou técnica de avaliação, mas também, e principalmente, de paradigma, ou seja, do paradigma contábil sob o qual se encontram alicerçadas as normas contábeis.

Na literatura de finanças, citando Damodaran (2001, 2007), Copeland *et al.* (2005), Brealey e Myers (2006), Titman e Martin (2010), Elton *et al.* (2012), os modelos de avaliação são destinados à avaliação de ativos, sejam eles tangíveis ou intangíveis, individuais, unidades geradoras de caixa ou empresas. Lidar com incerteza e risco sempre foi uma questão desafiadora para todo e qualquer modelo de avaliação, sendo necessário, portanto, entendê-lo

e tratá-lo adequadamente. Neste sentido, Bernstein (1997), Brealey e Myers (2005) e Domadoran (2009) alertam para o fato de que, embora o risco seja sempre entendido a partir de sua dimensão negativa, pois associado à perda, a sua adequada gestão o configura, também, como uma oportunidade, advindo deste entendimento a máxima econômica de que “quanto maior o risco maior o retorno”, o que expõe uma dimensão positiva do risco.

Todavia, os contadores são treinados¹⁷⁴ sob a máxima “custo ou mercado dos dois o menor”. Assim, enquanto o mundo dos negócios caminha na direção das oportunidades, administrando as ameaças, a Contabilidade evita as ameaças com este excesso de conservadorismo, e perde a oportunidade de melhor servir a sociedade como um todo, prestando, assim, um desserviço à sociedade. As conclusões de Amir e Lev (1996), Lev (2001), Macintosh (2002), Hand e Lev (2003), Palepu e Healy (2008) e Scott (2012), para citar apenas alguns autores, acerca do poder explicativo das demonstrações contábeis e a sua associação com os ativos intangíveis, parecem corroborar tal constatação. Não que as estruturas conceituais das Normas Internacionais de Contabilidade não tenham evoluído, pois isso já se percebe desde a segunda metade dos anos 1970, conforme observaram Emerson *et al.* (2010), e sim que, por toda a parte, na prática profissional, a nossa formação conservadora costuma falar mais alto, pois não se muda a visão de mundo de um dia para o outro, ou melhor, não se muda de paradigma de um dia para o outro, conforme observou Kuhn (2011 [1962]).

Contudo, à luz da Teoria de Finanças, não existe impedimentos para a avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis. É claro que nem todo modelo é adequado para avaliar qualquer ativo, mas é possível identificar modelos mais adequados e aderentes a cada tipo de ativo a ser avaliado. Nesse sentido, Damodaran (2007) oferta uma visão abrangente e didática dessas possibilidades, exposta na Figura 13.

Observe que Damodaran (2007) adota uma taxonomia mais específica e trata a Abordagem da Renda separadamente, subdividindo-a em “Modelos de Fluxo de Caixa Descontado” e “Modelos de Precificação de Opções”, que usam a avaliação de direitos contingentes, o que também parece mais adequado. Nas próximas seções, esses modelos serão descritos com foco na avaliação de ativos intangíveis. Porém, antes que sejam apresentados, duas observações são necessárias: primeiro, que a utilização de modelos tem se mostrado extremamente útil em diversos campos da ciência e da prática profissional, na medida em que:

¹⁷⁴ Treinados, aqui, na perspectiva kuhniana da replicação do paradigma contábil presente nas normas contábeis.

O mundo real é complexo e, para entendê-lo e construir modelos de como funciona, é preciso adotar pressupostos simplificadores para deixar de lado aquelas complexidades que imaginamos ter impacto pequeno (ou nenhum) no seu funcionamento. Assim como o físico constrói modelos de movimento da matéria em ambiente sem atritos, o economista constrói modelos em que não há atritos institucionais afetando o movimento de preços e ações (ELTON *et al.*, 2012).

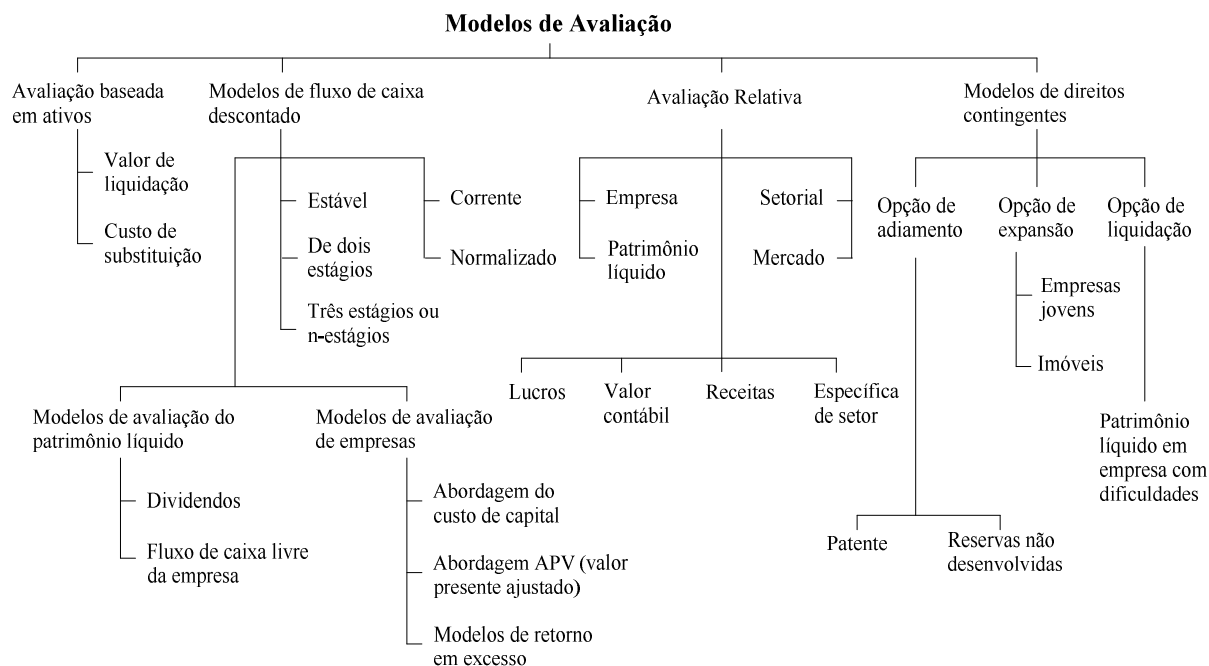


FIGURA 13 – Modelos de avaliação de ativos
Fonte: Adaptado de DAMODARAN, 2007, p. 433.

Entretanto, Tragtenberg (1974) condena a utilização excessiva e desmedida dos modelos, destacando que estes estariam substituindo a formulação de novas teorias, atestando que:

o modelo aparece como mediador entre a teoria e o real, construído analogicamente, possuindo valor operacional. No entanto, a lógica do modelo padece de uma contradição fundamental: o modelo quanto mais pobre for, mais claro é, porém, possui menor valor explicativo. Quanto mais rico, mais complexo, perde o valor explicativo (...). O fundamento de sua construção reside no valor dos critérios que presidem a escolha das variáveis em jogo. O modelo parte de uma hipótese preferencial, nunca é neutro (TRAGTENBERG, 1974, p. 218).

Assim, os modelos costumam gerar um paradoxo, cabendo ao avaliador o devido cuidado na escolha do modelo ou dos modelos a utilizar e adequar ao ativo intangível a ser avaliado e às condições e contexto em que será avaliado. Como observaram Martelanc *et al.* (2010, p. 3), segundo pesquisa da Associação de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), realizada em 2001, “23% dos avaliadores preferem utilizar

uma única abordagem, ao passo que 60% preferem usar duas abordagens, e 18% três”. Observa-se, portanto, que a grande maioria dos avaliadores utiliza mais de um modelo ou abordagem, de forma tanto a confirmar a faixa de valores estimada para o ativo quanto para complementar os modelos, já que o ponto fraco de um pode ser suprido pelo ponto forte do outro.

A escolha do modelo é crucial em um processo de avaliação, e o seu domínio por parte do avaliador é condição *sine qua non* para uma boa avaliação. Desta forma, o avaliador deve conhecer e entender as premissas e pressupostos dos modelos, para avaliar as suas implicações sobre o caso real a ser avaliado. Como exemplo, tomemos o Modelo de Equilíbrio de Ativos Financeiros (CAPM)¹⁷⁵, amplamente utilizado para a análise de risco e retorno, pois como acima referido, um instrumento fundamental em qualquer avaliação.

Elton *et al.* (2012, p. 280) enumeram os pressupostos do CAPM, quais sejam: (i) não há custos de transação; (ii) os ativos são infinitamente divisíveis; (iii) não há incidência de imposto de renda; (iv) a competição é perfeita; (v) os investidores tomam decisões apenas em termos dos valores esperados e dos desvios padrão; (vi) são permitidas vendas a descoberto ilimitadas; (vii) a concessão e a tomada de empréstimos são ilimitadas à taxa livre de risco; (viii) as expectativas são homogêneas; e (ix) todos os ativos são negociados no mercado. Todavia, como observaram os autores:

É claro que esses pressupostos não valem no mundo real, do mesmo modo que o ambiente sem atrito do físico não existe na realidade. A questão relevante é a seguinte: o quanto a realidade é distorcida quando fazemos essas pressuposições? A que conclusões sobre os mercados de capital elas nos levam? Tais conclusões parecem descrever o desempenho efetivo do mercado de capitais? (ELTON *et al.*, 2012, p. 281).

A literatura de finanças apresenta farta evidência empírica em favor do CAPM, mesmo que ajustes tenham sido propostos ao longo do tempo. Porém, a questão que importa neste estudo é a consciência que o avaliador deve ter desses pressupostos e do seu impacto sobre o ativo objeto de avaliação. O que remete à questão da subjetividade, referindo-se a segunda observação, pois a escolha do modelo é uma opção, uma escolha do avaliador, que se mostrará presente em diversos outros momentos da avaliação, por mais ferramentas matemáticas e estatísticas que sejam utilizadas. O que, por sua vez, nos leva a perguntar: a avaliação é arte ou é ciência?

¹⁷⁵ “O Modelo de Equilíbrio de Ativos Financeiros (CAPM), comumente chamado no Brasil de Modelo de Precificação de Ativos de Capital, consiste numa teoria cujo desenvolvimento básico é atribuído a Sharpe (1964), Lintner (1965) e Mossin (1966), que se inspiraram no trabalho de Markowitz (1952) sobre o critério de media variância” (AMARAL, 2012, p. 95-96).

Reilly e Schweihs (1998) destacam a afirmação de alguns analistas de que o procedimento “avaliação” é puramente uma arte, porque a aplicação da disciplina requer habilidades, experiência, julgamento, conhecimento, estudo e observação. Contudo, outros declaram que a avaliação é uma ciência, na mesma medida em que a Matemática e a Economia o são. Assim, diante desse dilema, Reilly e Schweihs (1998, p. xxvi) concluem que “no debate arte *versus* ciência, é importante reconhecer que a resposta pode ser que a disciplina avaliação incorpora o melhor dos dois elementos, tanto da arte quanto da ciência¹⁷⁶”.

Parece razoável que a mesma conclusão seja aplicada à Contabilidade, mas interessa aqui reconhecer que a mensuração/avaliação (de ativos ou passivos, exige certa dose de subjetividade, a qual é inerente ao processo de avaliação onde as habilidades, a experiência, o julgamento e o conhecimento do avaliador são imprescindíveis e não podem ser descartados ou evitados, a exemplo do que pretendeu fazer o projeto positivista da Ciência. Depara-se, novamente, com o paradigma da objetividade como garantia de confiabilidade. Enfrentar-se-á esta questão recorrente no Capítulo 6.

A Figura 14 apresenta o fluxograma da avaliação dos ativos intangíveis, segundo o *International Association of Consultants, Valuators e Analysts* (IACVA) (2011), que ilustra de forma didática as principais etapas do processo, destacando alguns dos seus desafios.

Observa-se que antes de proceder à escolha do modelo ou dos modelos que serão utilizados na avaliação, faz-se necessário, primeiro, compreender o ambiente de negócio em que o ativo intangível é operacionalizado e, no caso de compra, conhecer os seus motivadores e fundamentá-los. Um aspecto importante, quando da identificação e caracterização do ativo intangível a ser avaliado, é verificar a existência de critérios e normas contábeis relacionados ao seu reconhecimento e mensuração, que podem orientar, inclusive, a seleção do(s) modelo(s) a serem utilizados, etapa em que se deve considerar, ainda, todas as informações disponíveis como as práticas de mercado, as metodologias de avaliação e a experiência do avaliador.

Definido o(s) modelo(s), efetua-se a avaliação do ativo intangível, observando-se os aspectos relevantes do processo de avaliação, dentre os quais podem ser destacados: (i) a integração dos dados financeiros e de mercado; (ii) a estimativa da vida útil; e, se for o caso, (iii) a metodologia de amortização, análise de sensibilidade das projeções e demais análises, e

¹⁷⁶ “Is the art versus science debate is worth recognizing at all, the answer may be that the valuation discipline incorporates the best elements of both art and science.”

ainda, a apresentação do relatório final. É recomendável a realização de conferências cruzadas e/ou reconciliações com outros modelos e técnicas de avaliação.

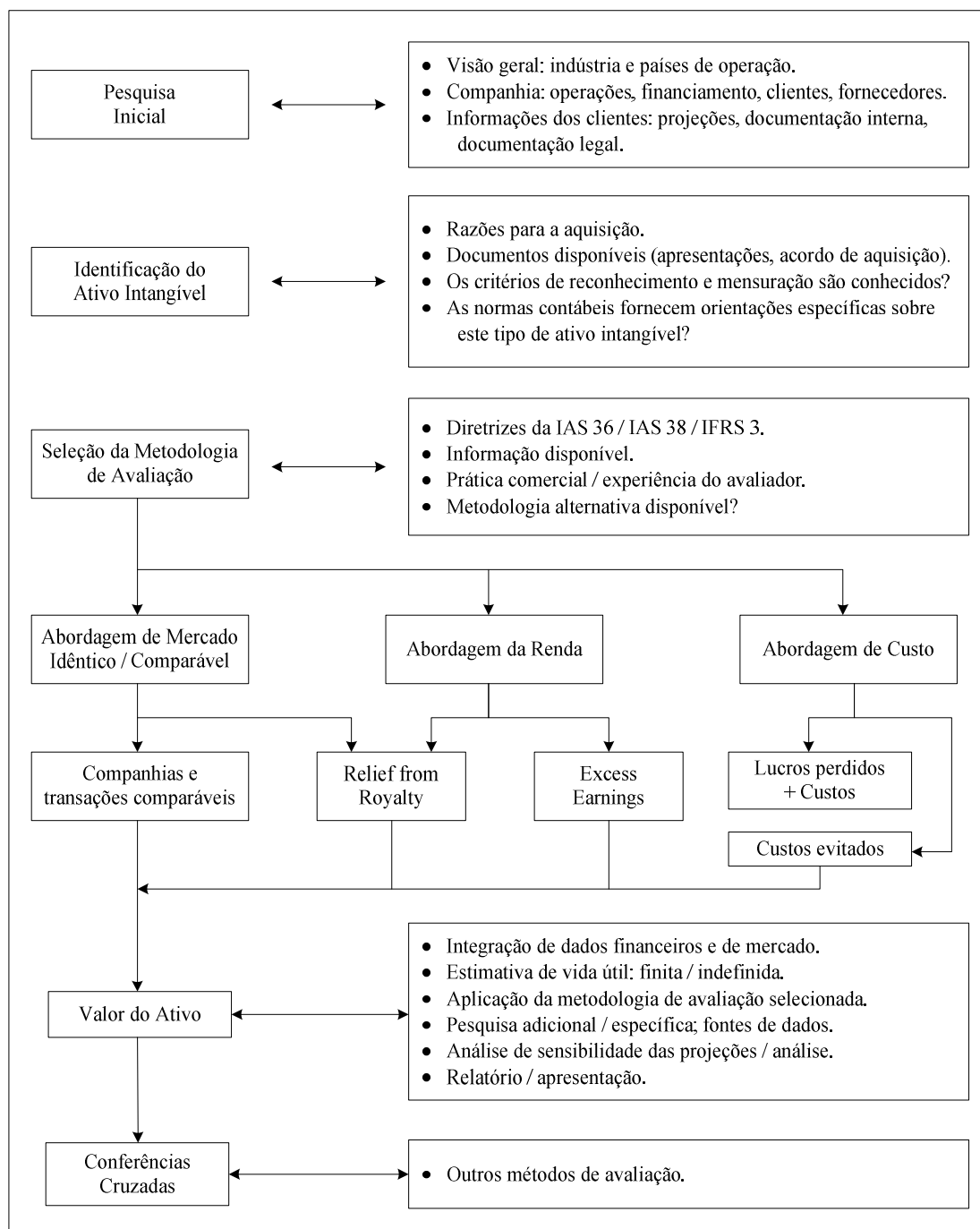


FIGURA 14 – Fluxograma da avaliação dos ativos intangíveis
Fonte: Adaptado de IACVA, 2011, p. 12.

Tem-se, então, os modelos e técnicas mais usados pelo mercado financeiro e de capitais para a avaliação dos ativos intangíveis. A descrição desses modelos e técnicas foi

elaborada a partir de Damodaran (2001, 2002, 2004, 2007), Cohen (2005), Brealey e Myers (2006), Titman e Martin (2010), *International Organization for Standardization – ISO 10.668:2010(E)*, *International Association of Consultants, Valuators e Analysts (IACVA)* (2011), *International Valuation Standards Council (IVSC)* (2011), Elton *et al.* (2012), Catty (2013) e *The Canadian Institute of Chartered Business Valuators (CBV)* (2014).

3.5.1 Abordagem do fluxo de caixa descontado

Damodaran (2004) destaca que qualquer método de avaliação de ativo deve contemplar três variáveis fundamentais: o fluxo de caixa, o risco e o tempo, atestando que as abordagens de fluxo de caixa descontado fazem uso dessas variáveis, nas quais o valor do ativo é obtido pela soma de seus fluxos de caixa futuros esperados ao longo do tempo, trazidos a valor presente por meio de uma determinada taxa de desconto que deve incorporar o risco e, quando for o caso, deve ser acrescido um valor terminal (perpetuidade). Damodaran (2002, p. 101) atesta que “o valor de um ativo decorre de sua capacidade de geração de fluxos de caixa”, o que o faz concluir que as abordagens de fluxo de caixa descontado são as preferidas pelo mercado. Neste sentido, Martelanc *et al.* (2010) destacam que, no Brasil, os modelos de fluxo de caixa descontado são os preferidos pelo mercado, seguido pelos modelos de avaliação relativa.

Dada a sua relevância para a avaliação de ativos em geral e, particularmente, para os ativos intangíveis, procurou-se ilustrar, na Figura 15, elaborada a partir de Damodaran (2002 e 2007), o processo de avaliação segundo o modelo de fluxo de caixa descontado. Assim, a partir da premissa do modelo, a primeira coisa a ser feita é a definição do período de tempo a ser considerado nas projeções dos fluxos de caixa futuros para, em seguida, proceder-se às projeções, que devem contemplar tanto as entradas de caixa (receitas) quanto as saídas de caixa (despesas).

Tais fluxos de caixa futuros devem ser trazidos a valor presente, a partir de uma taxa de desconto que deve contemplar tanto a remuneração pelo valor do dinheiro no tempo como a remuneração pelo risco, pois é neste processo que os modelos de risco e retorno se tornam relevantes, conforme o CAPM, o *Arbitrage Pricing Theory (APT)*¹⁷⁷, o *Weighted Average*

¹⁷⁷ “O modelo de avaliação por arbitragem (APT), desenvolvido por Ross (1976), constitui uma alternativa ao CAPM. A ideia de Ross foi propor um modelo de avaliação de ativos financeiros sobre o qual o portfólio de mercado não tem influência, ou seja, no qual os testes empíricos não se centrem no portfólio de mercado, como acontece com o CAPM. Essa proposta baseia-se na hipótese de um modelo estatístico, denominado modelo fatorial, que descreve a rentabilidade dos ativos financeiros” (AMARAL, 2012, p. 101).

Cost of Capital (WACC)¹⁷⁸ e o *Weighted Average Rate of Return on Assets* (WARA)¹⁷⁹. Por fim, nos casos em que o ativo gere fluxo de caixa indefinidamente, para sempre, talvez, devêsse estimar um valor terminal ou perpetuidade, que também deve ser trazida a valor presente.

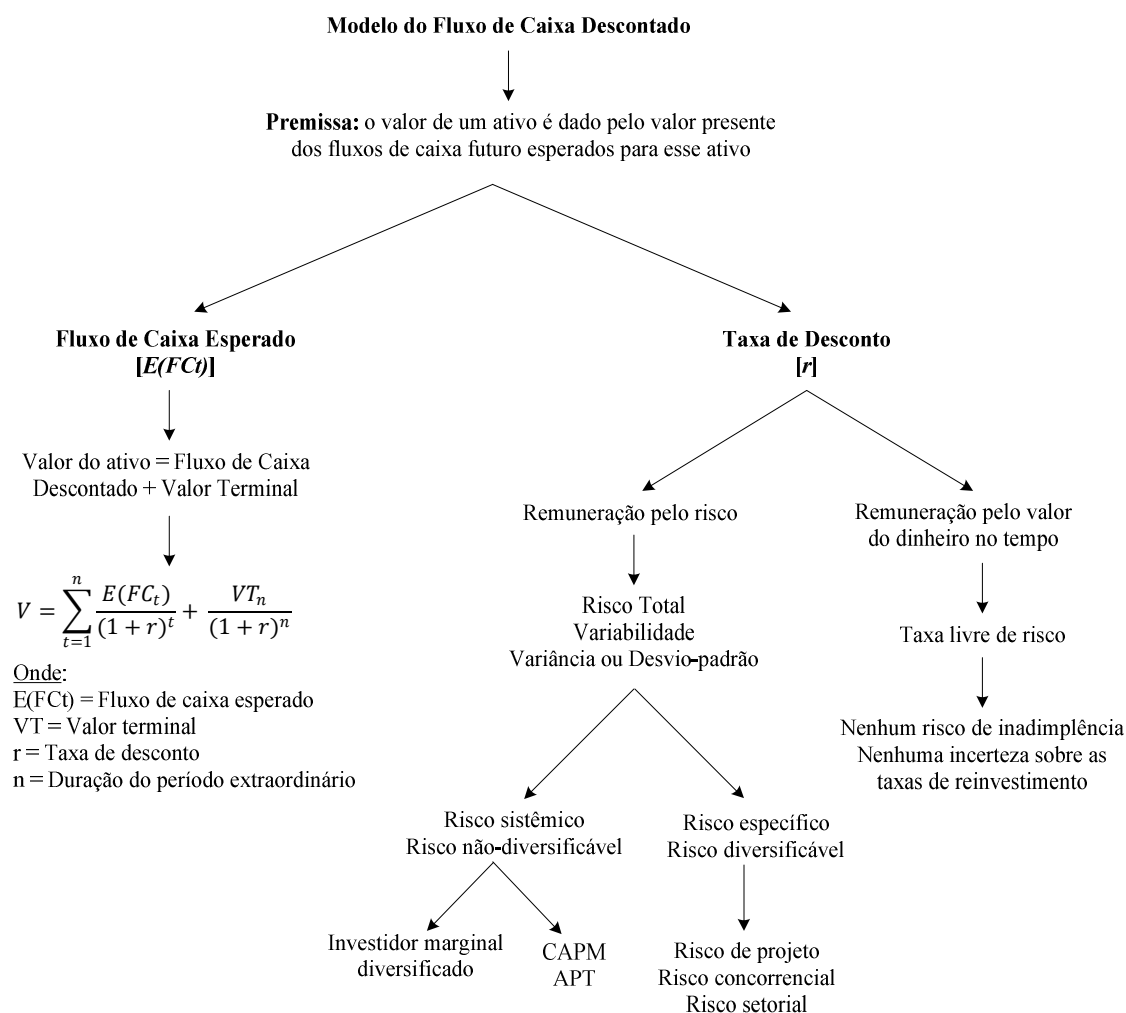


FIGURA 15 – O modelo de fluxo de caixa descontado
Fonte: DAMODARAN, 2002 e 2007.

Conforme o grau de intangibilidade apresentado na seção 3.4.2.2, os ativos intangíveis que têm características muito próximas dos ativos tangíveis, podem ser identificados, separados e gerar fluxos de caixa sozinhos. Segundo Damodaran (2007), são melhor avaliados por meio dos Modelos de Fluxos de Caixa Descontado. Dentre eles, os mais utilizados na

¹⁷⁸ Custo Médio Ponderado de Capital.

¹⁷⁹ Taxa Média Ponderada do Retorno sobre os Ativos.

avaliação de ativos intangíveis são: *Relief from Royalties Method* (RFRM), o *With and Without Method* (WWM) e o *Greenfield Method*.

O *Relief from Royalties Method* (RFRM) consiste em medir o valor justo de um ativo intangível por meio da capitalização dos *royalties* que o proprietário poderia ganhar, se o ativo fosse licenciado para terceiros. Assim, pressupõe-se que esse montante é economizado pelo proprietário por não ter que pagar a terceiros pela sua utilização. A taxa é escolhida com base em análises de mercado, baseando-se ou em taxas de *royalties* para ativos idênticos ou semelhantes, ou em convênios de licenciamento (atuais ou passados) de ativo idêntico ou semelhante. As taxas de *royalties* são normalmente aplicadas como um percentual das receitas futuras a serem geradas pelo uso do ativo.

Em alguns casos, os pagamentos de *royalties* podem incluir uma quantia inicial e quantias periódicas com base em receitas ou algum outro parâmetro financeiro. Essa taxa de desconto é então aplicada para determinar os *royalties* ganhos (economizados). Uma quantia após os impostos é calculada para cada ano e descontada a valor presente, de uma forma semelhante ao Modelo de Fluxo de Caixa Descontado. Desta forma, o RFRM pode ser considerado um método híbrido entre as Abordagens de Mercado e de Renda, cujas aplicações mais frequentes são para as marcas, principalmente, tecnologias e *know-how*.

O *With and Without Method*¹⁸⁰ (WWM) consiste em estimar o valor justo de um ativo intangível, comparando o valor de um negócio “com” o ativo objeto de avaliação e o valor hipotético do mesmo negócio, excluindo o ativo, ou seja, “sem” o ativo objeto de avaliação. Assim, os fluxos de caixa futuros do negócio “com” e “sem” o ativo intangível são trazidos a valor presente, por meio do Modelo de Fluxo de Caixa Descontado, e são comparados. Suas aplicações mais frequentes são aos acordos de não competição, franquias, processos e tecnologias.

O *Greenfield Method* é conceitualmente similar ao *Multi-period Excess Earnings Method* (MPEEM), na medida em que identifica o fluxo de caixa incremental (ou em “excesso”) associado ao ativo intangível objeto de avaliação. Contudo, em vez de subtrair um *Contributory Asset Charge* (CAC) a partir do fluxo de caixa, para refletir a participação dos ativos contribuintes, assume que o proprietário do ativo teria de construir ou comprar os ativos contribuintes. Um montante que representa o investimento inicial é então deduzido do fluxo de caixa. As suas aplicações mais frequentes são às licenças e concessões, direitos sobre recursos naturais e acordos de franquia.

¹⁸⁰ Esse método também é referenciado na literatura como *Premium Profits Method* (PPM).

Já os ativos intangíveis que geram caixa para toda a empresa podem ser avaliados tanto pelos Modelos de Fluxos de Caixa Descontado quanto pela Abordagem de Mercado, ou ainda, pela Abordagem de Custo, embora Damodaran (2007) não a recomende para essa categoria de ativos intangíveis. Em relação aos Modelos de Fluxos de Caixa Descontado, um desafio adicional é a identificação dos chamados “ativos contribuintes”, pois como o fluxo de caixa é gerado para toda a empresa, faz-se necessário, então, identificar aqueles que, efetivamente, contribuem para a geração de caixa. Observa-se que o desafio de avaliar esse grupo intermediário do Grau de Intangibilidade é maior, porque as relações intangível-tangível são mais complexas. Daí a dificuldade em separar os ativos tangíveis e intangíveis que, juntos, contribuem para a geração de caixa, donde decorre o termo “ativo contribuinte”.

O *Multi-period Excess Earnings Method* (MPEEM) é o mais utilizado na avaliação de ativos intangíveis que geram fluxos de caixa em conjunto com outros ativos para toda a empresa¹⁸¹. O MPEEM¹⁸² é um modelo de atribuição no qual um fluxo de receitas e despesas está associado a um determinado grupo de ativos necessários para apoiar os ganhos associados a um ativo intangível em particular. Os ativos desse grupo que não sejam o ativo intangível objeto de avaliação são considerados ativos contribuinte. Assim, o lucro atribuível aos ativos contribuintes, sob a forma de retorno sobre esses ativos, é deduzido do fluxo de caixa gerado em conjunto, de forma que a sobra seja o excesso de lucro atribuível ao ativo intangível objeto de avaliação. Por fim, o ganho em excesso é descontado a valor presente, a fim de se obter o valor justo do ativo intangível.

Um aspecto fundamental do MPEEM é o cálculo do CAC, que tem por base o conceito de *Return on Investment* (ROI) ou Retorno sobre o Investimento. A partir da perspectiva de um investimento em ativos contribuinte, o proprietário de tais ativos exigiria um ROI adequado. Como exemplos de ativos contribuintes e suas categorias: capital de giro (caixa, recebíveis, estoques), ativos fixos/tangíveis (imóveis, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios), e ativos intangíveis (marcas, tecnologias, *softwares*, relacionamento com clientes e fornecedores, acordos de não concorrência, força de trabalho).

Outra questão fundamental na aplicação do MPEEM é que a taxa de retorno deve ser conquistada por cada categoria de ativo, incluindo ativos contribuintes. A premissa básica é que a taxa de retorno exigida deve ser proporcional ao risco relativo associado ao investimento em cada ativo particular. As taxas de retorno dos ativos contribuintes podem ser

¹⁸¹ Nesses casos costuma ser necessária a elaboração do Laudo de Alocação do Preço de Compra (*PPA-Purchase Price Allocation*), exigido, inclusive, pelo CPC 15, nos processos de fusões e aquisições.

¹⁸² Todas as premissas necessárias à aplicação do MPEEM são baseadas nos pressupostos dos participantes do mercado.

obtidas por meio do WACC, WARA ou TIR (Taxa Interna de Retorno), as quais podem ser utilizadas de forma complementar e reconciliadas.

3.5.2 Abordagem de mercado (avaliação relativa)

Os métodos da Abordagem de Mercado se baseiam na forma como ativos similares são adequadamente nele valorizados, e tem nos múltiplos indicadores, que permitem uma comparação entre ativos de mesma natureza ou semelhantes, o seu principal instrumento de avaliação. Como exemplo tem-se os múltiplos de lucros, de valor contábil, de receita, de patrimônio líquido e os setoriais. O Apêndice A do CPC 46 define a Abordagem de Mercado como uma “técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio”.

É importante destacar as diferenças filosóficas entre a avaliação por Fluxos de Caixa Descontados e a Abordagem de Mercado, já que na primeira procura-se estimar o valor intrínseco de um ativo com base na sua capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro, enquanto na segunda procura-se avaliar um ativo, a partir de quanto o mercado está pagando por um ativo idêntico ou similar. Assim, Damodaran (2007) adverte que, embora a Abordagem de Mercado seja fácil de usar e tenha caráter intuitivo, é também facilmente mal utilizada, pois necessário se faz, primeiro, identificar ativos comparáveis que sejam precificados pelo mercado, para depois escalonar os preços de mercado em relação a uma variável comum, de forma a gerar preços padronizados que possam ser comparáveis e, por fim, ajustar as possíveis diferenças entre os ativos.

Mercados menos desenvolvidos como o brasileiro oferecem um desafio adicional para a aplicação da Abordagem de Mercado tanto pela ausência de base de dados disponíveis para consulta, como pelo menor volume de transações realizadas e, também, pela menor quantidade de ativos idênticos e similares disponíveis para comparação. Assim, ao avaliar um ativo intangível, o avaliador deve estar consciente das premissas da Abordagem de Mercado, podendo considerar, dentre outras, a possibilidade de uma reconciliação dessa abordagem com os modelos de Fluxos de Caixa Descontado.

3.5.3 Abordagem de custo

Estima o valor justo de um ativo por meio da aproximação do seu custo de reposição depreciado, que inclui todos os custos necessários para a construção de um ativo semelhante, ou seja, de utilidade equivalente ao preço vigente no momento da avaliação.

Esta abordagem é baseada na premissa de que um comprador prudente não estaria disposto a pagar mais por um ativo do que o seu custo de reposição. O Apêndice A do CPC 46 define a Abordagem de Custo como uma “técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição)”. Todavia, Reilly e Schweihs (1998) advertem que custo não é igual a valor e, talvez por isso, a Abordagem de Custo seja a menos utilizada pelo mercado, embora as suas aplicações mais frequentes costumam estar relacionadas a licenças e concessões, certificações e *softwares* gerados internamente.

3.5.4 Abordagem de precificação de opções

Como foi observado na seção 3.4.2.2, os ativos intangíveis mais difíceis de avaliar são aqueles que não produzem fluxos de caixa imediato, mas tem potencial para produzi-los no futuro. Damodaran (2007) alerta que embora esses ativos intangíveis sejam muito difíceis de serem avaliados pelos Modelos de Fluxos de Caixa Descontado e impossíveis de serem avaliados pela Abordagem de Mercado, eles possuem “efetivamente” características de opções e, assim, podem ser mais bem avaliados pelos modelos de precificação de opções, que incluem os sofisticados modelos de Equações Diferenciais Parciais de Black e Scholes (1973), o Modelo Binomial de Cox, Ross e Rubinstein (1979) e a Simulação de Monte Carlo.

3.6 Posicionamento teórico

A partir do conteúdo apresentado e discutido neste capítulo, necessário se torna o posicionamento deste autor diante dos aspectos teóricos da Contabilidade, uma vez que, se por um lado, não se pode afirmar que existe uma Teoria da Contabilidade, consolidada e amplamente aceita, que seja abrangente o suficiente para abrigar todas as questões necessárias ao conhecimento contábil, por outro lado, muito esforço já foi realizado nesse sentido, sendo os resultados obtidos de forma alguma irrelevantes, nem os produzidos pela pesquisa normativa nem os produzidos pela pesquisa positiva em Contabilidade. Desta forma,

consolida-se a seguir o posicionamento teórico deste autor, que ora deve ser integrado ao seu posicionamento filosófico, discutido na seção 2.9.

O primeiro ponto a ser esclarecido quanto ao posicionamento teórico diz respeito à caracterização do paradigma contábil, uma vez que, ao longo desta pesquisa, argumentou-se que os ativos intangíveis são a principal anomalia causadora da crise de representação contábil materializada no século XX, e como tal, há que combatê-la, se se desejar ver restabelecido o poder explicativo das demonstrações contábeis. Argumentou-se, ainda, que a solução deste problema não constitui um quebra-cabeça a ser resolvido pela ciência normal, dado que, diante da crise, resta comprovada a incapacidade do paradigma atual em resolvê-la. Assim, ante o desafio da ciência extraordinária, é preciso, a exemplo de Chambers (1955, 1966) e Edwards e Bell (1961), pensar fora e além do paradigma vigente, embora, atualmente, o paradigma da prática profissional já seja multiparadigmático, como demonstrado na seção 3.3.

Neste sentido, necessário se faz o reconhecimento dos dois estágios da crise da ciência normal da Contabilidade: (i) o estágio motivado pelas anomalias surgidas ao longo do século XIX, em relação às quais, embora não se tenha chegado a uma síntese teórica que levasse à substituição do paradigma do custo histórico, encontrou-se na prática profissional uma solução multiparadigmática que demonstrou bastante eficácia, a saber, o sistema misto de mensuração; (ii) o estágio motivado pela crise que se materializa ao longo do século XX com o surgimento de uma nova anomalia, o não reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis, que o sistema multiparadigmático de mensuração não conseguiu ainda resolver.

Tal crise provoca uma reflexão que, naturalmente, conduz à pergunta: se o sistema misto de mensuração mostrou-se eficaz em combater as limitações do paradigma do custo histórico, por que o poder explicativo das demonstrações contábeis sofreu drástica redução a partir dos anos 1980? A resposta parece óbvia: ainda há algo presente no paradigma do custo histórico que não pôde ser resolvido por meio de um sistema multiparadigmático de mensuração. A resposta imediata parece simples e intuitiva, mas o seu desdobramento pode ser complexo, por ser possível de elucidação somente a partir das bases filosóficas da Ciência Contábil.

Ao longo da revisão da literatura, um aspecto mostrou-se recorrente em diversos pontos da análise ora empreendida, qual seja: a objetividade como garantia ou atributo fundamental da confiabilidade, como por exemplo, a conclusão de Ijiri (1967) de que a avaliação pelos custos históricos sempre conduzirá a valores mais objetivos e confiáveis. Tal aspecto mostrou-se tão forte e evidente que, em algumas passagens desta tese, foi denominado

“paradigma” por este autor, embora, isolado, não pareça atender às exigências de um paradigma, em conformidade com Kuhn (2011 [1962]). Por isso é tratado, neste estudo, como um aspecto do paradigma do custo histórico, conforme exemplificado por citação de Ijiri (1967), também presente em Sanders *et al.* (1938), Gilman (1939), Paton e Littleton (1940) e Sprouse e Moonitz (1962).

Afirmou-se que o seu desdobramento pode ser complexo, porque apesar da sua face teórica e prática parecer elucidada a partir do paradigma do custo histórico, a sua face filosófica exige um esforço para identificar a sua origem primeira, e é isso que justifica o conteúdo do Capítulo 2 desta tese, haja vista essa origem repousar sobre o empirismo baconiano e sobre o conceito da ciência moderna, mais tarde incorporado ao positivismo que, por sua vez, somente a partir dos anos 1980 foi incorporado à Ciência Contábil pela Pesquisa Positiva em Contabilidade. Entendida a sua origem, a complexidade se desfaz, mas para isso, exige-se o reconhecimento de que o critério objetividade/neutralidade/verificabilidade = confiabilidade é algo implícito às premissas filosóficas que se tornaram hegemônicas na Ciência Contábil, a partir dos anos 1980.

Observa-se tratar-se, então, de uma dupla origem, a saber: uma filosófica (ciência) e outra profissional (*práxis*), portanto, impregnada em todas as instâncias da Contabilidade. Isso explica, em parte, porque o sistema multiparadigmático de mensuração não foi suficiente para combater a anomalia introduzida pelos ativos intangíveis ao longo do século XX, já que a sua aplicação continua restringida pelos critérios de reconhecimento e mensuração presentes nas normas contábeis, que não foram devidamente debatidas no âmbito teórico, a partir dos anos 1980, dado ao desvio de interesse da Pesquisa Positiva em Contabilidade, que se concentrou mais no teste de paradigmas importados de economia e finanças do que nas questões fundamentais da Contabilidade. Advém daí a estagnação teórica observada após a “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade¹⁸³. Importante notar, que apesar da Estrutura Conceitual (CPC 00 [R1]) ter ampliado o seu escopo, tendo na “relevância” e na “representação fidedigna”¹⁸⁴ as suas características qualitativas fundamentais, a objetividade encontra-se intrinsecamente subentendida no critério de reconhecimento dos ativos em geral, e dos ativos intangíveis em particular, conforme discutido na seção 3.4.2.1.

Embora não declarado, o tripé objetividade/neutralidade/verificabilidade = confiabilidade continua presente nas normas contábeis, gerando o que se nomeou, neste estudo, de excesso de conservadorismo, outra característica qualitativa eliminada da estrutura

¹⁸³ Se necessário, reveja as seções 3.2.2 e 3.3.

¹⁸⁴ A característica “confiabilidade” foi redenominada de “representação fidedigna”.

conceitual, por ser “inconsistente com a neutralidade”, conforme atesta o CPC 00 (R1), mas que também continua presente nos critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis, dado que estes não podem ser reconhecidos quando não adquiridos, em razão da incerteza quanto aos seus resultados futuros, restando “não confiável” a sua mensuração. Fato curioso, pois quando os ativos intangíveis são adquiridos, esses mesmos modelos de avaliação são considerados suficientemente confiáveis.

A questão a enfrentar é que subjetividade e discricionariedade são condições *sine qua non* para o restabelecimento do poder explicativo das demonstrações contábeis, conforme visto nas seções 2.9, 3.2.3 e 3.2.4. Assim, cabe perguntar: qual a relevância de uma informação menos sujeita à subjetividade, se nada ou muito pouco informa sobre os fluxos de caixa atuais e futuros, e se pouco se presta à tomada de decisão? Não restariam desatendidas as duas características qualitativas fundamentais da estrutura conceitual das normas contábeis, a relevância e a representação fidedigna? As evidências empíricas apresentadas nas seções 1.1, 3.2.3 e 3.2.4 sugerem que a resposta da primeira questão é “nenhuma” e que a resposta da segunda questão é “sim”.

Tal inferência remete ao segundo ponto do posicionamento teórico deste autor: a Contabilidade parece se cristalizar como uma ciência multiparadigmática. A história da Contabilidade contada ao longo deste capítulo corrobora esta afirmação, bem como o conteúdo apresentado na seção 2.8. Esta conclusão possui duas implicações. Primeiro, a afirmação de que Contabilidade é uma ciência, contrariando a visão positivista, feita na seção 3.3, quando destacou-se que, considerando a visão kuhniana: “onde reina um paradigma científico, tem-se então uma ciência”, o paradigma é a própria cientificidade, como explicado na seção 2.6. Segundo, a negação da visão de paradigma de Kuhn (2011 [1962]), de que um único paradigma deve se sagrar vencedor do duelo de paradigmas e se constituir como hegemônico, a ponto de sozinho conduzir toda a ciência normal. Todavia, Kuhn (2011 [1962]) chega a essa conclusão a partir do estudo histórico da Física, da Química e da Biologia, ou seja, das Ciências Exatas e da Natureza, enquanto a Ciência Contábil é uma Ciência Social, que também tem se mostrado multiparadigmática, conforme defendido na seção 2.7. Riahi-Belkaoui (2004) também chega à conclusão de que a Contabilidade é uma ciência multiparadigmática, todavia, ao contrário do defendido nesta tese, procurando evitar o problema da subjetividade e da discricionariedade.

Há pelo menos duas consequências diretas do posicionamento teórico aqui defendido, uma no âmbito da ciência e outra no âmbito da prática profissional.

- 1 Na ciência, deveria provocar uma reflexão sobre as suas bases filosóficas, especialmente sobre a “barreira” que separa a Pesquisa Normativa da Pesquisa Positiva em Contabilidade, impedindo que o *ou-isto-ou-aquilo* dê lugar ao *tanto-isto-quanto-aquilo*. Ou seja, reconhecer que a fonte e o fundamento do conhecimento humano são tanto a razão quanto a experiência. Logo, reconhecendo necessárias tanto a prescrição de como a prática profissional deve ser conduzida quanto a descrição de seu perfil, e a partir de ambos os achados, edificar uma Teoria da Contabilidade que disponha da amplitude e do fundamento necessários, o que deverá conduzir, enfim, a um maior alinhamento da teoria (ciência) com a prática profissional (*práxis*), sem que necessariamente uma se sobreponha à outra. Assim, restariam integradas a Pesquisa Normativa e a Pesquisa Positiva em Contabilidade, o que, em última análise, significa a comensurabilidade entre o paradigma racionalista e o paradigma empirista.
- 2 Na prática profissional, além do seu maior alinhamento com a teoria, restaria aberto o caminho para a redução do conservadorismo ainda presente nas normas contábeis, de forma que o seu excesso fosse eliminado, permitindo enfim o reconhecimento e a mensuração, nas demonstrações contábeis, de uma parcela maior de ativos intangíveis, mas não de todo e qualquer ativo intangível. Nesse sentido, o grau de intangibilidade apresentado na seção 3.4.2.2 pode auxiliar a análise para determinar quais ativos intangíveis poderiam ser reconhecidos e mensurados e como fazê-lo.

Aberto o caminho, derrubadas as barreiras, o terceiro ponto do posicionamento teórico defendido nesta tese pode ser sustentado. Dado o tratamento contábil dos ativos intangíveis, como visto na seção 3.4.2.1, que tem por fundamento o tratamento contábil dos ativos tangíveis, e dada a diferença das suas naturezas, argumenta-se que o seu tratamento contábil não deve ser o mesmo, a fim de evitar tratar igual aqueles que são diferentes. A propósito, não é a primeira vez que tratar igual os que são diferentes gera anomalias no processo contábil. No século XIX, as primeiras anomalias surgiram porque itens diferentes de ativo recebiam o mesmo tratamento contábil, ou seja, todos eram avaliados por seus “custos históricos”, embora recebessem influências diferentes dos efeitos inflacionários e das alterações nos níveis de preços, de acordo com as suas naturezas. Por exemplo, os estoques recebem uma influência

inflacionária diferente de uma aplicação financeira, isto porque enquanto o primeiro tem natureza não monetária, o segundo tem natureza monetária.

Com o tempo, tal anomalia desencadeou as reações observadas ao longo dos anos 1960 e 1970, que culminou nas propostas inovadoras, por exemplo, do “valor realizável líquido” de Chambers (1955, 1966) e do “custo corrente” de Edwards e Bell (1961). Contudo, de início, essas propostas não tiveram o sucesso esperado, porque em razão da incomensurabilidade dos paradigmas, também trataram iguais os diferentes, na medida em que, para Chambers (1955, 1966), os ativos deveriam ser avaliados pelos seus valores realizáveis líquidos, enquanto para Edwards e Bell (1961), os ativos deveriam ser avaliados pelos seus custos correntes. Foi novamente com o passar do tempo, o que foi observado primeiro por aqueles que não estavam “contaminados” pela incomensurabilidade, que se reconheceu que os diferentes deveriam receber tratamento contábil diferente, o que acabou por conduzir ao modelo misto (multiparadigmático) de avaliação de ativos, hoje presente nas práticas contábeis.

Dada a natureza econômica do capitalismo do século XIX, da Velha Economia da Era Industrial fortemente pautada nos ativos tangíveis, quando a Revolução Industrial estava em curso, ainda não havia surgido a anomalia associada aos ativos intangíveis que, à época, não tinham representatividade. Logo, tais anomalias passaram despercebidas. No século XX, com a Revolução Digital, quando a natureza econômica do capitalismo se transforma na Nova Economia trazida a reboque da Era da Informação¹⁸⁵, o tratamento igual dos diferentes, novamente apresenta as suas consequências, isto porque o tratamento contábil dos ativos intangíveis, ao contrário do que atestaram Hendriksen e Van Breda (1999)¹⁸⁶ e pensaram muitos outros, não deve ser o mesmo dos ativos tangíveis dada as particularidades de suas naturezas distintas.

Nesta perspectiva, além de conter menos restrições ao seu reconhecimento e mensuração, o tratamento contábil dos ativos intangíveis deve observar, ainda, as naturezas diferentes dos próprios ativos intangíveis que, dado ao fluxo intangível gerado pela relação intangível-tangível, apresentam diferentes graus de intangibilidade. Assim, de acordo com o seu grau de intangibilidade seriam identificados os modelos e técnicas de avaliação mais aderentes às particularidades de cada grupo de intangíveis, respeitando, assim, as suas diferenças.

¹⁸⁵ Essa discussão foi introduzida na seção 1.1 e aprofundada nas seções 3.2.1 e 3.3.

¹⁸⁶ Veja citação na seção 3.4.2.1.

3.7 Considerações finais

Este capítulo mostrou-se relevante por três aspectos: (i) apresentar a base teórica desta tese e integrá-la às suas bases filosóficas apresentadas no Capítulo 2; (ii) ter identificado o paradigma científico e o paradigma profissional da Contabilidade; e (iii) mostrado alguns dos passos a serem dados na direção da ciência extraordinária, necessária para se fazer frente à crise que, instaurada nos anos 1960, arrasta-se aos dias atuais. O capítulo seguinte apresenta a metodologia de pesquisa adotada nesta tese, integrando-a às bases filosóficas e teóricas que, conjuntamente, permitiram a coleta e análise dos dados apresentados no Capítulo 5 e a proposição de perspectiva teórica discutida no Capítulo 6.

4 METODOLOGIA

*Depois que cansei de procurar aprendi a encontrar.
Depois que um vento me opôs resistência, velejo com
todos os ventos.*

NIETZSCHE

4.1 Introdução

Diante das bases filosóficas (ontológicas e epistemológicas) e teóricas do tema em estudo, torna-se necessário optar por uma metodologia que estabeleça as estratégias da pesquisa de campo. Neste sentido, este capítulo apresenta o embasamento metodológico que integra as bases filosóficas e teóricas deste estudo às análises e conclusões apresentadas nos capítulos seguintes.

4.2 Estratégia de pesquisa

A perspectiva filosófica da mediação entre paradigmas defendida ao longo desta tese sugere uma abordagem multiparadigmática também quanto à estratégia de pesquisa. Assim, como observou Nietzsche na epígrafe desse capítulo, não se deve ceder aos primeiros obstáculos e desafios apresentados, mesmo que estabelecidos por um paradigma científico que pretenda impor um cânone a ser seguido sem reflexão e posicionamento crítico. Daí a necessidade de se conhecer profundamente as alternativas paradigmáticas disponíveis para, diante de seus pressupostos e limitações, buscar-se um posicionamento consciente.

Não se trata apenas de uma abordagem de métodos mistos, em que se alternam metodologias qualitativas (quali) e quantitativas (quanti), de forma que um único paradigma oriente a análise e as conclusões da pesquisa (TASHAKKORI; TEDDLIE, 1998; DENZIN; LINCOLN, 2006; CRESWELL, 2007). Ao contrário, o que se pretende, nesta tese, é a mediação entre os paradigmas desde os níveis ontológico e epistemológico, passando pelo nível teórico, chegando ao nível metodológico, como visto na seção 2.4 (FIG. 3), pois como observou Crotty (1998), diferentes visões de mundo sugerem diferentes maneiras de pesquisá-lo. Assim, como se advoga que o paradigma vigente que tem determinado o curso da ciência normal da Contabilidade encontra-se em crise, não parece adequado partir das premissas que o próprio paradigma estabelece.

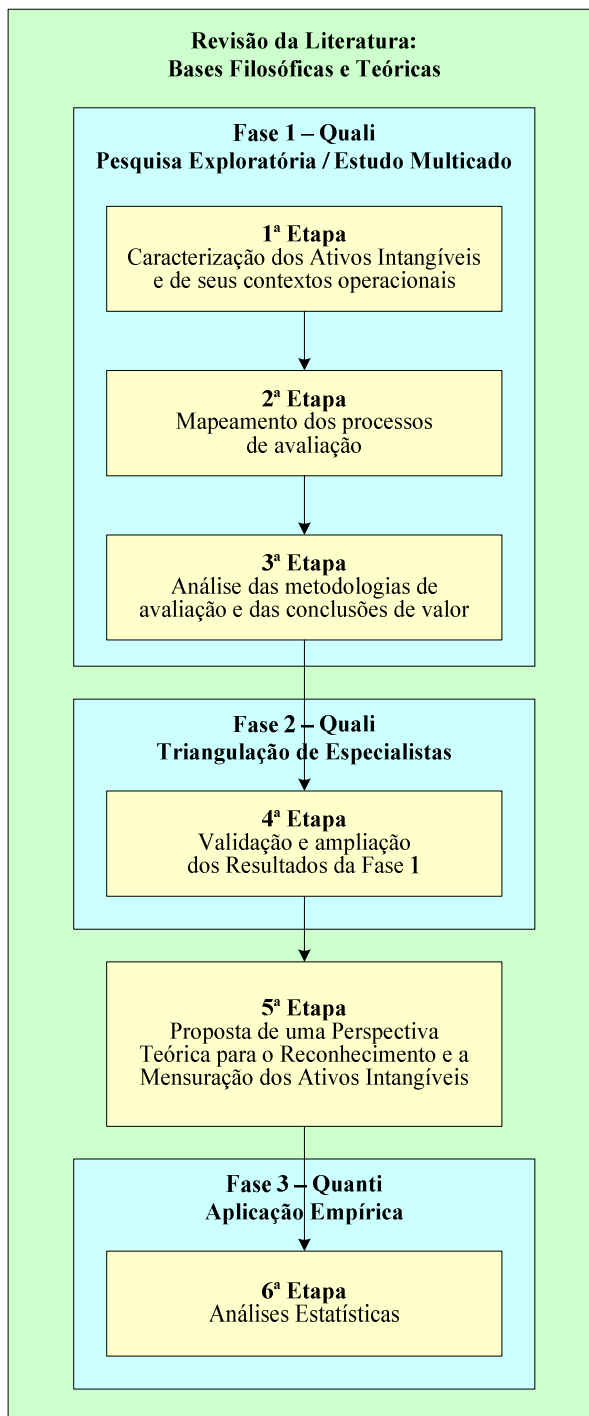


FIGURA 16 – Organização da pesquisa de campo
Fonte: Original desta pesquisa.

Desta forma, a Fase 1 da pesquisa de campo consistiu de uma pesquisa exploratória, fortemente recomendada quando o campo a ser investigado é novo o suficiente para não permitir uma definição clara das variáveis mais importantes, das prioridades a serem estabelecidas e dos conceitos que devem embasar a condução da pesquisa (COOPER;

SCHINDLER, 2003). O instrumento de pesquisa adotado foi o “estudo multicaso”, pois como argumenta Yin (1984), o estudo de caso é uma estratégia adequada de pesquisa, quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, o que parece adequado a este estudo, na medida em que se buscou caracterizar e descrever o processo de avaliação dos ativos intangíveis. A Fase 1, portanto, tem natureza qualitativa.

De forma a validar e ampliar os resultados da Fase 1, a Fase 2 consistiu de uma pesquisa descritiva realizada por meio de uma “triangulação de especialistas”, na qual profissionais de formação distinta (pesquisadores e avaliadores) foram consultados. Assim, a Fase 2 também tem natureza qualitativa. A partir dos resultados das fases 1 e 2 e da revisão da literatura, que contempla as bases filosóficas e teóricas desta tese, uma perspectiva teórica para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis foi identificada e apresentada no Capítulo 6.

Diante da ausência de dados para o teste empírico efetivo da perspectiva teórica proposta, a Fase 3 limitou-se a uma aplicação empírica por meio da realização de análises estatísticas a partir dos dados obtidos no estudo multicaso. Assim, a Fase 3 tem natureza quantitativa. A Figura 16 ilustra o processo da pesquisa de campo, relacionando-o tanto à perspectiva teórica proposta quanto às suas bases filosóficas e teóricas. A seguir são detalhados os instrumentos de coleta e análise de dados das três estratégias metodológicas adotadas: estudo multicaso, triangulação de especialistas e análises estatísticas.

4.3 Estudo multicaso

O estudo de caso pode ser classificado em único ou múltiplo (multicaso) e para cada situação o projeto pode ser holístico ou integrado. Quando o mesmo estudo aborda mais de um caso, em geral, esta abordagem múltipla tende a apresentar resultados mais robustos, pelo simples fato de permitir que uma mesma teoria seja testada mais vezes (YIN, 2010).

O estudo de caso é considerado interpretativo, quando busca encontrar padrões nos dados e desenvolver categorias conceituais que permitam confirmar ou negar suposições teóricas. E constitui-se avaliativo, quando a preocupação é avaliar a efetividade de um programa (ou modelo) de forma cuidadosa e sistemática (Silva, Godoy, & Andion, 2010).

Benbasat *et al.* (1987) apresentam o estudo de caso como uma metodologia particularmente apropriada para determinados tipos de problema, como aqueles em que pesquisa e teoria estão em estágio inicial de formação ou aqueles baseados na prática, quando a experiência dos atores é importante e o contexto da ação é crítico, o que se demonstra

alinhado ao contexto desta pesquisa dos ativos intangíveis, haja vista a ausência de um marco teórico definido e a presença dos desafios ofertados pela sua avaliação.

4.3.1 Unidade de análise

Segundo Yin (2010), o *caso* ou a *unidade de análise* deve ser algum fenômeno da vida real e não uma abstração. Ainda conforme o autor, existem várias técnicas analíticas que permitem a vinculação dos dados às proposições, sendo as mais comumente usadas a combinação de padrão, a construção de explanação, a análise de séries temporais, os modelos lógicos e a síntese de casos cruzados.

Assim, como a unidade de análise está relacionada às perguntas (ou questões) de pesquisa (YIN, 1984), tem-se que somente após seu estudo detalhado e cuidadoso é que pode ser definida de maneira adequada. Assim sendo, após a análise do problema e das questões de pesquisa, bem como dos seus objetivos, ficou evidente que a unidade de análise deste estudo multicaso é o processo de avaliação dos ativos intangíveis. Neste sentido, as empresas forneceram apenas o ambiente de negócios e o ambiente contábil no qual os ativos intangíveis avaliados estavam inseridos, bem como as suas funções, características e relacionamentos.

4.3.2 Definição e seleção dos casos

O estudo multicaso é recomendável quando o pesquisador busca aumentar o poder de generalização, por permitir maior abrangência e cobertura das questões de pesquisa, de modo a assegurar a obtenção de informações necessárias para as conclusões (YIN, 1984). Não se trata de uma generalização estatística, em que a partir de certa amostra (quando definida corretamente) generalizam-se os resultados para um universo maior. Assim, o autor adverte que “essa analogia com amostras e universos é incorreta ao lidar com estudos de casos. Isso porque a pesquisa *survey* lida com generalização estatística, enquanto os estudos de caso (como os experimentos) lidam com generalização analítica”¹⁸⁷ (YIN, 1984, p. 39). Ou seja, o pesquisador está se esforçando para generalizar um conjunto particular de resultados, em conformidade com alguma teoria mais ampla, e não em dizer que a partir de uma amostra todo universo se comportará da mesma forma.

¹⁸⁷ “This analogy to samples and universes is incorrect when dealing with case studies. This is because survey research relies on statistical generalization, whereas case studies (as with experiments) rely on analytical generalization.”

Todavia, Yin (1984) adverte que a generalização não é automática. É necessário que sejam realizadas réplicas, diz o autor, ou seja, casos múltiplos, de forma a permitir que seus resultados tenham maior poder de generalização analítica, e acrescenta que casos com resultados semelhantes são considerados replicações literais, enquanto os casos com resultados contraditórios são considerados replicações teóricas. Neste sentido, e na expectativa de se obter maior poder de generalização, realizou-se um estudo multicaso constituído de oito casos de avaliação de ativos intangíveis.

Em princípio, seriam estudados quatro casos de avaliação de ativos intangíveis, mas diante da ausência de dados para o teste empírico da perspectiva teórica proposta (a seção 4.5 trata desse ponto), optou-se por dobrar a quantidade de casos, na tentativa de se obter uma base de dados mais robusta para a sua sustentação empírica. Observa-se que, neste estudo, tentou-se conciliar a abordagem normativa com a abordagem positiva da Contabilidade, pois tanto a razão quanto a experiência baseiam a perspectiva teórica em pauta. A razão fundamentou a análise crítica das bases filosóficas e teóricas (apresentadas no Capítulo 2 e no Capítulo 3), e a experiência fundamentou a análise crítica via estudo multicaso e triangulação de especialistas, ambas apresentadas no Capítulo 5.

4.3.3 Dados: tipos, coleta e análise

Segundo Triviños (1987, p. 137), “o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques”. Assim, “ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num determinado instante deixa de ser tal para tornar-se Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações”. Nesse processo interativo, pode-se destacar os tipos de dados que foram utilizados, bem como as técnicas de coleta e análise dos mesmos.

4.3.3.1 Tipos de dados

Marconi & Lakatos (1999) apresentam a *pesquisa documental* como sendo de dados/fontes primários e a pesquisa bibliográfica como sendo de dados/fontes secundários. A pesquisa documental caracteriza-se pela busca restrita de dados em documentos, escritos ou registrados em palavras e imagens, enquanto a pesquisa bibliográfica é constituída da busca e seleção de publicações impressas e eletrônicas publicizadas. Gil (1999, p. 66) acrescenta que

a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, e que a pesquisa bibliográfica “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”.

Assim, pode-se concluir que os dados primários são aqueles colhidos diretamente na sua origem (fonte), talvez pela primeira vez, podendo ser obtidos de diversas formas, como por meio de observações, anotações de campo, entrevistas e pesquisa restrita a documentos escritos. Sendo assim, os dados primários da presente tese foram obtidos por meio da pesquisa de campo¹⁸⁸ ilustrada na Figura 16. A obtenção dos dados secundários esteve pautada nas publicações bibliográficas e eletrônicas disponíveis sobre o tema pesquisado, constituída de livros, teses, dissertações e artigos, dentre outros meios, apresentados no Capítulos 2 e Capítulo 3.

4.3.3.2 Coleta de dados

“A coleta de dados não é um processo acumulativo e linear, cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos” (Chizzotti, 1998, p. 89). O que o autor destaca, a exemplo de Triviños (1987), é que em pesquisas qualitativas a interação do pesquisador com o meio em estudo é fundamental para a obtenção dos resultados esperados. Neste sentido, as técnicas de coleta de dados devem favorecer o processo de interação do pesquisador e das próprias etapas da pesquisa, permitindo, assim, melhor cobertura das questões de pesquisa.

De certa forma, parece haver um consenso entre os autores quanto à adequação de determinadas técnicas ao processo de pesquisa qualitativa, dentre elas, a entrevista semiestruturada, a observação participante e não participante e a observação sistemática (TRIVIÑOS, 1987; CHIZZOTTI, 1998; GIL, 1999; MARCONI e LAKATOS, 1999), havendo apenas alguma divergência quanto à nomenclatura, mas não quanto ao conceito. Nesta perspectiva, e no sentido de se obter maior rigor científico, valeu-se, neste estudo, de várias técnicas de coleta de dados, com objetivos específicos e complementares, de maneira a permitir a cobertura, o mais abrangente possível, dos objetivos e das questões de pesquisa, bem como de sua reformulação, quando necessário, e de seu aprimoramento.

¹⁸⁸ Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 85), a pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

Triviños (1987, p. 137) alerta que, “verdadeiramente, os questionários, entrevistas etc. são meios ‘neutros’ que adquirem vida definida, quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria”. Assim sendo, os instrumentos de coleta de dados nada adiantam ou pouco contribuem para a pesquisa, quando não suportados adequadamente por uma teoria. “Observar, naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.)” (TRIVIÑOS, 1987, p. 153). Marconi e Lakatos (1999, p. 89) afirmam que a “observação direta e intensiva é realizada por meio de duas técnicas: a observação e a entrevista”, acrescentando que a observação “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

Na pesquisa qualitativa, um dos instrumentos de coleta de dados mais utilizados, considerados por alguns como ponto de partida da investigação social (Marconi & Lakatos, 1999, p. 90), é a observação do fenômeno no seu ambiente natural, onde o pesquisador, por meio de anotações de campo e de outras técnicas de coleta de dados, busca a essência dos fenômenos.

Segundo Selltiz (1965), a observação torna-se científica na medida em que: (i) convém a um formulado plano de pesquisa; (ii) é planejada sistematicamente; (iii) é registrada metodicamente e está relacionada a proposições mais gerais, em vez de ser apresentada como uma série de curiosidades interessantes; e (iv) está sujeita a verificações e controles sobre a validade e segurança.

Assim, podem surgir alguns tipos de observações diferenciadas, mas sempre mantendo sua característica básica. Dentre aquelas que foram utilizadas nesta tese, estão a observação assistemática (ou livre), a observação sistemática (ou estruturada) e a observação não participante. A *observação assistemática*, ou livre, é usualmente empregada nas pesquisas qualitativas, satisfazendo as suas principais necessidades (TRIVIÑOS, 1987), e é também a mais utilizada em estudos de caráter exploratório (MARCONI e LAKATOS, 1999). Rudio (1979 *apud* Marconi e Lakatos, 1999, p. 91) afirma que a observação livre se caracteriza pelo fato de “o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los”. Triviños (1987) acrescenta que pelo menos dois aspectos metodológicos importantes devem estar presentes na observação livre: a amostragem de tempo e as anotações de campo.

Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 92), a *observação sistemática* “realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não

devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e objetivos da investigação podem ser muito diferentes”. E acrescentam, atestando que o observador “sabe o que procura e o que carece de importância”, devendo ser “objetivo”, capaz de “reconhecer erros” e “eliminar a sua influência sobre o que vê ou recolhe”. “Na *observação não participante*, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 92). Os autores complementam que, embora o papel do pesquisador seja de espectador, isto não significa que a observação não deva ser consciente, dirigida e ordenada para um fim específico, ou seja, que ela tem caráter sistemático.

A *entrevista semiestruturada* é definida por Triviños (1987, p. 146) como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. O autor acrescenta, ainda, que a entrevista semiestruturada, “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. O Quadro 8 apresenta o roteiro das entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados foram determinados de maneira intencional, na medida em que só foram entrevistados os membros das equipes que participaram dos processos de avaliação.

QUADRO 8
Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Nº	Descrição	Observações
1	Descreva a empresa cujo ativo intangível foi avaliado	
2	Como é o seu ambiente de negócios?	
3	Como é o seu ambiente contábil?	
4	Qual ativo intangível foi objeto de avaliação?	
5	Quais as principais características do ativo intangível avaliado?	
6	Qual o propósito (finalidade) da avaliação?	Transações comerciais (Fusão, Cisão,...); Tributos; Relatórios financeiros; Litígio; Transações entre acionistas; Obrigação legal.
7	Quais foram as limitações da avaliação?	
8	Quais métodos e abordagens de avaliação foram utilizados?	
9	O que motivou a escolha/utilização desses métodos e abordagens?	
10	Na sua percepção quais as vantagens e desvantagens?	
11	Descreva passo a passo o processo de avaliação.	Elaborar esquema.
12	Quais foram os padrões de valor utilizados?	Valor Justo de Mercado; Valor de Mercado; Valor Justo; Valor Patrimonial/Livros; Valor de Investimento (Valor Sinérgico); Valor Intrínseco.
13	Quais foram as premissas de valor utilizadas?	<i>Going Concern</i> (continuidade do negócio); Valor de liquidação.
14	Quais foram os direcionadores de valor utilizados?	
15	O que fundamentou a sua escolha/utilização?	
16	Quais as informações utilizadas para identificar o "risco" no processo de avaliação?	
17	Quais técnicas foram utilizadas para mensurá-lo?	
18	Como a mensuração do "risco" influenciou a avaliação do intangível?	
19	Que outras fontes de informação foram utilizadas durante o processo de avaliação?	
20	A contabilidade foi uma fonte importante de informação? Justifique.	
21	A sua formação e experiência exercem influência no processo de avaliação? Se sim, por favor, descreva como elas influenciam.	
22	Quais as principais decisões que você tomou durante o processo de avaliação?	Taxas, métodos, períodos, arredondamentos...
23	Na sua percepção, quais métodos são mais utilizados para a avaliação de ativos intangíveis?	Procurar colocá-los em ordem decrescente de utilização.
24	Qual a sua percepção/opinião sobre a conclusão de valor obtido na avaliação?	Consistente, grande margem de erro, confiável...

Fonte: Original desta pesquisa.

Os *protocolos verbais* consistem em pedir aos entrevistados que verbalizem seus pensamentos tais como ocorrem no momento em que executam uma ação. Esses devem ser utilizados imediatamente, de maneira a permitir que determinados aspectos não contemplados nas entrevistas possam, então, ser evidenciados (SOUZA, 1995; EASTERBY-SMITH *et al.*, 1999).

A *pesquisa documental*, já definida anteriormente, está pautada, também, na busca de informações em documentos internos das empresas objeto de estudo, como estatutos, atas, organogramas, fluxogramas, manuais de funções e procedimentos internos, manuais de sistemas e relatórios gerenciais e financeiros gerados pelos sistemas.

Bogdan (1982) e Triviños (1987, p. 154), ressaltam que as *anotações de campo* “consistem fundamentalmente na descrição por escrito de todas as manifestações (verbais, ações, atitudes etc.) que o pesquisador observa no sujeito; as circunstâncias físicas que se considerem necessárias e que rodeiam a este etc”. Acrescentam, ainda, que “as reflexões” do investigador que surgirem no processo de observação dos fenômenos devem ser registradas, e que estas “podem representar as primeiras buscas espontâneas de significados, as primeiras expressões de explicações”.

Assim, foram apresentadas e definidas as técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa de campo. A sua interação e a oportunidade de sua aplicação são apresentadas na seção 4.3.4. Múltiplas fontes de coleta de dados foram utilizadas, pois como destaca Yin (1984), essa é uma das características do estudo de caso que não deve ser confundida com os casos em estudo, por contemplarem, tais casos, aspectos bastante restritivos em termos de pesquisa e análise.

4.3.3.3 Análise dos dados

A consciência da importância e das dificuldades que poderiam circundar esta etapa da pesquisa, levou à utilização de mais de uma técnica de análise de dados, com o objetivo de garantir, o máximo possível, a qualidade e a objetividade dos resultados. Neste sentido, Yin (1984, p. 38) recomenda alguns cuidados quando da análise dos dados: (i) mostrar que a análise está baseada em todas as evidências relevantes; (ii) incluir todas as fortes interpretações rivais na análise; e (iii) destacar o aspecto mais significativo do estudo.

Nesta perspectiva, utilizou-se o método de análise de conteúdo e as técnicas de triangulação de dados. Triviños (1987, p. 158) apresenta o método de *análise de conteúdo* como sendo aquele aplicado tanto às pesquisas quantitativas como às pesquisas qualitativas.

Segundo Bardin (1977), o método é definido como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Triviños (1987, p. 158) apresenta o que chama de peculiaridades essenciais do método de análise de conteúdo. Na primeira, o método é apresentado como um meio para estudar as “comunicações” entre os homens, em que se dá ênfase ao conteúdo das “mensagens”. Na segunda, a informação surge sempre da “apreciação objetiva da mensagem”, ou seja, das “inferências”. Na terceira e última peculiaridade, o método é constituído de “um conjunto de técnicas” (classificação de conceitos, codificação, categorização) que de nada adiantarão se não forem “iluminadas” por uma teoria, sobre a qual o pesquisador deve ter pleno domínio.

Segundo Bardin (1977, p. 95), existem três etapas básicas no trabalho com a análise de conteúdo: “(i) a pré-análise; (ii) a exploração do material; e (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. A Figura 17 apresenta as etapas da análise de conteúdo, permitindo uma visão sistêmica e integrada do método, destacando ainda a inter-relação de suas etapas.

A pré-análise, primeira etapa do método, é simplesmente a organização do material. Mas, como o destaca Bardin (1977 p. 96), ela possui três missões principais, que não têm ordem ou sequência definida ou obrigatória: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final”. No cumprimento dessas missões, sugere-se que se comece por uma leitura livre, despreocupada, leitura flutuante – como chama o autor –, apenas para que se tenha um primeiro contato e se conheça o material. Porém, adverte: “deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 1977, p. 96).

Na segunda etapa – exploração do material – que tem início na etapa de pré-análise, os documentos que constituem o *corpus* da pesquisa serão submetidos a um estudo profundo, orientado, em princípio, pelos referenciais teóricos e hipóteses, quando for o caso. Procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização são indispensáveis nesta instância do estudo. Essa etapa não se restringe à busca de um plano geral e paralelo de opiniões, razão pela qual deve avançar na busca de sínteses coincidentes e divergentes de ideias, conceitos, opiniões ou, até mesmo, concepções “neutras”, ou seja, que não estejam

especificamente unidas a alguma teoria. De toda esta análise devem surgir quadros de referências.

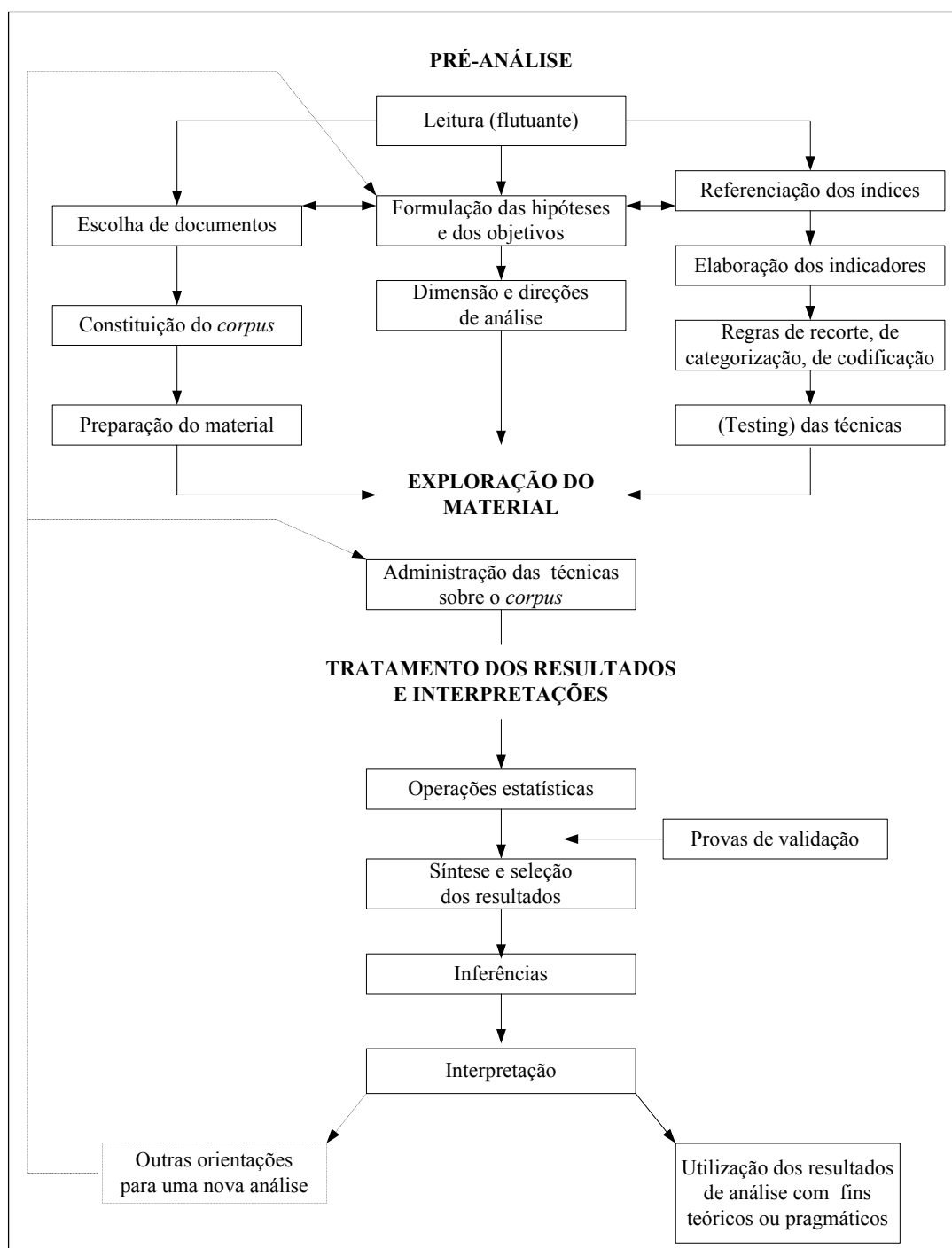


FIGURA 17 – Processo da análise de conteúdo
Fonte: Adaptado de BARDIN, 1977, p. 102.

Na última etapa – tratamento dos resultados, inferência e interpretação –, que deve ser apoiada nas etapas anteriores, a análise atinge sua maior intensidade. Em outras palavras, é

nesta etapa que se consolidam as conclusões, a partir da inferência e da interpretação dos dados. A reflexão e a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, “iluminados” pela teoria, devem começar a estabelecer relacionamentos, correlações ou antagonismos que, a partir da interação dos materiais, permitirão ao pesquisador a análise de seu conteúdo manifesto, que significa aquele conteúdo explícito, claro e aparente que pode ser identificado pela leitura simples dos dados.

Assim, procurou-se, por meio do método de análise de conteúdo, fazer inferências, tirar conclusões e buscar os relacionamentos e as características do fenômeno em estudo, qual seja: o processo de avaliação dos ativos intangíveis. Não obstante, utilizou-se, ainda, a técnica da *triangulação de dados*, na busca de relacionamentos e convergências das múltiplas fontes de dados. Segundo Triviños (1987, p. 138), a técnica de triangulação de dados tem por objetivo básico “abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”.

4.3.4 Protocolo para realização do estudo multicaso

Pozzebon e Freitas (1997b, p. 14) atestam que “a escolha oportuna do método de pesquisa não assegura os resultados. É preciso tomar uma série de cuidados para que cada passo seja dado da melhor forma, ou seja, com o maior rigor científico ao nosso alcance”. Nesta perspectiva, descreve-se, a seguir, algumas medidas adotadas em busca de um maior rigor científico.

Yin (1984) atesta que o protocolo é uma tática importante para aumentar a confiança de pesquisas baseadas em estudos de caso, por guiar o pesquisador na execução de seu trabalho, especialmente, em estudo multicaso, dado que buscam a sua replicação. O protocolo deve conter os instrumentos, os procedimentos e as regras gerais a serem seguidas na sua utilização, e acrescenta: “a preparação do protocolo força o investigador a se antecipar a vários problemas” (YIN, 1984, p. 64), assim é levado a uma atitude proativa extremamente desejável.

Portanto, a finalidade do protocolo é servir de “guia” para o pesquisador no desenvolvimento da pesquisa, permitindo-lhe recorrer a este a qualquer momento, para não perder o “rumo” e, conseqüentemente, não permitir que a pesquisa deixe de cumprir os seus objetivos. Cabe ressaltar que este “guia” é uma referência, e por isso deve ser revisado, alterado e remodelado no decorrer da pesquisa, sempre que necessário. O Quadro 9 apresenta

o protocolo de sequência de atividades enquanto o Quadro 10 apresenta o protocolo de instrumentos de coleta de dados.

QUADRO 9
Protocolo de sequência de atividades

Nº	Descrição	Observações
1	Elaborar plano de ação, protocolos e roteiro de entrevistas para o estudo multicaso.	
2	Obter carta de recomendação e confidencialidade.	
3	Definir cronograma de visitas para coleta de dados.	
4	Conhecer a empresa, sua história, seu ambiente de negócios e seu ambiente contábil.	
5	Caracterizar o ativo intangível objeto de avaliação.	
6	Conhecer o propósito, o escopo e as limitações dos serviços de avaliação.	
7	Identificar os métodos/abordagens de avaliação utilizados.	
8	Identificar os padrões, as premissas e os direcionadores de valor utilizados.	
9	Identificar o tratamento dado ao "risco" na determinação do valor do intangível.	
10	Identificar e compreender as fontes de informação utilizadas no processo de avaliação.	
11	Identificar e compreender as percepções e opções do avaliador durante o processo de avaliação.	
12	Avaliar o processo de avaliação e a conclusão de valor obtida à luz da literatura sobre avaliação e à luz da teoria da contabilidade.	

Fonte: Original desta pesquisa.

4.3.5 Delimitação da pesquisa

Após análise crítica de diversos trabalhos que utilizaram o método de estudo de caso, Benbasat *et al.* (1987) apontaram algumas deficiências: (i) ausência de detalhes sobre a metodologia de coleta de dados empregada; (ii) ausência de detalhes sobre a utilização de fontes adicionais de dados para triangulação e validação; (iii) ausência de definição clara dos objetivos originais da pesquisa; e (iv) ausência de definição sobre a escolha dos casos.

QUADRO 10

Protocolo de instrumentos de coleta de dados

Nº	Atividade/Objetivo	Instrumento de Coleta de Dados	Fontes	Referência
1	Conhecer a empresa, sua história, seu ambiente de negócios e seu ambiente contábil.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas.	Documentos da empresa; informações disponíveis na internet; entrevistados.	Estatutos, manuais, demonstrações contábeis, sites, roteiro de entrevista.
2	Caracterizar o ativo intangível objeto de avaliação.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas.	Documentos da empresa; documentos do processo de negociação e contratação dos serviços de avaliação; entrevistados.	Contratos, informações contábeis, <i>engagement letter</i> , roteiro de entrevista.
3	Conhecer o propósito, o escopo e as limitações dos serviços de avaliação.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas.	Documentos do processo de negociação e contratação dos serviços de avaliação; entrevistados.	Contrato de prestação de serviços, <i>engagement letter</i> , roteiro de entrevista.
4	Identificar os métodos/abordagens de avaliação utilizados.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas. - Protocolos verbais. - Observação não participante.	Documentos que fundamentam a avaliação; entrevistados.	Memórias de cálculo, atas de reuniões, laudo de avaliação, roteiro de entrevista.
5	Identificar os padrões, as premissas e os direcionadores de valor utilizados.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas. - Protocolos verbais. - Observação não participante.	Documentos que fundamentam a avaliação; entrevistados.	Memórias de cálculo, atas de reuniões, laudo de avaliação, roteiro de entrevista.
6	Identificar o tratamento dado ao "risco" na determinação do valor do intangível.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas. - Protocolos verbais. - Observação não participante.	Documentos que fundamentam a avaliação; entrevistados.	Memórias de cálculo, atas de reuniões, laudo de avaliação, roteiro de entrevista.
7	Identificar e compreender as fontes de informação utilizadas no processo de avaliação.	- Pesquisa documental. - Entrevistas semiestruturadas. - Observação não participante.	Documentos que fundamentam a avaliação; entrevistados.	Memórias de cálculo, atas de reuniões, laudo de avaliação, roteiro de entrevista.
8	Identificar e compreender as percepções e opções do avaliador durante o processo de avaliação.	- Entrevistas semiestruturadas. - Observação não participante. - Pesquisa documental.	Entrevistados; documentos que fundamentam a avaliação.	Roteiro de entrevista, memórias de cálculo, atas de reuniões, laudo de avaliação, .

Fonte: Original desta pesquisa.

Nesta perspectiva, Lee (1989) destaca, ainda, quatro outros problemas que podem ser detectados na condução de estudos de caso, quais sejam: (i) como fazer observações controladas?; (ii) como fazer deduções controladas?; (iii) como conduzir para a replicabilidade?; e (iv) como conduzir para a generalização?

Markus (1983) apresentou uma tentativa de evitar, ou pelo menos amenizar, os problemas levantados acima na aplicação de estudos de caso, propondo que para fazer observações controladas pode-se utilizar “controles naturais”, ou seja, situações ou eventos do próprio ambiente onde ocorre a pesquisa.

Desta forma, o pesquisador deve ser proativo, ou seja, não pode agir passivamente à espera de que os controles desejados se concretizem, porque na pesquisa qualitativa ele faz escolhas tanto quanto na pesquisa quantitativa escolhe seus dados. Para conduzir a generalização, Markus (1983) argumenta que esta “é produto de sucessivos testes através de um conjunto de ambientes, não um único teste em um único ambiente”. Assim, o estudo multicaso pode contribuir para um maior poder de generalização, desde que procedimentos proativos sejam adotados, de modo a assegurar o maior rigor científico possível.

Com relação às observações controladas, uma vez que os fenômenos foram estudados em seu ambiente natural, tornou-se impossível o controle de laboratório. Entretanto, utilizou-se controles naturais no decorrer da permanência do pesquisador no ambiente de coleta de dados, tendo as escolhas sido feitas sempre de maneira proativa, a fim de preservar o rigor e o controle das observações, bem como de sua qualidade e fidelidade. Tais escolhas foram realizadas com base nas observações, nas anotações de campo e nos protocolos verbais, bem como nas questões levantadas no processo de análise.

No Quadro 11, pode-se observar algumas das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa de campo e as ações proativas que foram tomadas. Essas ações constituem alguns dos controles naturais utilizados e apresentam algumas das escolhas que foram realizadas durante o período de permanência do pesquisador em campo.

QUADRO 11
Dificuldades encontradas e ações proativas

Descrição	Observações
Não conseguir estabelecer contato com os entrevistados	Antes da realização das entrevistas, foi estabelecida uma agenda com os entrevistados, o que permitiu, previamente, a sua confirmação. Entretanto, em algumas ocasiões, o pesquisador teve de retornar a campo para conseguir realizar as entrevistas por contato direto ou via Skype.
Informações consideradas confidenciais	Este foi, talvez, um dos maiores problemas encontrados, pois sem os laudos de avaliação e as memórias de cálculo não seria possível atingir os objetivos desta tese. Neste sentido, algumas reuniões foram realizadas e um documento foi assinado para assegurar o sigilo e o tratamento científico dos dados coletados.
Contradição entre as opiniões dos entrevistados	A técnica de triangulação de dados contribuiu para a identificação das contradições, e a análise de conteúdo permitiu evidenciar os aspectos mais relevantes.
Limitações da pesquisa e do método qualitativo	O projeto de pesquisa constituiu um poderoso controle natural, porque, aliado aos protocolos, orientou o pesquisador durante as etapas de coleta e análise dos dados.
Dúvidas que surgiram na etapa de análise dos dados	A realização dos <i>follow up</i> , ora por Skype ora por novas visitas a campo, permitiu o esclarecimento das dúvidas quanto às entrevistas e documentos internos.

Fonte: Original desta pesquisa.

4.4 Triangulação de especialistas

Completada a Fase 1 – do estudo multicaso, passou-se à *triangulação de especialistas*, que consistiu de entrevistas realizadas com profissionais possuidores de formação e atuação na avaliação de ativos, em especial, na avaliação de ativos intangíveis. Assim, foram entrevistados, entre professores pesquisadores e avaliadores, oito especialistas. A Fase 2 teve por objetivo validar e ampliar as conclusões da Fase 1. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, e foram analisados por meio das técnicas de análise de conteúdo e triangulação das opiniões dos especialistas. As seções 4.3.3.2 e 4.3.3.3 apresentaram as definições desses instrumentos de coleta e análise de dados. Enquanto o Quadro 11 apresentou algumas das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa de campo e as ações proativas que foram tomadas, que também se aplicam a esta fase da pesquisa de campo, o

Quadro 12 apresenta o roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com os especialistas.

QUADRO 12

Roteiro das entrevistas semiestruturadas com os especialistas

Nº	Descrição
1	O que você entende por intangível? E ativo intangível?
2	Quais as principais características de um ativo intangível?
3	O “ambiente de negócios” e o “ambiente contábil” impactam na avaliação de ativos intangíveis? Se interfere, como?
4	O propósito/finalidade da avaliação interfere no processo de avaliação de intangíveis? Se interfere, como?
5	Quais são as principais fontes de informação para a avaliação de ativos intangíveis?
6	Na sua percepção, quais métodos/abordagens são mais utilizados para a avaliação de intangíveis? Se possível, procure colocá-los em ordem decrescente de utilização.
7	Quais as principais limitações que você observa nesses métodos/abordagens de avaliação?
8	Na sua percepção quais são as vantagens e desvantagens desses métodos?
9	É possível estabelecer um roteiro, um protocolo do processo de avaliação de ativos intangíveis? Se possível, qual seria?
10	Quais os principais direcionadores de valor dos ativos intangíveis?
11	Como o "risco" afeta o processo de avaliação de ativos intangíveis?
12	Quais técnicas costumam ser utilizadas para mensurar o risco?
13	A sua formação e experiência exercem influência no processo de avaliação? Se exercem, por favor, descreva como elas o influenciam?
14	Quais as principais decisões/escolhas (taxas, métodos, períodos, arredondamentos etc.) que o avaliador toma durante o processo de avaliação de ativos intangíveis?
15	A subjetividade afeta o processo de avaliação de ativos intangíveis, positiva ou negativamente? Se afeta, como?
16	Como você trata a subjetividade inerente ao processo de avaliação de ativos intangíveis?

Fonte: Original desta pesquisa.

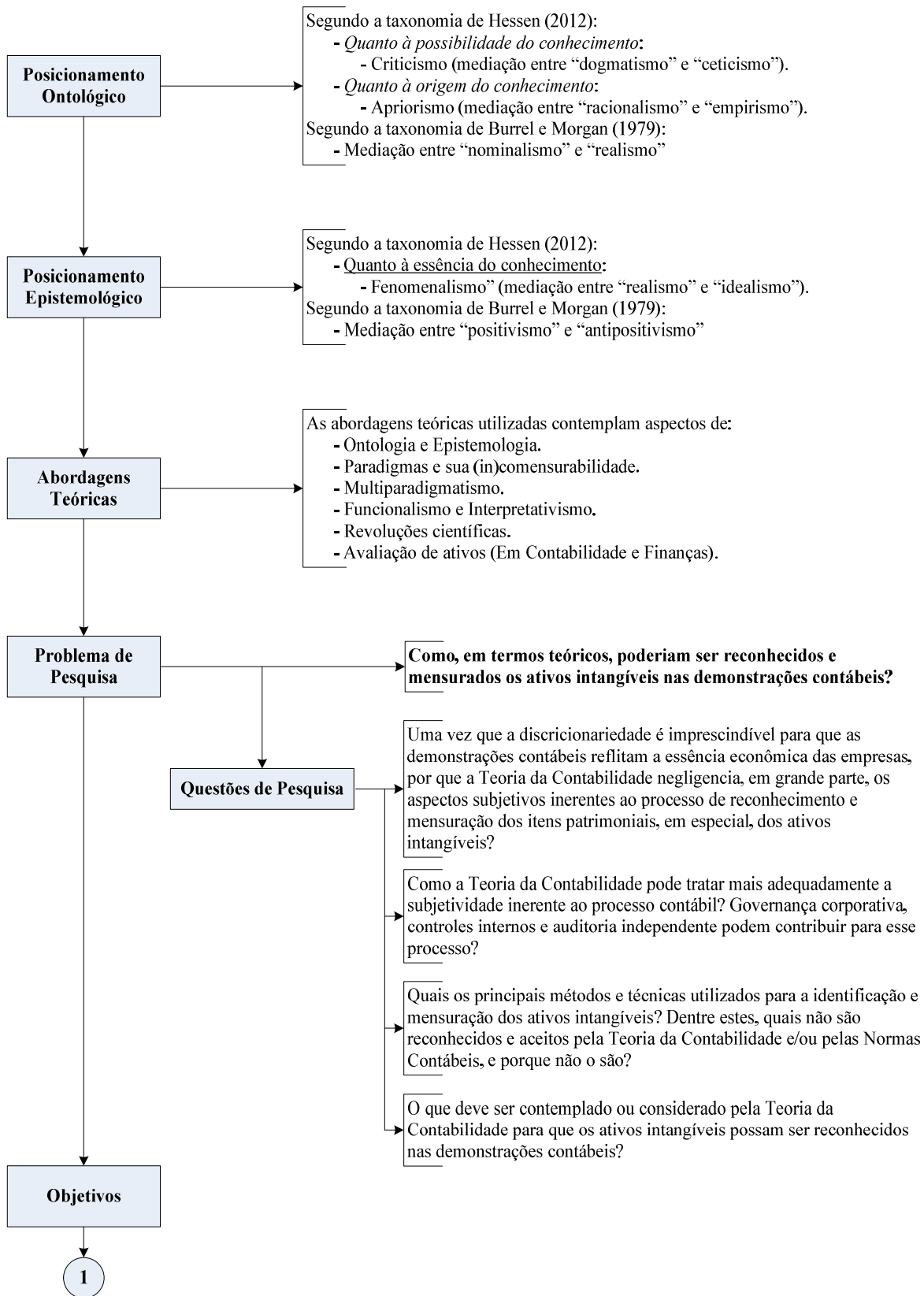
4.5 Aplicação empírica

Dada a ausência de dados disponíveis¹⁸⁹ no mercado de capitais, a base de dados utilizada foi obtida na Fase 1 da pesquisa de campo, a partir da qual foram estruturados dois balanços patrimoniais, um *antes* da avaliação e reconhecimento dos ativos intangíveis e outro *depois* da avaliação e reconhecimento dos ativos intangíveis, para cada um dos oito casos estudados. A aplicação empírica da perspectiva teórica proposta foi conduzida por meio da realização de análises estatísticas (estatística descritiva, diferença de médias e teste de sinais) sobre os balanços patrimoniais antes e depois da avaliação e reconhecimento dos ativos intangíveis, de forma a verificar se a presença desses ativos intangíveis impactava, ou não, a posição patrimonial das empresas. Essas análises estão detalhadas na seção 6.3.

4.6 Estrutura da tese

A Figura 18 sumariza a estrutura desta tese, ilustrando a proposta multiparadigmática que a perpassa desde o posicionamento filosófico (ontológico e epistemológico), passando pelas perspectivas teóricas que deram origem ao problema e às questões orientadoras de pesquisa, bem como aos objetivos (geral e específicos), até a estratégia metodológica adotada.

¹⁸⁹ Foram consultadas as bases Economática© e Thomson Reuters© em busca de informações sobre operações de fusões e aquisições em que tivessem ocorrido avaliações de ativos intangíveis, as quais devem ser acobertadas por Laudos de PPA (*Purchase Price Allocation*), de forma a comparar a situação patrimonial *antes* e *depois* do reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis. Todavia, tais informações não se encontram disponíveis, o que limitou a “aplicação empírica” ao estudo multicaso, o que, apesar de não comprometer os resultados apresentados, limita substancialmente a sua generalização.



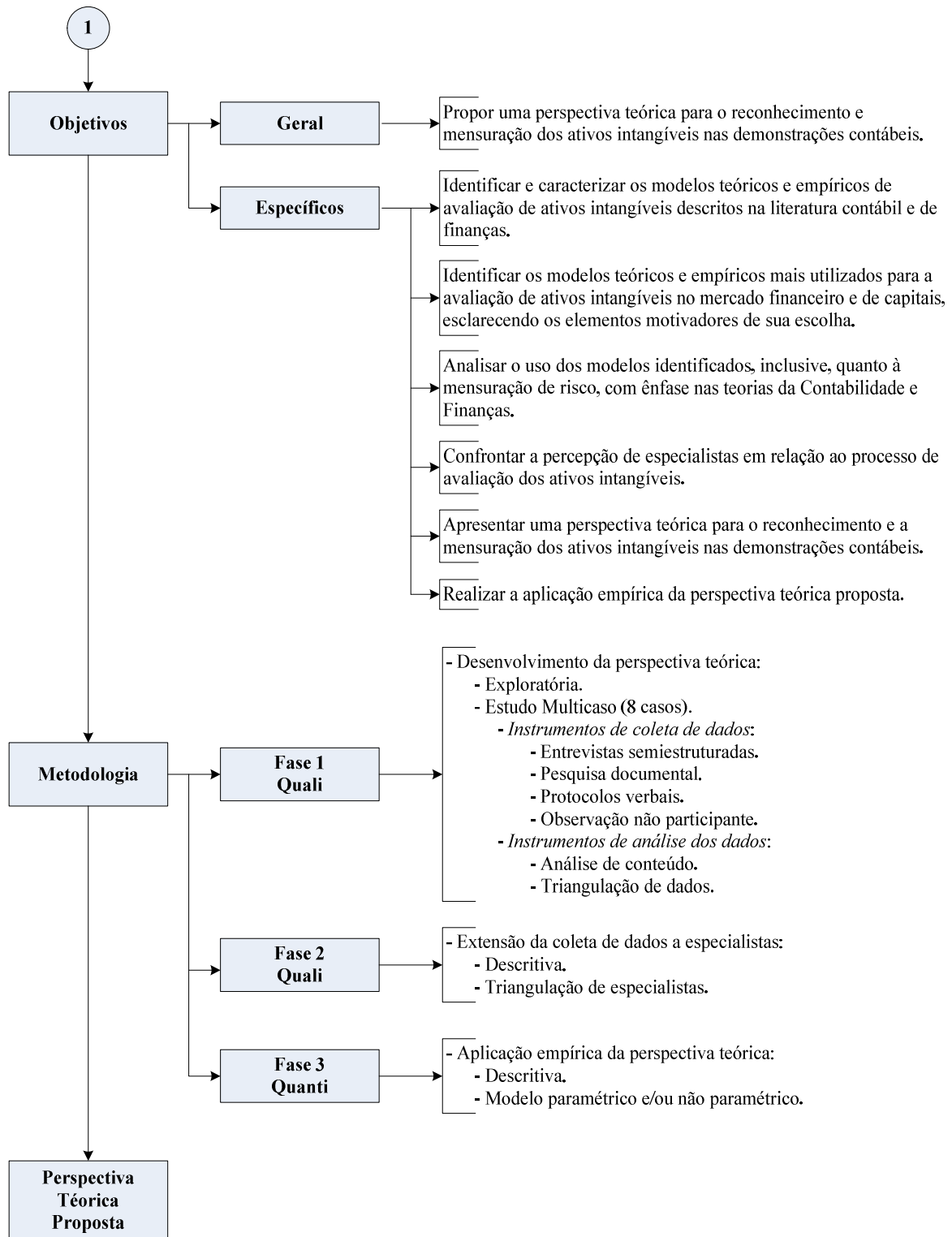


FIGURA 18 – Estrutura da tese
 Fonte: Original desta pesquisa.

4.7 Síntese da tese

Ante o exposto, a presente tese pretende contribuir para o processo de ruptura do círculo vicioso instaurado pela ciência normal da Contabilidade, a partir da apresentação e proposição de uma perspectiva teórica que auxilie o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. O esquema teórico da presente tese apresenta-se resumizado na Figura 19:

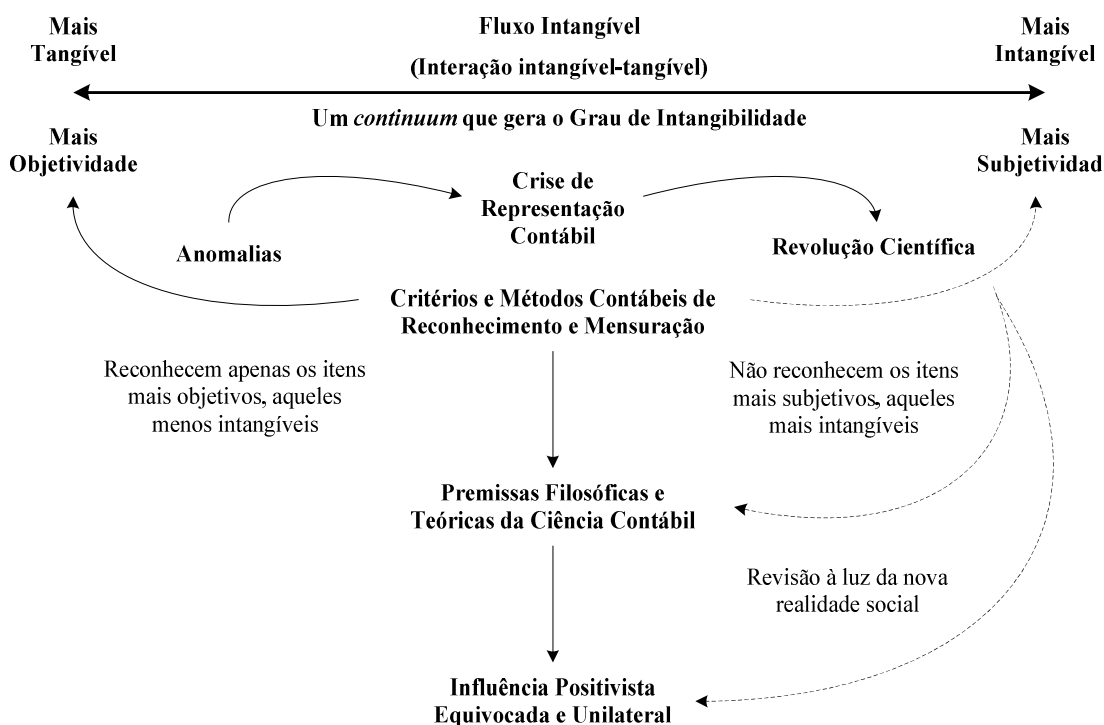


FIGURA 19 – Esquema teórico da tese
Fonte: Original desta pesquisa.

Como demonstrado na seção 3.4, argumenta-se a existência de um fluxo intangível originado pela interação intangível-tangível, o qual se dá num *continuum* que vai dos ativos mais tangíveis, que envolvem maior grau de objetividade e menor grau de intangibilidade, até os bens mais intangíveis, que envolvem maior grau de subjetividade e maior grau de intangibilidade. Assim, as anomalias apresentadas ao longo da seção 1.1 e de todo o Capítulo 3 são motivadas pelos critérios e métodos contábeis atuais, que permitem apenas o reconhecimento e a mensuração dos ativos com menor grau de intangibilidade, em outras

palavras, aqueles que podem ser mais facilmente objetivados, via de regra, quando da sua aquisição.

Desta forma, como ilustra a Figura 19, o paradigma vigente na ciência normal da Contabilidade aponta apenas para o lado esquerdo do fluxo intangível, enquanto a urgência da instalação da ciência extraordinária remete ao lado direito desse fluxo. Daí a crise e a necessidade de uma revolução científica, que somente será possível a partir de uma revisão das premissas filosóficas e teóricas que sustentam o paradigma vigente, que tem suas origens mais recentes sobre uma influência positivista equivocada e unilateral, conforme demonstrado nas seções 3.2.2 e 3.3.

Quanto ao Capítulo 2, ao mesmo tempo em que apresentou os perigos das posições unilaterais extremadas, apontou o caminho para a busca de uma solução, a partir da mediação entre os extremos da objetividade e da subjetividade. O que parece sugerir que sejam enfrentadas de frente as questões relacionadas à discricionariedade. Como demonstrado anteriormente, isso requer uma adequação da Teoria da Contabilidade à realidade social do século XXI e uma redução do excesso de conservadorismo presente nas normas contábeis.

4.8 Considerações finais

Este capítulo apresentou a metodologia e as estratégias de pesquisa que permitiram a realização da pesquisa de campo, a ser apresentada no capítulo seguinte, a qual, em conjunto com as bases filosóficas e teóricas apresentadas no Capítulos 2 e Capítulo 3, fundamentam a perspectiva teórica proposta no Capítulo 6, constituído da essência desta tese.

5 ESTUDO MULTICASO E TRIANGULAÇÃO DE ESPECIALISTAS

A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original.

ALBERT EINSTEIN

5.1 Introdução

Esse capítulo apresenta os resultados da Fase 1 e da Fase 2 da pesquisa de campo, que correspondem, respectivamente, ao estudo multicaso e à triangulação de especialistas que, alinhados ao Capítulo 2 e Capítulo 3, fornecem base para a perspectiva teórica proposta no Capítulo 6. Adianta-se que a seção 6.3 apresenta a terceira fase da pesquisa de campo onde, por meio de análises estatísticas, tem-se aplicação empírica da perspectiva teórica proposta.

5.2 Apresentação do estudo multicaso

Como orientou Yin (1984), a generalização analítica não é automática e depende da replicação de múltiplos casos, o que levou à condução de oito estudos de caso cuja *unidade de análise* foi o *processo de avaliação de ativos intangíveis*. Ao longo da condução do estudo multicaso, observou-se tanto resultados semelhantes quanto resultados contraditórios, o que permitiu a realização de replicações literais e replicações teóricas. O estudo multicaso foi conduzido em conformidade com os protocolos (Quadros 9 e 10) e desenvolvido de acordo com as etapas previstas e devidamente descritas neste capítulo.

A forma didática como foram apresentados os protocolos pode sugerir uma falsa impressão de que as etapas da pesquisa de campo ou a aplicação dos instrumentos de coleta e análise de dados são distintas ou até mesmo isoladas. Todavia, como destacado no Capítulo 4, as fases de coleta e análise de dados se sobrepõem de tal forma que, às vezes, o pesquisador não sabe onde começa uma e termina a outra. Assim, o estudo multicaso foi desenvolvido sem a preocupação de se manter uma ordem rígida porque, contrariamente, as atividades foram antecipadas ou postergadas sempre de forma proativa e a contribuir para que os objetivos de pesquisa fossem atingidos.

O Quadro 11, apresentado no capítulo anterior, descreve as principais dificuldades encontradas e algumas das ações proativas adotadas, atestando a conduta mantida durante todas as etapas da pesquisa de campo. As seções a seguir destinam-se a uma breve apresentação de cada um dos oito estudos de caso. Contudo, tendo em vista o respeito ao

sigilo da identidade das empresas avaliadas, não são apresentadas informações sobre suas atividades, o que não compromete as análises realizadas, isto porque a unidade de análise do estudo multicaso, neste caso, é o processo de avaliação de ativos intangíveis e não as empresas.

Neste sentido, a apresentação dos casos limita-se à identificação das etapas do processo de avaliação e aos ativos intangíveis identificados e avaliados a partir desse processo, os quais se encontram fundamentados pela pesquisa documental e pelas entrevistas semiestruturadas. Os casos foram selecionados intencionalmente com a finalidade de permitir a análise de processos de avaliação de ativos intangíveis de diferentes naturezas, em que diferentes metodologias de avaliação fossem utilizadas (ver Tabela 10 e Apêndices 1 e 2 que apresentam resumos comparativos do estudo multicaso). A área de atuação das empresas também foi observada e buscou-se empresas de segmentos, tamanhos e áreas geográficas diferentes. Todos os processos de avaliação de ativos intangíveis estudados foram contratados com a finalidade de atender à alocação do preço de compra nos termos do CPC 15 para os casos de fusões e aquisições, e apresentaram as seguintes características em termos de Valor: (i) *Padrão de Valor: Valor Justo*; (ii) *Premissa de Valor: Going Concern*; e (iii) *Direcionadores de Valor*: conforme modelo de avaliação adotado.

5.2.1 Caso 1

Conforme demonstrado na Figura 14, Capítulo 3, logo após o envolvimento motivacional da empresa pelo conhecimento do objetivo da avaliação, foi feita a análise documental que possibilitou o reconhecimento do contexto interno e externo em que os ativos intangíveis são operacionalizados, o que viabilizou a identificação dos ativos intangíveis a serem avaliados, ou seja, mensurados, procedimentos estes que correspondem às duas primeiras etapas do processo contábil “reconhecimento” e “mensuração”¹⁹⁰. Nesta direção, são apresentados a seguir os ativos intangíveis identificados e o tratamento dado a eles durante o processo de avaliação.

Carteira de clientes – para calcular o valor do intangível “Carteira de Clientes” da Empresa 1 foi utilizada a metodologia *Multi-Period Excess Earnings Method* (MPEEM)¹⁹¹, com a identificação dos ativos contribuintes e das taxas apropriadas de remuneração econômica desses ativos. O MPEEM objetiva isolar o fluxo de caixa atribuível a um ativo

¹⁹⁰ O Processo Contábil: reconhecimento → mensuração → evidenciação, foi apresentado na seção 3.2.3.

¹⁹¹ Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos.

intangível específico do fluxo de caixa total. Por meio desse método são feitos débitos contra o lucro líquido total pelo uso dos ativos contribuintes, sendo o lucro excedente alocado ao ativo intangível em avaliação. O Lucro Atribuído à Carteira de Clientes (Lucro Líquido menos os diversos Retornos) foi trazido a valor presente e os valores resultantes foram somados.

A partir da pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas foi possível elaborar o Quadro 13, que apresenta os ativos contribuintes mais comuns utilizados no cálculo do MPEEM, bem como os métodos de avaliação mais utilizados para cada grupo.

QUADRO 13

MPEEM – Ativos contribuintes e metodologia de avaliação

Ativo	Tipo	Método de Avaliação
<i>Software</i>	De base tecnológica	Abordagem de custo (custo para replicar)
Força de trabalho	<i>Goodwill</i>	Abordagem de custo (custo para replicar)
Marca	Relacionado com <i>marketing</i>	Abordagem da Renda (<i>Relief from Royalties</i>)
Cláusulas de não concorrência	Baseado em contratos	Abordagem da Renda (Antes e após o fluxo de caixa descontado)
Tecnologia	De base tecnológica	Abordagem da Renda (MPEEM)
Pesquisa em andamento	De base tecnológica	Abordagem da Renda (MPEEM)
Relacionamento com clientes	Relacionadas ao cliente	Abordagem da Renda (MPEEM)
<i>Goodwill</i>	N/A	Residual

Fonte: Laudos de avaliação e entrevistas semiestruturadas.

Contrato de não concorrência – A cláusula de Não Concorrência encontra-se condicionada ao prazo de até 5 anos após a venda da totalidade das ações do vendedor. Considerando que o vendedor continua na sociedade, fica prejudicada a definição de um prazo para a não concorrência. Desta forma, a sua mensuração só será possível após a venda da totalidade das ações do sócio vendedor, motivo pelo qual esse ativo intangível não foi objeto de avaliação.

Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura) – o ágio é determinado utilizando-se a *metodologia residual*. Para fins de alocação do preço de compra e determinação do ágio, o preço de compra é primeiramente ajustado. Em seguida, o valor de

compra ajustado é alocado para os valores de mercado dos tangíveis e intangíveis adquiridos, sendo o “ágio” identificado no valor residual.

Com a identificação dos ativos intangíveis a serem avaliados, torna-se possível definir as principais etapas do processo de avaliação a ser observado em cada caso. Na apuração dos valores justos dos ativos e passivos, o ponto de partida são os valores registrados na contabilidade. Estas são as *principais etapas* no processo de avaliação a valor justo observadas no Caso 1:

- 1 leitura e análise das demonstrações contábeis da empresa;
- 2 análise das contas de ativo e passivo registradas no balanço patrimonial da empresa, visando identificar os critérios de avaliação adotados na contabilidade e as contas suscetíveis a ajustes;
- 3 ajustes dos ativos imobilizados das empresas pelos seus respectivos valores de mercado com base nos cálculos realizados pelo avaliador;
- 4 ajustes dos ativos intangíveis operacionais relevantes pelos seus respectivos valores de mercado, com base nas premissas e critérios de avaliação elaborados pelo avaliador;
- 5 definição dos critérios de avaliação a serem adotados para cada grupo de ativos e passivos; e
- 6 classificação dos principais grupos de ativos suscetíveis a ajustes de valor como realizáveis em longo prazo, particularmente nas contas de Imobilizado e Intangíveis.

Os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados no Caso 1 são os apresentados na Tabela 2:

TABELA 2
Valores dos ativos avaliados no Caso 1

Descrição	(R\$ mil)
Ágio Gerado (excesso)	43.726
Mais valia Imobilizado (-)	36.918
Mais valia <i>Carteira de Clientes</i> (-)	4.271
Ágio residual (<i>Goodwill</i>)	2.537

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 20 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 1 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 12,1% no Ativo não Circulante e 10,2% no Ativo Total, demonstrando o impacto gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	10.337	10.337
ATIVO NÃO CIRCULANTE	56.479	63.287
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	131	131
INVESTIMENTOS	2.150	2.150
IMOBILIZADO	54.193	54.193
INTANGÍVEL	5	6.813
Intangíveis anteriores a avaliação	5	5
Carteira de Clientes	-	4.271
Goodwill	-	2.537
TOTAL DO ATIVO	66.816	73.624
PASSIVO CIRCULANTE	18.312	18.312
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	33.605	33.605
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.899	21.707
TOTAL DO PASSIVO E PL	66.816	73.624

FIGURA 20 – Balanço Patrimonial do Caso 1
Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.2 Caso 2

Estes são os ativos intangíveis identificados e o tratamento dado a eles durante o processo de avaliação do Caso 2.

Concessões, Licenças e Carteira de clientes – para calcular o valor desses intangíveis foi utilizada a metodologia MPEEM, conforme descrito no Caso 1.

Marca – conforme apresentado pelo CPC 04, um ativo intangível é segregado do ágio (*Goodwill*) quando, dentre outros fatores, este pode ser transferido, vendido ou licenciado, e quando os benefícios econômicos futuros podem ser reconhecidos e estimados de forma confiável. No caso específico da Empresa 2 objeto da análise, os avaliadores concluíram que não é possível segregar o intangível “marca” dos demais ativos operacionais da empresa. Por isso, a mesma não foi avaliada.

As principais etapas do processo de avaliação nesta empresa são as mesmas do Caso 1. Assim, os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados no Caso 2 são os apresentados na Tabela 3:

TABELA 3
Valores dos ativos avaliados no Caso 2

Descrição	(R\$ mil)
Concessões A1 e A2	8.180.792
Carteira de clientes A1 e A3	1.482.394
Licença A1 e A3	16.231.146
Carteira de clientes A2	56.013
Licença A2	2.966.335

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 21 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 2 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 54,0% no Ativo não Circulante e 36,4% no Ativo Total, demonstrando o impacto significativo gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	25.810.431	25.810.431
ATIVO NÃO CIRCULANTE	53.550.264	82.466.943
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.351.737	11.351.737
INVESTIMENTOS	948.693	948.693
IMOBILIZADO	22.972.681	22.972.681
INTANGÍVEL	18.277.153	47.193.832
Intangíveis anteriores a avaliação	18.277.153	18.277.153
Carteira de Clientes	-	1.538.407
Concessões	-	8.180.792
Licenças	-	19.197.481
TOTAL DO ATIVO	79.360.694	108.277.374
PASSIVO CIRCULANTE	17.285.324	17.285.324
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	48.579.418	48.579.418
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.495.953	42.412.633
TOTAL DO PASSIVO E PL	79.360.694	108.277.374

FIGURA 21 – Balanço Patrimonial do Caso 2
Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.3 Caso 3

Estes são os ativos intangíveis identificados e o tratamento dado a eles durante o processo de avaliação do Caso 3.

Carteira de Clientes – foi utilizada a metodologia MPEEM acima descrita.

Software – para calcular o valor do intangível “*software*” foi utilizada a metodologia do *Custo de Reposição*, em que se levou em conta o custo a mercado para a reprodução de todo o processo de desenvolvimento do *software*, bem como o custo de oportunidade para o seu desenvolvimento.

Força de Trabalho – embora não possa ser reconhecida separadamente do *Goodwill*, a Força de Trabalho pode ser identificada em determinados casos considerados relevantes, e ainda auxiliar na verificação do valor residual atribuído ao *Goodwill*, além de servir como subsídio para a aplicação do MPEEM. Para cálculo do valor do intangível “Força de Trabalho”, foi adotada a metodologia de *Custo de Reposição*. Assim, o contingente de funcionários da Empresa 3 foi subdividido em cinco grupos: Gestores, Operacional, Área Técnica, Segurança, Estagiários/Aprendizes. Dentro de cada um dos grupos, o *Custo de Reposição* foi calculado de acordo com o Custo de *Headhunter* / Custo de Contratação e o Custo de Aprendizagem, que foram calculados com base nas estimativas fornecidas pela gerência da companhia para cada grupo. O Custo de Contratação foi estimado de acordo com o número de funcionários por grupo multiplicado pelo custo de Recursos Humanos (RH). O Custo de Aprendizagem, por sua vez, foi calculado de acordo com a Curva de Aprendizagem média estimada pela companhia para cada grupo multiplicada pelo tempo de maturação e o número de funcionários. Considera-se que, enquanto o funcionário não atinge a maturação de sua aprendizagem, tem-se uma perda de produtividade proporcional ao seu salário.

Marca – no caso específico da Empresa 3, a marca embora separável dos demais ativos não foi avaliada, pois os avaliadores concluíram que a sua existência, ou a falta dela, não agrega valor às operações de mercado realizadas, uma vez que não possibilita à companhia cobrar preço diferenciado de outra que ofereça o mesmo serviço.

Contrato de Não Concorrência – apesar de existir cláusula de Não Concorrência no contrato de compra e venda da companhia com os vendedores, os avaliadores discutiram o assunto com a administração da empresa compradora, chegando-se à conclusão de que a probabilidade dos vendedores retornarem ao mercado é extremamente baixa, daí o motivo da sua não avaliação.

Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura) – o ágio é determinado utilizando-se a *metodologia residual*. Para fins de alocação do preço de compra e determinação do ágio, o preço de compra é primeiramente ajustado. Em seguida, o valor de compra ajustado é alocado para os valores de mercado dos tangíveis e intangíveis adquiridos, sendo o “ágil” identificado no valor residual.

As principais etapas do processo de avaliação são as mesmas dos casos anteriores. Ao final do processo avaliativo, a Força de Trabalho incorporada ao *Goodwill* foi avaliada em R\$ 575 mil reais. Os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados no Caso 3 são os apresentados na Tabela 4:

TABELA 4
Valores dos ativos avaliados no Caso 3

Descrição	(R\$ mil)
Ágio Gerado (excesso)	72.970
Mais valia <i>Carteira de Clientes</i> (-)	12.157
Mais valia <i>Software</i> (-)	9.787
Ágio residual (<i>Goodwill</i>)	51.026

OBS: O Goodwill inclui a Força de Trabalho estimada em R\$ 575.

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 22 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 3 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 12,7% no Ativo não Circulante e apenas 1,9% no Ativo Total, demonstrando o impacto gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	3.335.358	3.335.358
ATIVO NÃO CIRCULANTE	574.496	647.466
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-
INVESTIMENTOS	-	-
IMOBILIZADO	574.496	574.496
INTANGÍVEL	-	72.970
Carteira de Clientes	-	12.157
Software	-	9.787
Goodwill	-	51.026
TOTAL DO ATIVO	3.909.853	3.982.823
PASSIVO CIRCULANTE	1.473.778	1.473.778
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.436.075	2.509.045
TOTAL DO PASSIVO E PL	3.909.853	3.982.823

FIGURA 22 – Balanço Patrimonial do Caso 3
Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.4 Caso 4

Estes são os ativos intangíveis identificados e o tratamento dado a eles durante o processo de avaliação do Caso 4.

Contratos de Concessão – foi escolhida como metodologia o *Fluxo de Caixa Descontado*, recomendada quando a indústria possui contratos relevantes que garantam uma rentabilidade no longo prazo. Para a avaliação dos “Contratos de Concessão”, os fluxos de caixa do negócio foram estimados ao longo dos 17 anos de vida útil remanescente da concessão, considerando potenciais sinergias decorrentes do processo de aquisição. Foi acrescentado, também, o valor residual do imobilizado e do capital de giro ao final da concessão. Após o cálculo do valor presente desses fluxos por meio da taxa de desconto, foram deduzidos os ativos operacionais tangíveis (capital de giro e imobilizado) a preços de mercado, de forma a extrair o valor intrínseco do Contrato de Concessão.

Carteira de Clientes – para o caso específico da empresa objeto de análise do Caso 4, a metodologia adotada para a avaliação da “Carteira de Clientes” foi o *Custo de Reprodução*.

Marca – quanto ao valor da marca, cada segmento de negócio possui ativos intangíveis com maior ou menor peso na operação. No caso da atividade da Empresa 4, a marca não possui influência relevante na geração de caixa, e sim a garantia de exclusividade do serviço para os habitantes de determinada região, incluindo a cessão da Carteira de Clientes acima citada.

As principais etapas do processo de avaliação são os mesmos dos casos anteriores. Os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados no Caso 4 são os apresentados na Tabela 5.

TABELA 5
Valores dos ativos avaliados no Caso 4

Descrição	(R\$ mil)
Contratos de Concessão	14.477.394
Carteira de clientes	384.790

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 23 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 4 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 76,5% no Ativo não Circulante e 62,7% no Ativo Total, demonstrando o impacto significativo gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	4.271.198	4.271.198
ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.437.558	34.299.742
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.151.431	3.151.431
INVESTIMENTOS	4.698.260	4.698.260
IMOBILIZADO	11.025.664	11.025.664
INTANGÍVEL	562.203	15.424.387
Intangíveis anteriores a avaliação	562.203	562.203
Carteira de Clientes	-	384.790
Concessões	-	14.477.394
TOTAL DO ATIVO	23.708.756	38.570.940
PASSIVO CIRCULANTE	4.501.408	4.501.408
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.244.576	9.244.576
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.962.772	24.824.956
TOTAL DO PASSIVO E PL	23.708.756	38.570.940

FIGURA 23 – Balanço Patrimonial do Caso 4
Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.5 Caso 5

Estes são os ativos intangíveis identificados e o tratamento dado a eles durante o processo de avaliação do Caso 5.

Marca – neste caso, foi escolhida como metodologia uma derivação da abordagem da renda para avaliação de marcas, recomendada quando a indústria tem como prática comum o pagamento de *royalties*. Tal abordagem, conhecida como *Relief from Royalties*, tem como base o fluxo de caixa incremental após impostos, derivado do fato da empresa não ter que pagar *royalties* a terceiros pela utilização de determinada marca. Como existe um mercado mundial ativo de *royalties*, é possível segregar o valor das marcas de outros ativos intangíveis menos explícitos que participam da geração de caixa de uma empresa, como o Fundo de Comércio (*Goodwill*). O valor da marca pode, então, ser atribuído ao fluxo de caixa gerado por essas “economias”, trazido a valor presente através de uma taxa de desconto que represente o risco associado. Como as marcas não possuem uma vida útil mensurável, também é acrescentada certa perpetuidade ao fluxo de caixa.

Cláusula de Não Concorrência – não fez parte do escopo da avaliação, pois como a transação em questão foi imposta pelo CADE, não houve interesse de nenhuma das partes em negociar a saída do antigo proprietário do mercado.

Carteira de Clientes – não foi avaliada, porque a adquirente já atendia grande parte dos clientes dos produtos adquiridos, e para os clientes que ainda não atendia, a companhia desenvolveu uma estratégia de relacionamento para conquistar esses potenciais novos clientes.

As principais etapas do processo de avaliação do Caso 5 são as mesmas dos casos anteriores, sendo os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados apresentados na Tabela 6.

TABELA 6
Valores dos ativos avaliados no Caso 5

Descrição	(R\$ mil)
Marca B1	189.042
Marca B2	24.283

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 24 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 5-A (Marca B1) antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 24,7,5% tanto no Ativo não Circulante quanto no Ativo Total, demonstrando o impacto significativo gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	766.445	955.487
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-
INVESTIMENTOS	-	-
IMOBILIZADO	766.403	766.403
INTANGÍVEL	42	189.084
Intangíveis anteriores a avaliação	42	42
Marca	-	189.042
TOTAL DO ATIVO	766.445	955.487
PASSIVO CIRCULANTE	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	161.185	161.185
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	605.260	794.302
TOTAL DO PASSIVO E PL	766.445	955.487

FIGURA 24 – Balanço Patrimonial do Caso 5-A
Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 25 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 5-B (Marca B2) antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 137,8% no Ativo não Circulante e 75,1% no Ativo Total, demonstrando o impacto significativo gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	14.721	14.721
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.625	41.908
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.750	5.750
INVESTIMENTOS	9	9
IMOBILIZADO	11.866	11.866
INTANGÍVEL	-	24.283
Marca	-	24.283
TOTAL DO ATIVO	32.346	56.629
PASSIVO CIRCULANTE	17.649	17.649
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.075	15.075
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(378)	23.905
TOTAL DO PASSIVO E PL	32.346	56.629

FIGURA 25 – Balanço Patrimonial do Caso 5-B
Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.6 Caso 6

O Anexo 1 apresenta o *check list* de identificação dos ativos intangíveis deste caso, que é ilustrativo de todos os demais contemplados nesta pesquisa. Estes são os ativos intangíveis identificados e o tratamento dado a eles durante o processo de avaliação do Caso 6.

Marca – a exemplo do Caso 5, adotou-se a metodologia *Relief from Royalties* anteriormente descrita.

Relacionamento com Clientes – para calcular o valor deste intangível foi utilizada a metodologia MPEEM descrita no Caso 1.

Contrato de Não Competição – para avaliar esta cláusula foi adotado o método *With and Without*, que consiste em estimar o valor justo de um ativo intangível, comparando o valor de um negócio “com” o ativo objeto de avaliação e o valor hipotético do mesmo negócio, excluindo o ativo. Assim, foi elaborado um fluxo de caixa considerando as perdas possíveis, caso tal cláusula não existisse. Comparou-se, então, o valor da empresa com e sem

a cláusula de Não Competição, sendo seu valor igual à diferença entre os fluxos multiplicada pela probabilidade de haver competição, caso a cláusula não existisse.

Goodwill (ágio por expectativa de rentabilidade futura): o ágio é determinado utilizando a *metodologia residual*. Para fins de alocação do preço de compra e determinação do ágio, o preço de compra é primeiramente ajustado. Em seguida, o valor de compra ajustado é alocado para os valores de mercado dos tangíveis e intangíveis adquiridos, sendo o “ágil” identificado no valor residual.

As principais etapas do processo de avaliação são as mesmas dos casos anteriores. Os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados são apresentados na Tabela 7.

TABELA 7
Valores dos ativos avaliados no Caso 6

Descrição	(R\$ mil)
Ágio Gerado (excesso)	240.200
Mais valia Imobilizado (-)	40.560
Mais valia <i>Marca</i> (-)	50.924
Mais valia <i>Relacionamento com clientes</i> (-)	31.439
Mais valia <i>Contrato de não concorrência</i> (-)	1.095
Ágio residual (<i>Goodwill</i>)	116.182

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 26 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 6 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 118,7% no Ativo não Circulante e 59,7% no Ativo Total, demonstrando o impacto significativo gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	166.270	166.270
ATIVO NÃO CIRCULANTE	168.199	367.838
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.388	39.388
INVESTIMENTOS	-	-
IMOBILIZADO	45.502	45.502
INTANGÍVEL	83.309	282.948
Intangíveis anteriores a avaliação	83.309	83.309
Marca	-	50.924
Relacionamento com o cliente	-	31.439
Acordo de não competição	-	1.095
Goodwill	-	116.182
TOTAL DO ATIVO	334.469	534.109
PASSIVO CIRCULANTE	268.950	268.950
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.949	11.949
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.570	253.210
TOTAL DO PASSIVO E PL	334.469	534.109

FIGURA 26 – Balanço Patrimonial do Caso 6
Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.7 Caso 7

O ativo intangível objeto de avaliação deste caso refere-se às *Autorizações de Operação*, que foram avaliadas pelo MPEEM descrito no Caso 1. As principais etapas do processo de avaliação são as mesmas dos casos anteriores.

Os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados são apresentados na Tabela 8.

TABELA 8
Valores dos ativos avaliados no Caso 7

Descrição	(R\$ mil)
Autorizações de operação	17.472

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 27 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 7 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 279,9% no Ativo não Circulante e 265,3% no Ativo Total, demonstrando o impacto significativo gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	343	343
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.243	23.715
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-
INVESTIMENTOS	-	-
IMOBILIZADO	6.243	6.243
INTANGÍVEL	-	17.472
Marca	-	17.472
TOTAL DO ATIVO	6.586	24.058
PASSIVO CIRCULANTE	58	58
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.528	24.000
TOTAL DO PASSIVO E PL	6.586	24.058

FIGURA 27 – Balanço Patrimonial do Caso 7

Fonte: Original desta pesquisa.

5.2.8 Caso 8

O ativo intangível objeto de avaliação deste caso é uma *Marca* avaliada pela metodologia *Relief from Royalties* descrita no Caso 5. As principais etapas do processo de avaliação são as mesmas dos casos anteriores. Os valores obtidos para os ativos intangíveis avaliados no Caso 8 são os apresentados na Tabela 9.

TABELA 9

Valores dos ativos avaliados no Caso 8

Descrição	(R\$ mil)
Marca	6.339

Fonte: Original desta pesquisa.

A Figura 28 apresenta o Balanço Patrimonial do Caso 8 antes e depois da inclusão dos ativos intangíveis e permite observar um aumento de 12,9% no Ativo não Circulante e 12,0% no Ativo Total, demonstrando o impacto gerado pelo reconhecimento e mensuração desses ativos:

BALANÇO PATRIMONIAL	R\$ mil	
	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	3.664	3.664
ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.252	55.591
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69	69
INVESTIMENTOS	145	145
IMOBILIZADO	49.037	49.037
INTANGÍVEL	1	6.340
Intangíveis anteriores a avaliação	1	1
Marca	-	6.339
TOTAL DO ATIVO	52.916	59.255
PASSIVO CIRCULANTE	3.470	3.470
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.819	1.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.628	53.967
TOTAL DO PASSIVO E PL	52.916	59.255

FIGURA 28 – Balanço Patrimonial do Caso 8
 Fonte: Original desta pesquisa.

A Tabela 10 apresenta, resumidamente, uma comparação entre os ativos intangíveis avaliados em cada caso, a metodologia selecionada e os valores obtidos para cada um dos ativos intangíveis. As metodologias utilizadas foram descritas no Capítulo 3 e nas seções acima. Importante observar as diversas naturezas dos ativos intangíveis avaliados, como por exemplo, carteira de clientes, concessões, licenças, softwares, marcas, relacionamento com clientes, contratos de não concorrência, autorizações de operação e *goodwill*. Como apresentado na seção 5.2, esse foi um dos critérios utilizados para a seleção dos casos, de forma a permitir que ativos intangíveis diferentes e de naturezas diversas fossem objeto de análise.

Importante observar ainda os diferentes modelos de avaliação utilizados, os quais contemplam modelos da Abordagem do Fluxo de Caixa Descontado, Abordagem de Mercado e Abordagem de Custo, ilustrando a possibilidade de aplicação de cada uma das abordagens de avaliação de ativos. Observe, conforme demonstrado na Figura 14, que a “seleção de metodologias” depende do ativo intangível a ser avaliado e da sua interação com o contexto de negócio no qual é operacionalizado, oferecendo oportunidades para a aplicação de modelos de todas as abordagens, inclusive a Abordagem de Precificações de Opções, que não foi utilizada em nenhum dos casos estudos

TABELA 10
Resumo comparativo do estudo multicaso

Descrição	Intangíveis	Metodologia	Valor (R\$ mil)
Caso 1	Carteira de clientes	MPEEM	4.271
	Goodwill	Residual	2.537
Subtotal 1			6.808
Caso 2	Concessões A1 e A2	MPEEM	8.180.792
	Carteira de clientes A1 e A3	MPEEM	1.482.394
	Licença A1 e A3	MPEEM	16.231.146
	Carteira de clientes A2	MPEEM	56.013
	Licença A2	MPEEM	2.966.335
Subtotal 2			28.916.680
Caso 3	Software	Custo de Reposição	9.787
	Carteira de clientes	MPEEM	12.157
	Goodwill	Residual	51.026
Subtotal 3			72.970
Caso 4	Contratos de concessão	FCD	14.477.394
	Carteira de clientes	Custo de Reprodução	384.790
Subtotal 4			14.862.184
Caso 5	Marca B1	RFR	189.042
	Marca B2	RFR	24.283
Subtotal 5			213.325
Caso 6	Marca	RFR	50.924
	Relacionamento com clientes	MPEEM	31.439
	Contrato de não concorrência	W&WM	1.095
	Goodwill	Residual	116.182
Subtotal 6			199.640
Caso 7	Autorizações de operação	MPEEM	17.472
	Subtotal 7		
Caso 8	Marca	RFR	6.339
	Subtotal 8		
TOTAL			44.295.417

Fonte: Original desta pesquisa.

5.3 Análise do estudo multicaso e da triangulação de especialistas

Descreve-se, nesta seção, a análise do processo de avaliação de ativos intangíveis do estudo multicaso e da triangulação de especialistas, cujas técnicas utilizadas foram a análise de conteúdo e a triangulação de dados, conforme demonstrado no Capítulo 4.

Segundo proposto por Bardin (1977), a *análise de conteúdo* foi desenvolvida em três etapas: (i) pré-análise – foram identificados e selecionados os documentos a serem analisados, transcritas as entrevistas e definidos os objetivos da análise; (ii) exploração do material – promoveu-se a realização de sínteses; e (iii) tratamento dos resultados e interpretações – que auxiliada pela segunda etapa, permitiu a identificação das categorias que orientaram as conclusões e o estabelecimento de relacionamentos e divergências. Nesta terceira etapa, evidenciou-se, para o pesquisador, a interação das técnicas, pois os relacionamentos e os antagonismos ficaram mais claros, a partir da *triangulação dos dados* obtidos por meio da pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, protocolos verbais, observação não participante e anotações de campo, que constituíram os instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo multicaso. Na *triangulação de especialistas*, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a entrevista semiestruturada e os protocolos verbais.

Em relação ao estudo multicaso, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas com quatro integrantes da média e alta administração da empresa que conduziu as avaliações realizadas nos oito casos estudados, a saber: o Vice Presidente Técnico de *Business Valuation*, o Diretor de *Business Valuation* e dois Gerentes Sêniores de *Business Valuation*, que são referenciados, respectivamente, por EM-1 (quatorze anos de empresa), EM-2 (oito anos de empresa), EM-3 (três anos de empresa) e EM-4 (cinco anos de empresa). Os entrevistados participaram de todos os processos de avaliação de intangíveis analisados no estudo multicaso, tendo sido as transcrições das entrevistas¹⁹² um subsídio importante para as etapas 2 e 3 da análise de conteúdo, além de contribuir para a triangulação de dados.

A partir da pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas com os participantes das avaliações do estudo multicaso, que permitiram a realização das etapas 1¹⁹³, 2¹⁹⁴ e 3¹⁹⁵ da Fase 1 da pesquisa de campo (Figura 16), foi realizada uma triangulação de especialistas por meio de entrevistas semiestruturadas, configurando, assim, a Etapa 4¹⁹⁶ da pesquisa de campo que corresponde à Fase 2. Nesta fase foram entrevistados oito especialistas, entre professores pesquisadores e avaliadores, sendo três Contadores, três Economistas, um Administrador e uma Engenheira. O Quadro 14 apresenta a relação dos especialistas entrevistados, cuja análise de conteúdo permitiu a triangulação de suas opiniões e percepções, possibilitando a identificação de convergências e divergências.

¹⁹² Todas as entrevistas (*estudo multicaso e triangulação de especialistas*) foram gravadas e depois transcritas.

¹⁹³ A Tabela 10 sintetiza os resultados da Etapa 1.

¹⁹⁴ A Figura 14 é representativa do mapeamento do processo de avaliação, Etapa 2, a qual fica sujeita a pequenos ajustes, de acordo com a natureza do ativo intangível objeto de avaliação.

¹⁹⁵ A Etapa 3 é apresentada nos parágrafos seguintes.

¹⁹⁶ A etapa 5 é apresentada na seção 6.2, e a etapa 6 na seção 6.3.

QUADRO 14
Relação de especialistas

Especialista	Formação	Atuação	Tempo de Atuação	Referência
1	Economia	Professor	43 anos	TE-1
2	Engenharia	Avaliador	18 anos	TE-2
3	Contabilidade	Professor	8 anos	TE-3
4	Administração	Avaliador	9 anos	TE-4
5	Contabilidade	Avaliador	6 anos	TE-5
6	Contabilidade	Professor	24 anos	TE-6
7	Economia	Avaliador	5 anos	TE-7
8	Economia	Avaliador	3 anos	TE-8

Fonte: Original desta pesquisa

Como mencionado, a terceira etapa da análise de conteúdo, que contemplou todas as entrevistas realizadas no *estudo multicaso* e na *triangulação de especialistas*, permitiu a identificação das seguintes categorias: (i) ambiente e contexto de negócios; (ii) identificação dos ativos intangíveis; (iii) seleção das metodologias; (iv) fontes de informação; e (v) subjetividade do processo de avaliação.

Tais categorias correspondem às etapas consideradas críticas no processo de avaliação dos ativos intangíveis e ora são descritas e analisadas. A primeira categoria diz respeito ao *ambiente e contexto de negócios*, pois é a partir deste que se operacionalizam os ativos intangíveis. É no ambiente de negócios que se materializam as relações simples e complexas entre os intangíveis e tangíveis, originando o contexto no qual esses ativos, conjuntamente, geram fluxos de caixa. Daí a importância desta categoria para outras três categorias, a saber: (i) identificação dos ativos intangíveis; (ii) seleção das metodologias; e (iii) fontes de informação. A análise de conteúdo sugeriu uma forte interação e recorrência entre essas quatro categorias.

A maioria dos entrevistados, dentre eles EM-2, EM-3, TE-2, TE-6 e TE-8 destacaram a sua importância, inclusive para a obtenção de informações históricas, que contribuem para uma melhor compreensão da relação intangível-tangível, e como, a partir desta relação pode-se compreender as perspectivas futuras, que dependem, ainda, das variáveis macroeconômicas, políticas e sociais. É neste contexto que se vai buscar a *identificação dos ativos intangíveis*, categoria de extrema relevância, pois destacada por todos os entrevistados

tanto pelo desafio de identificar aqueles invisíveis que não podem ser tocados pelo tato quanto pela complexidade das relações que geram o seu valor. EM-2 chama atenção para o fato de que um erro na identificação dos intangíveis pode conduzir a dois grandes problemas: (i) gerar uma compra vantajosa sem que de fato o seja; e (ii) gerar questionamentos futuros pelas partes interessadas, auditores e outros especialistas, quanto à omissão de ativos intangíveis relevantes que não foram identificados.

Neste sentido, todo cuidado é pouco e muito tempo deve ser investido na compreensão do ambiente de negócios e no contexto operacional da empresa e da sua geração de caixa. Diversas foram as considerações e observações dos entrevistados sobre essa categoria, dentre as quais cabem ressaltar: EM-1, EM-2, EM-3, TE-2, TE-6 e TE-8 destacam a importância de se conversar com a administração da empresa proprietária ou controladora dos intangíveis objeto de avaliação e consultar as experiências passadas de casos semelhantes. EM-3 argumenta que a área de atuação da empresa é muito importante na identificação dos ativos intangíveis, pois sugere os tipos de ativos mais comuns àquela área de atuação, como por exemplo, a carteira de clientes e a força de trabalho que costumam ser ativos materiais para os segmentos de serviços, ou as patentes para o segmento de franquias.

EM-2 e EM-3 destacam que uma entrevista com o adquirente do ativo ou de um negócio é extremamente útil para entender o que realmente motivou a aquisição, e ainda, apreender, na visão dele, o que tem valor. Destacam também que, normalmente, o que o comprador enxerga mais facilmente são os bens tangíveis como imobilizado e estoque, e aqueles intangíveis do primeiro grupo do grau de intangibilidade apresentado na seção 3.4.2.2, como por exemplo, a carteira de clientes. Destacam, ainda, que as empresas de grande porte costumam saber, em detalhes, o que estão adquirindo e porque estão pagando por isso, e recomendam a utilização de um *check list*, um papel de trabalho, para a identificação dos ativos intangíveis, o que também foi sugerido por TE-6.

Desta forma, TE-2 argumenta que as seguintes atividades podem ser úteis para a identificação dos ativos intangíveis: (i) identificar a propriedade ou controle; (ii) procurar descrever por escrito o ativo intangível; (iii) identificar se existe alguma proteção legal que permita a sua negociação ou transferência; (iv) identificar se existe alguma documentação tangível que assegure a existência do intangível¹⁹⁷; (v) verificar a possibilidade de se identificar o momento em que o intangível passou a existir, qual a “certidão de nascimento” do intangível; e (vi) verificar se o intangível em questão está sujeito à perdas de valor e/ou

¹⁹⁷ Perceba aqui a necessidade de se tangibilizar aquilo que é intangível.

obsolescência. Tão importante quanto a identificação do ativo intangível é compreender a sua interação com os demais ativos que, em conjunto, geram caixa, o que depende fortemente do fluxo intangível discutido na seção 3.4, o qual pode ser mais bem apreendido a partir da primeira categoria: *ambiente e contexto de negócios*.

Diante dos ativos intangíveis a serem avaliados, a próxima categoria conduz à reflexão sobre a *seleção das metodologias*, a partir da seguinte questão: “Dentre as metodologias existentes, com base na Figura 13, que oferece uma visão abrangente de suas possibilidades, e nas seções 3.5.1 a 3.5.4, que abordam as mais comumente utilizadas na avaliação de intangíveis, qual a mais indicada para o caso específico?” Tal reflexão deve passar pela análise dos pontos fortes e fracos e das vantagens e desvantagens das principais metodologias candidatas a serem aplicadas, o que exige um elevado grau de conhecimento do avaliador em relação ao manancial de possibilidades, pois como destacou Damodaran (2007), o problema na avaliação de ativos não é a falta de modelos, mas o seu excesso.

Como destacado na seção 3.5, fundamental se torna uma compreensão profunda das premissas e das limitações de cada modelo, devendo ser considerada a possibilidade de uma conciliação, uma “prova dos nove” entre modelos diferentes que podem se complementar. A análise de conteúdo sugeriu a existência de, pelo menos, duas subcategorias para a seleção das metodologias, quais sejam: *direcionadores de valor e risco*. Identificar os *direcionadores de valor*, dependendo do grau de intangibilidade do ativo pode ser extremamente complexo¹⁹⁸. Daí a maioria dos entrevistados afirmarem que os direcionadores de valor estão associados aos modelos utilizados, como por exemplo, os *royalties* para o *Relief from Royalties* e a geração de caixa para o Fluxo de Caixa Descontado.

Dada a incerteza associada aos ativos intangíveis, a subcategoria *risco* pode ser considerada ainda mais importante, merecendo, talvez, uma ascensão ao nível de categoria. Porém, por se tratar de uma variável dos modelos utilizados, mantém-se aqui a sua classificação como subcategoria da categoria *seleção das metodologias*. CAPM, Beta, WACC, WARA, Taxas de Desconto são expressões técnicas conhecidas da área de avaliação, quando se trata de *risco*. EM-2 destaca que o cliente, aquele que contrata a avaliação, pode ajudar muito na análise de risco, na medida em que compartilha as informações que dispõe sobre o intangível em si, sobre a sua interação com os demais ativos que geram caixa em conjunto, dentre outras diversas informações que podem auxiliar as projeções futuras.

¹⁹⁸ A seção 6.2.6 apresenta a Base Conceitual do IIRC, que constitui numa alternativa interessante para essa reflexão.

Por sua vez, EM-1 e EM-3 ressaltam que a conciliação entre essas variáveis pode ser útil, como por exemplo, a conciliação entre o WACC que estima o risco da dívida (Passivo e PL) e o WARA que estima o risco dos ativos, que podem, ainda, ser conciliados com TIR. Assim, EM-3 sugere avaliar o risco da própria empresa, para depois verificar se o risco do intangível pode ser diferente ou não, e em caso positivo, se é preciso entender porque o risco do intangível descola do risco da empresa. Como discutido na seção 3.5, o risco é uma variável que precisa ser mais bem compreendida, caso se queira avançar na avaliação dos ativos intangíveis, dado que a incerteza pode ser uma das características mais marcantes desses ativos.

TE-2 faz um comentário interessante a esse respeito, quando analisa a participação dos engenheiros no mundo dos negócios, a qual normalmente é associada às habilidades matemáticas oriundas da sua formação, acrescentando que, talvez, o mais importante seja o fato dessa formação treiná-los e habilitá-los a lidar com o risco, o que acaba por torná-lo algo habitual, tratável e administrável, algo não estranho e tão aterrorizador como costuma ser para a maioria dos outros profissionais. Como destacaram Bernstein (1997), Brealey e Myers (2005) e Domadoran (2009), na seção 3.5, o risco apresenta aspectos positivos e negativos, embora este o último seja o mais observado. Logo, torna-se necessária a sua adequada compreensão, tratamento e gestão.

Em geral, todos os entrevistados ressaltaram que a mensuração de risco, especialmente o risco específico, envolve significativa parcela de interpretação e julgamento, que pode ser substancialmente auxiliada pela categoria *fontes de informação*. Considerada crítica por todos entrevistados, tal categoria possui duas dimensões, uma associada ao ambiente externo e outra associada ao ambiente interno. O ambiente externo está relacionado às bases de dados disponíveis no mercado sobre os intangíveis e sobre as empresas objeto de avaliação, pois a sua ausência prejudica, por exemplo, a aplicação da Abordagem de Mercado, por depender fortemente de múltiplos comparáveis. Essas bases de dados costumam ser mais bem desenvolvidas em mercados consolidados¹⁹⁹, como por exemplo, o norte-americano e o europeu. Daí as dificuldades encontradas no mercado brasileiro para a avaliação, o que tem levado à utilização de bases de dados estrangeiras com pouca ou nenhuma relação com o caso do Brasil.

Se o ambiente externo costuma oferecer desafios para o caso brasileiro, o ambiente interno parece ser ainda mais desafiador. Pelo menos, foi o que disseram todos os

¹⁹⁹ TE-4 adverte para se tomar cuidado com as avaliações padronizadas no estilo norte-americano, pois existem divergências significativas com o mercado brasileiro.

entrevistados. Algumas causas puderam ser identificadas a partir da análise de conteúdo, como por exemplo, a ausência de informações sobre os intangíveis na Contabilidade Financeira²⁰⁰ e a deficiência dos controles internos e gerenciais na Contabilidade Gerencial. TE-2, TE-4, TE-5, TE-6 e TE-8 afirmaram que as informações gerenciais são muito mais relevantes do que as informações contábeis, entendida aqui como Contabilidade Financeira.

Neste sentido, EM-3 argumenta que a principal fonte de informação do ambiente contábil, em cerca de 90% dos casos, é originária da Contabilidade Gerencial, dado que na Contabilidade Financeira, praticamente, não há registros sobre os ativos intangíveis. Daí a necessidade das informações gerenciais, pois sem elas torna-se quase impossível a identificação e a avaliação dos intangíveis, destacando, assim, a importância dos controles internos e o foco na documentação e na gestão dos ativos intangíveis, especialmente, os gerados internamente, algo valorizado também por TE-1. Todavia, TE-4 destaca que, dependendo do porte da empresa, as informações dos clientes costumam ser ruins, além do fato destes reterem informações relevantes, que acabam sendo compartilhadas somente quando da apresentação dos relatórios preliminares, oportunidade em que costuma ser percebida a relevância dessas informações.

Como destaca TE-2, a principal fonte de informação é o proprietário/controlador/usuário do ativo intangível. Daí a importância dos controles internos e das informações gerenciais. Neste ponto, faz-se importante observar um alinhamento entre as opiniões dos especialistas com os diversos *papers* citados no Capítulo 1 e no Capítulo 2, sobre a ausência de reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis pela Contabilidade Financeira, bem como a oportunidade para a sua integração com a Contabilidade Gerencial, algo que a análise de conteúdo sugeriu ser imprescindível para a avaliação desses ativos.

A última categoria a emergir da análise de conteúdo, e que constitui uma espécie de pano de fundo que permeia todas as outras, a *subjetividade do processo de avaliação*, como destacado nos capítulos anteriores, para os contadores, trata-se muito mais de um paradigma, difundido e replicado por meio da sua formação, do que de uma limitação de base de dados ou de modelos. Como destacado por EM-1 e TE-5, a ausência de bases de dados aumenta os

²⁰⁰ TE-6 comenta que do ponto de vista contábil, o grande problema é a impossibilidade de se avaliar os ativos intangíveis gerados internamente, dado o risco associado. Complementando, atesta que a grande questão é de origem conceitual da Contabilidade, pois depende-se de um método mais avançado, mais fundamentado, mais objetivo, que ofereça mais segurança, uma vez que lida com informações sobre o futuro repleto de incertezas. Por fim, *faz uma proposta interessante*, segundo ele, apresentada em um congresso, qual seja: as empresas deveriam ter a opção de avaliar os seus ativos intangíveis e apresentá-los em Notas Explicativas como informações complementares.

espaços para as escolhas e julgamentos que trazem a reboque a subjetividade²⁰¹. Porém, ainda mais relevante para os contadores é a sua formação conservadora que, ao contrário da formação dos engenheiros, não os prepara para lidar com o risco e sua inerente subjetividade.

Neste sentido, quase todos os entrevistados argumentaram que a experiência e a formação do avaliador são fundamentais para se adquirir a sensibilidade necessária para lidar com escolhas e julgamentos, em última análise, para lidar com a subjetividade. Assim, TE-1 recorda que a subjetividade vem do sujeito²⁰², o que nos remete às questões filosóficas discutidas no Capítulo 2, que ofertam o confronto com o dilema “ideal *versus* real”, ou seja, “subjetivo *versus* objetivo”. Daí, mais uma vez, tratar-se mais de uma questão ontológica e epistemológica do que metodológica.

Contudo, a partir da análise de conteúdo e da pesquisa documental, ficou evidente que a subjetividade é inerente ao processo de avaliação de ativos, visto que é realizada muito mais por pessoas do que por máquinas. Daí a conclusão de Reilly e Schweih (1998), citada na seção 3.5, de que a avaliação é tanto científica quanto vivencial, opinião corroborada por TE-2, TE-5, TE-6 e TE-8. Diante daquilo que é inerente, deve-se buscar então uma maneira de lidar com ela, e não procurar uma forma de se livrar dela, o que para alguns seria até indesejável. Assim, TE-2, TE-6 e TE-8 argumentam que uma das maneiras de se lidar com a subjetividade é gerar uma rastreabilidade das suas escolhas, julgamentos e decisões, documentando todas as etapas e permitindo a sua verificação e análise.

5.4 Considerações finais

A apresentação, neste capítulo, dos resultados da Fase 1 e da Fase 2 da pesquisa de campo, introduz o conteúdo do capítulo seguinte que apresenta uma perspectiva teórica para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. Além de avalizada pela pesquisa de campo, a perspectiva proposta é pautada sobre as bases filosóficas e teóricas do presente estudo.

²⁰¹ TE-2 destaca que não se deve confundir “Arbitrariedade” com “Subjetividade”.

²⁰² TE-8 fez uma observação interessante sobre a postura dos avaliadores, enquanto indivíduo/sujeito, diante da sua formação e da avaliação de intangíveis: o “contador” normalmente foca nos dados históricos (*link* com o paradigma do Custo Histórico, objetividade, confiabilidade). O “administrador” foca mais no *marketing*, nos aspectos mais qualitativos. O “economista” foca no efeito econômico e suas interações. O “engenheiro” foca nos métodos quantitativos e se preocupa mais em chegar a um valor preciso. Por fim, acrescenta que a experiência vai mostrando os atalhos, os melhores caminhos para lidar com esse ou aquele intangível.

6 PERSPECTIVA TEÓRICA PROPOSTA

Muda que quando a gente muda / o mundo muda com a gente / A gente muda o mundo na mudança da mente / E quando a mente muda a gente anda pra frente/ E quando a gente manda ninguém manda na gente! / Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura / Na mudança de postura a gente fica mais seguro / Na mudança do presente a gente molda o futuro.

GABRIEL, O PENSADOR

6.1 Introdução

Este pesquisador espera que, até este ponto, esta caminhada teórico-experimental tenha tornado evidente o quanto se faz necessária uma outra perspectiva de visão, de olhar o universo contábil por um novo ângulo, um novo ponto de vista. Que ao invés de apenas procurar, este estudo também contribua para os profissionais da Contabilidade se encontrarem, a exemplo do que fizeram Einstein, Planck, Darwin e Lavoisier, em suas respectivas esferas de conhecimento.

Chambers, Mattessich, Edwards e Bell, e Sterling atestam que isto também é possível na área contábil, pois como demonstrou Kuhn (2011 [1962]), a evolução da Contabilidade compete unicamente à comunidade de seus cientistas. Não que seja necessário serem tão brilhantes como os renomados cientistas citados, mas é preciso olhar adiante sem que limites sejam impostos por qualquer paradigma que seja. Se Einstein tivesse se limitado pela visão da mecânica newtoniana, jamais teria criado a teoria da relatividade. Da mesma forma, se Chambers, Edwards e Bell tivessem se limitado pela visão do custo histórico, jamais teriam desenvolvido o valor realizável líquido e o custo corrente, respectivamente.

Neste capítulo, não se propõe uma nova teoria de mensuração, pois isso não parece ser necessário, haja vista a visão multiparadigmática já instaurada na prática contábil e o suporte disponível na teoria de Economia e Finanças para a avaliação de ativos. Todavia, para que se possa seguir avançando no sentido de restabelecer o poder explicativo das demonstrações contábeis, tem-se que enfrentar abertamente as questões da subjetividade e da discricionariedade e os desafios que se apresentam, porque embora vitais para a Ciência Contábil, vêm sendo evitadas em decorrência da questão da confiabilidade, gerando, assim, o excesso de conservadorismo ainda presente nas normas contábeis.

Diversos autores chegaram a essa conclusão, embora não ousando enfrentá-la, como por exemplo, Scott (2012), Deegan e Unerman (2011), Wolk *et al.* (2008), Palepu e Healy (2008), Riahi-Belkaoui (2004), Glautier e Underdown (2001), Hendriksen e Van Breda (1999), Watts (1996), Watts e Zimmerman (1986). Diante desse desafio, este pesquisador propõe, neste capítulo, uma perspectiva teórica que, possivelmente, dará uma contribuição, mesmo que modesta, para a redução do excesso de conservadorismo, abrindo caminho para o reconhecimento e a mensuração de parcela maior dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

6.2 Pressupostos para uma nova perspectiva teórica

A perspectiva teórica proposta será apresentada sob a forma de pressupostos que, uma vez integrados, podem contribuir para um realinhamento da pesquisa e da prática em Contabilidade. Alicerçada nos posicionamentos filosóficos e teóricos deste autor, apresentados, respectivamente, nas seções 2.9 e 3.6, bem como na pesquisa de campo (estudo multicaso e triangulação de especialistas) demonstrada e discutida no capítulo anterior.

6.2.1 Reconhecimento das anomalias e da crise

A partir da base conceitual de Kuhn (2011 [1962]), definida na seção 2.6, de que uma *anomalia* é um sintoma de que algo está errado, de que algo não coincide com as determinações do paradigma, por não ser explicado ou previsto por este, mesmo com um conhecimento avançado no paradigma, os pesquisadores não se encontram preparados para lidar com isto. Via-de-regra, as anomalias são vistas inicialmente como problemas, como “quebra-cabeças” a serem solucionados dentro e a partir do próprio paradigma vigente, oportunidade em que são testadas muito mais as habilidades dos pesquisadores do que o paradigma em si.

Todavia, os quebra-cabeças não solucionados e considerados graves pela comunidade de pesquisadores acabam por gerar a consciência e o reconhecimento das anomalias, que abrem o caminho para a *crise* e o seu reconhecimento. É neste contexto de crise, que se instauram as oportunidades de novas descobertas, de *ciência extraordinária*, pois se a resposta não pode ser encontrada no paradigma vigente, resta então procurar além dos seus limites e fronteiras, até que se torne possível uma *revolução científica* que substitua o paradigma anterior por um novo paradigma.

A Figura 9, apresentada na seção 3.3, atesta que a consciência das anomalias geradas no século XIX foi consolidada somente nos anos de 1960, mesmo com os trabalhos seminais de Chambers (1955) e Mattessich (1957). A partir da consciência das anomalias é que surgem as propostas inovadoras de Edwards e Bell (1961) com o custo corrente, e de Chambers (1966) com o valor realizável líquido, inovações que culminaram em paradigmas concorrentes do custo histórico (paradigma vigente à época). Essa disputa de paradigmas, ocorrida nos anos de 1960 e 1970, gerou a era intelectual mais notável da história da Contabilidade até o presente, que ficou conhecida como “a era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade.

Mesmo com a perda de interesse pelas questões fundamentais da Teoria da Contabilidade promovida pela explosão da Pesquisa Positiva em Contabilidade a partir dos anos de 1980, a prática profissional da Contabilidade, já orientada pelos órgãos reguladores, acolhe não só o paradigma do custo histórico, pois incorpora, também, os paradigmas do custo corrente, do valor realizável líquido, do valor presente e, mais tarde, do valor justo, consolidando, assim, o modelo misto (multiparadigmático) de mensuração hoje presente nas estruturas conceituais dos principais órgãos reguladores da atualidade, notadamente o IASB e o FASB. Tanto a perda de interesse pelas questões fundamentais da Contabilidade quanto o modelo multiparadigmático de mensuração criado pelos órgãos reguladores e submetido ao crivo da prática contábil, acabaram por ofuscar uma nova anomalia surgida ao longo do século XX, a saber: a restrição desse modelo multiparadigmático de mensuração em reconhecer e avaliar os ativos intangíveis.

Passando despercebida²⁰³, a anomalia provocada pelos ativos intangíveis foi vista, também, como um quebra-cabeça a ser solucionado pelo novo modelo multiparadigmático de mensuração. Porém, mesmo diante das tentativas de ampliação das bases conceituais dos órgãos reguladores, ainda não foi possível a sua solução, haja vista a insistência em buscar a solução no interior do paradigma vigente, mesmo que multiparadigmático. Diante de tal constatação, resta cristalizada a presença de uma anomalia severa, que não será solucionada a partir do paradigma atual, donde conclui-se ser imperativo o reconhecimento e a consciência tanto dessa anomalia grave quanto da crise que se encontra em curso, e que vem se arrastando desde a segunda metade do século XX²⁰⁴.

²⁰³ A história se repete tal qual aconteceu com as anomalias do século XIX, o que permite observar o ciclo das ciências de Kuhn (2011 [1962]) em andamento.

²⁰⁴ Diversas evidências empíricas sobre as anomalias foram apresentadas nas seções 1.1, 3.2.3 e 3.2.4.

Este é o primeiro passo a ser dado na direção de um novo rumo para a Ciência Contábil. Assim, a consciência das anomalias deveria atrair a atenção, especialmente, dos pesquisadores e não somente dos órgãos reguladores da Contabilidade, o que tem gerado os questionamentos sobre uma suposta inversão de papéis desses atores²⁰⁵. Essa parece ser uma oportunidade ímpar para o diálogo entre a Pesquisa Normativa e a Pesquisa Positiva em Contabilidade, no qual pensamento e experiência, prescrição e descrição, dedução e indução, a exemplo do que nos ensinou Kant (1781) com o seu *Apriorismo*, em *Crítica da Razão Pura*, trabalhariam juntos na edificação de uma Teoria da Contabilidade.

Para tanto, faz-se necessário reunir os achados da Pesquisa Positiva em Contabilidade, que propiciarão o entendimento, tal como ela “é”, da realidade dos fenômenos contábeis. Caso ainda não tenha sido identificada, por se ter empenhado demais em testar os paradigmas e as teorias de Economia e de Finanças, que se passe a concentrar, então, nas questões fundamentais da Ciência Contábil. Diante da experiência, restaria, então, o seu confronto com o pensamento, como por exemplo, a análise crítica de que se “o que é” pode ser ainda melhor caso sinalize o “como deve ser”. E assim, mediando descrição e prescrição, pensamento e experiência, talvez se possa obter uma Teoria da Contabilidade consistente, abrangente, devidamente fundamentada e mais alinhada com a prática social do século XXI.

Dois grandes desafios se colocam à frente para esse diálogo: (i) ver atendidos, pelo menos, os próximos três pressupostos; (ii) disseminar essa nova visão pela comunidade científica da Contabilidade, resgatando a função dos pesquisadores, afastando-os das questões políticas que envolvem os órgãos reguladores.

Para tanto, utiliza-se um argumento simples, mas de grande impacto filosófico, que, devidamente analisado, poderá abrir o caminho para o diálogo: no mundo das Ciências Exatas e da Natureza não há espaço para o “como deve ser”, pois existe apenas “o que é”. Toma-se como exemplo os animais e as plantas, uma vez que não é possível estabelecer como eles devem ser. Embora estudos em genética venham revelando algumas possibilidades, animais e plantas são o que são, cabendo aos pesquisadores estudar e compreender a sua natureza e as suas características que, segundo Darwin, são alteradas conforme demonstrado pela Teoria da Evolução.

Contudo, no mundo das Ciências Humanas e Sociais, conforme as características da espécie “*homo sapiens*”, o ser humano é dotado da possibilidade de aquisição, acumulação e multiplicação de conhecimento. Somos dotados de livre arbítrio, embora existam forças

²⁰⁵ Esse tema foi discutido nas seções 3.2.2 e 3.3.

coercitivas. Somos dotados de esperança, embora todo o resto pareça perdido. Desta forma, o mundo do humano e do social coloca o homem diante da possibilidade tanto do “o que é” quanto do “como deve ser”. Se assim não fosse, o que se diria a respeito da moral e da ética, aspectos fundamentais da vida social, com as quais tanto já ocupou a Filosofia? Para dar apenas um bom exemplo cito uma das três críticas de Kant (1788): *A Crítica da Razão Prática*.

6.2.2 Abertura para a comensurabilidade entre os paradigmas

Observa-se, pois, que é a importação de uma filosofia que ora está em jogo. De uma filosofia impregnada em um método de pesquisa denominado *Positivismo*, que tendo a sua origem nas Ciências Exatas e da Natureza, encontra severas limitações quando da sua aplicação ou replicação às Ciências Humanas e Sociais²⁰⁶. O que está em jogo, portanto, e este é o tema deste pressuposto, é a visão restritiva, unilateral e extremada da incomensurabilidade dos paradigmas, que não permite aos adeptos da Pesquisa Positiva em Contabilidade enxergar as limitações da aplicação dessa filosofia e metodologia à Ciência Contábil, uma Ciência Social Aplicada por excelência²⁰⁷. Por outro lado, os adeptos da Pesquisa Normativa da Contabilidade, supostamente abertos ao multiparadigmatismo filosófico e metodológico (a seção 2.8 demonstrou isso), rejeitam o paradigma positivista, de forma que ambos os lados promovem uma queda de braços que vem sendo vencida pela Pesquisa Positiva. Daí a sua hegemonia, haja vista sua impactante aceitação, em geral, pelos acadêmicos de todas as ciências.

Observa-se que não é a primeira vez que tal embate é demonstrado nesta tese, que o *ou-isto-ou-aquilo* acabou por afastar os pesquisadores das questões centrais da Teoria da Contabilidade, e que esta “cegueira”, característica dos paradigmas, vem mantendo a todos distantes dessas questões que realmente importam. A Pesquisa Normativa em Contabilidade também vem se mantendo distante dessas questões centrais, replicando, à sua maneira, paradigmas de outras Ciências Sociais. Diante dessas evidências históricas, o Capítulo 2 e o Capítulo 3 se encarregaram de demonstrá-las e discuti-las. Defende-se, neste estudo, o argumento de que é chegada a hora, e muito tarde, de se ver ambas, a Pesquisa Positiva e a Pesquisa Normativa em Contabilidade, trabalhando juntas, cada uma a partir do seu

²⁰⁶ Por isso argumentou-se, na seção 3.2.2, ser a influência positivista equivocada e unilateral.

²⁰⁷ Em Finanças, isso já foi percebido, pois a partir da Teoria da Perspectiva uma nova área, um novo paradigma nasceu: as Finanças Comportamentais (ver Figura 9).

paradigma, e de estabelecer, em suas fronteiras, um *continuum* que torne esse diálogo possível, de forma que o *tanto-isto-quanto-aquilo* tenha a oportunidade de demonstrar os seus benefícios.

Neste sentido, argumentou-se na seção 2.9, que os paradigmas podem ser comensuráveis, sejam eles filosóficos, científicos ou inerentes à *práxis* profissional, embora a história da Filosofia, das Ciências e da Contabilidade, apresentadas no Capítulos 2 e no Capítulo 3, atestem diversos exemplos de posições unilaterais extremadas não dispostas ao diálogo. Como observado ao longo deste estudo, os paradigmas não são comensuráveis ou incomensuráveis por si só, pois não têm vontade própria. Desta forma, são as comunidades de cientistas e pesquisadores que assim os tornam. Logo, trata-se de uma realidade socialmente construída.

Apresenta-se, neste ponto, um exemplo de diálogo entre paradigmas, caracterizado pela sugestão de que a Pesquisa Positiva em Contabilidade tenha as suas limitações compensadas ou complementadas pela Pesquisa Normativa em Contabilidade e vice-versa, observando-se que, desse diálogo, é possível surgir uma parceria produtiva que conduza a uma Teoria da Contabilidade, algo que nem uma nem outra conseguiram sozinhas até o momento. O que torna esse diálogo tão difícil, como demonstrado, é a maneira de ver e apreender o mundo de uma (Pesquisa Positiva) e de outra (Pesquisa Normativa), ou seja, são as suas bases filosóficas, como observou Kuhn (2011 [1962]), que precisam ser revisadas nos períodos de crise²⁰⁸.

Ao estudar o estágio atual da pesquisa contábil no Brasil, Martins (2012) constatou que a falta de conhecimento filosófico no processo de pesquisa conduz ao que se pode chamar de “patologias”, dentre as quais, destaca: (i) adoção passiva de um paradigma estabelecido sem o necessário conhecimento das justificativas das escolhas teóricas, metodológicas e metódicas; (ii) aceitação tácita de “verdades” a serem utilizadas no processo de pesquisa; (iii) excesso de foco no método; (iv) excesso de uso da estatística; e (v) “requeamento” de artigos. Observa-se que, por vias diferentes, Martins (2012) e este pesquisador chegam a uma mesma conclusão: a falta de conhecimento filosófico não permite avançar cientificamente, por conduzir à replicação acrítica do paradigma vigente, além de desviar o foco da pesquisa para os métodos de investigação, ao invés de concentrá-lo sobre os fenômenos observados,

²⁰⁸ Neste sentido, este pesquisador tem argumentado que o paradigma kantiano já conciliou essas duas visões de mundo, em nível ontológico, por meio do “criticismo”, e em nível epistemológico, por meio do “apriorismo”, os quais podem ser o ponto de partida para a mediação aqui proposta.

conforme alertou Kuhn (2011 [1962]). Daí, mais uma vez, a necessidade de revisão das bases filosóficas da Ciência Contábil.

Conforme atestado na seção 2.9, a base filosófica desta tese é essencialmente kantiana, na medida em que suas bases ontológicas e epistemológicas vêm do *Criticismo* – mediação entre o *dogmatismo* e o *ceticismo*, do *Apriorismo* – mediação entre o *racionalismo* e o *empirismo*, e em menor grau, do *Fenomenalismo* – mediação entre o *realismo* e o *idealismo*. E é sobre essa base filosófica que ora se argumenta, sustenta e fundamenta a possibilidade da comensurabilidade dos paradigmas. Tenta-se demonstrar isso de maneira mais didática²⁰⁹ na Figura 29, que também tem por finalidade auxiliar no argumento do próximo pressuposto teórico defendido nesta tese, que parece ainda mais desafiador que a comensurabilidade entre os paradigmas.

Em linhas gerais, a Pesquisa Positiva em Contabilidade tem as suas bases ontológicas firmadas sobre o *ceticismo* científico, que oferece os fundamentos do *empirismo*, mais tarde transformado em *positivismo* nas Ciências Sociais. O Capítulo 2 demonstrou essa trajetória que, por sua vez, é o fundamento do *realismo*, no qual, juntos, *positivismo* e *realismo*, constituem a base epistemológica da Pesquisa Positiva em Contabilidade. Assim, como “o sujeito não é capaz de apreender o objeto”, premissa ontológica, a origem do conhecimento repousa sobre a “experiência”, visto que as “coisas reais existem fora da nossa consciência”, ou seja, são obtidas de forma “objetiva”²¹⁰, premissas epistemológicas. Daí, a partir de um método científico adequado, aquele que mantém “morto” o sujeito epistêmico, pode-se chegar à verdade dos fatos, que deve ser matematicamente ou estatisticamente demonstrada.

Esta é a maneira de ver e compreender o mundo do Positivismo incorporado à Pesquisa Positiva em Contabilidade, sendo todo o resto insuficiente ou até mesmo inútil, dada a incomensurabilidade dos paradigmas. Como exemplo, tomemos a conclusão dos positivistas da Contabilidade em relação à “era de ouro da pesquisa *a priori*” da ciência contábil, da qual, na seção 3.2.2, valeu-se do *paper* de Jensen (1976) como melhor exemplo. Por outro lado, também em linhas gerais, a Pesquisa Normativa em Contabilidade tem as suas bases ontológicas firmadas sobre o *dogmatismo* científico, que oferece os fundamentos do *racionalismo* que, por sua vez, é o fundamento do *idealismo*, e que juntos, *racionalismo* e *idealismo* constituem a base epistemológica da Pesquisa Normativa em Contabilidade.

²⁰⁹ As seções 2.2 e 2.3 oferecem uma discussão detalhada sobre esse assunto.

²¹⁰ Veja aqui a origem da objetividade como característica fundamental da Pesquisa Positiva em Contabilidade, que também é incorporada à prática da Contabilidade como forma de legitimação dos modelos e técnicas de mensuração/avaliação considerados “confiáveis”.

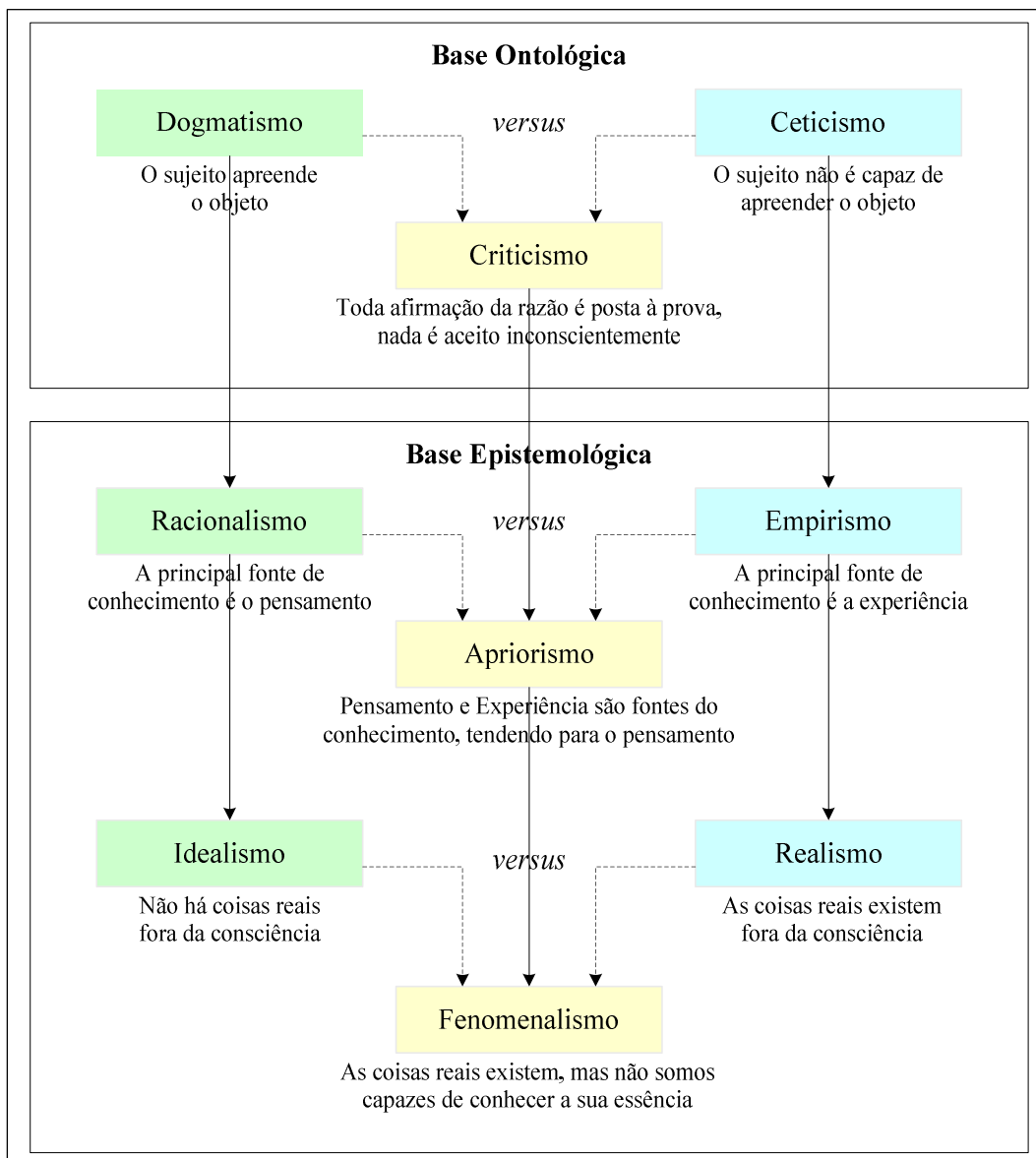


FIGURA 29 – Bases filosóficas da tese (ontologia e epistemologia)
 Fonte: Original desta pesquisa.

Assim, diante da certeza absoluta de que “o sujeito é capaz de apreender o objeto”, premissa ontológica, a origem do conhecimento repousa, então, sobre o “pensamento”, ou seja, sobre a razão, visto que “não há coisas reais fora da nossa consciência”, premissa epistemológica. Também aqui a matemática, por meio da lógica, seria o meio por excelência de se demonstrar cientificamente as reflexões e conclusões obtidas por meio da pesquisa. Observa-se que este aspecto lógico-matemático não foi utilizado pela Pesquisa Normativa em Contabilidade, o que também motivou as críticas dos pesquisadores positivistas da Ciência Contábil. Como demonstrado na Figura 9, seção 3.3, os primeiros trabalhos neste sentido são

os de Christensen e Demski (2003) e Christensen e Feltham (2003, 2005), os quais Mattessich (2008) identificou como um futuro possível para a Contabilidade como ciência.

Diante dessas duas vias, um dos maiores problemas detectados, tanto de um lado quanto de outro, foi a aceitação e a replicação inconsciente, diria-se inconsequente, dessas premissas. Martins (2012) também as observou. O que tem levado tanto às posições extremadas de cada lado quanto a um multiparadigmatismo perigoso, pois acrítico e desmedido, uma vez que afasta os pesquisadores das questões centrais da Contabilidade, razão pela qual se encontram “perdidos” entre o duelo inútil de paradigmas. Por isso, a proposta multiparadigmática defendida nesta tese é fundamentada no pensamento kantiano, que oferece uma via intermediária possível entre esses dois extremos, cuja base ontológica vem do *Criticismo* que fundamenta as bases epistemológicas do *Apriorismo* e do *Fenomenalismo*²¹¹.

Assim, admitindo que “o conhecimento é possível e que a verdade existe”, embora toda afirmação da razão humana deva ser posta à prova e nada deva ser aceito inconscientemente, premissa ontológica, o conhecimento repousaria tanto no “pensamento” quanto na “experiência”, dado que “as coisas reais existem, mas não somos capazes de conhecer a sua essência”, incognoscibilidade do sujeito epistêmico, premissas epistemológicas. Derrubadas as barreiras, restaria aberto um amplo caminho para o diálogo tanto entre os paradigmas científicos da Contabilidade quanto entre os paradigmas da prática profissional da Contabilidade que, para se tornar efetivo, tem-se que enfrentar, ainda, o desafio dos dois próximos pressupostos teóricos.

6.2.3 Realinhamento do conceito objetividade-confiabilidade

Uma característica marcante que se mostrou comum aos paradigmas científico e da prática profissional da Contabilidade é o conceito de objetividade, que associado à neutralidade e verificabilidade, costuma ser a base para a confiabilidade tanto dos achados ditos científicos quanto das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, os quais, dada sua dupla origem, como demonstrado na seção 3.6, devem ser analisados separadamente. Há que se deter, primeiro, no paradigma científico, por ter se tornado hegemônico em Contabilidade por meio da Pesquisa Positiva que, como demonstrado no pressuposto anterior, tem na “experiência” o fundamento da *objetividade*, visto que as “coisas reais existem fora da

²¹¹ Importante lembrar que, neste estudo, não é tomado do *Fenomenalismo* todas as características *a priori* de Kant, conforme apresentado na seção 2.9.

nossa consciência”, a qual, para ser alcançada, precisa ver morto o “sujeito epistêmico”, a fim de livrar o conhecimento científico do juízo de valor inerente à natureza humana, algo inatingível, conforme visto na seção 2.9. Supostamente, isso poderia ser obtido por meio do método científico que, livre de viés (*neutralidade*) e passível de *verificação*, tornaria *confiável* os seus achados. Confunde-se, portanto, *objetividade* com *confiabilidade*.

Analisa-se, agora, o paradigma da prática profissional da Contabilidade, a partir do que orienta a Estrutura Conceitual (CPC 00 (R1)) sobre a característica qualitativa da *confiabilidade*, que foi renomeada para *representação fidedigna*. O item QC12 orienta que uma informação, para representar fidedignamente uma realidade, precisa ser completa, *neutra* e livre de erro, onde neutra significa desprovida de viés (item QC 14). Por sua vez, o item QC26 afirma que a *verificabilidade* “ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar”.

Observa-se que não há menção à objetividade, pois como constatou Riahi-Belkaoui (2004, p. 224): “objetividade não reflete confiabilidade, que é um conceito mais útil para os contadores”²¹². Contudo, o próprio autor observa que, na prática:

A utilidade da informação financeira depende fortemente da confiabilidade do processo de mensuração utilizado. Como garantir confiabilidade máxima é frequentemente difícil, os contadores têm empregado o princípio da objetividade para justificar a escolha dos procedimentos de mensuração²¹³ (RIAHI-BELKAOUI, 2004, p. 223).

Como destacado acima na perspectiva do paradigma científico da Contabilidade, também no paradigma da profissão contábil se confunde *confiabilidade* com *objetividade*, a qual é utilizada na prática como argumento legitimador das escolhas realizadas, escolhas estas de caráter muito mais subjetivo do que objetivo. Assim, pode-se argumentar que se trata mais de uma realidade construída socialmente do que algo verdadeiramente legítimo, como observou Watts (1996, p. 21): “Na verdade, as ideias de contabilidade estão enraizadas nos sistemas de valores da sociedade em que são inseridas e socialmente determinadas”²¹⁴. O que sugere, portanto, a necessidade de um realinhamento do conceito de objetividade, tanto no âmbito da pesquisa científica quanto no âmbito da prática profissional da Contabilidade, de forma que *confiabilidade* não seja confundida ou legitimada por uma suposta *objetividade*.

²¹² “Objectivity does not reflect reliability, which is a more useful concept for accountants.”

²¹³ “The usefulness of financial information depends heavily on the reliability of the measurement procedure used. Because ensuring maximum reliability is frequently difficult, accountants have employed the objectivity principle to justify the choice of a measurement procedure.”

²¹⁴ “Indeed the ideas of accounting are rooted in the value system of the society in which they operate and are socially determined.”

Isto tem representado um dos principais entraves para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis, conforme demonstrado na seção 3.4.2.1.

A questão da pesquisa científica já foi abordada no pressuposto anterior, restando uma análise mais aprofundada da questão prática da Contabilidade, que se tornou, a partir dos anos de 1930, fortemente regrada e influenciada pelos órgãos reguladores, os quais, como alertou Chambers (1966), estão mais preocupados em prescrever normas do que com a investigação sobre as melhores práticas, como atesta o autor:

Esses órgãos têm se preocupado mais com a prescrição de regras do que com a descoberta de regras pertinentes. É verdade que eles têm feito muitas investigações antes de prosseguir com as prescrições. Mas tais investigações são de natureza política, pois projetadas para assegurar que alguma consideração seja dada aos pontos de vista daqueles cujos interesses são afetados²¹⁵ (CHAMBERS, 1966, p. 393).

Neste sentido, Wolk *et al.* (2008) destacam que o “ambiente” da Contabilidade Financeira deve ser compreendido a partir de um contexto mais amplo, conforme demonstrado na Figura 30. Os referidos autores destacam, ainda, que há uma função política, também chamada *standard setting* ou *rule making*, desempenhada pelos órgãos reguladores, como o IASB, FASB, SEC, CVM e CPC. Assim, é importante observar que a elaboração de políticas contábeis tem por *input*, ou seja, são influenciadas diretamente pela Teoria da Contabilidade, pelos fatores políticos (regras contábeis desenvolvidas pelos órgãos reguladores) e pelas condições econômicas que, por sua vez, influenciam indiretamente a Teoria da Contabilidade e os fatores políticos.

²¹⁵ “These bodies have been more concerned with prescribing rules than with discovering pertinent rules. True, they have often made inquiries before proceeding to prescribe. But such inquiries are of a political nature, designed to ensure that some consideration is given to the views of those whose interests are affected.”

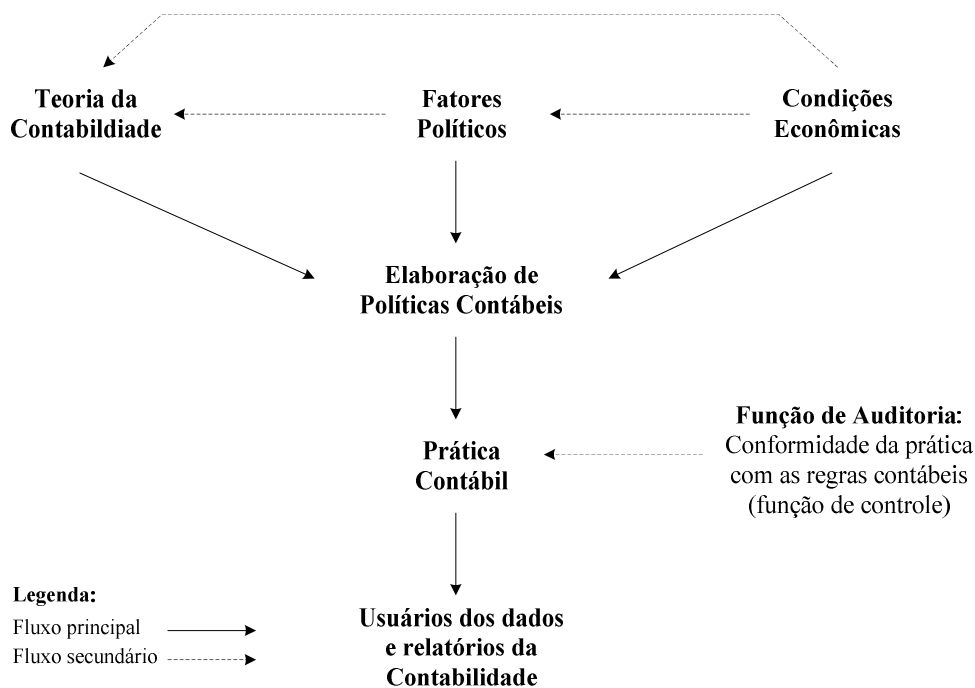


FIGURA 30 – Ambiente da contabilidade financeira
 Fonte: Adaptado de WOLK *et al.*, 2008, p. 4.

Observa-se, portanto, que a prática contábil que decorre das escolhas, ou seja, da elaboração das políticas contábeis, é fortemente influenciada por questões econômicas, políticas (regras contábeis) e pela Teoria da Contabilidade, que é incorporada às regras contábeis por meio das estruturas conceituais dos órgãos reguladores. Por sua vez, a Teoria da Contabilidade deveria ser refinada e melhorada a partir da pesquisa científica, a qual, como constatado neste estudo, está mais preocupada em testar modelos e teorias de Economia e de Finanças do que discutir as questões centrais da ciência contábil. Logo, pouco contribuindo para a prática contábil.

Outro aspecto relevante que deve ser observado, como destacou Chambers (1966), é a questão política que envolve o processo de regulamentação da Contabilidade, que pode ter o seu foco desviado das melhores práticas, tendo em vista a necessidade de considerar o ponto de vista daqueles cujos interesses são afetados. Tal aspecto permite ao autor desta tese fazer uma associação com o uso da objetividade como critério de legitimação da confiabilidade dos modelos e técnicas de mensuração de ativos, os quais sendo “objetivos” podem ser mais facilmente auditáveis, construindo socialmente uma realidade que atenda aos interesses do

mercado financeiro e de capitais e dos usuários da Contabilidade, como observaram Power (1996, 2010), Watts (1996) e Macve (2014).

Dado o objetivo da presente tese, não se aprofunda nas questões políticas que envolvem a regulamentação da Contabilidade, apenas se vale desta constatação para chamar a atenção para outro aspecto relevante que compete à pesquisa científica²¹⁶ que, sendo independente, é direcionada para a análise imparcial dos fenômenos (experiência), alinhando a sua análise crítica pelo pensamento, conforme sugerido no pressuposto anterior, para que oferte uma contribuição mais efetiva à prática contábil, como observaram Wolk *et al.* (2008). Assim, parece razoável concluir que também no âmbito da prática profissional, o conceito de objetividade deve ser realinhado, de forma a não ser “manipulado” como instrumento legitimador da confiabilidade, tornando-se um conceito muito mais relevante para a Contabilidade, como observou Riahi-Belkaoui (2004).

Desta forma, deve-se abrir caminho para uma parcela maior de subjetividade e discricionariedade, sem comprometer a confiabilidade das demonstrações contábeis, pois, como argumentado nesta tese, embora vitais para a Ciência Contábil, são evitadas, exatamente, em virtude da confiabilidade, gerando, assim, o excesso de conservadorismo ainda presente nas normas contábeis, o qual, em princípio, contribui para a construção de uma realidade social em que as coisas objetivas são auditáveis e, uma vez auditáveis, são mais confiáveis, na medida em que a auditoria exerce uma função de controle sobre a aplicação das regras contábeis, conforme ilustra a Figura 30, o que, por fim, acaba por reforçar e legitimar a função dos órgãos reguladores. Daí o aspecto político enfatizado por Chambers (1966) e Wolk *et al.* (2008).

6.2.4 Redução do conservadorismo contábil

Ante o exposto, embora a objetividade não seja mais reconhecida com uma característica qualitativa da informação contábil pelas Normas Internacionais de Contabilidade, esta se mostra presente nas restrições para o reconhecimento dos ativos intangíveis, como demonstrado na seção 3.4.2.1, além de servir como argumento legitimador da confiabilidade. Assim, concluiu-se no pressuposto anterior, que tanto no paradigma

²¹⁶ Importante destacar, ainda, como observou Mattessich (2008, p. 83), que sem uma “investigação profunda sobre a realidade que a disciplina contábil tenta representar (embora de uma maneira pragmática), bem como sobre a forma e até que ponto ela realmente atinge tal representação, a pesquisa científica é obrigada a continuar a ser um fragmento intelectual. (“*Without a profound inquiry into the reality that our discipline tries to represent (though in a pragmatic way), as well as how and to what extent it actually achieves such representation, academic accounting is bound to remain an intellectual fragmente*”).

científico quanto no paradigma da prática profissional da Contabilidade, a objetividade encontra-se implicitamente presente: (i) na prática profissional, por ter sido excluída da estrutura conceitual, embora continue influenciando o não reconhecimento dos ativos intangíveis, por exemplo; e (ii) na prática científica, por ser um pressuposto filosófico pouco ou nada conhecido dos pesquisadores positivistas da Contabilidade.

Como argumentado, não se propõe, neste estudo, a substituição de um paradigma por outro, e da mesma forma, não se propõe substituir a objetividade pela subjetividade. Ao contrário, ora se reconhece a importância de ambas, embora também seja reconhecido que a subjetividade oferece um desafio maior para ser operacionalizada do que a objetividade. Todavia, diante da natureza da Contabilidade e da sua dependência dos *accruals* e da discricionariedade (conforme demonstrado na seção 3.2.3), bem como das anomalias provocadas pelos ativos intangíveis ao longo do século XX, (conforme demonstrado nas seções 1.1, 3.2.1, 3.2.4 e 3.3), entende-se que não é possível furta-se dessa discussão, muito menos tendo consciência de que sua origem repousa sobre o paradigma positivista, do lado da ciência, e sobre os interesses de legitimação das normas contábeis, do lado prático, cujo paradigma do custo histórico foi um dos seus primeiros representantes. Pode-se observar, ainda, conforme constatado por Chambers (1966), que

Talvez mais cedo, mas, certamente, durante o século dezenove, a contabilidade parece ter sido fortemente influenciada pelo objetivo de proteção dos credores; um dos seus vestígios é a noção de conservadorismo contábil²¹⁷ (CHAMBERS, 1966, p. 428).

Desta forma, propõe-se a redução do conservadorismo ainda presente nas normas contábeis, abrindo espaço para uma parcela maior de subjetividade e discricionariedade na avaliação dos ativos intangíveis. Mas como isto poderia ser operacionalizado em termos práticos? A resposta é relativamente simples: a partir dos modelos e técnicas de avaliação disponíveis na Teoria Econômica e de Finanças, apresentados na seção 3.5, que são reconhecidos e aceitos como confiáveis quando da aquisição de ativos intangíveis, seja nos casos de transações individuais (CPC 04), como por exemplo, marcas, patentes e direitos autorais, seja nos casos de fusões e aquisições (CPC 15).

A subjetividade e a discricionariedade se fazem presentes, na medida em que, para se aplicar esses modelos e técnicas, há necessidade de projeção dos seus fluxos de caixa e do exercício de escolhas e de julgamentos, os quais são intrinsecamente associados tanto à aplicação desses modelos quanto ao próprio processo contábil. A aplicação desses modelos à

²¹⁷ “Perhaps earlier than, but certainly during, the nineteenth century, accounting appears to have been strongly influenced by the objective of protecting creditors; one of its vestiges is the notion of conservative accounting.”

avaliação de ativos intangíveis traz desafios semelhantes à avaliação de ativos tangíveis, mesmo que a incerteza, característica essencial dos intangíveis, ofereça um desafio adicional para a estimativa dos fluxos de caixa futuros e de variáveis como risco e retorno. O próximo pressuposto abordará esse tema.

Assim, é importante destacar, como observaram Mattessich (2008) e Iudícibus (2010), que a Contabilidade requer *ética* na mesma medida que considerações econômicas e sociais. Não parece razoável que se evite a subjetividade e a discricionariedade por causa da possibilidade de gerenciamento e manipulação dos resultados. Sempre que algum evento econômico é associado a perdas relevantes, como por exemplo, a Grande Depressão de 1929, as fraudes da Enron e da Worldcom nos anos 2000, a crise financeira de 2008 e o escândalo na Petrobras em 2014, as práticas contábeis e de auditoria são colocadas em xeque e a sua “objetividade” é evocada como instrumento restaurador, quase místico, denominado “legitimador” parágrafos acima.

Desvia-se a atenção do ponto que realmente importa, qual seja: da conduta ética e moral, para os aspectos contábeis que têm se mostrado secundários. Em 1929, como observaram Riahi-Belkaoui (2004) e Scott (2012), existia uma discricionariedade plena presente nas demonstrações contábeis, dado que não existiam ainda os órgãos reguladores nem do governo nem da Contabilidade, o que acabou por legitimar tanto a criação e a existência desses órgãos quanto a institucionalização do custo histórico, como evidência objetiva dos resultados econômicos obtidos pelas empresas. Nos anos 2000, os casos de fraude da Enron, Wordcom e outras organizações, reacenderam as discussões sobre as práticas contábeis e de auditoria, as quais encontravam-se fortemente regradas pelos órgãos reguladores do governo e da Contabilidade, no caso dos EUA, SEC e FASB, respectivamente. Constatou-se, mais tarde, que os auditores haviam detectado as fraudes, sugerindo não se tratar apenas de uma questão técnica, mas e principalmente, de uma questão ética e moral, o mesmo podendo ser observado na crise financeira de 2008 e no escândalo da Petrobras em 2014.

Como concluiu Rui Barbosa, em 1913, a crise atualmente vivenciada é uma crise ética e moral, da qual as crises social, econômica e financeira não possam de meros sintomas. Diante de tais argumentos, resta enfrentar as questões da subjetividade e da discricionariedade, desenvolvendo mecanismos e instrumentos que permitam a sua aplicação de forma confiável e até verificável. Os desafios que se colocam à frente podem ser substancialmente reduzidos com o auxílio de: (i) códigos de ética e de conduta; (ii) governança corporativa; (iii) sistemas de controle internos consistentes; (iv) auditoria interna

e externa (independente); (v) formação profissional de alto nível; (vi) fundamentação e documentação das principais escolhas e julgamentos realizados; e (vii) fiscalização e punição exemplar dos desvios e excessos por má fé, falta de ética, negligência, imprudência e imperícia profissional.

6.2.5 Tratamento, reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis

Reconhecidas as anomalias provocadas pelos ativos intangíveis e a crise de representação contábil delas decorrente, abertos os caminhos para a comensurabilidade entre os paradigmas e para a redução do excesso de conservadorismo presente nas normas contábeis, possa-se agora, a exemplo do procedimento seguido ao longo desta tese, argumentar em favor do reconhecimento e da mensuração de parcela maior dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, em especial no Balanço Patrimonial. Todavia, para levar a termo tal argumentação, necessário se torna abordar três aspectos fundamentais: (i) o tratamento contábil específico dos ativos intangíveis, (ii) o seu reconhecimento no Balanço Patrimonial, e (iii) os modelos disponíveis para a sua mensuração.

O primeiro aspecto a ser observado é o *tratamento contábil específico a ser dado aos ativos intangíveis*, de forma que estes não sejam confundidos e tratados como os ativos tangíveis, o que tem levado ao seu não reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis, a causa das anomalias observadas a partir da segunda metade do século XX, conforme exposto nas seções 3.3 e 3.6. Assim, como discutido na seção 3.4.2.2, é necessário que sejam respeitadas as suas características e particularidades, dentre as quais se destacam a imaterialidade, a invisibilidade e a incerteza quanto aos seus aspectos futuros.

Como visto na seção 3.4.1, a natureza intocável (imaterialidade) e invisível e a incerteza inerente ao futuro dos ativos intangíveis não significa, necessariamente, que sejam imperceptíveis, inseparáveis ou imensuráveis, mas que representam um desafio adicional em relação aos ativos tangíveis que são facilmente identificáveis e separáveis, mas que também apresentam incertezas associadas ao seu futuro. Uma vez observada as diferenças entre os ativos tangíveis e os ativos intangíveis, faz-se necessário, ainda, observar as diferenças que podem existir entre os próprios ativos intangíveis.

Como argumentado na seção 3.4.2.2, existe um grau de intangibilidade gerado pelo Fluxo Intangível das interações intangível-tangível, que permite a identificação de três grandes grupos de ativos intangíveis (ver Figura 11): (i) aqueles que têm características muito próximas dos ativos tangíveis e são facilmente separáveis; (ii) aqueles que são mais difíceis

de serem separados, embora possam ser identificados, e que geram caixa para toda a empresa; e (iii) aqueles que são completamente intangíveis e cuja separação é complexa e, às vezes, impossível. Dado o suporte teórico disponível em Economia e Finanças, conforme exposto na seção 3.5, propõe-se o tratamento contábil abaixo descrito:

- 1 *para o primeiro grupo* – haja vista que são facilmente separáveis e seus fluxos de caixa não oferecem grandes desafios para a sua projeção, poderiam ser objeto de reconhecimento no Balanço Patrimonial;
- 2 *para o segundo grupo* – dado o seu grau intermediário de intangibilidade é necessária uma subdivisão, pois trata-se de ativos intangíveis que geram caixa em conjunto com outros ativos tangíveis e intangíveis. Assim, os ativos intangíveis que puderem ser identificados, e não necessariamente separados por gerarem caixa em conjunto com outros ativos, poderiam ser objeto de reconhecimento no Balanço Patrimonial, enquanto os demais ativos intangíveis não identificáveis, portanto, de característica residual, a exemplo do *Goodwill*, seriam objeto apenas de evidenciação em Nota Explicativa, que poderia apresentar, inclusive, uma estimativa de valor; e
- 3 *para o terceiro grupo* – dado o seu elevado grau de intangibilidade e o altíssimo grau de incerteza em relação aos seus fluxos de caixa futuros, seriam objeto somente de evidenciação em Nota Explicativa, não sendo obrigatória a apresentação de uma estimativa de valor, embora esta seja possível.

O tratamento proposto tem por premissa a necessidade de reconhecimento dos ativos intangíveis não só no momento da sua aquisição, mas também no momento em que estes ativos são gerados, mesmo que internamente. Outra premissa é que a base de mensuração é determinada a partir do modelo a ser utilizado na avaliação do ativo intangível, de forma a se respeitar as características do ativo ou grupo de ativos intangíveis. Assim, adota-se o modelo multiparadigmático de mensuração já incorporado à prática contábil, onde se pode utilizar o custo corrente, o valor realizável líquido, o valor justo e até mesmo o custo histórico.

Como discutido na seção 3.5, não há qualquer impedimento nas teorias econômicas e de finanças para a avaliação de ativos, sejam eles tangíveis ou intangíveis, geradores de caixa individual ou coletivamente, teorias essas amplamente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, sendo aceitas, inclusive, nos casos de aquisições pelos CPC 04 e CPC 15 e recomendadas pelo CPC 46. As restrições são oriundas do paradigma contábil que, a reboque

tanto da subjetividade inerente ao processo de avaliação de qualquer ativo quanto do excesso de conservadorismo presente nas normas contábeis, evita o seu não reconhecimento sobre o pretexto da objetividade-confiabilidade. Portanto, o que pode parecer um escândalo ao paradigma contábil, é algo comum e trivial ao paradigma econômico e de finanças, além de ser prática habitual de mercado.

Como observou Martins (1972, p. 58): “O Princípio do Custo como Base de Valor e outros utilizados pela Contabilidade, desde há séculos atrás, muito tem restringido a aceitação de vários itens como elementos componentes do Ativo”. O que se propõe nesta tese, ao questionar o paradigma contábil vigente é dar uma contribuição para a redução desses elementos que não são reconhecidos como ativo, mesmo o sendo por natureza.

Tal proposta remete ao segundo aspecto a ser observado: *o reconhecimento dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial*. Esta é uma questão que parece consolidada em termos de avaliação de empresas, porém, na esfera do poder explicativo das demonstrações contábeis ainda gera controvérsias. Daí a necessidade do posicionamento deste pesquisador. Conforme dito, em termos de avaliação de empresas esta questão parece consolidada, pois tanto os Modelos de Fluxos de Caixa Descontado quanto os Modelos de Lucros Residuais e Anormais, dentre os quais, em termos contábeis, merecem destaque o RIV²¹⁸ e AEG²¹⁹, conseguem capturar adequadamente o valor das empresas. Pelo menos, é o que os diversos testes desses modelos têm mostrado, e isto independente de serem os ativos intangíveis reconhecidos como ativo no Balanço Patrimonial ou como despesa na Demonstração de Resultados, visto que “no longo prazo, todos são nada mais nada menos do que distribuições temporais diferentes do mesmíssimo fluxo físico de caixa. Assim, no longo prazo, são todos convergentes para um único valor de lucro” (MARTINS, 2001, p. 7).

Todavia, esse procedimento se restringe a certas operações e a certos usuários que tenham conhecimento e condições de estimar esse valor, o qual se refere à empresa como um todo, não sendo apresentado nas demonstrações contábeis como informação adicional, não contribuindo, portanto, para a demonstração e análise da situação patrimonial, financeira e econômica das empresas. Logo, não contribuindo para restabelecer o poder explicativo das demonstrações contábeis que, segundo Lev (2001), Macintosh (2002), Hand e Lev (2003) e Scott (2012), tem no “não reconhecimento dos ativos intangíveis” seu principal elemento motivador. Assim, é necessário o reconhecimento dos intangíveis como “ativo”, e como tal devem ser apresentados no Balanço Patrimonial, como observou Martins (1972, p. 91):

²¹⁸ Ohlson (1995).

²¹⁹ Ohlson (2005) e Ohlson e Juettner-Nauroth (2005).

“Tivessem os balanços hoje a apresentação desses elementos econômicos [os ativos intangíveis], a própria tarefa do analista e do investidor seria facilitada”.

Todavia, autores como Penman (2009) argumentam que os ativos intangíveis não precisam ser reconhecidos no Balanço Patrimonial, haja vista a existência de modelos como o RIV, que a partir da Demonstração de Resultados são eficientes em obter o valor das empresas, acrescentando que dada à incerteza quanto aos fluxos de caixa futuros dos ativos intangíveis é desejável evitar o efeito da “especulação” que tais projeções poderiam incorporar ao Balanço Patrimonial, a qual deve ser reservada aos avaliadores e não aos contadores. Quanto à questão de que modelos como o RIV sejam eficientes em capturar o valor das empresas no longo prazo, a partir de projeções da Demonstração de Resultados, como acima demonstrado, concorda-se, neste estudo, com Penman (2009).

Contudo, como também ora demonstrado, o seu não reconhecimento como “ativo” compromete o poder explicativo das demonstrações contábeis, haja vista que omite aspectos relevantes da situação patrimonial e financeira das empresas e, como alertou Scott (2012) (conforme discutido na seção 3.4.2.1), distorce a situação econômica, na medida em que o reconhecimento com atraso dos intangíveis como “custo” gera um descompasso entre as receitas e despesas apresentadas na Demonstração de Resultado. Quanto à questão da especulação, tratada no pressuposto anterior ao se abordar a subjetividade e a discricionariedade necessárias ao processo contábil, estas devem estar sujeitas a uma ilibada conduta ética e moral, cujos desvios e excessos devem ser exemplarmente punidos, visto que não se pode ver as demonstrações contábeis reféns da má conduta ou má formação dos profissionais responsáveis pela sua elaboração e divulgação.

Em um último comentário sobre a especulação, tem-se que, segundo Penman (2009), ela deve ser deixada para os avaliadores e não para os contadores. Primeiro, no contexto deste estudo, entende-se especulação como a subjetividade inerente ao processo de avaliação e não como má conduta, o que permite observar, ainda, que essa mesma subjetividade, ou especulação, também está presente no RIV, por meio das projeções de lucros residuais futuros que serão trazidos a valor presente por uma taxa de desconto, a fim de corrigir o PL inicial. Segundo, como profetizou Baxter em 1950: “o bom contador do futuro será um especialista em avaliação”²²⁰, ou seja, nós contadores não podemos ignorar ou desconhecer os modelos de avaliação de ativos, logo, devemos estar preparados para lidar com a subjetividade, a

²²⁰ “The good accountant of the future will be an expert in valuation.”

discricionariedade e a especulação, bem como com a responsabilidade ética e moral e a formação profissional que estes exigem.

Entretanto, faz-se importante destacar, a exemplo do que observou McCarthy (2004), que não se trata de apresentar no Balanço Patrimonial uma coletividade de probabilidades estatísticas, ou como observou Penman (2009), de incorporar ao Balanço Patrimonial valores especulativos. Trata-se de aplicar à prática contábil os modelos de avaliação de ativos suportados pelas teorias de Economia e Finanças, os quais vêm sendo testados, inclusive, pelos pesquisadores da Contabilidade. Ou seja, nada trivial ou arbitrário, pois, ao contrário, são modelos robustos e bem fundamentos que colocam o contador diante da responsabilidade de lidar com a subjetividade e a discricionariedade, que exigem, como demonstrado neste estudo, uma ilibada conduta ética e moral associada a uma formação profissional de alto nível, que o coloca diante do desafio de fundamentar adequadamente as escolhas e julgamentos realizados, permitindo, assim, a verificação dos seus motivadores.

Ante o exposto, resta lembrar os *modelos disponíveis para a mensuração dos ativos intangíveis*. Como observado na seção 3.4.2.2, um dos alegados motivos para o não reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis é a ausência de um método ou modelo único de avaliação que seja amplamente aceito para a sua avaliação. Conforme observou Martins (1972, p. 59) ao tratar do registro contábil de ativos intangíveis: “a contabilidade jamais conseguiu, nem em teoria e tampouco na prática, uma homogeneização no tratamento dessa questão”.

Assim, dada à diversidade de naturezas e particularidades dos ativos intangíveis, ilustradas na Figura 11, não parece possível a nenhum modelo particular capturar a essência de todo ativo intangível, sendo necessário, portanto, reconhecer que ativos intangíveis específicos devem ser objeto de modelos de avaliação específicos. Desta forma, argumentou-se na seção 3.4.2.2, que se deve admitir a aplicação de outros modelos, e não esperar pela inspirada invenção de um modelo único, um supermodelo que estranhamente, com certeza, seja possível aplicar à avaliação de todo e qualquer tipo de ativo intangível.

Mais uma vez, à luz das teorias de Economia e Finanças, a seção 3.5 demonstrou tal possibilidade, ao apresentar vários modelos consistentes à disposição dos contadores e avaliadores. A propósito, como observou Damodaran (2007, p. 443): “o problema em avaliação não é a insuficiência de modelos para se avaliar um ativo, mas sim o excesso”, o que demanda os cuidados abordados na seção 3.5 para a escolha adequada do modelo a ser aplicado. No Capítulo 5 também ficou demonstrado que esses modelos podem ser adequadamente utilizados para a identificação e avaliação de diversos ativos intangíveis.

Destacou-se, nas seções 3.4.1 e 3.4.2, que a característica mais comum dos ativos intangíveis talvez seja a incerteza associada aos seus resultados futuros, o que interpõe o dilema risco-retorno, aspecto crucial em qualquer modelo de avaliação, muito pouco observado pela Teoria da Contabilidade²²¹, motivo, talvez, de ser a Abordagem de Custo, cuja origem é a própria Contabilidade, o modelo menos utilizado pelo mercado para a avaliação de ativos, tendo a sua aplicação quase restrita aos casos em que não é possível aplicar as Abordagens da Renda ou de Mercado.

Assim, destacou-se na seção 3.5, que Bernstein (1997), Brealey e Myers (2005) e Domadoran (2009) alertam para o fato de que, embora o risco seja sempre entendido a partir de sua dimensão negativa, associado à perda, a sua adequada gestão o configura também em uma oportunidade. Daí a máxima econômica de que “quanto maior o risco maior o retorno”, o que expõe uma dimensão positiva do risco. Porém, afirmou-se que, inversamente, os contadores são treinados sob a máxima “custo ou mercado dos dois o menor”, e por isso, enquanto o mundo dos negócios caminha na direção das oportunidades, administrando as ameaças, a Contabilidade evita as ameaças com excesso de conservadorismo, perdendo a oportunidade de melhor servir a sociedade.

Espera-se, assim, provocar uma reflexão acerca do paradigma vigente, que por não receber a devida atenção dos pesquisadores da Contabilidade, acabou por não acompanhar a evolução, em termos de avaliação de ativos, das teorias econômicas e de finanças, tendo no valor justo, talvez, a maior inovação dos últimos anos, que embora amplamente disseminada na literatura ainda provoca inúmeros debates sobre suas vantagens e desvantagens.

Dentre os modelos de avaliação de ativos mais utilizados, como visto nas seções 3.5.1 a 3.5.3, está o Modelo de Fluxo de Caixa Descontado, preferido do mercado e mais recomendado pela literatura de Finanças e Contabilidade, do qual se originam modelos específicos para a avaliação de ativos intangíveis como o *Relief from Royalties* (RFR), o *With and Without Method* (W&WM) e o *Greenfield Method*, recomendados para o primeiro grupo do Grau de Intangibilidade proposto na seção 3.4.2.2, já que se destinam a ativos que geram fluxos de caixa sozinhos, e como o *Multi-period Excess Earnings Method* (MPEEM), recomendado para o segundo²²² grupo do Grau de Intangibilidade, uma vez que esses ativos geram fluxos de caixa em conjunto com outros ativos.

²²¹ Como destaca Penman (2001), a Contabilidade incorpora os riscos por meio de Inadimplência, Provisões para Contingências e informações adicionais em Notas Explicativas. Observa-se que não se trata de uma variável incorporada a um modelo, a exemplo do CAPM, que permita a sua análise, estimativa ou projeção.

²²² O MPEEM também pode ser aplicado a ativos intangíveis do primeiro grupo do Grau de Intangibilidade.

Como alternativa de avaliação para os ativos do primeiro e segundo grupos do Grau de Intangibilidade podem ser listados os modelos da Abordagem de Mercado, pautados na avaliação relativa ou por múltiplos, e os modelos da Abordagem de Custo, pautados nos valores correntes dos ativos. Já o terceiro grupo do Grau de Intangibilidade, que contempla os ativos mais intangíveis, os sofisticados modelos da Abordagem de Precificação de Opções têm se mostrado os mais adequados, dada a aderência das suas premissas às características desses ativos.

6.2.6 Melhor *disclosure* contábil

Uma estratégia que pode se configurar tanto numa alternativa quanto num complemento à proposta realizada na seção anterior é a *divulgação voluntária*²²³ de informações sobre os ativos intangíveis a serem incluídas em Notas Explicativas. Essa estratégia já foi observada e recomendada por diversos autores, como Martins (1972), Palepu e Healy (2008), Amaral (2012) e Scott (2012). Todavia, a divulgação voluntária em Notas Explicativas tem menor impacto sobre o poder explicativo das demonstrações contábeis, pelo menos a partir dos modelos estatísticos que usualmente são utilizados para avaliá-lo. Desta forma, propõe-se que a divulgação voluntária seja utilizada como complemento à proposta realizada na seção anterior, que contempla a utilização dessas notas, em especial, para os grupos 2 e 3 do Grau de Intangibilidade.

Neste sentido, o objetivo da divulgação voluntária seria apresentar e fundamentar as principais escolhas e julgamentos realizados na avaliação dos ativos intangíveis reconhecidos no Balanço Patrimonial²²⁴, de modo a permitir o conhecimento e a verificação dos seus motivadores, como por exemplo, informações sobre os fluxos de caixa projetados, taxas de desconto, tratamento do risco, estimativas de vida útil, metodologia de amortização ou *impairment*, quando for o caso, dentre outras. Adicionalmente, para os itens não reconhecidos no Balanço Patrimonial, como o caso de alguns ativos do grupo 2 e dos ativos do grupo 3 do Grau de Intangibilidade, poderia ser apresentada uma relação dos ativos intangíveis de cada grupo, seguida de uma descrição e expectativas futuras em relação a cada ativo intangível. Para os casos em que uma estimativa de valor seja divulgada para esses ativos, as mesmas

²²³ Voluntária, no sentido de que não é exigida pelos órgãos reguladores do governo ou da Contabilidade, e constitui uma iniciativa da empresa que apresenta as demonstrações contábeis, para melhor informar os diversos interessados (*stakeholders*).

²²⁴ Ativos do grupo 1 e parte dos ativos do grupo 2 do Grau de Intangibilidade.

informações sugeridas acima para os ativos reconhecidos no Balanço Patrimonial devem ser apresentadas.

Anualmente, as projeções, expectativas e estimativas, bem como as informações divulgadas no ano anterior deveriam ser revisadas e comparadas, sendo que qualquer alteração deveria ser analisada, reportada e justificada, apresentando, assim, uma análise da evolução de cada grupo de ativos intangíveis, como por exemplo, marcas, patentes, franquias, *softwares* etc. A ideia central é criar uma representação abrangente dos ativos intangíveis que contemple não somente a sua avaliação e fundamentação, mas também permita a apresentação de como esses ativos geram valor para a empresa, mesmo que em conjunto com outros ativos. Assim, seriam extrapolados os limites e as fronteiras do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, passando pelas Notas Explicativas e chegando às estratégias da administração para a materialização dos fluxos de caixa futuros esperados, assegurando a transparência das informações relacionadas aos ativos intangíveis.

Foi neste sentido que se intitulou este pressuposto de “melhor *disclosure* contábil”, por assimilar a necessidade de se extrapolar as fronteiras do paradigma vigente, sob pena de não ver alinhadas as demonstrações contábeis com a realidade social do século XXI, onde os ativos intangíveis desempenham papel cada vez mais relevante na Nova Economia gerada a partir da Era da Informação e da Revolução Digital. Dada a sua relevância e impacto sobre o caixa e o resultado das empresas, mesmo aquelas tangível-intensivas, parece fundamental a representação abrangente sugerida neste pressuposto.

Um modelo robusto que vem se consolidando ao redor do mundo e que pode auxiliar na representação abrangente dos ativos intangíveis é o *Integrated Reporting*²²⁵ (IR) desenvolvido pelo *International Integrated Reporting Council*²²⁶ (IIRC). Segundo o IIRC (2013, p. 7), o IR “é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo”²²⁷.

Assim, o IR deve explicar como uma empresa gera valor ao longo do tempo, processo que pode ser observado na Figura 31. Como a geração de valor é influenciada pelo ambiente externo, pelas relações com as partes interessadas, e por outros fatores, o IR deve fornecer uma visão abrangente sobre todos esses fatores. O ambiente externo inclui as condições e fatores econômicos, mudanças tecnológicas, temas da sociedade, desafios ambientais, dentre

²²⁵ Relato Integrado.

²²⁶ Conselho Internacional para Relato Integrado.

²²⁷ “Is a concise communication about how an organization’s strategy, governance, performance and prospects, in the context of its external environment, lead to the creation of value over the short, medium and long term.”

outros aspectos que determinam o contexto no qual a empresa atua e gera valor. Assim, o ambiente externo fornece os capitais que fomentam as relações entre as partes interessadas, que são definidos pela Estrutura Conceitual do IR, como: Capital Financeiro, Capital Manufaturado, Capital Intelectual, Capital Humano, Capital Social e Capital Natural.

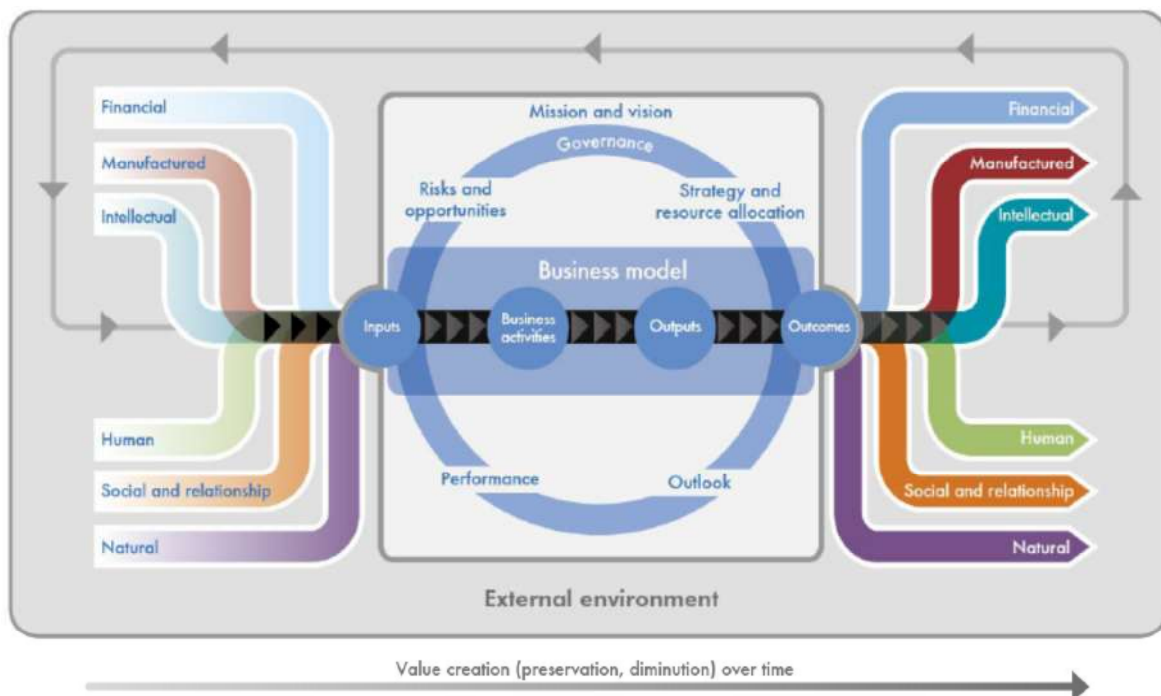


FIGURA 31 – Processo de geração de valor
Fonte: IIRC (2013).

Esses capitais constituem os *inputs* da atividade empresarial operacionalizada a partir do modelo de negócio da empresa, por sua vez, orientado pela visão, missão e pelo modelo de governança corporativa, cujos responsáveis respondem pela supervisão e geração de valor. A administração deve estar atenta às oportunidades, riscos e ameaças, estratégia, alocação de recursos, desempenho e seu impacto interno e externo. Importante observar que a administração deve atentar, ainda, para os produtos e resultados da sua atividade empresarial, por gerarem novos *inputs* para a própria empresa e para o ambiente externo. Isso é importante, porque o processo de geração de valor para a empresa deve gerar valor também para terceiros e para a sociedade como um todo, o que justifica a divulgação do IR.

Segundo a Estrutura Conceitual do IIRC, o Capital Intelectual é constituído dos ativos intangíveis baseados em conhecimento, como por exemplo, propriedade industrial (patentes, direitos autorais, *softwares*, direitos e licenças) e capital organizacional (conhecimento tácito,

sistemas, processos e protocolos). Os demais capitais podem ser assim sumarizados: Capital Financeiro (obtido por meio de financiamentos, acionistas etc.), Capital Manufaturado (ativos tangíveis, como prédios, máquinas etc.), Capital Humano (habilidades e competências das pessoas e sua capacidade para inovar), Capital Natural (recursos ambientais renováveis ou não) e Capital Social (instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes).

Observa-se que as relações entre os capitais e o ambiente externo do modelo do IIRC correspondem ao fluxo intangível gerado pelas relações intangível-tangível, conforme apresentado e discutido no Capítulo 3. Daí a possibilidade do IR auxiliar na representação abrangente dos ativos intangíveis e a sua geração de valor. Todavia, para que esta associação seja maximizada, torna-se necessário considerar os pressupostos apresentados ao longo deste capítulo.

6.2.7 Aplicação integrada das funções contábeis

O último pressuposto a ser apresentado, e que também deve contribuir para o restabelecimento do poder explicativo das demonstrações contábeis, é o resgate e a integração das três principais funções da Contabilidade, quais sejam: função avaliação, função controle e função legal. Macve (2014) observou que, dada a ênfase dos órgãos reguladores sobre a função avaliação da Contabilidade, as funções controle e legal têm sido relegadas a segundo plano, pelo menos no âmbito da regulação e do paradigma dominante da Ciência Contábil.

Conforme Mattessich (2008), e apresentado na seção 3.2.1, é possível observar, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento de três grandes funções da Contabilidade: (i) voltada para a geração de informações para os usuários externos e divulgadas por meio das demonstrações contábeis. Daí a sua ênfase na avaliação dos elementos patrimoniais, tarefa atribuída, mais tarde, à chamada Contabilidade Financeira (função avaliação); (ii) voltada para a geração de informações para os usuários internos com ênfase no controle, tarefa mais tarde atribuída à Contabilidade Gerencial (função controle); e (iii) voltada para a geração de informações para atender aos sistemas legal e tributário, em especial nos países *Code Law*, tarefa que depende tanto da Contabilidade Financeira quanto da Contabilidade Gerencial, mas que alguns, mais tarde, iriam denominar Contabilidade Tributária (função legal).

Um fato curioso que pode ser observado a partir do século XX (a Figura 9 apresentada na seção 3.3 pode ser útil em termos ilustrativos), é que especialmente a partir dos anos 1980, com a hegemonia exercida pelo positivismo sobre a pesquisa acadêmica em Contabilidade,

parece surgir uma divisão entre a pesquisa associada com os temas da Contabilidade Financeira – fortemente alinhada com as teorias de Economia e Finanças importadas para a Contabilidade, que veio a se constituir na chamada Pesquisa Positiva em Contabilidade – e a pesquisa associada com os temas da Contabilidade Gerencial, que sem vínculo direto com as questões da Pesquisa Positiva em Contabilidade, e sem dispor da mesma base de dados para a replicação do método científico imposto pelo *positivismo*, começa a se dedicar aos temas multiparadigmáticos importados de outras áreas das Ciências Sociais (a seção 2.8 apresentou diversos trabalhos que podem corroborar esta conclusão, dentre eles, Tinker *et al.* (1982), Tomkins e Groves (1983), Christenson (1983), Hopper e Powell (1985), Chua (1986), Covaleski e Aiken (1986), Gaffikin (1987), Morgan (1988), Williams (1989), Lukka (1990) e Laughlin (1995), podendo-se acrescentar, ainda, Hopwood (1977, 1978).

Nesta direção, por uma via diferente do apresentado até aqui, observa-se, pelo menos, uma das origens do desvio da pesquisa contábil das questões centrais da Teoria da Contabilidade, que monopolizaram o debate da “era de ouro da pesquisa *a priori*” em Contabilidade. Independente da origem, parece que a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial caminham em direções diferentes, embora relacionadas, nas quais cada uma atua em um universo contábil paralelo, pois a primeira voltada para os usuários externos e a segunda voltada para os usuários internos e outros temas multiparadigmáticos. Talvez fosse possível argumentar que se trata de outro paradigma a ser mediado, haja vista a dicotomia observada nos congressos, nos periódicos da área e nas linhas de pesquisa dos programas de mestrado e doutorado em Contabilidade, em que a FEA-USP parece ser o melhor exemplo brasileiro para os três espaços acadêmicos mencionados.

Em que pese a necessidade de maior aprofundamento quanto à origem dessa dicotomia, dado o tema desta tese, interessa argumentar em favor do diálogo dessas duas funções da Contabilidade, conforme observou Macve (2014). Como a Contabilidade Gerencial (função controle) está voltada para as questões internas como controle, custos, orçamento, metas de resultado, análises de custo-volume-lucro, dentre tantas outras, esta pode constituir uma fonte poderosa de informações sobre os ativos intangíveis e seu relacionamento com outros ativos geradores de caixa e valor para a empresa, conforme visto na seção 5.3. Devidamente coordenadas, a função avaliação e a função controle podem se complementar mutuamente, gerando diversos benefícios tanto para os usuários internos quanto para os usuários externos.

Uma vez integradas e coordenadas, as funções avaliação, controle e legal podem constituir um importante instrumento de gestão voltado para a criação de valor, conforme

sugerido pelo IIRC e ilustrado na Figura 31. Novamente, cabe aos pesquisadores e contadores reduzirem as barreiras criadas pelas dicotomias e pelos paradigmas, para caminhar na direção dos poucos explorados pontos de intercessão. As bases filosóficas e teóricas desta tese sugerem um amplo caminho para a mediação da Contabilidade Financeira (função avaliação) com a Contabilidade Gerencial (função controle), bem como com a Contabilidade Tributária (função legal), pois como observou Chambers (1966):

Na medida em que o conhecimento avança, torna-se cada vez mais difícil traçar linhas nítidas de demarcação entre matemática e lógica, química e física, biologia e psicologia, e muitos outros pares de campos designados separadamente. Haverá disputas sobre fronteiras e limites somente se supusermos que algumas partes de todo o conhecimento pode ser isolada de outras partes. A classificação convencional em campos não é mais que uma conveniência considerável²²⁸ (CHAMBERS, 1966, p. 12).

6.3 Aplicação empírica

Como a perspectiva teórica apresentada neste capítulo argumenta em favor do reconhecimento dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial, um teste empírico que procure mensurar se os ativos intangíveis impactam ou não o poder explicativo das demonstrações contábeis, deveria comparar o poder explicativo dessas demonstrações “antes” e “depois” do reconhecimento dos ativos intangíveis, gerando as seguintes possibilidades²²⁹: (i) o próprio pesquisador tem a oportunidade de avaliar os ativos intangíveis – situação improvável que demandaria significativa dedicação de tempo e outros recursos; (ii) o pesquisador identifica empresas de capital aberto ou que divulguem as suas demonstrações contábeis que tenham adquirido ativos intangíveis – situação possível que demanda a identificação de tais casos em um universo de grande variedade de dados, mas de qualquer forma restrita aos casos de aquisição; e (iii) o pesquisador tem acesso à Alocação do Preço de Compra nos casos de Fusões & Aquisições – situação possível, mas restrita aos casos em que esses dados são divulgados, e ainda, incomum e sujeita à mesma restrição do item 2 e aos casos em que se tem

²²⁸ “As knowledge is advanced, it becomes increasingly difficult to draw sharp lines of demarcation between mathematics and logic, chemistry and physics, biology and psychology, and many other pairs of separately designated fields. There will be disputes over border and limitations only if we suppose that some parts of all knowledge may be isolated from other parts. Conventional classification into fields is no more than a considerable convenience.”

²²⁹ Poder-se-ia alegar uma quarta possibilidade nos casos de adoção inicial das Normas Internacionais, mas os ativos intangíveis não são objeto de utilização do valor justo como custo atribuído, restando apenas os casos de aquisição, já citados no item (2), e o reconhecimento dos ativos intangíveis gerados internamente, o que, como demonstrado na seção 3.4.2.1, está restrito a casos particulares, quando se compara o universo contábil como um todo. Outra alternativa seria identificar a variação positiva dos intangíveis das companhias abertas e testá-las, pois sugere aquisição ou reconhecimento de intangíveis gerados internamente, sujeitos às mesmas restrições já mencionadas.

acesso direto aos laudos de avaliação, caso do estudo multicaso apresentado no Capítulo 5. Adicionalmente, as três possibilidades devem enfrentar ainda a questão da quantidade de dados observáveis, para que se torne possível uma análise estatística que possa conferir-lhes poder de generalização e atendimento às premissas dos modelos estatísticos utilizados.

Neste sentido, foram analisados os laudos de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de 2005 a 2015, disponíveis no site da CVM, na tentativa de identificação de ativos intangíveis, e consultadas as bases Economática© e Thomson Reuters©, em busca de informações sobre operações de fusões e aquisições onde ocorreram avaliações de ativos intangíveis²³⁰, de forma a comparar a situação patrimonial “antes” e “depois” do reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis. Contudo, dada à ausência de dados disponíveis, a aplicação empírica ficou restrita à base de dados obtida por meio do estudo multicaso, a partir da qual foram estruturados dois Balanços Patrimoniais: o primeiro *antes* da avaliação e reconhecimento dos ativos intangíveis e o segundo *depois* da avaliação e reconhecimento dos ativos intangíveis, para cada um dos oito casos estudados, sendo que o Caso 5 permitiu a análise de duas empresas, totalizando assim nove observações ao todo.

Os Apêndices 1 e 2 apresentam os Balanços Patrimoniais Sintéticos das nove observações que originaram a Tabulação Sintética dos Dados apresentada na Tabela 11, composta por Ativo Total (AT), Ativo não Circulante (NC) e Razão (R) NC/AT antes e depois do reconhecimento dos ativos intangíveis avaliados. As quatro primeiras colunas são apresentadas em milhares de Reais, enquanto as duas últimas são apresentadas em valores unitários. Importante observar, nos Apêndices 1 e 2, que os Casos 2, 4 e 6 apresentam ativos intangíveis significativos reconhecidos anteriormente à avaliação.

²³⁰ Não é obrigatória a divulgação dos Laudos de Alocação do Preço de Compra.

TABELA 11
Tabulação sintética dos dados

Caso	ATantes	ATdepois	NCantes	NCdepois	Rantes	Rdepois
1	66.816	73.624	56.479	63.156	0,8453	0,8593
2	79.360.694	108.277.374	53.550.264	82.466.943	0,6748	0,7616
3	3.909.853	3.982.823	574.496	647.466	0,1469	0,1626
4	23.708.756	38.570.940	19.437.558	34.299.742	0,8198	0,8893
5 - A	766.445	955.487	766.445	955.487	1,0000	1,0000
5 - B	32.346	56.629	17.625	41.908	0,5449	0,7400
6	334.469	534.109	168.199	367.838	0,5029	0,6887
7	6.586	24.058	6.243	23.715	0,9479	0,9857
8	52.916	59.255	49.252	55.591	0,9308	0,9382
Totais	108.238.882	152.534.299	74.626.561	118.921.847	-	-

Fonte: Original desta pesquisa.

Desta forma, a aplicação empírica da perspectiva teórica proposta foi conduzida por meio da realização de estatísticas descritivas, diferenças de médias e teste de sinais sobre os Balanços Patrimoniais antes e depois da avaliação e reconhecimento dos ativos intangíveis, de forma a verificar sua materialidade ou não. Diante de amostra tão pequena, apenas nove observações, qualquer generalização estatística torna-se impraticável. Por isso seus resultados devem ser analisados com bastante restrição, tendo aqui efeito muito mais ilustrativo do que de sustentação estatística da perspectiva teórica proposta. A seguir apresenta-se a Tabela 12 com a estatística descritiva da amostra:

TABELA 12
Estatística descritiva

Variável	Média	DesvPad	Mediana	Mínimo	Máximo
ATantes	12026542	26397159	334469	6586	79360694
ATdepois	16948241	36475326	534109	24058	108277374
NCantes	8291840	18123223	168199	6243	53550264
NCdepois	13213539	28300547	367838	23715	82466943
Rantes	0,7126	0,2757	0,8198	0,1469	1,0000
Rdepois	0,7806	0,2563	0,8593	0,1626	1,0000

Fonte: Original desta pesquisa.

As estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 12 sugerem que os valores obtidos depois do reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis são diferentes dos valores anteriores ao seu reconhecimento e mensuração, o que permite supor que os ativos intangíveis

podem impactar as demonstrações contábeis das empresas (ver os totais apresentados na Tabela 11). Tal resultado pode ser observado, também, por meio do impacto nos indicadores financeiros²³¹ como o Endividamento e a Imobilização do Patrimônio Líquido, que podem ser observados na Tabela 13.

TABELA 13
Indicadores financeiros Casos 1 a 8

Variáveis	Caso 1		Caso 2		Caso 3		Caso 4	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Endividamento	348%	239%	488%	155%	60%	59%	138%	55%
Imobilização do PL	378%	291%	313%	168%	24%	26%	163%	125%
Variáveis	Caso 5		Caso 6		Caso 7		Caso 8	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
Endividamento	-8662%	137%	524%	111%	1%	0%	11%	10%
Imobilização do PL	-3143%	151%	240%	130%	96%	99%	103%	103%

Fonte: Original desta pesquisa.

Observa-se que somente nos Casos 3, 7 e 8 os impactos não são significativos, uma vez que os Casos 3 e 8 têm maior impacto do Ativo Imobilizado e o Caso 7 possui endividamento praticamente nulo, embora os intangíveis sejam o item mais relevante do ativo²³². Já os Casos 1, 2, 4, 5 e 6 corroboram os resultados das estatísticas descritivas. Todavia, esses dados não são suficientes para uma conclusão sobre a materialidade dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. Nesta direção, foi realizado o Teste *t* de Student, para verificar a existência de diferenças significativas em relação às médias dos três pares de categorias analisados, quais sejam: Ativo Total, Não Circulante e Razão NC/AT, cujos resultados são apresentados na Tabela 14.

Tabela 14
Teste *t* de Student

Variáveis	ATantes-ATdepois	NCantes-NCdepois	Rantes-Rdepois
Student (t)	-1.152	-1.442	-2.713
Valor P	0.2823	0.1874	0.0265**

Nota: *, **, ***, significante a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Original desta pesquisa.

²³¹ Foram calculados apenas os indicadores que são impactados pelo Ativo não Circulante. Não foram calculados o ROA e o ROE, pela impossibilidade do acesso às informações da Demonstração do Resultado.

²³² Essas informações podem ser confirmadas nos Apêndices 1 e 2.

Como a hipótese nula (H_0) afirma que as médias são iguais, espera-se rejeitar H_0 , uma vez que a sua rejeição permite concluir que as médias são significativamente diferentes, corroborando, portanto, a conclusão de que o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis podem impactar significativamente as demonstrações contábeis. Nota-se que para o Ativo Total não se pode rejeitar H_0 em nenhum grau de significância ($0,2823 > 0,10$), logo, as médias são iguais para esse par da amostra. Já para o Não Circulante, pode-se rejeitar H_0 a 10% de significância ($0,1874 > 0,10$), indicando que não há diferença estatística entre NCantes e NCdepois. Todavia, a hipótese alternativa de que NCantes < NCdepois sugere que NCdepois é maior do que NCantes a 10% (valor-p de 0,0937). Em relação à Razão NC/AT, tem-se os melhores resultados, pois H_0 é rejeitada a 5% ($0,0265 < 0,5$). Assim Rdepois é maior do que Rantes, permitindo concluir que as médias são significativamente diferentes.

Entretanto, uma amostra pequena como a analisada não permite atender todos os parâmetros do Teste t , comprometendo, assim, os seus resultados e conclusões. Daí a necessidade de um teste não paramétrico que possa oferecer um modelo um pouco mais adequado para a análise de amostras reduzidas. Neste sentido, Levine *et al.* (2008) e Fávero *et al.* (2009) recomendam a utilização do Teste de Wilcoxon, quando não são atendidos os parâmetros para a aplicação do Teste t . Levine *et al.* (2008) destacam, ainda, que o teste de Wilcoxon é quase tão eficaz quanto o Teste t para variância, sendo ainda mais eficaz quando as premissas restritivas do Teste t não conseguem ser atendidas.

Fávero *et al.* (2009) acrescentam que o Teste de Wilcoxon é ainda uma extensão dos testes de sinais, pois além de indicar a direção das diferenças, indica a magnitude da diferença dentro dos pares. Ante o exposto, a análise estatística foi complementada com o Teste de Wilcoxon, com o resultados das três categorias analisadas apresentado na Tabela 15. Uma vez que H_0 afirma que os pares analisados são iguais, espera-se rejeitar H_0 , no sentido de confirmar a existência de diferenças significativas entre os pares analisados.

TABELA 15
Teste de Wilcoxon

Variáveis	ATantes-ATdepois	NCantes-NCdepois	Rantes-Rdepois
Wilcoxon (Z)	45	45	36
Valor P	0,005**	0,005**	0,007**

Nota: *, **, ***, significante a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Original desta pesquisa.

Dada à superioridade do Teste de Wilcoxon para amostras reduzidas, H_0 é rejeitada para os três pares analisados e todos com significância a 5% (AT e NC: $0,005 < 0,5$; R: $0,007 < 0,5$), o que faz com que a hipótese nula seja rejeitada, ou seja, há uma diferença estatisticamente significativa entre os valores contábeis antes e depois do reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, conclusão essa restrita à amostra analisada. Os resultados obtidos, embora não sejam estatisticamente relevantes, dado o tamanho reduzido da amostra, sugerem a materialidade dos ativos intangíveis, o que já foi demonstrado, especialmente, nas seções 1.1 e 3.4.2, a partir da farta literatura referenciada que, alinhada às anomalias provocadas pelos ativos intangíveis e crise de representação consequente, fundamentada no Capítulo 3, justificam a perspectiva teórica proposta como uma tentativa, mesmo que modesta, de enfrentar a crise a partir de sua causa: as bases filosóficas e teóricas do paradigma da ciência normal da Contabilidade, e não de seus efeitos: a redução do poder explicativo das demonstrações contábeis.

6.4 Considerações finais

Este capítulo apresentou a perspectiva teórica proposta para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis no Balanço Patrimonial, bem como uma aplicação empírica que a corrobora. A perspectiva teórica proposta é uma resposta possível ao problema de pesquisa levantado na seção 1.2, que permite atingir o objetivo geral desta tese apresentado na seção 1.3. O capítulo seguinte apresenta as conclusões e as considerações finais deste estudo.

7 CONCLUSÃO

7.1 Introdução

Tem-se, neste capítulo, o que se concluiu ao final desta pesquisa quanto à fundamentação filosófica (Capítulo 2), à fundamentação teórica (Capítulo 3), à Metodologia (Capítulos 4 e 5) e à perspectiva teórica proposta (Capítulo 6). Apresenta-se, ainda, algumas perspectivas de pesquisas futuras e as considerações finais sobre este estudo.

7.2 Quanto à fundamentação filosófica

As principais conclusões acerca desta temática foram apresentadas na seção 2.9, ora concentrando-se no resgate da importância dos aspectos ontológicos e epistemológicos para a pesquisa científica, haja vista a impossibilidade de sua influência ser considerada inconsciente ou subentendida. Isto porque seus pressupostos modelam a teoria e determinam os métodos e técnicas de pesquisa a serem utilizados. Logo, constituem a base do conhecimento, não podendo ser, portanto, inconscientemente replicados, relegados às entrelinhas esquecidas das origens dessa ou daquela corrente de pensamento ou de pesquisa, subentendidos em artigos publicados quase como um credo confessado de maneira acrítica.

Este é o *link* para a próxima questão a ser resgatada: a replicação sem crítica, sem questionamento, sem consciência, sem o devido posicionamento dos paradigmas. Kuhn (2011 [1962]) identificou os seus aspectos positivos e negativos, cabendo aos pesquisadores e cientistas potencializar seus pontos fortes e minimizar seus pontos fracos, especialmente a cegueira quanto ao novo e às anomalias. Como alertou Einstein, é imprescindível abrir a mente a uma nova ideia, uma forma diferente, um novo ângulo, uma nova perspectiva, algo que possibilite seguir adiante, e não ficar circunscrito a um único paradigma. Talvez por isso Kant tenha dito, e essa é a epígrafe desta tese: “*O sábio pode mudar de opinião. O ignorante, nunca*”.

Tal abertura de visão propicia outro ponto a ser observado: o da construção social da realidade, pois os paradigmas são construídos a partir das comunidades de pesquisadores, aquele núcleo social que determina e que orienta e, por isso, domina a ciência, definindo o que é e o que não é científico, demarcando o campo e permitindo o surgimento das estruturas sociais de poder. Todavia, este Universo do Social impõe uma realidade muito diferente da encontrada no Universo da Natureza, onde reinam a ordem e a regularidade que geram as

relações causais que permitem as generalizações e replicações, por meio das quais o rito dito científico se encarrega de iluminar a ignorância humana acerca da verdade escondida nas coisas em si.

Neste sentido, a perspectiva kantiana adotada neste estudo mostrou-se bastante profícua não só nas questões filosóficas, como também, nas questões práticas e operacionais de se lidar com os ativos intangíveis, visto que imateriais e invisíveis precisam ser tratados de forma diferente daqueles que possuem matéria e são facilmente identificados. Ignorar as características dos intangíveis e forçar o seu enquadramento em regras de reconhecimento de ativos de natureza tão diversa é como pretender encaixar um triângulo na forma de um quadrado, com a geometria se encarregando de demonstrar porque isso não é possível.

Contudo, caso seja feito, as anomalias hão de aparecer, como visto a partir da segunda metade do século XX em relação aos ativos intangíveis, pois mesmo que ofuscadas pelo paradigma vigente, os seus efeitos foram devastadores sobre o poder explicativo das demonstrações contábeis. A questão que se coloca então é: a comunidade científica da Contabilidade deve manter a sua ênfase no teste de modelos e na replicação de paradigmas de outras ciências, seja na Pesquisa Positiva seja na Pesquisa Normativa, seja na área da Contabilidade Financeira seja na área da Contabilidade Gerencial, ou deve voltar-se para as questões centrais que conduziriam à elaboração de uma verdadeira Teoria da Contabilidade?

A resposta parece óbvia, mas enquanto as comunidades de cientistas estiverem mais preocupadas com a publicação de artigos e a pontuação na CAPES que estes podem gerar, a pesquisa continuará sendo direcionada pelos periódicos científicos, reificando a realidade social criada e mantida pelo círculo vicioso das estruturas de poder. Em outras palavras, o avanço científico fica limitado pelas questões políticas envolvidas. Fato curioso, uma vez que no ambiente acadêmico deveria reinar a imparcialidade, a objetividade, a verdade última sobre os fatos estudados. Eis o desafio: restabelecer a razão, a consciência sobre o que acontece e porque acontece, de forma que os pesquisadores se posicionem criticamente diante das anomalias e da crise por estas provocada, o que deveria conduzir a uma redefinição da agenda de pesquisa, cuja ênfase passaria a ser a conciliação das questões centrais da Contabilidade com os pontos de interseção dos paradigmas das ciências afins.

7.3 Quanto à fundamentação teórica

As principais conclusões acerca da fundamentação teórica foram apresentadas na seção 3.6, mas é importante destacar mais uma vez o seu relacionamento com a

fundamentação filosófica e o quanto estas devem caminhar juntas. Koyré (2011) alertou sobre a importância da teoria como base não só da pesquisa científica, como também da prática profissional, o que aponta para duas questões centrais: (i) a interligação dos fenômenos por meio do cálculo, a fim de se fazer previsões, ao invés de se descobrir a realidade mais profunda que lhes forneça a explicação; e (ii) o distanciamento entre a teoria e a prática profissional da Contabilidade.

Daí a conclusão de que uma alternativa possível é a mediação dos paradigmas *racionalista* e *empirista*, promovida pelo *apriorismo* kantiano, pois diante tanto da razão quanto da experiência restaria aberto o caminho para a elaboração de uma teoria que fosse suficientemente abrangente para explicar a essência das questões centrais da Contabilidade. Entretanto, como concluído na seção anterior, isto somente será possível a partir da conscientização da comunidade científica da Contabilidade que, mais preocupada em testar os modelos e paradigmas de outras ciências, acaba por desviar das questões centrais da Ciência Contábil, cujas lacunas não preenchidas têm gerado inúmeras anomalias, dentre as quais, conclui-se, os intangíveis são as de maior gravidade.

Outro aspecto conceitual importante é o relativo à Teoria do Fluxo Intangível, que aborda a interação intangível-tangível gerada a partir das relações sociais que conferem valor aos bens tangíveis e intangíveis. Daí a incerteza em relação às projeções dos fluxos de caixa futuro dos tangíveis e intangíveis, e a necessidade de alinhamento da Teoria da Contabilidade com a realidade social do século XXI. Dado o fluxo intangível e a natureza dos intangíveis, valeu-se do argumento da existência de um *continuum* que gera um Grau de Intangibilidade capaz de permitir o tratamento distinto tanto dos intangíveis em relação aos tangíveis quanto dos intangíveis entre si. Assim, parece correto concluir que essa abordagem teórica pode contribuir para o reconhecimento dos ativos intangíveis, uma vez que, alinhada às teorias de Economia e Finanças, permite, enfim, a sua mensuração a partir dos modelos e técnicas hoje disponíveis e amplamente utilizadas pelo Mercado Financeiro e de Capitais.

7.4 Quanto à perspectiva teórica proposta

A perspectiva teórica proposta foi apresentada sob a forma de sete pressupostos cujo alicerce ampara tanto a fundamentação filosófica e teórica deste estudo, voltada para a razão e o pensamento, como o estudo multicaso e a triangulação de especialistas, voltados para a experiência e a prática profissional. De forma sintética, esses pressupostos incorporam: (i) o reconhecimento das anomalias e da crise contábil; (ii) a abertura para a comensurabilidade

entre os paradigmas da ciência e da prática profissional contábil; (iii) o alinhamento do conceito objetividade-confiabilidade; (iv) a redução do excesso de conservadorismo contábil; (v) o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis no balanço patrimonial; (vi) a melhor *disclosure* das informações contábeis, extrapolando os limites e as fronteiras das demonstrações contábeis; e (vii) a aplicação integrada das funções contábeis de avaliação, controle e legal.

Mesmo modesta e merecedora de mais testes empíricos, a perspectiva teórica proposta sugere uma direção possível a partir da mediação dos paradigmas da ciência e da prática profissional Contábil. Se por um lado essa perspectiva teórica não representa um passo efetivo para a consolidação de uma verdadeira Teoria da Contabilidade, por outro lado contribui para que uma parcela maior dos ativos intangíveis seja reconhecida e mensurada nas demonstrações contábeis, podendo representar uma das primeiras tentativas de combater as anomalias surgidas na segunda metade do século XX, a partir de suas causas e não de seus efeitos.

Desta forma, a perspectiva teórica proposta contribui para a redução do *goodwill*, mas não por propor uma nova categoria de intangível que possa ser identificável e separável, e sim, na medida em que ativos intangíveis hoje não reconhecidos nas demonstrações contábeis o sejam, e não somente no momento da sua aquisição. Tal reconhecimento se daria no Balanço Patrimonial para os ativos do primeiro grupo do Grau de Intangibilidade e parte do segundo grupo, enquanto os demais ativos seriam evidenciados por meio das Notas Explicativas, que devem demonstrar, inclusive, o processo de geração e a gestão de valor dos ativos intangíveis relevantes.

Como demonstrado no capítulo anterior, a perspectiva teórica proposta é uma resposta possível para o problema de pesquisa desta tese, o que permite atingir o seu objetivo geral. Neste sentido, as questões orientadoras tiveram papel relevante direcionando a pesquisa e contribuindo para que os objetivos específicos também fossem atingidos. O Quadro 15 associa as questões orientadoras às seções em que são respondidas, enquanto o Quadro 16 associa os objetivos específicos às seções em que são atingidos e demonstrados.

QUADRO 15

Questões orientadoras de pesquisa e seções correspondentes

Questões Orientadoras	Seções
a) Uma vez que a discricionabilidade é imprescindível para que as Demonstrações Contábeis reflitam a essência econômica das empresas, por que a Teoria da Contabilidade negligencia em grande parte os aspectos subjetivos inerentes ao processo de reconhecimento e mensuração dos itens patrimoniais, em especial, dos ativos intangíveis?	2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 3.3, 3.6.
b) Como a Teoria da Contabilidade pode tratar mais adequadamente a subjetividade inerente ao processo contábil? Governança corporativa, controles internos, auditoria independente, podem contribuir para esse processo?	3.6, 6.2.
c) Quais os principais métodos e técnicas utilizados para a identificação e mensuração dos ativos intangíveis? Dentre estes, quais não são reconhecidos/aceitos pela Teoria da Contabilidade e/ou pelas Normas Contábeis e porque não o são?	3.4, 3.5, 5.2.
d) O que deve ser contemplado/considerado pela Teoria da Contabilidade, para que os ativos intangíveis possam ser reconhecidos nas Demonstrações Contábeis?	2.9, 3.6, 6.2.

Fonte: Original desta pesquisa.

QUADRO 16

Objetivos específicos e seções correspondentes

Objetivos Específicos	Seções
a) Identificar e caracterizar os modelos teóricos e empíricos de avaliação de intangíveis descritos na literatura.	3.5.
b) Identificar os modelos teóricos e empíricos mais utilizados para a avaliação de intangíveis no mercado financeiro e de capitais, e quais são os motivadores para a sua escolha.	3.5, 5.2.
c) Analisar o uso dos modelos identificados, inclusive quanto à mensuração de risco, com ênfase na Teoria de Contabilidade e de Finanças.	3.5.
d) Confrontar a percepção de especialistas em relação ao processo de avaliação dos ativos intangíveis.	5.3.
e) Apresentar uma perspectiva teórica para o reconhecimento e a mensuração dos intangíveis nas Demonstrações Contábeis.	6.2.
f) Realizar a aplicação empírica da perspectiva teórica proposta.	6.3.

Fonte: Original desta pesquisa.

7.5 Quanto à metodologia

Ao permitir a interação e a imersão do pesquisador no ambiente em que os fenômenos ocorrem, o estudo multicaso contribuiu para evidenciar a essência do processo de avaliação dos ativos intangíveis, demonstrada por meio das categorias que emergiram a partir da análise de conteúdo, substancialmente auxiliada pela triangulação dos dados, haja vista as múltiplas fontes de coleta de dados utilizadas²³³. Por sua vez, a triangulação de especialistas mostrou-se extremamente útil, na medida em que permitiu que os aspectos mais relevantes do estudo multicaso fossem debatidos com especialistas com ampla experiência em avaliação de ativos intangíveis, o que também contribuiu enormemente para a consolidação das categorias que emergiram da análise de conteúdo.

Em conjunto, a Fase 1 (estudo multicaso) e a Fase 2 (triangulação de especialista) da pesquisa de campo ofereceram o contato com a experiência que, embora não numa perspectiva empirista ou positivista, possibilitou um confronto com a realidade onde os fenômenos acontecem e se materializam. Se por um lado, não se almejou uma generalização estatística, por outro lado, obteve-se uma generalização analítica, por meio de replicações literais e teóricas dos múltiplos estudos de caso. Mediados, experiência (obtida por meio da Fase 1 e da Fase 2 da Pesquisa de Campo) e pensamento (obtido por meio Fundamentação Filosófica e Teórica), proporcionaram as bases para a obtenção da perspectiva teórica proposta para o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, corroborando, assim, a perspectiva multiparadigmática que perpassa este estudo, cujo subsídio primeiro repousa sobre o pensamento kantiano que constitui a base do *criticismo*, do *apriorismo* e do *fenomenalismo* (Figura 29).

Em relação à perspectiva teórica proposta, a aplicação empírica (Fase 3 da Pesquisa de Campo) objetivou atestar que a presença dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis pode contribuir para o aumento do seu poder explicativo, melhorando, assim, a sua utilidade para os usuários internos e externos das informações contábeis. Neste sentido, conclui-se que a metodologia utilizada foi adequada, pois permitiu que: (i) fossem respondidos o problema de pesquisa (Capítulo 6) e as questões de pesquisa (Capítulos 2, 3 e 6); e (ii) fossem atingidos o objetivo geral (Capítulo 6) e os objetivos específicos (Capítulos 3, 5 e 6).

²³³ Pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observação não participante, protocolos verbais e anotações de Campo.

7.6 Perspectivas para pesquisas futuras

Diante do discutido ao longo deste estudo, algumas perspectivas, abaixo relacionadas, mostram-se interessantes para pesquisas futuras.

- 1 Descrever o fluxo intangível, de forma a se obter um maior grau de compreensão das relações e interações entre os ativos tangíveis e intangíveis.
- 2 Explorar o impacto das relações sociais sobre o valor dos ativos intangíveis e tangíveis.
- 3 Buscar o refinamento dos graus de intangibilidade, de forma a melhor direcionar o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.
- 4 Avaliar o impacto das premissas dos modelos de avaliação de finanças sobre o processo efetivo de avaliação, como por exemplo, no WACC, a utilização da estrutura ótima de capital, uma vez que esta não se configura como verdadeira para grande parte das empresas, em especial, para as pequenas e médias.
- 5 Analisar as projeções realizadas em laudos passados e verificar o quanto se aproximam, ou não, dos fluxos de caixa realizados, favorecendo, assim, o desenvolvimento de uma curva de aprendizado a partir das experiências anteriores, e permitindo uma análise crítica do processo de estimativa desses fluxos de caixa.
- 6 Investigar os usos e aplicações dos modelos de opções reais na avaliação de ativos intangíveis.
- 7 Investigar o tratamento do risco e como este é incorporado aos diversos modelos existentes.
- 8 Identificar e explorar os pontos relevantes para a avaliação dos passivos intangíveis, como por exemplo, passivos ambientais e sociais.
- 9 Identificar e explorar os pontos de interseção entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial.
- 10 Identificar e explorar os pontos de interseção dos ativos intangíveis com vantagem competitiva, inovação, auditoria, governança corporativa, controles internos e finanças comportamentais.

7.7 Considerações finais

Como alertou Kuhn (2011 [1962]), as mudanças de paradigmas requerem a consciência das anomalias e o reconhecimento da crise, de forma que a agenda de pesquisa seja redirecionada da solução de quebra-cabeças para o desenvolvimento da ciência extraordinária, o que exige a libertação dos pressupostos do paradigma anterior para que uma nova visão se estabeleça, em um processo que costuma ser longo e às vezes lento e doloroso. Assim, a perspectiva teórica proposta nesta tese coloca os pesquisadores e os praticantes da Contabilidade diante de uma mudança de paradigma que exigirá muito tempo e persuasão, pois como ensinou Kuhn (2011 [1962]), esta não se realiza por meio de um homem só e nunca numa noite.

REFERÊNCIAS

ABOODY, D.; LEV, B. The value-relevance of intangibles: the case software capitalization. **Journal of Accounting Research**, v. 36, p. 161-191, 1998.

AKERLOF, G. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, p. 488-500, aug. 1970.

ALENCAR, R. C.; DALMÁCIO, F. Z. A Relevância da informação contábil no processo de avaliação de empresas da nova e velha economia: uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre value relevance do lucro e do patrimônio líquido. ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXX, 24-27 set. 2006, Salvador. **Anais... Salvador: ANPAD, 2006**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-fica-3139.pdf>>. Acesso em 27 set. 2010.

ALMEIDA, J. E. F. de; BISPO, J. de S.; FÁVERO, L. P. L. The value relevance of the information content of deferred assets in brazilian public companies: does this information matter to the market? **ANNUAL CONGRESS OF THE EUROPEAN ACCOUNTING ASSOCIATION, 32th, 2009**, Tampere (Finlândia). *Anais...* Tampere: European Accounting Association (EAA), 2009.

AMARAL, H. F. **Proposta teórico-empírica para identificação e avaliação de ativos intangíveis**. 2012. Memorial (Concurso Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

AMARAL, P. C.; PEDRO, J. M. **O capital conhecimento: modelos de avaliação de activos intangíveis**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2004.

AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION. **A Statement of Basic Accounting Theory - ASOBAT**. Committee to Prepare a Statement of Basic Accounting Theory Evanston, Ill.1966.

AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION. **Report of the Committee on the Behavioral Science Content of the Accounting Curriculum**, 1971.

AMIR, E.; LEV, B. Value-relevance of nonfinancial information: the wireless communications industry. **Journal of Accounting and Economics**. v. 22, p. 3-30, 1996.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico** [Le nouvel esprit scientifique, 1934]. Tradução de Antonio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1986.

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 159-178, aut. 1968.

BALZER, W.; MATTESSICH, R. An axiomatic basis of accounting: a structuralist reconstruction. **Theory and Decision**, 30, v. 3, p. 213-243, 1991.

BANDEIRA, A. M. A. **Activos intangíveis e atividades de I&D**. Porto: Vida Económica, 2010.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** [*L'analyse de Contenu*, 1977]. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 93 a 150.
- BARNES, J. (Org.) **Aristóteles** [Aristotle, 1995]. Tradução de Ricardo H. P. Machado e Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2009.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R. Fundamental issues related to using fair value accounting for financial reporting. **Accounting Horizons**, v. 9, n. 4, p. 97-107, 1995.
- BARTH, M. E. Valuation-based research implications for financial reporting and opportunities for future research. **Accounting and Finance**, v. 40, p. 7-31, 2000.
- BARTH, M. E. Including estimates of the future in today's financial statements. **Accounting Horizons**, v. 20, n. 3, p. 271-285, 2006.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The relevance of the value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. **Journal of Accounting and Economics**. v. 31, p. 77-104, 2001.
- BAXTER, W. T. (Ed). **Studies in accounting**. London: Sweet and Maxwell, 1950.
- BAXTER, W. T. Accounting values: sale price versus replacement cost. **Journal of Accounting Research**, p. 208-214, 1967.
- BEAVER, W. H. The information content of earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 67-92, 1968.
- BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D.; MEAD, M. The case research strategy in studies of information systems. **MIS Quarterly**, v. 11, n° 3, 1987.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1978.
- BERNSTEIN, P. L. **Desafio dos deuses: a fascinante história do risco**. [Against the gods, 1996]. Trad. Ivo Koryłowski. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- BLACK, F.; SCHOLES, M. The pricing of options and corporate liabilities. **Journal of Political Economy**, 81, p. 637-659, may-jun 1973.
- BOARD, J. L. G.; WALKER, M. Intertemporal and cross-sectional variation in the association between unexpected accounting rates of return and abnormal returns. **Journal of Accounting Research**, v. 28, p. 182-192, 1990.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education: on introduction to theory and methods**. Toronto, Canada: Allyn & Bacon, 1982.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva: São Paulo, 2006.
- BRASIL. **Pronunciamento Técnico CPC nº 04 (R1)**. Dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis com correlação às normas internacionais de

contabilidade – IAS 38 (IASB BV 2010). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 31 maio 2012.

BRASIL. **Pronunciamento Técnico PME (R1)**. Dispõe sobre a contabilidade das pequenas e médias empresas com correlação às normas internacionais de contabilidade – IFRS for SMEs. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 08 setembro 2011.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C. **Finanças corporativas: financiamento e gestão de risco** [On Corporate Finance: Financing and Risk Management, 2003]. Tradução de Robert Brian Taylor. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C. **Finanças corporativas: investimento de capital e avaliação** [Capital Investment and Valuation, 2003]. Tradução de Robert Brian Taylor. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRIGHAM, E. F; GAPENASKI, L. C; EHRHARDT, M. C. **Administração financeira: teoria e prática** [Financial management: theory and practice, 1999]. Tradução de Alexandre L. G. Alcântara e José Nicolas A. Salazar. São Paulo: Atlas, 2001.

BROWN, S. J. The efficient markets hypothesis: The demise of the demon of chance? **Accounting and Finance**, v. 51, p. 79–95, 2011.

BUKLEY, W. [*et al.*]. Research methodology and business decisions. **The Accounting Historians Journal**, v. 22, 1967.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cythia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 439-462.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, M.P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, 2005.

CANADIAN INSTITUTE OF CHARTERED BUSINESS VALUATORS (CIVB). **Illustrative example of intangible asset valuation**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/tax/transfer-pricing/47426115.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

CARDAO-PITO, T. Intangible flow theory. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 71, n. 2, p. 328-353, 2012.

CARVALHO, M. C. M. Karl R. Popper: a falsificabilidade como critério de demarcação do discurso empírico-científico. In: OLIVA, A. (Org.) **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papyrus, 1990.

CATTY, J. P. **IFRS: guia de aplicação do valor justo** [Wiley guide to fair value under IFRS, 2010]. Tradução de Francisco Araújo da Costa e Leonardo Zilio. Porto Alegre: Bookman, 2013.

- CHAMBERS, R. J. Blueprint for a theory of accounting. **Accounting Research**, p. 17-25, jan. 1955.
- CHAMBERS, R. J. Why bother with postulates. **Journal of Accounting Research**, p. 3-15, spring 1963.
- CHAMBERS, R. J. A matter of principle. **The Accounting Review**, v. 41, n. 3, p. 443-457, 1966.
- CHAMBERS, R. J. Second thoughts on continuously contemporary accounting. **Abacus**, v. 6, n. 1, p. 39-55, sep. 1970.
- CHAMBERS, R. J. **Accounting, evaluation and economic behavior**. Sydney: Sydney University Press, 1966 [2006].
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 77-106.
- CHRISTENSEN, J. A.; DEMSKI, J. S. **Accounting theory: an information content perspective**. New York: McGraw-Hill, 2003.
- CHRISTENSEN, P. O.; FELTHAM, G. A. **Economics of accounting**. New York: Springer, 2003. v. I – Information in markets.
- CHRISTENSEN, P. O.; FELTHAM, G. A. **Economics of accounting**. New York: Springer, 2005. v. II – Performance evaluation.
- CHRISTENSON, C. The methodology of positive accounting. **The Accounting Review**, v. LVII, n. 1, jan 1983.
- CHUA, W. F. Radical developments in accounting thought. **The Accounting Review**, v. LXI, n. 4, oct 1986.
- COLLINS, D.; MAYDEW, E.; WEISS, I. Changes in the value-relevance of earnings and book values over the past forty years. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, p. 39-68, dec. 1997.
- COHEN, J. A. **Intangible assets: valuation and economic benefit**. New Jersey: Wiley, 2005.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração** [*Business Research Methods*, 2002]. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- COPELAND, T. E.; WESTON, J. F.; SHASTRI, K. **Financial theory and corporate finance**. 4th ed. Pearson Education, 2005.
- COVALESKI, M.; AIKEN, M. Accounting and theories of organizations: some preliminary considerations. **Accounting Organizations and Society**, v. 11, n. 4/5, p. 297-319, 1986.

COX, J. C.; ROSS, S. A.; RUBINSTEIN, M. Option pricing: a simplified approach. **Journal of Financial Economy**, v. 7, n. 3, p.2 29-263, oct. 1979.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** [Research design: qualitative, quantitative, and mixed approaches, 2003]. 2 ed. Tradução de Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, J. W.; TASHAKKORI, A. Developing publishable mixed Methods manuscripts. **Journal of Mixed Methods Research**, v.1, n. 2, p.107-111, apr. 2007.

CROTTY, M. **The foundations of social research: meaning and perspective in the research process**. London, Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1998.

CUSHING, B. E. A Kuhnian interpretation of the historical evolution of accounting. **The Accounting Historians Journal**, v. 16, n. 2, p. 1-41, dec. 1989.

DAMODARAN, A. **Avaliação de investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação de qualquer ativo**. [Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any asset, 1996]. Tradução de Carlos Henrique Trieschmann e Ronaldo de Almeida Rego. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

DAMODARAN, A. **A face oculta da avaliação** [*The dark side of valuation*, 2002]. Tradução de Allan Vidigal Hasting. São Paulo: Makron Books, 2002.

DAMODARAN, A. **Finanças corporativas aplicadas: manual do usuário** [Applied corporate finance: a user's manual, 1999]. Tradução Jorge Ritter. Porto Alegre: Bookman, 2002.

DAMODARAN, A. **Finanças Corporativas: teoria e prática** [Corporate finance: theory and practice, 2001]. Tradução de Jorge Ritter. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

DAMODARAN, A. **Avaliação de empresas**. 2. ed. [Damodaran on valuation: security analysis for investment and corporate finance, 2006]. Tradução de Marcelo Arantes Alvim e Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Pearson, 2007.

DAMODARAN, A. **Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais** [Strategic risk taking: a framework for risk management, 2008]. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DE DEUS, J. D. **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DEEGAN, C.; UNERMAN, J. **Financial accounting theory**. Second European Edition. Berkshire, UK: McGraw-Hill Education, 2011.

DEINZER, H. T. **Development of accounting thought**. New York-NY: Holt Rinehart and Wiston, 1965.

DEINZER, H. T. Explanation strains in financial accounting. **The Accounting Review**, p. 21-31, jan. 1966.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, P. **Ciência rebelde: para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se**. São Paulo: Atlas, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens** [*The landscape of qualitative research: theories and issues*, 2003]. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artemd, 2006.

DEVINE, C. T. Research methodology and accounting theory formation. **The Accounting Review**, p. 387-399, jul. 1960.

DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas: positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

DOPUCH, N.; REVSINE, L. **Accounting research 1960-1970: a critical evaluation**. 1973. Monograph no. 7, Center for International Education and Research in Accounting, University of Illinois, Illinois, 1973.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico** [*Les règles de la méthode sociologique*, 1988]. 2. Ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EASTERBY-SMITH, M., THORPE, R., LOWE, A. **Pesquisa gerencial em administração: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria** [*Management Research*, 1991. Tradução de Nivaldo Montingelli Júnior, São Paulo: Pioneira, 1999.

EDWARDS, E. O.; BELL, P. W. **The theory and measurement of business income**. California: University of California Press, 1961.

ELTON, E. J.; GRUBER, M. J.; BROWN, S. J.; GOETZMANN, W. N. **Moderna teoria de carteiras e análises de investimentos** [Modern portfolio theory and investment analysis, 2010]. Tradução de Helga Hoffman. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

EMERSON, D. J.; KARIM, K. E.; RUTLEDGE, R. W. Fair value accounting: a historical review of the most controversial accounting issue in decades. **Journal of Business & Economics Research**, v. 8, n. 4, p. 77-85, 2010.

EPSTEIN, I. Thomas S. Kuhn: a cientificidade entendida como vigência de um paradigma. In: OLIVA, A. (Org.) **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papyrus, 1990.

FAMA, E. F. Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. **Journal of Finance**, v. 25, n. 2, p. 383-417. May, 1970.

FAMA, E. F. Efficient Capital Markets: II. **Journal of Finance**, v. 46, n. 5, p. 1575-617. 1991.

FAMA, E.F. Market efficiency, long-term returns, and behavioral finance. **Journal of Financial Economics**, v. 49, p. 283–306. 1998.

FAMA, E. F.; FRENCH, K. R. Multifactor Explanations of Asset Pricing Anomalies. **Journal of Finance**, v. 51, n. 1, p. 55-84. Mar., 1996.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FLEGM, E. H. On solving the problem, not being it. **The CPA Journal**, v. 75, n. 2, p. 12-14, 2005.

FLIPO, J. On the intangibility of services. **Service Industries Journal**, v. 8, n. 3, p. 286–293, 1988.

GAFFIKIN, M. J. R. The methodology of early accounting theorists. **Abacus**, v. 23, n. 1, 1987.

GAFFIKIN, M. J. R. The a priori wars: The modernization of accounting thought. **Accounting Forum**, v. 27, n. 3, p. 291-311, sep. 2003.

GAFFIKIN, M. J. R. The critique of accounting theory. **Accounting & Finance Working Paper**, 06/25, School of Accounting & Finance, University of Wollongong, 2006.

GANEM, A. Karl Popper versus Theodor Adorno: lições de um confronto histórico. **Revista de Economia Política**, v. 32, v. 1(126), p. 87-108, jan.-mar. 2012.

GARCÍA-AYUSO, M. Factors explaining the inefficient valuation of intangibles. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 16, n. 1, p. 57-69, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILMAN, S. **Accounting concepts of profit**. *The Ronald Press*, 1939.

GIPPEL, J. K. A revolution in finance? **Australian Journal of Management**, v. 38, n.1, p. 125-146, 2012.

GLAUTIER, M. W. E. Searching for accounting paradigms. **The Accounting Historians Journal**, v. 10, n. 1, p. 51-68, spring 1983.

GLAUTIER, M. W. E.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 7. ed. Harlow, England: Prentice Hall, 2001.

GLOVER, J. Have academic accountants and financial accounting standard setters traded places? **Accounting, Economics and Law**, v. 4, n. 1, p.17-26, 2014.

GOLDBERG, L. **An inquiry into the nature of accounting**. American Accounting Association. Monograph No. 7, State University of Iowa, 1965.

- GONEDES, N. J.; DOPUCH, N. Capital market equilibrium, information production and selecting accounting techniques: theoretical framework and review of empirical work. **Studies on Financial Accounting Objectives**, Research, Supplement, p. 48-129, 1974.
- GORDON, M. J. Postulates, principles and research in accounting. **The Accounting Review**, p. 251-263, apr. 1964.
- GREEN, D. Jr. Evaluating the accounting literature. **The Accounting Review**, 41, 1964, p. 52-64.
- GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; Lincoln, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Sage: Thousand Oaks, 1994. p. 105-117.
- GUYER, P. (org.). **Kant** [Kant, 1992]. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.
- GYNTER, R. S. **Accounting for price-level changes: theory and procedures**. Oxford: Pergamon Press, 1966.
- HAND, J. R. M.; LEV, B. **Intangible assets: values, measures, and risks**. New York, NY: Oxford University Press, 2003.
- HANNA, J. R. **Accounting income models: an application and evaluation**. Hamilton, Canadá: Society of Industrial Accountants, 1974.
- HAUGEN, R. A. **The new finance: overreaction, complexity, and their consequences**. 4th ed. New York: Prentice Hall, 2010.
- HEALY, P. M.; MYERS, S.; HOWE, C. R&D accounting and the tradeoff between relevance and objectivity. **Journal of Accounting Research**, v. 40, n. 3, p. 677-710, 2002.
- HEIDEGGER, M. **Introdução à filosofia** [*Einleitung in die philosophie*, 1996]. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HENDRIKSEN, E. S. **Accounting theory**. Illinois: Richard D. Irwin, 1965.
- HENDRIKSEN, E. S.; BREDÁ, M. F. V. **Teoria da contabilidade** [*Accounting theory*, 1992]. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- HESSEN, J. **Teoria do conhecimento** [*Erkenntnistheorie*, 1999]. Tradução de João V. G. Cuter. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HOLTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1-3, p. 3-75, 2001.
- HOPPER, T.; POWELL, A. Making sense of research into the organizational and social aspects of management accounting: a chureview of its underlying assumptions. **Journal of Management Studies**, n. 22, p. 5, sep. 1985.

HOPWOOD, A. G. **Towards assessing the economic costs and benefits of new forms of work organisation**. Geneva: International Labour Office, 1977.

HOPWOOD, A. G. ***Social accounting: the way ahead. In: Social accounting***. London: CIPFA, p. 53-64, 1978.

HOPWOOD, A. G. Whither accounting research? **The Accounting Review**, v. 82, n. 5, 2007.

HOWARD, M. **Accounting and business valuation methods**. Oxford, UK: Elsevier, 2008.

IJIRI, Yuji. **The foundations of accounting measurement**. Englewood Cliffs: Prentice Hall Inc. 1967.

IMKE, F. J. Relationships in accounting theory. **The Accounting Review**, v. 41, n. 2, p. 318, apr. 1966.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF CONSULTANTS, VALUATORS & ANALYSTS (IACVA). **Introduction to intangibles**. 2nd ed. Toronto: IACVA, 2011.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **The international integrated reporting framework**. IIRC, 2013. Disponível em: <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). **New international standard on brand valuation – ISO 10668: brand valuation – requirements for monetary brand valuation**, 2010. Disponível em: http://www.brandfinance.com/images/upload/global_500_iso10668_310310.pdf. Acesso em: 10 dez. 2014.

INTERNATIONAL VENTURE CAPITAL SUMMIT (IVCS). **Proposed technical information paper 3: intangible assets**. London: IVSC, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO/IEC 2010. ISO/IEC 17043:2010. Conformity assessment -- General requirements for proficiency testing**. Disponível em: http://www.iso.org/iso/catalogue_detail?csnumber=29366

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JONES, R. C. **Effects of price-level changes on business income: capital and taxes**. Sarasota-FL: American Accounting Association, 1956.

KANT, I. **Crítica de la razón pura** [Kritik der reinen Vernunft, 1781]. 10. ed. Tradução de José Del Perojo. Buenos Aires: Losada, 1981.

KANT, I. **Crítica da razão prática** [Kritik der praktischen Vernunft], 1788.

- KOTHARI, S. P. capital markets research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**. v. 31, p. 105-231, 2001.
- KOTHARI, S. P.; ZIMMERMAN, J. Price and return models. **Journal of Accounting and Economics**. v. 20, p. 155-192, 1995.
- KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito** [*From the closed world to the infinite universe*, 1957]. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico** [*Études d'histoire de la pensée scientifique*, 1973]. Tradução de Márcio Ranalho. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento filosófico** [*Études d'histoire de la pensée philosophique*, 1971]. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- KUHN, T. S. Reflexões sobre os meus críticos. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento** [Criticism and the growth of knowlwdge, 1970]. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. (Quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência realizado em Londres, 1965)
- LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento** [Criticism and the growth of knowlwdge, 1970]. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. (Quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência realizado em Londres, 1965)
- LANDSMAN, W. R. Is fair value accounting information relevant and reliable?: evidence from capital market research. **Accounting and Business Research**, v. 37, n. 3, p. 19-30, 2007.
- LAUGHLIN, R. Empirical research in accounting: alternative approaches and a case for “middle-range” thinking. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 1, 1995.
- LEE, A. S. A scientific methodology for MIS case studies. **MIS Quarterly**, v. 13, n. 1, 1989.
- LEE, T. A. The ontology and epistemology of social reality in accounting according to Mattessich, **Accounting and the Public Interest**, v. 9, p. 65-72, 2009.
- LEV, B. **Intangibles: management, measurement, and reporting**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.
- LEV, B. On the usefulness of earnings and earnings research: lessons and directions from two decades of empirical research. **Journal of Accounting Research**. v. 27, p. 153-192, 1989.

- LEV, B.; RADHAKRISHNAN S. **The measurement of firm-specific organization capital**. Cambridge: NBER Working Paper Series, mar. 2003.
- LEV, B.; SOUGIANNIS, T. The capitalization, amortization and value-relevance of R&D. **Journal of Accounting and Economics**, v. 21, p. 107-138, 1996.
- LEV, B.; ZAROWIN, P. The boundaries of financial reporting and how to extend them. **Journal of Accounting Research**, v. 37, n. 2, p. 353-385, 1999.
- LEV, B.; SARATH, B.; SOUGIANNIS, T. R&D reporting biases and their consequences. **Contemporary Accounting Research**, v. 22, p. 977-1026, 2005.
- LEVINE, D. M.; STEPHAN, D. F.; KREHBIEL, T. C.; BERENSON, M. L. **Estatística: teoria e aplicações** [Statistics for managers using Microsoft Excel, 5th ed., 1946]. Tradução de Teresa Cristina Padilha de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- LINTNER, J. The Valuation of Risk Assets and the Selection of Risky Investments in Stock Portfolios and Capital Budgets. **Review of Economics and Statistics**, v. 47, n. 1, p. 221-45. 1965.
- LITTLETON, A. C. **Structure of accounting theory**. Sarasota-FL: American Accounting Association, 1953.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.
- LOPES, A. B.; REZENDE, A. J. A relevância da informação contábil no processo de avaliação de empresas da nova e velha economia: uma análise dos investimentos em ativos intangíveis e seus efeitos sobre value relevance do lucro e do patrimônio líquido. **CONGRESSO BRASILEIRO DE FINANÇAS**, 5., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBFIN, 2005. 1 CD-ROM.
- LOPES DE SÁ, A. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- LUKKA, K. Ontology and accounting: the concept of profit. **Critical perspectives on accounting**, v. 1, p. 239-261, 1990.
- MACINTOSH, N. B. **Accounting, accountants and accountability: poststructuralist positions**. London: Routledge, 2002.
- MACVE, R. Trading places: a UK (and IFRS) comment. **Accounting, Economics and Law**, v. 4, n. 1, p. 27-40, 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARD, M. J.; HITCHNER, J. R.; HYDEN, S. D. **Valuation and financial reporting: fair value, business combinations, intangibles assets, goodwill, and impairment analysis**. 3th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2011.

- MARKOWITZ, H. Portfolio selection. **Journal of Finance**, v. 7, n. 1, p. 77-91, 1952.
- MARKUS (sic). Power, politics and MIS implementation. **Communications of the ACM**, v. 26, n. 6, 1983.
- MARTELANC, R.; PASIN, R.; PEREIRA, F. **Avaliação de empresas: um guia para fusões e aquisições e private equity**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- MARTINS, E. **Uma contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1972.
- MARTINS, E. (Org.). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINS, E. Inversão de papéis. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 25, n. 65, p. 99-110, 2014.
- MARTINS, E. A. **Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica**. 2012. 268 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) – o Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)** [Die Deutsche ideologie: kritik der neusten deutschen philosophie in ihren repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen sozialismus in seinen verschiedenen propheten, 1845-1846]. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavino Martorano. São Paulo: Biotempo, 2007.
- MASON, P. **Price level changes and financial statements**. American Accounting Association, 1971.
- MASTERMAN, M. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Orgs.), **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1979. p. 72-108.
- MATHEUS, R. L. Price-level accounting and useless information. **Journal of Accounting Research**, 1965, p. 133-155.
- MATTESSICH, R. Towards a general and axiomatic foundation of accountancy. **Accounting Research**, v. 8, p. 328- 355, 1957.
- MATTESSICH, R. **Accounting and analytical methods – measurement and projexion of income and wealth in the micro- and macro-economy**. Homewood: R. Irwin, Inc. 1964.

MATTESSICH, R. **Two hundred years of accounting research: an international survey of personalities, ideas and publications** (from beginning of the nineteenth century to the beginning of the twenty-first century. New York: Routledge, 2008.

MAYNARD, M. Methods, practice and epistemology: the debate about feminism and research. In: MAYNARD, M., M & PURVIS, J. (Eds.), **Researching women's lives from a feminist perspective**. London: Taylor and Francis, 1994. p. 10-27.

McCARTHY, P. Unnecessary complexity in accounting principles. **The CPA Journal**, v. 74, p. 18-19, 2004.

McDONALD, D. L. **Comparative accounting theory**. Addison-Wesley, 1972.

McDONALD, G. Profit measurement: alternatives to historical cost. **Accountancy Age**, 1974.

McDONALD, G. Deprival value: its use and abuse. **Accounting and Business Research**, 1974.

McKEOWN, J. C. An empirical test of a model proposed by chambers. **The Accounting Review**, p. 12-29, Jan. 1971.

MILLER, M. H. Debt and Taxes. **Journal of Finance**, v.32, p. 261-75. 1977.

MILLER, M. The Modigliani-Miller Propositions After Thirty Years. **Journal of Economic Perspectives**, v. 2, n. 4, p. 99-120. 1988.

MILLER, M. H.; MODIGLIANI, F. Dividend Policy, growth and the valuation of shares. **Journal of Business**, 34, p. 411-433. 1961.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. Corporate income taxes and the cost of capital a correction. **The American Economic Review**, v. 53, n. 3, pp. 433-443. 1963.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The Cost of Capital, Corporation Finance, and The Theory of Investment. **The American Economic Review**, v. 48, n. 3, p. 261-97. 1958.

MOONITZ, M. The basic postulates of accounting. **Accounting Research Study**, n. 1, AICPA, 1961.

MORGAN, G. Accounting as reality construction: towards a new epistemology for accounting practice. **Accounting Organizations and Society**, v. 13, n. 5, p. 477-485, 1988.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, 2005.

MORRICONE, S.; ORIANI, R.; SOBRERO, M. **The Value relevance of intangible assets and the mandatory adoption of IFRS**. University of Bologna: Working Paper, 2009. Disponível em <<http://ssrn.com/paper=1600725>>. Acesso em 12 set. 2010.

MOSSIN, J. Equilibrium in a Capital Asset Market. **Econometrica**, v. 34, n. 4. p. 768-783. Oct., 1966.

MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento** [Criticism and the growth of knowlwdge, 1970]. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. (Quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência realizado em Londres, 1965).

MYERS, S. C. The Determinants of Corporate Borrowing. **Journal of Financial Economics**, v. 5, p.47-175. 1977.

NAKAMURA, L. A trillion dollars a year in intangible investment and the new economy. In: HAND, J. R. M.; LEV, B. **Intangible assets: values, measures, and risks**. New York, NY: Oxford University Press, 2003.

NATIONAL GOVERNMENTAL ACCOUNTING AND AUDITING (AICPA). CBV 2014. **Auditing Update Conference West 2014**, dec. 2014.

NELSON, C. L. “**A priori research in accounting” in dopuch and revsine, accounting research 1960-1970: a critical evaluation**. 1973. (Monograph n. 7) – Center for International Education and Research in Accounting, University of Illinois, Illinois, 1973.

NORRIS, C. **Epistemologia: conceitos-chave em filosofia** [*Epistemology: key concepts in philosophy series*, 2005]. Tradução de Felipe Rangel Elizalde. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, p. 661-687, 1995.

OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation: an empirical perspective. **Contemporary Accounting Research**, v. 18, p. 107-120, 2001.

OHLSON, J. A. On accounting-based valuation formulae. **Review of Accounting Studies**, v. 10, p. 323-347, 2005.

OHLSON, J. A., JUETTNER-NAUROTH, B. E. Expected EPS and EPS growth as determinants of value. **Review of Accounting Studies**, v. 10, p. 349-365, 2005.

OLIVA, A. (Org.). **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papirus, 1990.

OLIVA, A. A hegemonia da concepção empirista de ciência a partir do ‘novum organon’ de F. Bacon. In: OLIVA, A. (Org.) **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papirus, 1990.

OLIVA, A. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, V. (Org.) **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

PALEPU, K. G.; HEALY, P. M. **Business analysis & valuation: using financial statements**. 4th ed. South-Western, Cengage Learning, 2008.

PATON, W. A.; LITTLETON, A. C. An introduction to corporate accounting standards. Monograph n. 3. **American Accounting Association**, 1940.

PENMAN, S. H. **Financial statement analysis and equity valuation**. Boston: McGraw-Hill, 2001.

PENMAN, S. H. Accounting for intangible assets: there is also an income statement. **Abacus**, v. 45, n. 3, 2009.

PHILIPS, G. E. The accretion concept of income. **The Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 14, 1963.

POPPER, K. R. **A Lógica da Descoberta Científica** [*The logic of scientific Discovery*, 1952]. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

PORTOCARRERO, V. (Org.) **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

POTTER, B. N. Accounting as a social and institutional practice: perspectives to enrich our understanding of accounting change. **Abacus**, v. 41, n. 3, 2005.

POWER, M. K. Making things auditable. **Accounting, Organizations and Society**, v. 21, n. 2/3, p. 289–315, 1996.

POWER, M. K. Fair value, financial economics and the transformation of accounting reliability. **Accounting and Business Research**, p. 40, n. 3, p. 197-210, 2010.

POZZEBON, M; FREITAS, H. Pela Aplicabilidade – com um Maior Rigor Científico – dos estudos de caso em sistemas de informação. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 21., 1997, Angra dos Reis. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 1997.

PRADEAU, J. (Org.) **História da filosofia** [*Histoire de la philosophie*, 2009]. Tradução de James Bastos Arêas e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petropolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RATHMEL, J. What is Meant by Services. **Journal of Marketing**, v. 30, n. 5, p. 32–36, 1966.

REILLY, R. F.; SCHWEIHS, R. P. **Valuing intangible assets**. New York, NY: McGraw-Hill, 1998.

REINO UNIDO (UK). **International Accounting Standard n° 38**. Dispõe sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 31 maio 2012.

REVSINE, L. **Replacement cost accounting**. Prentice Hall: Englewood. Cliffs, 1973.

- RIAHI-BELKAOUI, A. **Accounting theory**. 5th ed. London: Thomson Learning, 2004.
- ROLL, R.; ROSS, S. A. An Empirical Investigation of the Arbitrage Pricing Theory. **Journal of Finance**, v. 35, n. 5. p. 1073-1103. Dec., 1980.
- ROMNEY, M. B.; STEINBART, P. J. **Accounting Information Systems**. 8^a ed. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 2000.
- ROSENBERG, A. **Introdução à filosofia da ciência** [*Philosophy of Science: a contemporary introduction*, 2000]. Tradução de Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- ROSS, S. A. The Arbitrage Theory of Capital Asset Pricing. **Journal of Economic Theory**, v. 13, n. 3, p. 341-60. 1976.
- ROSS, S. A. The Determination of Financial Structure: The Incentive-Signalling Approach. **The Bell Journal of Economics**, v. 8, n. 1, p. 23-40. 1977.
- ROSS, S. A. Accounting and economics. **The accounting review**, v. 58, n. 2, p. 375-380, apr. 1983.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração financeira: corporate finance** [*Corporate Finance*, 5th ed, 1999]. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- RYAN, B.; SCAPENS, R. W.; THEOBOLD, M. **Research method and methodology in finance and accounting**. 2. ed. London: Thomson, 2002.
- SANDERS, T. H.; HATFIELD, H. R.; MOORE, U. A statement of accounting principles. **Journal of Accountancy**, p. 196-207, mar. 1938.
- SARLO NETO, A. MOREIRA, R. L.; FERNANDES, A. L. M.; ALMEIDA, J. E. F. Vinte anos de relevância da informação contábil no Brasil. In: CONGRESSO ANPCONT, VI., 2012, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, ANPCONT, 2012. Disponível em: <<http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=3088>>. Acesso em 5 maio 2013.
- SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- SCOTT, W. R. **Financial accounting theory**. 6th ed. Toronto: Pearson Prentice Hall, 2012.
- SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.
- SHARPE, W. F. Capital Asset Prices: A Theory of Market Equilibrium under Conditions of Risk. **Journal of Finance**, v. 19, n. 3, p. 425-442. 1964.
- SHOSTACK, G. Breaking free from product marketing. **Journal of Marketing**, v. , p. 2, p. 73-80, 1977.

SIDEBOTHAM, R. **Introduction to the theory and context of accounting**. 2nd ed. Pergamon Press, 1973.

SILVA, A. B.; GODOY, S. A.; ANDION, C. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, A. A. **Developing a Knowledge-Based Decision Support System to Aid Make-to-Order Companies in Cost Estimation and Pricing Decisions**. Tese (Doutoramento) – Department of Management Sciences. Inglaterra: University of Lancaster, 1995.

SPROUSE, R.T.; MOONITZ, M. **A tentative set of broad accounting principles for business enterprises**. New York: American Institute of Certified Public Accountants, 1962.

STAMP, E. Income and value determination and changing price-levels: an essay towards a theory. **The Accountants' Magazine**, 1971, p. 277-292.

STERLING, R. R. **Theory of the measurement of enterprise income**. The University Press of Kansas, 1970.

STRONG, N.; WALKER, M. The explanatory power of earnings for stock returns. **The Accounting Review**. v. 66, n.2, p. 385-399, 1993.

SWEETING, R. C.; DAVIES, R. E. Industrial innovation and parallel accounting developments. **Technovation**, v. 15, n. 5, p. 289-302, 1995.

TASHAKKORI, A.; TEDDLIE, C. **Mixed methodology: combining qualitative and quantitative approaches**. California: Sage, 1998.

TINKER, A. M.; MERINO, B. D.; NEIMARK, M. D. The normative origins of positive theories: ideology and accounting thought. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 7 N. 2, 1982.

TITMAN, S.; MARTIN, J. D. **Avaliação de projetos e investimentos: valuation** [Valuation: the art science of corporate investment decisions, 2008]. Tradução de Heloísa Fontoura. Porto Alegre: Bookman, 2010.

TOMKINS, C.; GROVES, R. The everyday accounting and researching his reality: further thoughts. **Accounting, Organizations and Society**, v. 8, n. 4, 1983.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UPTON JR., W. S. Business and financial reporting: challenges from the new economy. **Special Report**. Norwalk, CT: FASB, 2001.

UPTON JR., W. S. Challenges from the new economy for business and financial reporting. In: HAND, J. R. M.; LEV, B. **Intangible assets: values, measures, and risks**. New York, NY: Oxford University Press, 2003.

- VATTER, W. J. Postulates and principles. **Journal of Accounting Research**, 1963, p. 179-197.
- WATTS, J. **Accounting in the business environment**. 2nd ed. London: Pitman Publishing, 1996.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, p. 112-134, jan. 1978.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.
- WEBER, M. **História geral da economia** [*Wirtschaftsgeschichte*, 1923]. Tradução de Calógeras A. Pajuaba. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações** [Wissenschaft als beruf. Politik als beruf, 1917/1919]. 2. ed. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.
- WELLS, M. C. A revolution in accounting thought? **The Accounting Review**, v. 11, n. 3, 1976.
- WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira** [Essentials of managerial finance, 10th, 1993]. Tradução de Sidney Stancatti. 10. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- WHITTINGTON, G. Asset valuation, income measurement and accounting income. **Accounting and Business Research**, v. 14, 1974, p. 96-100.
- WILLIAMS, P. F. The logic of positive accounting research. **Accounting Organizations and Society**. v. 14, n. 5/6, p. 455-468, 1989.
- WOLK, H. I.; DODD, J. L.; ROZYCKI, J. J. **Accounting theory: conceptual issues in a political and economic environment**. 7th ed. California: Sage Publications, 2008.
- WRIGHT, F. K. A theory of financial accounting. **Journal of Business Finance**, 1970, p. 51-69.
- WYATT, A. What financial and non-financial information on intangibles is value relevant?: a review of the evidence. **Accounting and Business Research**, v. 38, p. 217-256, 2008.
- YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. London, New Delhi: Sage Publications, 1984.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZANONI, A. B. **Accounting for goodwill**. New York: Routledge, 2009.
- ZEFF, S. A. 1982. Truth in accounting: the ordeal of Kenneth MacNeal. **The Accounting Review**, p. 528-553, jul.1982.

ZEFF, S. A. Some historical reflections on “Have academic and the standard setters traded places”? **Accounting, Economics and Law**, v. 4, n. 1, p. 41-48, 2014.

ZEITHMAL, V. A.; PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L. Problems and strategies in services marketing. **Journal of Marketing**, v. 49, n. 2, 1985.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - Balanços Patrimoniais Sintéticos dos Casos 1 a 4

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ mil)	Caso 1		Caso 2		Caso 3		Caso 4	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	10.337	10.337	25.810.431	25.810.431	3.335.358	3.335.358	4.271.198	4.271.198
ATIVO NÃO CIRCULANTE	56.479	63.287	53.550.264	82.466.943	574.496	647.466	19.437.558	34.299.742
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	131	131	11.351.737	11.351.737	-	-	3.151.431	3.151.431
INVESTIMENTOS	2.150	2.150	948.693	948.693	-	-	4.698.260	4.698.260
IMOBILIZADO	54.193	54.193	22.972.681	22.972.681	574.496	574.496	11.025.664	11.025.664
INTANGÍVEL	5	6.813	18.277.153	47.193.832	-	72.970	562.203	15.424.387
Intangíveis anteriores a avaliação	5	5	18.277.153	18.277.153	-	-	562.203	562.203
Carteira de Clientes	-	4.271	-	1.538.407	-	12.157	-	384.790
Concessões	-	-	-	8.180.792	-	-	-	14.477.394
Licenças	-	-	-	19.197.481	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	9.787	-	-
Marca	-	-	-	-	-	-	-	-
Relacionamento com o cliente	-	-	-	-	-	-	-	-
Acordo de não competição	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	2.537	-	-	-	51.026	-	-
TOTAL DO ATIVO	66.816	73.624	79.360.694	108.277.374	3.909.853	3.982.823	23.708.756	38.570.940
PASSIVO CIRCULANTE	18.312	18.312	17.285.324	17.285.324	1.473.778	1.473.778	4.501.408	4.501.408
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	33.605	33.605	48.579.418	48.579.418	-	-	9.244.576	9.244.576
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.899	21.707	13.495.953	42.412.633	2.436.075	2.509.045	9.962.772	24.824.956
TOTAL DO PASSIVO E PL	66.816	73.624	79.360.694	108.277.374	3.909.853	3.982.823	23.708.756	38.570.940

APÊNDICE 2 - Balanços Patrimoniais Sintéticos dos Casos 5 a 8

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ mil)	Caso 5 - A		Caso 5 - B		Caso 6		Caso 7		Caso 8	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
ATIVO CIRCULANTE	-	-	14.721	14.721	166.270	166.270	343	343	3.664	3.664
ATIVO NÃO CIRCULANTE	766.445	955.487	17.625	41.908	168.199	367.838	6.243	23.715	49.252	55.591
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	5.750	5.750	39.388	39.388	-	-	69	69
INVESTIMENTOS	-	-	9	9	-	-	-	-	145	145
IMOBILIZADO	766.403	766.403	11.866	11.866	45.502	45.502	6.243	6.243	49.037	49.037
INTANGÍVEL	42	189.084	-	24.283	83.309	282.948	-	17.472	1	6.340
Intangíveis anteriores a avaliação	42	42	-	-	83.309	83.309	-	-	1	1
Carteira de Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Licenças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marca	-	189.042	-	24.283	-	50.924	-	17.472	-	6.339
Relacionamento com o cliente	-	-	-	-	-	31.439	-	-	-	-
Acordo de não competição	-	-	-	-	-	1.095	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	116.182	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	766.445	955.487	32.346	56.629	334.469	534.109	6.586	24.058	52.916	59.255
PASSIVO CIRCULANTE	-	-	17.649	17.649	268.950	268.950	58	58	3.470	3.470
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	161.185	161.185	15.075	15.075	11.949	11.949	-	-	1.819	1.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	605.260	794.302	(378)	23.905	53.570	253.210	6.528	24.000	47.628	53.967
TOTAL DO PASSIVO E PL	766.445	955.487	32.346	56.629	334.469	534.109	6.586	24.058	52.916	59.255

ANEXOS

ANEXO 1 - Check List de Identificação dos Ativos Intangíveis do Caso 6

Resumo de Identificação dos Ativos Intangíveis	Identificação				Avaliação		Metodologia	
Tipo	Ativo / Inativo	Separável	Mensurável	Vantagem Competitiva	Importância	Conclusão (avaliado?)	Abordagem	Método
Relacionados a Mercado								
- Marcas	Ativo	Sim	Sim	Sim	Alta	Sim	Renda	Royalty Relief
Relacionados a Clientes								
- Relacionamento com clientes	Ativo	Sim	Sim	Sim	Alta	Sim	Renda	MPEEM
Relacionados a Contratos								
- Cláusula de não concorrência	Ativo	Sim	Sim	Sim	Alta	Sim	Renda	With & Without
- Contratos de fornecimento	Ativo	Não	Sim	Não	Média	Não	n/a	n/a
Relacionados a Força de Trabalho								
- Força de trabalho	Ativo	Não	Sim	Não	Baixa	Não	n/a	n/a

